

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TESE DE DOUTORADO**

**A MONOCULTURA DO EUCALIPTO E A MONOPOLIZAÇÃO DO  
TERRITÓRIO NA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

**LUIZ ALBERTO MORELLI**

**ORIENTADORA**

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY**

**PORTO ALEGRE, AGOSTO DE 2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**A MONOCULTURA DO EUCALIPTO E A MONOPOLIZAÇÃO DO  
TERRITÓRIO NA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

**LUIZ ALBERTO MORELLI**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dirce Maria Antunes Suertegaray**

**Banca Examinadora:**

**Prof. Dr. Ivaldo Gehlen (PPG em Sociologia/UFRGS)**

**Prof. Dr. Laurindo Antonio Guasselli (PPG em Geografia/UFRGS)**

**Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel (PGDR/UFRGS)**

**Prof<sup>ª</sup> Dra. Rosemeire Almeida (PPG em Geografia/UFMS)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Geografia como  
requisito para obtenção do título de  
Doutor em Geografia.**

**PORTO ALEGRE, AGOSTO DE 2011**

Morelli, Luiz Alberto

A monocultura do eucalipto e a monopolização do território na metade sul do Rio Grande do Sul./ Luiz Alberto Morelli. – Porto Alegre : UFRGS/PPGGea, 2011.

[209 f.] il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2011.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dirce Maria Antunes Suertegaray

1. Geografia. 2. Eucalipto. 3. Metade Sul. 4. Território. I. Título.

---

Catálogo na Publicação  
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFRGS  
Renata Cristina Grun CRB 10/1113

## **AGRADECIMENTOS**

À “Minha Orientadora”, com muito orgulho, Prof.<sup>a</sup> Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray, pela alegria e bom humor, pela dedicação, pela força, pelo apoio incansável nas orientações. Sem esse "conjunto" de elementos, raros e essenciais nos tempos atuais, que caracterizam a trajetória da pessoa e da excelente profissional "Dirce", esta tese não se concretizaria.

À amiga Michele Monguilhott pela amizade e apoio incansável em todas as etapas desta Tese.

À Geógrafa e Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), Michele Monguilhott pela competência, seriedade, dedicação, profissionalismo, apoio técnico e realização operacional de todas as figuras desta Tese.

À ex-secretária do Programa de Pós- Graduação em Geografia desta Universidade, Zélia Zaghetto, pelo apoio, carinho e competência durante a realização desta Tese.

Aos professores, Dr. Álvaro Luiz Heidrich, Dr. Laurindo Antonio Guasselli, Dr. Néelson Rego pela participação e sugestões na Banca de Qualificação desta Tese.

À minha família, em especial, à minha mãe Gleci, à minha irmã Carla e à minha sobrinha Juliana, pela compreensão da minha ausência em determinados momentos, pela força e pelo apoio incondicional.

Aos amigos pelo apoio e incentivo durante esta caminhada.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo ensino público, gratuito e de qualidade.

## RESUMO

MORELLI, L. A. **A Monocultura do Eucalipto e a Monopolização do Território na Metade Sul do Rio Grande Do Sul.** 2011. 209 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Esta pesquisa está inserida no campo das Análises Ambientais. O tema desta tese é a silvicultura do eucalipto. A análise foi realizada em escala regional através da implantação de bases florestais por empresas de celulose na Metade Sul do Rio Grande do Sul. O objetivo é usar as possibilidades analíticas da Geografia para identificar e analisar os discursos no Campo Político, no Campo Econômico, no Campo Técnico, no Campo Social, no Campo Ambiental e no Campo Territorial. O método utilizado foi o da abordagem histórica qualitativa. As fontes de coletas de informações foram baseadas na pesquisa bibliográfica e documental, possibilitando uma análise crítica do processo. A pesquisa documental buscou notícias referentes ao tema da Silvicultura de eucalipto, no período de 1999-2009, publicadas, nos Cadernos e Seções do Jornal Zero Hora, que tratam matérias sobre Política, Economia, Ambiente, Agricultura e Informações Gerais. Estas informações foram pesquisadas e coletadas no período de 2007 a 2010, diretamente nos exemplares dos jornais, disponibilizados e acessados no Museu de Comunicação do Estado - Hipólito da Costa. As notícias selecionadas foram transcritas e resumidas para formarem uma base de dados informacionais para ser analisada nesta tese. Para relacionar e analisar os acontecimentos históricos e o discurso envolvido nas notícias, foi utilizada a proposta teórico-metodológica da Sociologia Reflexiva de Bourdieu, que associa a abordagem sociológica à abordagem linguística. As análises das notícias selecionadas demonstram que: a) O Campo Territorial é o principal motivo de atração das empresas de celulose à Metade Sul do Rio Grande do Sul; b) Nas notícias veiculadas há o predomínio das informações relacionadas ao Campo Econômico e ao Campo Ambiental; c) O Campo Econômico e o Campo Ambiental são desmembramentos do Campo Territorial em relação à questão das atividades das Empresas de Celulose presentes na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul; d) As notícias veiculadas priorizam, nesta ordem, o Campo Econômico, o Campo Ambiental e o Campo Político, em detrimento ao Campo Territorial; e) Com a implantação de bases florestais com eucalipto e, por consequência, a apropriação territorial por um grupo de empresas, a Metade Sul sofre uma ação temporal – representada pela metáfora do espiral. Há mudanças cíclicas, porém, mantêm-se elementos originais, como, por exemplo, a estrutura fundiária. A estrutura fundiária é redimensionada em seus limites, são alteradas as fronteiras originais das grandes e médias fazendas, alterando-se a propriedade das terras. A nova configuração territorial forma novamente grandes e médias propriedades nas mãos de poucas empresas ou de um grupo de empresas, permanecendo a região economicamente atrelada, a uma nova monocultura; f) Existe uma tendência deste território (Metade Sul) estar sendo incluído, juntamente com territórios na Argentina e no Uruguai, em uma monopolização territorial por parte de um grupo de empresas do setor de celulose.

Palavras-chave: Eucalipto. Metade Sul. Território.

## **ABSTRACT**

**MORELLI, L. A. The monoculture of eucalyptus and the monopolization of territory in the southern half of Rio Grande do Sul** 2011. 209 f. Thesis (Ph.D.) - Institute of Geosciences, Department of Geography, Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

This research belongs to the Environmental Analysis field. The theme of this paper is the eucalyptus's silviculture. The analysis was performed in a regional scale through the implementation of forest bases by cellulose industries in Southern Rio Grande do Sul. The goal is to use Geography's analytical possibilities to identify and analyze in the political, economic, technical, social, environmental and territorial fields. The method used was the qualitative historical approach. Data collection sources were based on bibliographical and documental research, which enabled a critical analysis of the process. The documental research aimed at finding news referring to the eucalyptus's silviculture theme, in the period between 1999 and 2009, published in Zero Hora newspaper sections, which has articles on Politics, Economy, Environment, Agriculture and General Information. All information was researched and collected in the period between 2007 and 2010, directly from the newspaper issues, available and accessed at the Hipólito da Costa State Communication Museum. The selected news turned into transcripts and was summarized in order to form an information database to be analyzed in this paper. To relate and analyze the historical facts and the discourse involved in the news articles, Bourdieu Reflexive Sociology's theoretical proposal, which associates the sociological and the linguistic approaches, was used. The analysis of the selected news show that: a) the Territorial Field is the main reason why cellulose companies are attracted to Southern Rio Grande do Sul; b) In the news published there is the predominance of information related to the Economic Field and the Environmental Field; c) the Economic and the Environmental fields derive from the Territorial field when it comes to activities of cellulose industries which are present in Southern Rio Grande do Sul State; d) News published give priority, in this sequence, to the Economic field, the Environmental field and the Political field instead of the Territorial field; e) With the implementation of forest bases with eucalyptus and, consequently, the territorial appropriation by a group of industries, Southern region suffers a temporal action – represented by the spiral metaphor. There are cyclic changes; however, the original elements are maintained, as, for instance, the fundiary structure. The fundiary structure is redimensioned to its limits, the original borders of large and medium farms are altered, causing an alteration in land property as well. The new territorial configuration forms large and medium properties again, owned by a few companies or a group of companies, keeping the region economically dependent from a new monoculture; f) There is a trend that this territory (Southern region) is being included, along with areas in Argentina and Uruguay, in a monopolization of territory by a group of cellulose companies.

Keywords: Eucalyptus. Southern Region. Territory.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABECEL</b>	Associação Brasileira de Exportadores de Celulose
<b>ABR</b>	Associação Brasileira de Reflorestamento
<b>ABRAFLOR</b>	Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
<b>ABTCP</b>	Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel
<b>ACP</b>	Ação Civil Pública
<b>AGEFLOR</b>	Associação Gaúcha de Empresas Florestais
<b>ANFP</b>	Associação Nacional dos Fabricantes de Papel
<b>ANFPC</b>	Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose
<b>APR</b>	Associação Paulista de Reflorestamento
<b>ARBRA</b>	Associação Brasileira das Empresas Florestais
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>BRACELPA</b>	Associação Brasileira de Celulose e Papel
<b>CENIBRA</b>	Celulose Nipo-Brasileira
<b>CERFLOR</b>	Programa Nacional de Certificação Florestal
<b>CF</b>	Complexo Florestal
<b>CFC</b>	Celulose Fibra Curta
<b>CFL</b>	Celulose Fibra Longa
<b>CPMC</b>	Companhia Manufactureira de Papel e Cartão
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>CONSEMA</b>	Conselho Estadual do Meio Ambiente
<b>COREDES</b>	Conselho Regional de Desenvolvimento
<b>CVRD</b>	Companhia Vale do Rio Doce
<b>EIA</b>	Estudo de Impacto Ambiental
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>ES</b>	Estado do Espírito Santo
<b>FC</b>	Fibra Curta
<b>FEPAM</b>	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler
<b>FISET-R</b>	Fundo de Investimentos Setoriais - Reflorestamento
<b>FFP</b>	Federação dos Fabricantes de Papel
<b>FL</b>	Fibra Longa
<b>FTP</b>	File Transfer Protocol
<b>FZB</b>	Fundação Zoobotânica
<b>GT</b>	Grupo de Trabalho
<b>IBDF</b>	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IC</b>	Indústria de Celulose
<b>IIPC</b>	Indústria Integrada Papel e Celulose
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INP</b>	Instituto Nacional do Pinho
<b>IPC</b>	Indústria de Papel e Celulose
<b>IPF</b>	Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais
<b>IUCN</b>	União Internacional para a Conservação da Natureza
<b>MASTER</b>	Movimento dos Agricultores Sem Terra
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>MG</b>	Estado de Minas Gerais
<b>MPE</b>	Ministério Público Estadual
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>NI</b>	Indústria Não Integrada

<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNF</b>	Programa Nacional de Florestas
<b>PNPC</b>	Programa Nacional de Papel e Celulose
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional da Agricultura Familiar
<b>PROFLORA</b>	Programa de Financiamento Florestal Gaúcho
<b>PRS</b>	Programa de Responsabilidade Social
<b>RIMA</b>	Relatório de Impacto Ambiental
<b>RS</b>	Estado do Rio Grande do Sul
<b>RSC</b>	Programa de Responsabilidade Social Corporativa
<b>SER</b>	Programa de Responsabilidade Social Empresarial
<b>SBS</b>	Sociedade Brasileira de Silvicultura
<b>SEDAI</b>	Secretaria Estadual do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais
<b>SEMA</b>	Secretaria Especial do Meio Ambiente
<b>SIG</b>	Sistema de Informações Geográficas
<b>SFB</b>	Serviço Florestal Brasileiro
<b>SP</b>	Estado de São Paulo
<b>TAC</b>	Termo de Ajustamento de Conduta
<b>UPN</b>	Unidade de Paisagem Natural
<b>ULBRA</b>	Universidade Luterana do Brasil
<b>UFRGS</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>VCP</b>	Votorantim Celulose e Papel
<b>ZAS</b>	Zoneamento Ambiental para Silvicultura
<b>ZEE</b>	Zoneamento Ecológico e Econômico
<b>ZH</b>	Zero Hora



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Monocultura de eucalipto em alguns países periféricos. Autor: Luiz Alberto Morelli .....	14
Figura 2 – Brasil - Estados com atividades das principais empresas de celulose. Autor: Luiz Alberto Morelli.....	17
Figura 3 - Mesorregiões do Rio Grande do Sul. Fonte: FEE (1994).....	21
Figura 4 - Rio Grande do Sul: Metade Norte e Metade Sul. Autor: Luiz Alberto Morelli .....	22
Figura 5 - COREDES: Metade Sul. Fonte: SEPLAN/RS .....	24
Figura 6 – Biomas do Brasil. Fonte: IBGE (2004).....	25
Figura 7 - Evolução Municipal do RS: 1900 e 2010. Fonte : SEPLAN/RS.....	27
Figura 8 - Localização dos empreendimentos das empresas de celulose no RS Fonte: Abraflor (2005). .....	28
Figura 9 – Tratados: Madrid(1750) e Santo Hildefonso (1777) Fonte: Pesavento (1997).....	63
Figura 10 – RS: Ocupação do Território. Fonte: SCP/DEPLAN, (2004). .....	78
Figura 11 - Divisões regionais do RS. Fonte: Fonseca (1983).....	83
Figura 12 - Destino da Exportação Brasileira de Celulose – jan/2011. Fonte: BRACELPA (2009). .....	95
Figura 13 - Destino da Exportação Brasileira de Celulose – jan/2011. Fonte: BRACELPA (2009). .....	95
Figura 14- Área florestal (ha) para produção de 1 milhão t/ano de celulose florestal. Fonte: Bracelpa (2009). .....	98
Figura 15 - Sujeitos Sociais. Fonte: Jornal Zero Hora (2007).....	115
Figura 16 - Localização do pólo de florestamento. Fonte: ZH (27/09/2005).....	149
Figura 17 - Limites à atividade de silvicultura no Rio Grande do Sul. Fonte: ZH (10/04/2008). .....	156
Figura 18- Municípios localizados na faixa de fronteira do RS onde a Stora Enso adquiriu terras. Fonte: ZH (17/06/2008).....	160
Figura 19 - Area de influencia dos empreendimentos das empresas de celulose no RS. Autor: Luiz Alberto Morelli.....	184

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais ações e conflitos no período colonial entre Portugal e Espanha no Extremo Sul da América do Sul. Fonte: Pesavento (1979). .....	64
Quadro 2 - Característica da Colonização Econômica da Imigração Alemã e Italiana no Rio Grande do Sul (1824-1889) Fonte: Pesavento (1997). .....	75
Quadro 3 - Características socioeconômicas entre Metade Norte e Metade Sul do Rio Grande do Sul, no Período de 1822-1889. Fonte: Pesavento (1997). .....	77
Quadro 4 - Principais fatos e seus reflexos no Rio Grande do Sul durante o período de 1822 a 1889. Fonte: Pesavento (1997). .....	77
Quadro 5 - Percentual aproximado de propriedades com pária menor de 50 hectares – Metade Sul. Fonte: Censos Agropecuários IBGE, 1940 e 1996. ....	86
Quadro 6 - Percentual populacional e participação da Metade Sul no PIB do Rio Grande do Sul. Fonte: IBGE, FEE/2010. ....	88
Quadro 7 - Fluxograma do complexo florestal. Fonte: ABRAF (2008). ....	94
Quadro 8 - Consumo de papel per capita/ano em 2009. Fonte: Bracelpa (2009). ....	95
Quadro 9 - Produção mundial de celulose e papel. Fonte: Bracelpa (2009). ....	96
Quadro 10 - Áreas de florestas plantadas no mundo – 2009. Fonte: Bracelpa (2009). ....	97
Quadro 11 - Produtividade das Bases Florestais com Eucalipto. Fonte: Bracelpa (2009). ....	97
Quadro 12 - Capacidade de produção aproximada (t/dia) nas principais empresas de celulose e de papel e celulose no período 1970-1980. Fonte: Feffe ( 1991); BNDES (1991). ....	102
Quadro 13 - Evolução das entidades e associações ligadas ao setor de re( florestamento) e/ou indústria do papel e celulose. Fonte: SOHO (1992), BRACELPA (2009). ....	111
Quadro 14 - Principais ações dos sujeitos sociais no período de 1999-2009. Autor: Luiz Alberto Morelli. ....	135
Quadro 15 - Acampamentos e assentamentos do MST no RS até janeiro de 1999. Fonte: ZH (O5/0199). ....	139
Quadro 16 - Alternativas para assentar novas famílias sem terra Fonte: ZH (06/01/99). ....	139
Quadro 17 - Leilão de terras no RS Fonte: ZH (16/03/1999). ....	141
Quadro 18 - Projeto Votorantim para a Metade Sul do RS Fonte: ZH (20/04/2004). ....	143
Quadro 19 - Programa poupança florestal da VCP no RS Fonte: ZH (19/11/2004). ....	145
Quadro 20 - Programa Federal de apoio à Metade Sul Fonte: ZH (19/11/2004). ....	146
Quadro 21 - Empresa Veracel Fonte: ZH (24/09/2005). ....	147
Quadro 22 - Stora Enso no mundo Fonte: ZH (24/09/2005). ....	147
Quadro 23 - Características do canal São Gonçalo Fonte: ZH (24/01/2007). ....	151
Quadro 24 - Evolução do processo de Zoneamento Ambiental para a Silvicultura no RS Fonte: ZH( 09/04/2008). ....	154

Quadro 25 - Processo produtivo da fabricação de celulose e municípios de atuação da Aracruz Celulose. Fonte: ZH (16/04/2008).....	158
Quadro 26 - Cursos Profissionalizantes oferecidos pela Aracruz Celulose Fonte: ZH (19/05/2008). .....	158
Quadro 27 - As faixas de fronteira nos países vizinhos ao Brasil. Fonte: ZH( 17/07/2008).	161
Quadro 28 - Projetos de Lei para áreas de fronteira Fonte: ZH (22/07/2008).....	163
Quadro 29 - Reportagens da Série “Verde que muda vidas” Fonte: ZH (24/08/2008).....	165
Quadro 30 - Manifestações da Via Campesina pelo Dia Internacional da Mulher no ano de 2009 Fonte: ZH (10/03/2009).....	166
Quadro 31 - Fíbria. Fonte: ZH (02/09/2009).....	170
Quadro 32 - Evolução histórica da fábrica de celulose localizada na cidade de Guaíba/RS. Fonte: CMPC, 2009.....	171
Quadro 33 - Classificação das notícias, do jornal ZH, no período do governo de Olívio Dutra (1999-2002). Autor: Luiz Alberto Morelli. ....	173
Quadro 34 - Classificação das notícias, do jornal ZH, no período do governo de Germano Rigotto (2003-2006). Autor: Luiz Alberto Morelli. ....	174
Quadro 35 - Classificação das notícias, do jornal ZH, no período de (2007-2009) do governo de Yeda Crusiuso (2007-2010). Autor: Luiz Alberto Morelli.....	176
Quadro 36 - Classificação das notícias do jornal ZH, por períodos governamentais. Autor: Luiz Alberto Morelli.....	176
Quadro 37 - Classificação das notícias do jornal ZH, no período de 1999 a 2009. Autor: Luiz Alberto Morelli.....	177

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	ii
RESUMO .....	iii
ABSTRACT .....	iv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	v
LISTA DE FIGURAS .....	vii
LISTA DE QUADROS .....	viii
SUMÁRIO.....	x
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Localização da área de estudo .....	20
1.2 Objetivos.....	32
1.3 Procedimentos Metodológicos.....	33
1.4 Fundamentação Teórica.....	39
1.4.1 Espaço Geográfico.....	39
1.4.2 Território.....	41
1.4.3 Território-Rede .....	48
1.4.4 Região .....	51
1.4.5 A abordagem microeconômica sobre os oligopólios.....	52
CAPÍTULO 2 - RIO GRANDE DO SUL: PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL.....	57
2.1 Rio Grande do Sul no Brasil Colônia (1605 a 1822).....	58
2.2 Rio Grande do Sul no Período Imperial do Brasil (1822-1889).....	67
2.3 Rio Grande do Sul República (1889 até 1930).....	79
2.4 Divisão do Rio Grande do Sul: Metade Norte e Metade Sul do RS.....	82
2.5 RS República Nova: 1930 a 1964.....	85
2.6 Rio Grande do Sul Período Militar (1964-1984).....	86
2.7 Rio Grande do Sul Metade Sul (1985 - até os dias atuais) .....	87
CAPÍTULO 3: BRASIL CONSTITUIÇÃO DO COMPLEXO FLORESTAL .....	90
3.1 O Complexo Florestal.....	90
3.2 Origem e evolução da Indústria do Papel e Celulose no Brasil.....	92
3.3 O Estado e o efeito de suas políticas públicas na evolução do setor da indústria do papel e celulose.....	98
3.3.1 As Políticas Públicas e o Setor da Indústria do Papel e/ou Celulose.....	99
3.3.2 Legislação e as políticas florestais no Brasil .....	104
3.3.3 Órgãos e associações civis nacionais ligadas ao setor da indústria do papel e celulose .....	108
CAPÍTULO 4: OS SUJEITOS SOCIAIS E A QUESTÃO DA SILVICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL .....	113

4.1 As Empresas de Celulose Atuantes no Rio Grande do Sul.....	115
4.1.1 Aracruz Celulose .....	117
4.1.2 Votorantim Celulose e Papel .....	118
4.1.3 Stora Enso .....	119
4.2 Movimentos Sociais.....	120
4.2.1 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) .....	121
4.2.2 Via Campesina.....	122
4.2.3 Ambientalismo e os Movimentos Sociais: Sócioambientalismo.....	124
4.3 Comunidade Acadêmica .....	125
4.4 Poder Público .....	125
4.4.1 Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e Zoneamento Ambiental para Silvicultura (ZAS) .....	127
4.4.2 Audiências Públicas do Zoneamento Ambiental para Silvicultura .....	128
4.5 Considerações sobre os sujeitos sociais apresentados .....	133
CAPÍTULO 5: A ABORDAGEM DA IMPRENSA NO PERÍODO DE 1999-2009.....	137
5.1 Período do Governo Olívio Dutra (1999-2002).....	138
5.2 Período do Governo Germano Rigotto (2003-2006) .....	141
5.3 Período do Governo Yeda Crusius (2007-2011) .....	151
CAPÍTULO 6: A IMPRENSA, AS EMPRESAS DE CELULOSE, OS SUJEITOS SOCIAIS E A CONEXÃO ENTRE OS CAMPOS .....	173
6.1 A Supremacia do Campo Ambiental e Econômico sobre o Campo Territorial.....	178
CAPÍTULO 7: CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	188
BIBLIOGRAFIA .....	192

## CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

---

A implantação de bases florestais com ênfase na monocultura do eucalipto no Brasil e no Mundo, por empresas e cadeias produtivas do setor de papel e/ou celulose divide opiniões e provoca conflitos entre os grupos envolvidos e a sociedade civil local/ regional e internacional. Alguns a apontam como causadoras de impactos sociais e ambientais negativos nas áreas aonde são implantadas, outros a apontam como atividade econômica propulsora de desenvolvimento.

Com a Globalização econômica percebe-se que a tentativa de implantação da monocultura de eucalipto pela indústria de papel e/ou celulose, é maior em países periféricos, incluindo o Brasil.

No entendimento de Santos (1979), isso ocorre por que o espaço dos países periféricos é marcado por enormes diferenças sociais refletidos na renda da sociedade local/regional, abrindo espaço territorial de influência e instalação aos grupos pertencentes a uma nova cadeia produtiva em detrimento aos grupos locais das cadeias produtivas tradicionais.

A busca por países periféricos, na sua grande maioria localizados no Hemisfério Sul, se justifica em função de uma série de fatores distintos dos países centrais como, por exemplo: 1- a acessibilidade a grandes quantidades de terras e ao seu baixo valor imobiliário; 2 - a mão-de-obra de baixo custo; 3 - apoio do poder público sob a forma de incentivos e subsídios; e na maioria dos casos, 4 - a falta de legislação ambiental sobre o tema (SHIVA, 2003).

“Os impactos sócio-ambientais decorrentes da monocultura do eucalipto e da indústria de celulose nos países do terceiro mundo, trazidos à discussão pela sociedade, resultaram numa reordenação das políticas de “(re)florestamento” e nas estratégias empresariais. Insere-se nesta nova perspectiva, o “Programa de Floresta Social” do Banco Mundial, agora exigindo estudos aprofundados dos projetos de “(re)florestamento” como condição para a sua aprovação. Neste sentido, o plantio de eucalipto passa a ser inserido no contexto de pequenas e médias propriedades rurais em sistemas agroflorestais ou silvo-pastoris em países como: China, Índia, Nigéria e Brasil” (SUERTEGARAY, 2007).

A tentativa de implantação da monocultura de eucalipto é maior em países periféricos por existir a promessa de movimentação e desenvolvimento econômico e social em países como África do Sul, Brasil, Chile, China, Índia, Indonésia, Nigéria e Tailândia, entre outros (SANTOS, 1979).

Em nível global e local, isso gerou e vem gerando conflitos entre as empresas de celulose e grupos contrários à monocultura, demonstrando que se realmente existe desenvolvimento socioeconômico a partir desta atividade, não está contemplando parcelas da sociedade local.

O grupo contrário à implantação da monocultura do eucalipto na maior parte dos países, incluindo o Brasil, aonde esta questão vem sendo enfrentada e debatida, envolve, de forma geral: a) As Organizações Não Governamentais (ONG's) de viés ambiental; b) Uma parcela de Professores/ Pesquisadores Universitários; c) Uma parcela dos Trabalhadores Rurais e Pequenos Produtores Rurais; d) Movimentos Sociais, principalmente, os ligados á terra (Via Campesina e Movimento dos trabalhadores Sem Terra – MST); e) Parcelas da Sociedade Civil.

De acordo com a ONG Nat-Brasil (2006), pode-se sintetizar que as principais alegações dos grupos em alguns países, como os listados abaixo e representados na figura 1, são:

Na África do Sul, a alegação é pela inexistência de benefícios às comunidades locais, à medida que monoculturas são plantações insustentáveis. Existe um desejo de implantação de projetos que não gerem dependência econômica, que sejam de auto-sustentação no longo prazo como produção orgânica, turismo e indústria em pequena escala.

No Chile, alegam que a Legislação do país concede subsídios e créditos especiais às plantações desfavorecendo os demais produtores.

Na Índia, existe a alegação que o país tem uma longa experiência de monocultura e que esta gerou e vem gerando a destruição de florestas e pradarias, bem como o meio de vida do povo.

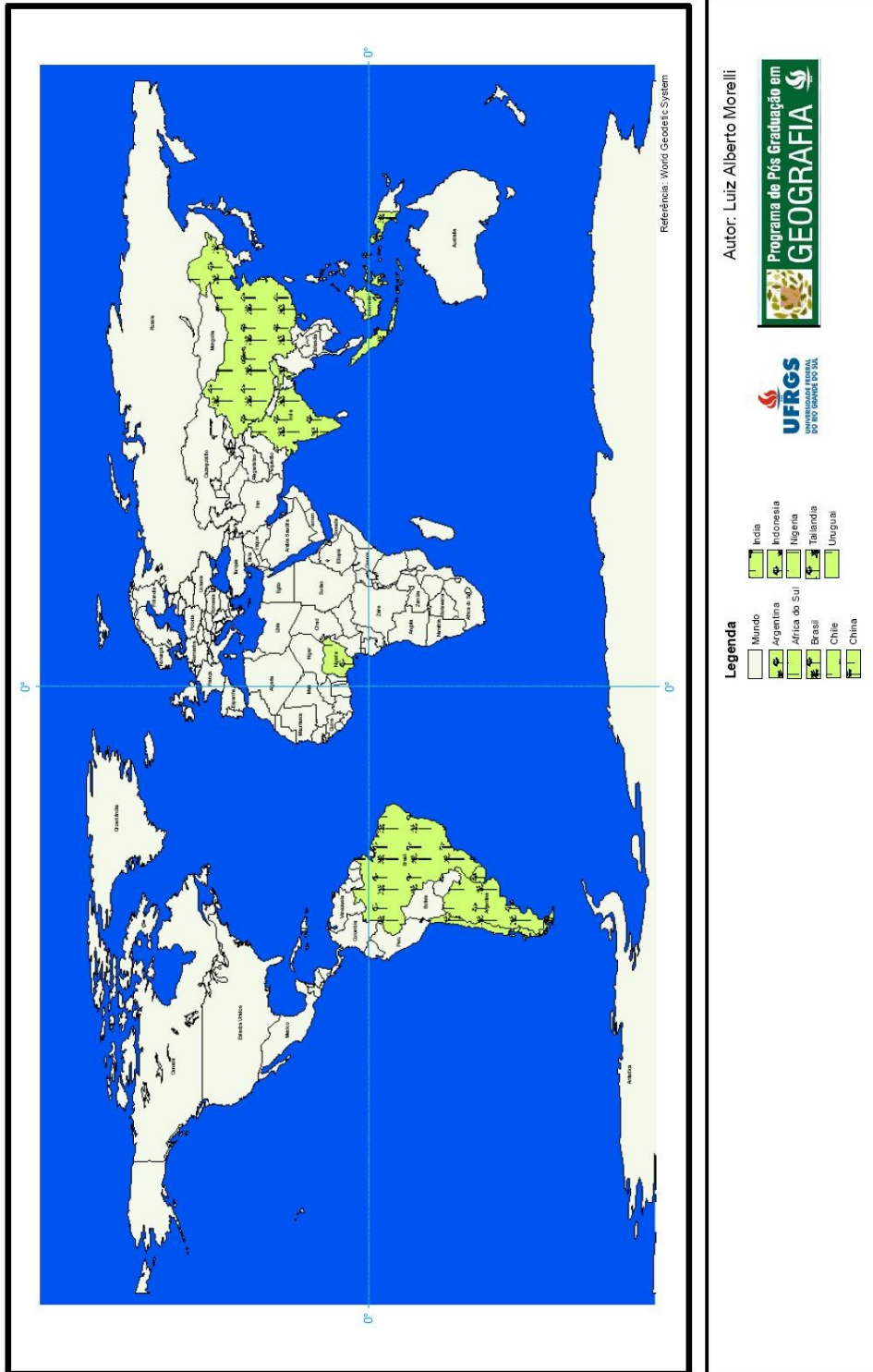
Na Indonésia, alegam que as monoculturas favorecem o empobrecimento das comunidades locais e que falta uma legislação de reconhecimento de direito dos povos indígenas sobre a terra que estão sendo utilizadas para essas plantações.

Em geral, os principais motivos globais contrários à implantação de bases florestais industriais com ênfase na monocultura do eucalipto e as indústrias de papel e/ou celulose, são:

1 - A não repercussão na mídia das denúncias dos impactos ambientais negativos gerados pela plantação da monocultura do eucalipto.

2 - Promoção, por parte dos governos, de planos de florestamento – medidas legislativas que promovem as plantações de eucalipto em larga escala.

**MONOCULTURA DE EUCALIPTO EM ALGUNS PAÍSES PERIFÉRICOS**



**Figura 1 - Monocultura de eucalipto em alguns países periféricos. Autor: Luiz Alberto Morelli**



3 - A oferta por parte dos Governos, de subsídios, isenções tributárias, créditos brandos, concessões de terras, entre outros, às empresas do setor de florestamento e/ou papel e/ou celulose em detrimento da população menos favorecida.

No Brasil, as principais empresas ligadas ao setor de papel e/ou celulose, atuantes em alguns estados brasileiros, necessitam da implantação de florestas industriais com ênfase no plantio do eucalipto. Estas empresas alegam em sua defesa, a geração de empregos e o incentivo de renda para os proprietários locais através da compra de sua produção, entre outras razões. Em contrapartida, o grupo contrário e seus principais motivos, não são muito diferentes do restante do mundo. Entre os principais, conforme a ONG Nat-Brasil (2006), pode-se destacar:

1 - Os incentivos e a concessão de recursos públicos às empresas através dos governos ou órgão de governo, para desenvolvimento de projetos florestais e/ou industriais na forma de protecionismo e/ou clientelismo, à medida que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem participação acionária em algumas empresas para qual libera recursos;

2 - As empresas de papel e/ou celulose são acusadas de parceria e de financiarem pesquisas, principalmente de Universidades Públicas;

3 - O corte e o plantio são mecanizados, utilizam pouca mão-de-obra, portanto os empregos gerados pelo setor de florestamento industrial são escassos;

Em alguns estados brasileiros, com presença atuante de grandes empresas do setor de celulose e/ou papel, como, por exemplo, os representados na Figura 2, os principais motivos dos grupos contrários, que acabam gerando conflitos são:

- a) No Estado da Bahia, é destacado que as empresas utilizam seu setor de responsabilidade social como forma de comover e mobilizar a sociedade através de projetos socioambientais e dessa forma se inserir no território com aceitação pela população local de suas atividades empresariais/industriais;
- b) No Estado do Espírito Santo, com o avanço do plantio de florestas industriais em áreas de quilombolas e áreas indígenas, existe a acusação de uso indevido do marketing através de propagandas, ou da divulgação de material publicitário de caráter duvidoso, indevido ou enganoso (“marketing” marron), por parte da empresa dominante Aracruz. O objetivo da empresa seria de colocar a sociedade civil contra os quilombolas, contra os indígenas e contra os grupos contrários às atividades da empresa;

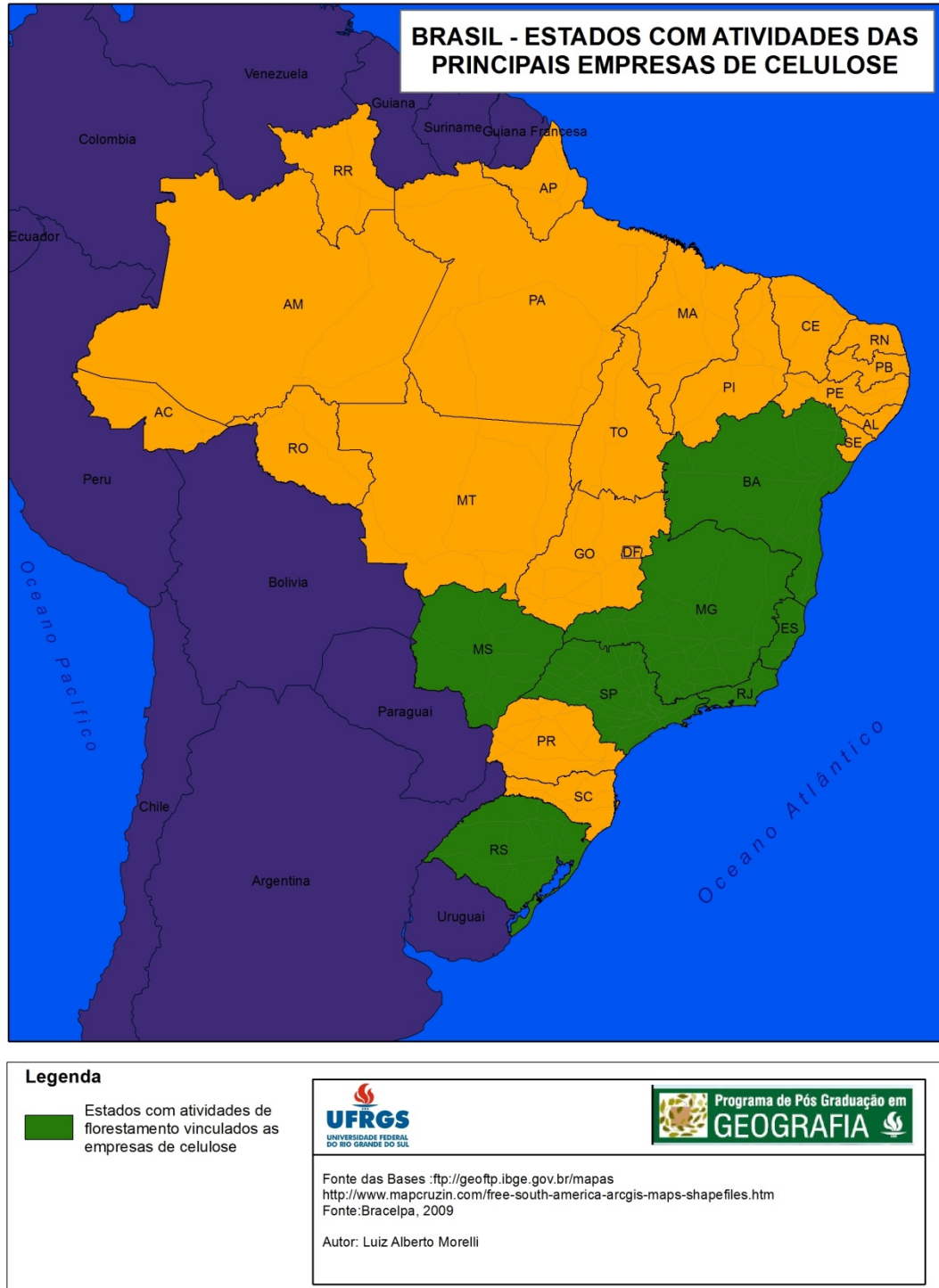
- c) No Estado de Mato Grosso do Sul, existe a alegação de que incentivos fiscais associados à flexibilização ambiental por parte do poder público estadual tem atraído o setor de celulose e/ou papel. Exemplo disso é a presença da Votorantim Celulose e Papel (posteriormente Fíbria), que desde 2007/2008, vem implantando bases florestais no leste do estado, denominando a região de vale da celulose. A inserção de uma gigante da celulose na região vem acarretando problemas de logística, principalmente, a viária, e reflexos sociais, principalmente, em relação à saúde dos trabalhadores;
- d) No Estado de Minas Gerais, as monoculturas de eucalipto tem gerado conflitos de ordem socioambientais nas comunidades locais onde são desenvolvidas;
- e) No Estado do Rio de Janeiro, alega-se que as empresas usam o poder legislativo para apresentação de projetos que as beneficiem, como por exemplo: projetos estaduais para alterar o zoneamento ecológico e econômico e reduzir a contrapartida de mata nativa no estado.
- f) No Estado de São Paulo, há alegação de que o plantio de eucalipto está sendo realizado em áreas de proteção ambiental ocorrendo danos ambientais, sociais e culturais;

No Estado do Rio Grande do Sul, as principais argumentações contra a implantação das florestas industriais pela monocultura de eucalipto são:

- 1 - Alocação de recursos públicos às empresas (assessoria técnica, renúncia fiscal, financiamentos);
- 2 - Grandes áreas ocupadas pelas plantações, resultando, por exemplo, em: a) altas taxas de desemprego e pobreza local/regional; b) contaminação por pesticidas que fluem através da água ocasionando problemas de saúde da população local, entre outros;
- 3 - Uso de transgenia com riscos ambientais;
- 4 - Intensificação da concentração de terras;
- 5 - Aumento ou intensificação de secas, elevação de temperaturas, destruição do bioma pampa;
- 6 - Fragilidades ambientais de determinadas áreas e alteração da paisagem local.

Atualmente a maioria das empresas de celulose investem em plantações próprias de bases florestais (viveiros) como forma de obter a matéria-prima suficiente ou aproximada da sua capacidade de produção de pasta de celulose, sendo a compra externa de madeira casos programados/planejados por cada empresa ou excepcionais. A interação ou a incorporação do

setor de florestamento pela indústria de celulose, iniciado na década de 60, possibilitaram a formação das agroindústrias do setor de celulose.



**Figura 2 – Brasil - Estados com atividades das principais empresas de celulose. Autor: Luiz Alberto Morelli**

Para atender a demanda industrial das empresas nacionais e transnacionais de papel, que necessitam, principalmente, do eucalipto transformado em pasta de celulose como matéria-prima básica para manutenção de suas atividades, as agroindústrias do setor de florestamento para fabricação de celulose, estão situadas na base ou nas primeiras etapas do ciclo econômico setorial, que inclui a plantação e o beneficiamento das florestas de eucalipto, demandando grandes parcelas de áreas para o plantio, utilizando recursos naturais e insumos químicos.

As empresas produtoras de celulose e as empresas produtoras de celulose e papel atuam de forma verticalizada, estando o comando localizado em algum país central e as operações de produção, globalizadas, principalmente em países periféricos.

“(...) hoje, o centro de decisão pode encontrar-se no estrangeiro (...) os locais exercem o comando técnico, ligado ao que, na divisão territorial do trabalho, deve-se à produção propriamente dita” (SANTOS, 2002, p.273).

Na conjuntura econômica global atual, a expansão da indústria de papel e/ou celulose em países como o Brasil é motivada pelo crescente consumo mundial de papéis, sendo relevante o consumo da China e a retração na produção de celulose frente às restrições das políticas ambientais de países como Austrália, Estados Unidos e Japão (DORES et al., 2007, MONTEBELLO E BACHA, 2007)

A força e a pressão dos movimentos sociais e ambientais na Indonésia, e na Tailândia na década de 90, como exemplo de países periféricos e no Canadá e na Finlândia representando os países centrais, forçaram as empresas de celulose a adotarem tecnologias mais limpas na tentativa de modificar a percepção da opinião pública sobre as atividades da cadeia industrial (SONNENFIELD, 1998).

No caso da implantação da base florestal com a monocultura do eucalipto e posterior instalação da indústria de celulose, existe a promessa de movimentação e desenvolvimento da economia local/regional (Santos, 1979), e da proteção ambiental através da criação na estrutura das empresas, de Programas de Responsabilidade Social (PRS).

O Programa de Responsabilidade Social (PRS) das empresas florestais, de papel e/ou celulose, consiste no desenvolvimento de ações sociais e ambientais através de investimentos financeiros no setor sócioambiental local/regional visando à aceitação de sua matriz econômica e seus projetos operacionais como forma de minimizar a pressão exercida pela opinião pública (VIEIRA, 2004).

Desta forma, os Programas de Responsabilidade Social, prevêm a atuação das empresas em ações de monitoramento, proteção e/ou preservação, que podem abranger o meio físico, o meio biótico e o meio antrópico, separadamente ou em conjunto. No meio físico as ações se destinariam, à água, ao solo e ao ar; no meio biótico são enfocadas ações destinadas à fauna e flora; e no meio antrópico as variáveis priorizadas seriam o emprego, a educação, o transporte (mobilidade viária) e a segurança do local ou da região do empreendimento.

No Brasil, e nos países periféricos, percebe-se que nos locais aonde as empresas do setor de papel e/ou celulose intencionam se instalarem, o campo ambiental e o campo econômico dominam a problemática e os enfoques das notícias veiculadas pelas mídias escritas e televisivas locais/regionais a ponto de terem repercussões internacionais. Questões como o uso e destruição dos recursos naturais e dos biomas, modificação de paisagens tradicionais, atração de investimentos financeiros vultosos, desenvolvimento ou não da economia local/regional, entre outras, são correntes.

Entretanto, o campo ambiental e o campo econômico tornam-se consequências do campo territorial, à medida que, a localização, a propriedade e a posse, o uso, e a acumulação da terra, elementos ligados ao campo territorial, são os principais fatores que proporcionam a implantação de uma monocultura de eucalipto de porte empresarial como matéria-prima à indústria de celulose.

No caso do Rio Grande do Sul (RS), a propriação e a dominação do território através da implantação de uma monocultura por uma empresa ou um grupo de empresas promoverá consequências diferentes das atividades econômicas tradicionais do estado (como pecuária, arroz, soja) ao ambiente natural-social e ao ambiente econômico.

Assim, o tema desta tese é a cadeia de celulose e seus impactos através da implantação de bases florestais industriais através da monocultura do eucalipto, à medida que esta cadeia produtiva necessita de amplos recursos naturais para seu funcionamento.

Utilizando as possibilidades analíticas da Geografia, se torna possível investigar o(s) enfoque(s) dado(s) ao(s) impacto(s) da cadeia de celulose na “Região” denominada Metade Sul do Rio Grande do Sul, veiculado(s) através da mídia regional. Estes enfoques vão variar principalmente entre os campos, ambiental, econômico, político, social, técnico e territorial.

As notícias divulgadas pela mídia escrita refletem o discurso dos principais sujeitos sociais envolvidos e os conflitos gerados em torno da implantação de bases florestais

industriais com ênfase na monocultura do eucalipto no Rio Grande do Sul por empresas nacionais e internacionais do setor de papel e/ou celulose.

Esta tese resgata e analisa através das notícias veiculadas na imprensa escrita do Rio Grande do Sul no período (1999-2009) os principais fatos envolvendo os sujeitos sociais, as políticas, a situação socioambiental, os investimentos econômicos e técnicos e a questão do uso do território em relação às bases florestais que estão sendo implantadas e reestruturando a Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

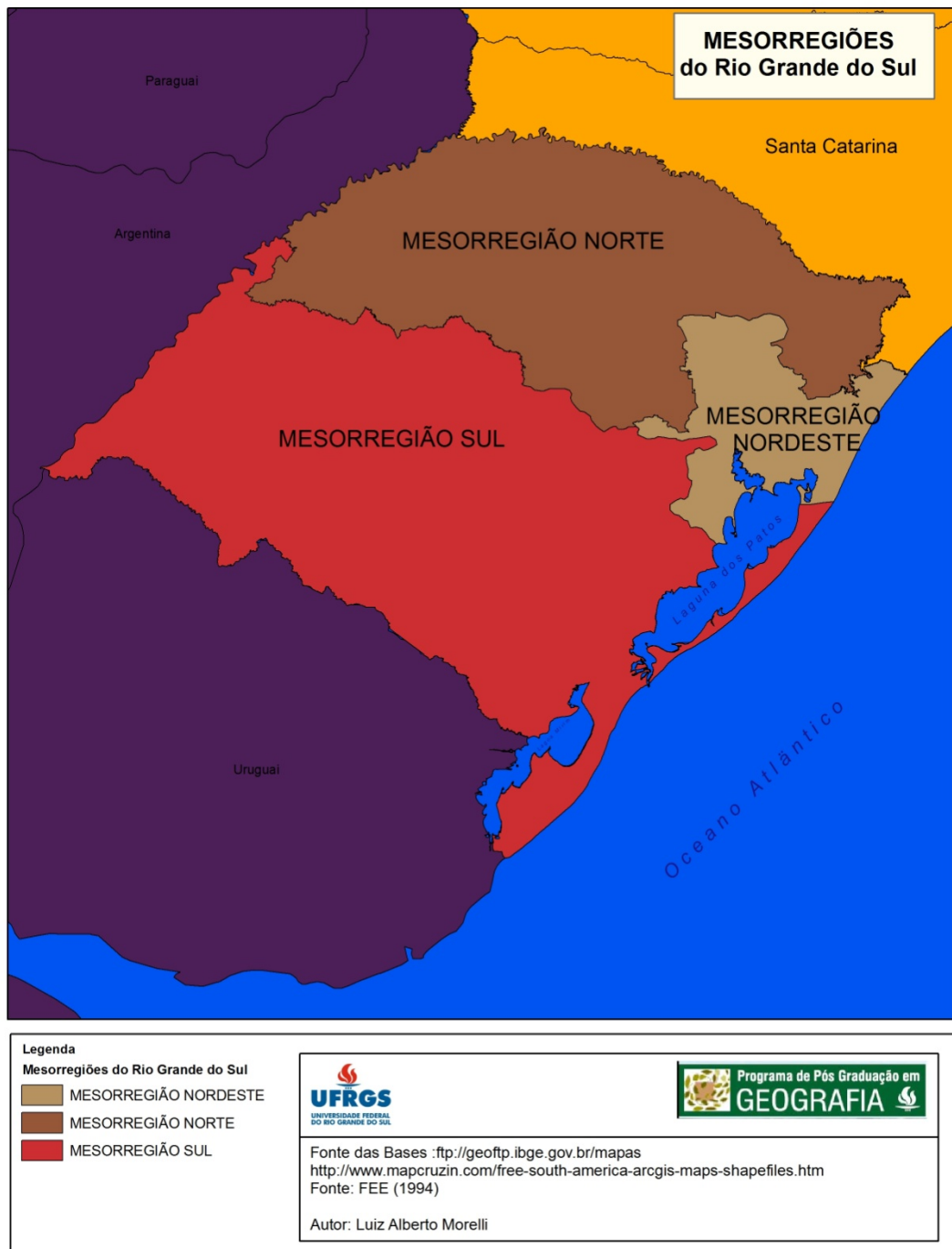
A delimitação cronológica, de 1999 a 2009, se justifica por englobar mandatos de governos estaduais com propostas e diretrizes de desenvolvimento à Metade Sul diferente um do outro.

O jornal Zero Hora foi selecionado por ser o veículo de comunicação escrita com maior número de tiragem regional de exemplares de jornal. O período foi escolhido propositalmente por abranger governos estaduais e federais, em momentos diferenciados, de partidos ditos de esquerda e de direita, quando foram veiculados pelo jornal as promessas de campanhas, as realidades regionais e os planos de desenvolvimento regionais ao assumirem os governos.

## **1.1 Localização da área de estudo**

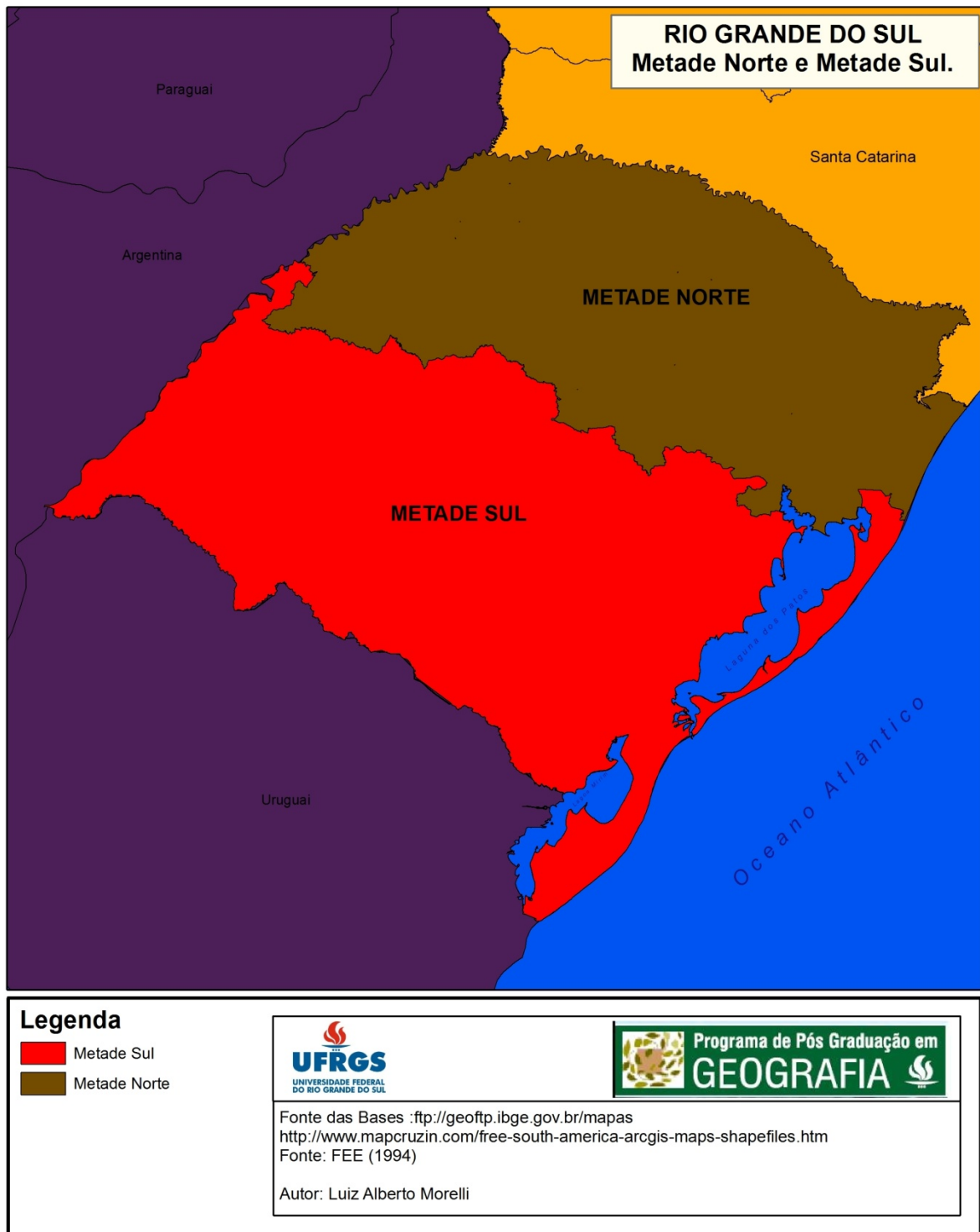
Segundo a classificação de Alonso et al. (1994), que toma como base a estrutura fundiária e as atividades econômicas, o Rio Grande do Sul (RS), pode ser dividido em três Mesorregiões a considerar: Mesorregião Norte, Mesorregião Nordeste e Mesorregião Sul (Figura 3).

A Mesorregião Norte engloba as pequenas, médias e grandes propriedades onde a atividade econômica é predominantemente agrária, sendo produzida em escala comercial, principalmente, o soja; a Mesorregião Nordeste se destaca economicamente pelas atividades industriais e formação de núcleos urbanos mais próximos e em crescimento, caracterizado fundiariamente pela pequena propriedade; e a Mesorregião Sul caracterizado fundiariamente pela média e grande propriedade e economicamente pelo arroz e pecuária.



**Figura 3 - Mesorregiões do Rio Grande do Sul. Fonte: FEE (1994)**

Para esta tese, a Mesorregião Norte e Nordeste constituirá a “Metade Norte”, e a Mesorregião Sul constituirá a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul conforme Figura 4, delineadas com base na classificação de Alonso et al. (1994) e Bairros et al. (2007), fundamentado pelo critério de uso e ocupação do solo, pela homogeneidade física de abrangência do Bioma Pampa e Bioma Mata Atlântica, e a predominância de atividades econômicas semelhantes e/ou compatíveis.



**Figura 4 - Rio Grande do Sul: Metade Norte e Metade Sul. Autor: Luiz Alberto Morelli**

A “Metade Sul” ganhou essa denominação regional há poucas décadas baseada em características fundiárias e econômicas provenientes da porção sul do estado que tem um processo histórico significativo na formação territorial do Rio Grande do Sul.



Nas últimas décadas em comparação com a “Metade Norte” do estado vem sendo considerada “economicamente deprimida” e “ambientalmente frágil”, pelo predomínio do Bioma Pampa como sua paisagem característica.

Para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o conceito de área “economicamente deprimida” está relacionado com aquelas áreas em que predominam as características de baixo nível de Produto Interno Bruto (PIB) per capita, infraestrutura básica precária ou inexistente, elevadas taxas de desemprego, entre outros.

De acordo com este conceito, o Rio Grande do Sul não apresenta áreas economicamente deprimidas. Para fins desta tese, a expressão “economicamente deprimida” ou “diferenças econômicas intra-regionais”, quando surgirem, estarão relacionadas com o desequilíbrio sócio-econômico existente entre as recentemente denominadas “Metade Norte” e “Metade Sul” do estado, sendo que esta em relação àquela, nas últimas décadas, vem apresentando desvantagens no ritmo de crescimento pelas diferenças históricas de matriz econômica e estrutura fundiária.

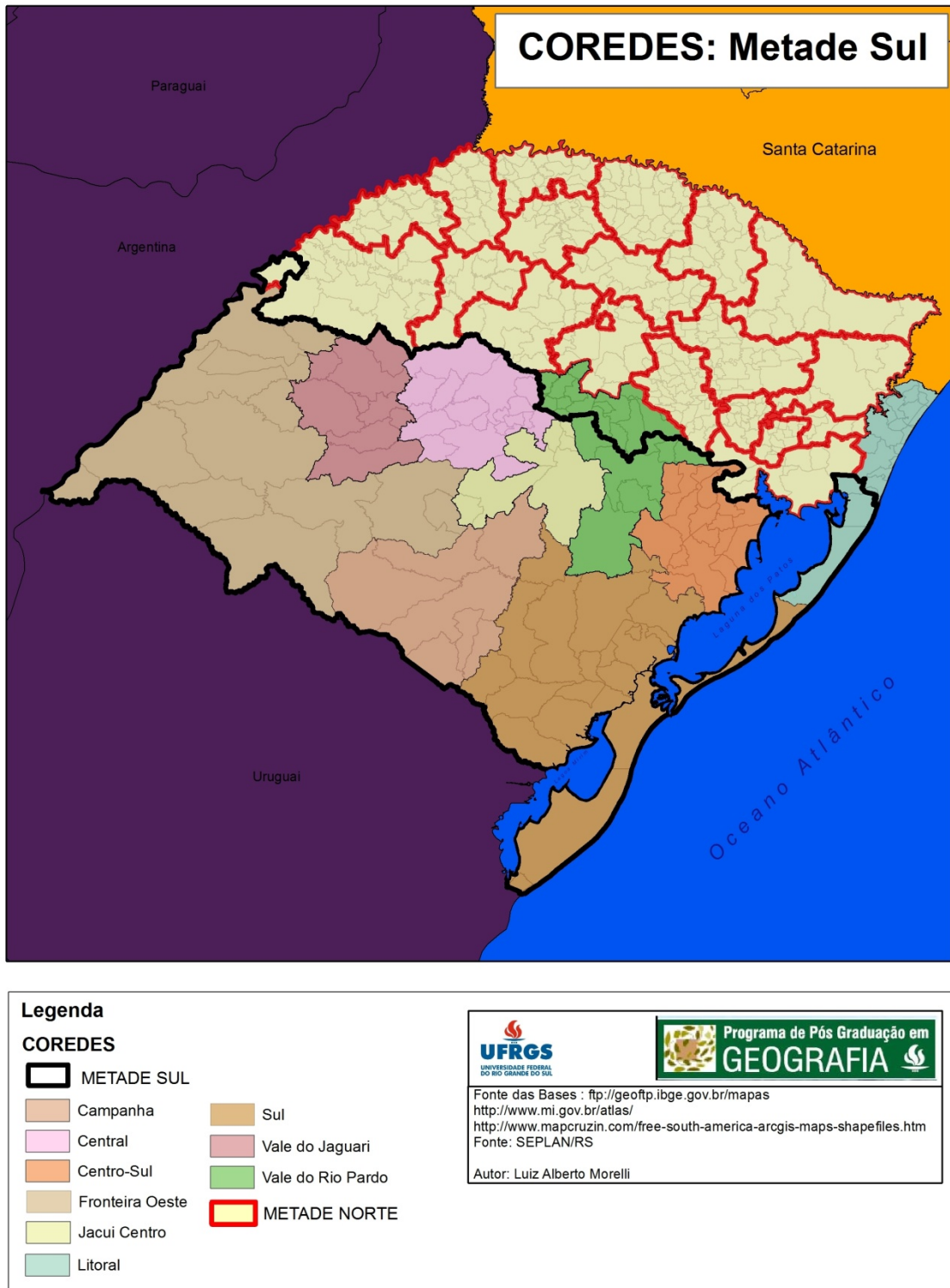
A Metade Sul engloba municípios pertencentes a diversas sub-regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) como: 1- Campanha 2- Fronteira Oeste (Sudoeste) 3- Central 4- Vale do Jaguari 5- Jacuí-Centro 6- Centro-Sul 7- Vale do Rio Pardo 8- Sul, conforme a Figura 5 (BAIROS et al., 2007).

Nessa tese expressões como “Pampa”, “Campanha Gaúcha”, “Fronteira Oeste” (Sudoeste), “Vale do Rio Pardo” e “Região Central do estado” serão referências a porções do território do Rio Grande do Sul componentes da Metade Sul do estado.

Para acelerar o processo de desenvolvimento que implicará no crescimento econômico de uma determinada região é necessário uma organização social e política para aumentar sua capacidade de reter e reinvestir o excedente econômico gerado a um processo permanente de conservação e proteção do bioma regional associado a um contínuo e crescente processo de inclusão social (BOISIER, 1992; HIGGINS, 1995).

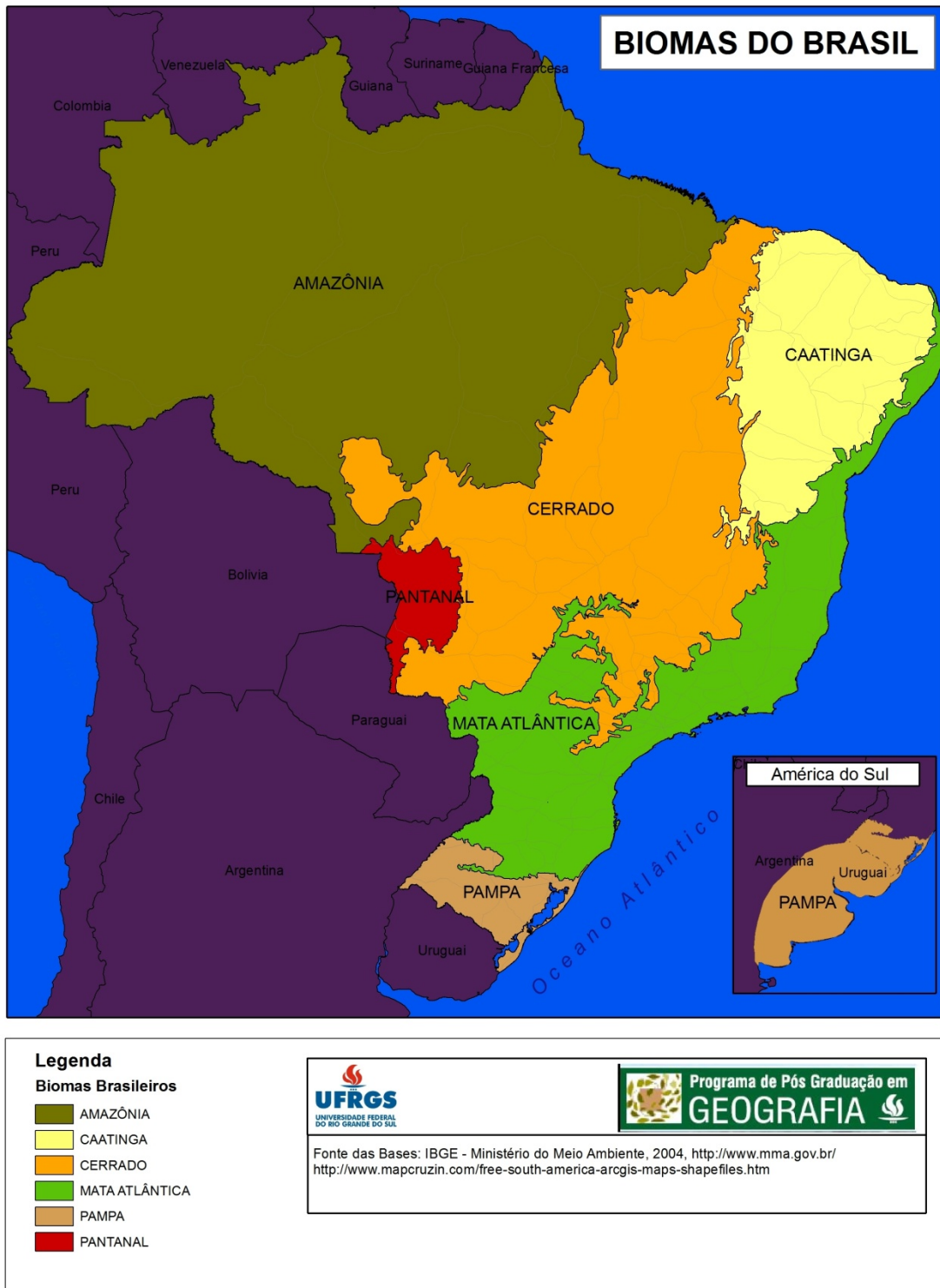
O desenvolvimento de uma região ou localidade passa por um processo de organização social e política de canalização de forças para resolverem suas dificuldades e problemas presentes e futuros (FURTADO, 1982; BOISIER, 1992).

Torna-se importante a negociação e a atração de recursos, seja de ordem pública ou privada, ou uma associação de ambas, ressaltando que dificilmente uma instituição pública ou privada migrará seus capitais para investir em setores produtivos de uma determinada região sem vislumbrarem oportunidades e negócios rentáveis (BOISIER, 1992).



**Figura 5 - COREDES: Metade Sul. Fonte: SEPLAN/RS**

No caso do desenvolvimento das sub-regiões do Rio Grande do Sul, a Metade Sul é caracterizada pelo Bioma Pampa que abrange áreas do Estado e tem continuidade (o Bioma Pampa) com a Argentina e o Uruguai (Figura 6).



**Figura 6 – Biomas do Brasil. Fonte: IBGE (2004).**

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Bioma é um conjunto de vida vegetal e animal constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação

contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria.

No Brasil, o Bioma Pampa se restringe ao Rio Grande do Sul e ocupa 63% do território do estado, situando-se entre as coordenadas geográficas 50°15' a 57°37'30" longitude oeste e 28°20' a 33°44' latitude sul. A paisagem predominante é de coxilhas com vegetação de campo e relevo de planície (IBGE, 2004).

Os mais de 178 mil quilômetros quadrados do Bioma Pampa, aproximadamente 59%, já perderam sua cobertura vegetal nativa pela conversão dos campos em cultivos agrícolas e cultivos florestais de espécies exóticas, estando preservados um pouco mais de 40% da cobertura vegetal nativa (HASENACK, 2008).

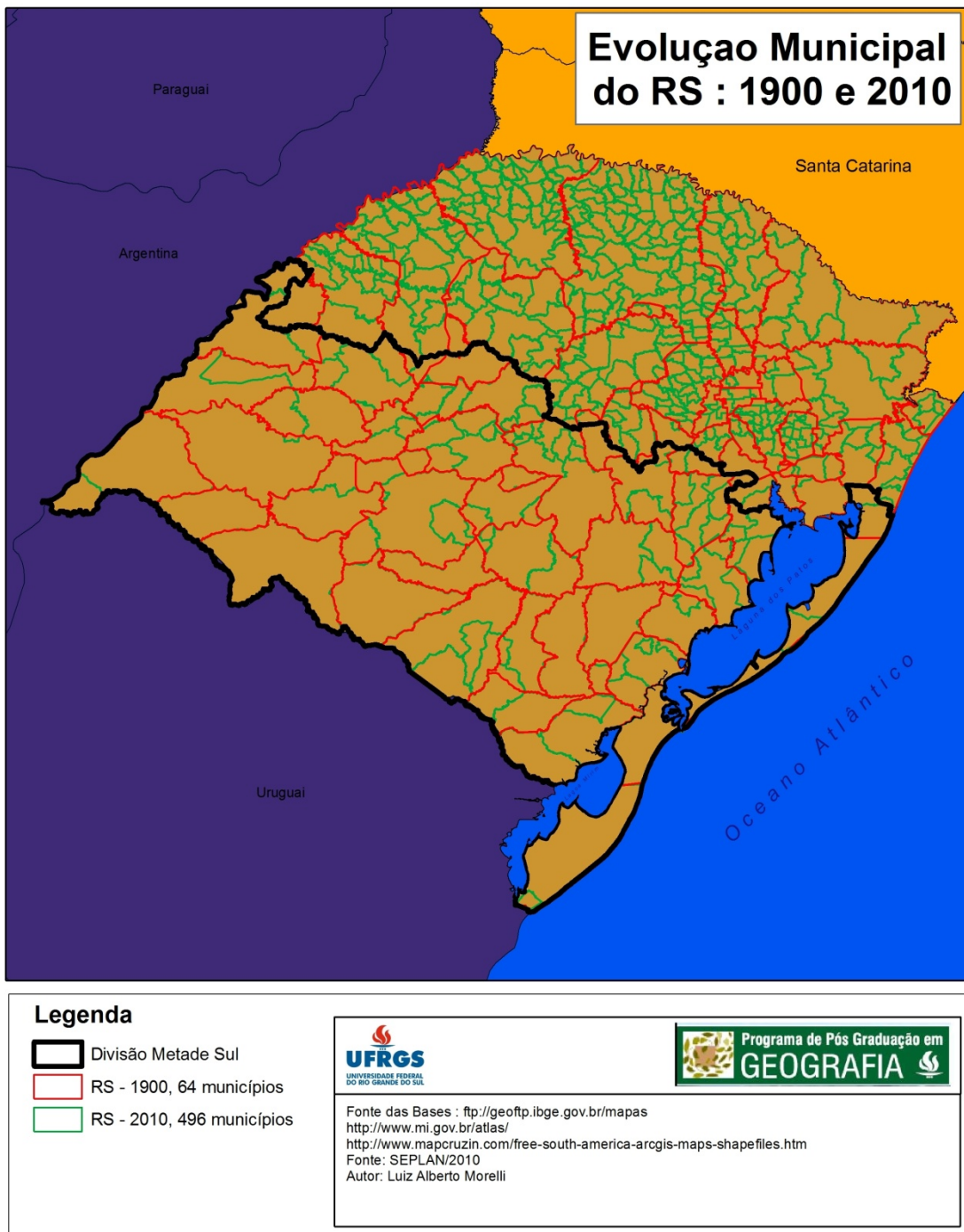
“A Metade Sul abrange em sua maior extensão a campanha gaúcha, situada ao Sudoeste do RS, pertencente ao Bioma Pampa, apresentando como paisagem principal os campos nativos, o que propiciaram a atividade pastoril extensiva, caracterizada principalmente por baixos índices demográficos e alta concentração fundiária” (HEIDRICH, 2000).

Em 1900 o Rio Grande do Sul apresentava 64 municípios, e em 2010, passa para 496 municípios. Percebe-se pela sobreposição da divisão política do estado nessas duas datas (Figura 7), que a Metade Norte se subdividiu de forma mais acelerada, se fragmentando e concentrando o maior número de municípios em relação à Metade Sul.

Os investimentos significativos na cadeia produtiva de celulose, no Estado do Rio Grande do Sul a partir de 2003, deve-se em especial, pela aquisição de áreas por parte das empresas: Aracruz Celulose, Votorantim e Stora Enso. Com o objetivo de aumentar suas bases florestais, na Metade Sul do estado, estes investimentos dividiram opiniões da sociedade gaúcha, gerando expectativas econômicas e mobilização de resistência e defesa aos impactos sociais e ambientais.

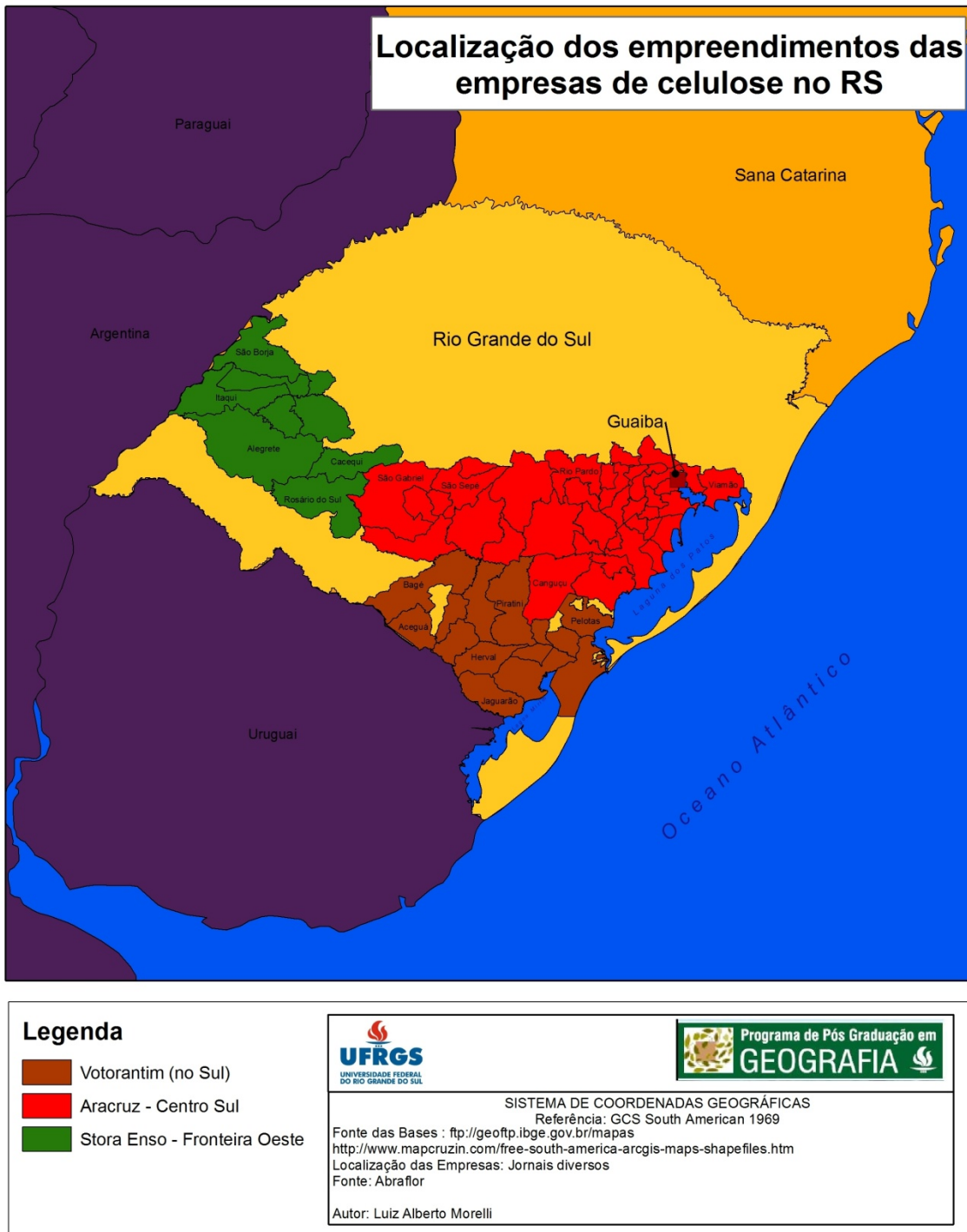
Em um primeiro momento os projetos das empresas visam à implantação de bases florestais para posteriormente instalações de fábricas, utilizando a matéria-prima do local.

Desta forma, conforme representação na figura 8, a Metade Sul do estado seria territorializada com futuros empreendimentos das três empresas, sendo que de acordo com o anunciado: a) a empresa finlandesa Stora Enso construiria uma fábrica na fronteira oeste do estado b) a Aracruz Celulose expandiria a fábrica existente em Guaíba c) Votorantim Celulose e Papel (VCP) construiria uma fábrica no sul do estado.



**Figura 7 - Evolução Municipal do RS: 1900 e 2010. Fonte : SEPLAN/RS.**

Segundo a Associação Brasileira de Florestamento (ABRAFLOR) (2005), o Rio Grande do Sul (RS) foi escolhido para a implantação da base florestal de eucalipto por apresentar nesse momento histórico (2003) um ambiente sócio-político favorável, com projeto do governo estadual de Florestamento visando o desenvolvimento regional para a Metade Sul do estado, com apoio/aceitação parcial da sociedade, aliado ao baixo custo das terras.



**Figura 8 - Localização dos empreendimentos das empresas de celulose no RS Fonte: Abraflor (2005).**

A escolha por estas razões já demonstram uma causa de dimensão territorial de apropriação, tendo consequências no campo econômico, em detrimento às consequências do campo ambiental, à medida que a região não tem como característica natural paisagens florestais.

“As exigências sociais e econômicas do ser humano, como último agente geomorfológico da superfície da Terra, tornaram elementos do território como a hidrografia e a vegetação entre outros, em recursos, surgindo a necessidade de apropriação” (SAUER, 1931).

O baixo custo das terras aliado ao fato do Bioma Pampa contar com poucas áreas de proteção ambiental (SCHNADELBACH, 2007; HASENACK, 2008), possibilita às empresas a formação de propriedades contíguas para instalação de suas bases florestais, perpassando limites territoriais municipais e nacionais.

A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), segundo Olson e Dinerstein (1998), referência usada em todo o mundo, divide em quatro categorias as áreas protegidas por Unidades de Conservação pela importância de biodiversidade do planeta. O Bioma Pampa Gaúcho apesar de ameaçado pelas últimas conversões do uso da terra e a tendência de continuidade não conta com nenhuma área de preservação dentre estas categorias (PILLAR et al., 2009).

A Legislação Ambiental e Florestal Brasileira e o conflito no estado entre empresas e movimentos sociais, nesta tese, representado, principalmente, pela Via Campesina, repercutindo em toda sociedade gaúcha forçou o poder público a elaborar estudos de zoneamento ambiental da silvicultura para implantação de empreendimentos industriais relacionados ao papel e celulose.

Em tempos de globalização, o aumento do poder político e econômico das cadeias de produção e suas grandes corporações as transformaram em um sujeito social tão ou mais importante do que Governos e Estados. Cresce, junto a sociedade civil a necessidade de fiscalização e de preocupação sócio-ambiental sobre as atividades de cadeias empresariais baseadas em monoculturas que necessitam de amplos recursos naturais como a de celulose, principalmente em países periféricos (CARROL, 1999; BUCHHOLTZ, 2000).

Preocupações com alteração da paisagem local, degradação dos solos e dos recursos hídricos, redução do nível de emprego, entre outros, vem mobilizando um conjunto de sujeitos sociais externos às empresas de celulose, obrigando-as a ter que considerar os aspectos ambientais e sociais em suas estratégias de planejamento sob a nomenclatura de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ou Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

Dessa forma a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ou Responsabilidade Social Empresarial (RSE) nas empresas de celulose busca integrar estratégias sócio-ambientais com as estratégias econômicas, buscando contemplar as demandas dos diversos

sujeitos sociais locais/regionais envolvidos e assim legitimar perante a opinião pública suas atividades operacionais (VIEIRA, 2004).

Por outro lado, existe a intenção dos movimentos sociais, representados aqui pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em especial a Via Campesina, em promover o desenvolvimento de forma sustentável através da implantação na Metade Sul de projetos envolvendo à agricultura familiar, solucionando em parte à questão da falta de terras para reforma agrária no Estado e promovendo em maior escala a preservação/conservação do Bioma Pampa.

O desenvolvimento de pesquisas por parte das empresas de celulose buscando a não degradação dos solos, correção de solos, adaptação de sementes a diversas condições climáticas e de solo, modificações e patenteamento genético das sementes, entre outras questões ambientais que anteriormente preservavam de certa forma a utilização de determinados espaços do território, aliado ao discurso de desenvolvimento sócio-econômico, estão auxiliando a expansão da monocultura em detrimento das atividades da agricultura familiar. Esta, entre outros aspectos positivos permite a biodiversidade e o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional local e regional.

Esses dois amplos projetos, da agricultura familiar e da indústria de papel e celulose, à primeira vista se polarizam entre o campo econômico e o campo ambiental, mas trazem em suas concepções a manutenção ou reestruturação fundiária, o uso do solo e as questões de territorialidade, necessitando para se instalarem do Poder Público, seja como incentivador de infraestrutura, no caso da agricultura familiar, ou como flexibilizador de leis existentes, no caso da agroindústria da celulose.

O enfrentamento da questão e as decisões para acolher um, outro, ou os dois projetos simultaneamente volta-se principalmente para o Poder Público Estadual, sendo que em algumas situações específicas, pode envolver as esferas, Federal e/ou Municipal.

Nesse caso em que a decisão necessita do apoio do governo, sempre existirá o temor de repercussões políticas adversas e de sofrer ônus políticos de decisões questionáveis pela opinião pública (BOISIER,1992; HIGGINS,1995).

A busca de grandes extensões de áreas na Metade sul do Rio Grande do Sul por três grandes empresas de celulose - Aracruz Celulose, Votorantim Papel e Celulose (VCP) e Stora-Enso - demonstra nessa ação, a expansão e/ou tentativa de expansão territorial da cadeia de celulose no estado, forçando atitudes políticas e gerando questionamentos, debates polêmicos e conflitos ambientais e sociais.



Panorama semelhante está se desenhando em países vizinhos ao estado gaúcho - Uruguai e Argentina. Exemplo disso foi o protesto argentino em relação a fábrica finlandesa Botnia que anunciou investimentos no Uruguai, gerando uma crise entre os dois países e levada à discussão na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Medidas para conservar o Bioma Pampa, predominante na Metade Sul do estado, que tem por característica principal, não apresentar cobertura florestal nativa, são exigidas por segmentos sociais, representados principalmente pela comunidade acadêmica e pelos movimentos sociais, especialmente a Via Campesina e o Movimento Sem Terra (MST), demonstrando que as empresas vem exercendo uma pressão política alta e assim estão conseguindo flexibilizar a legislação estadual, com a compra de terras e plantio em larga escala sem o devido estudo de impacto ambiental.

“(…) por mais que se fale em desenvolvimento sustentável existe um enfrentamento sem solução entre a expansão econômica e a conservação do meio ambiente” (ALIER, 2007. pág. 41).

No ano de 2007, o órgão ambiental estadual - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM/RS) - realizou audiências públicas nas regiões atingidas ou pretendidas pelas empresas para apresentar o Zoneamento Ambiental da Silvicultura para o estado.

A imprensa escrita do Rio Grande do Sul vem veiculando notícias e informações, caracterizando a situação, os conflitos, os principais sujeitos sociais e os principais entraves ou pontos polêmicos que abrangem os campos ambiental, econômico, político, social e técnico, da questão da indústria de papel e celulose na Metade Sul do estado, mas pouco ou nada se fala sobre o campo territorial da questão.

A questão a ser levantada é se o discurso expresso nas notícias veiculadas pela mídia escrita gaúcha sobre a Metade Sul e os projetos de implantação de bases florestais pelas empresas de celulose estão identificando e caracterizando o campo territorial, além do campo sócio-ambiental e do campo econômico. Ou seja, quais são os principais campos enfocados pelas notícias veiculadas, que formam e orientam a opinião pública, sobre os conflitos gerados entre os sujeitos sociais envolvidos?

Outra questão é, se os reflexos de empreendimentos desta natureza na Metade Sul do estado promovem a reestruturação fundiária ou apenas introduzem uma nova monocultura na matriz econômica produtiva atual do estado.

A partir destas questões a Tese a ser comprovada é se os conflitos gerados pela implantação de uma base florestal com enfoque na monocultura do eucalipto no Rio Grande do Sul constituem expressão de um processo de territorialização, onde o objetivo principal é o campo territorial, sendo o campo ambiental e o campo econômico, nada mais que um desdobramento secundário desse processo.

Ao campo econômico, a monocultura do eucalipto favorecerá a possibilidade de formação de riqueza ao grupo de empresas, sendo que parte dessa riqueza poderá ou não, ser convertida à sociedade local. Ao campo ambiental, a monocultura de eucalipto por empresas do setor de celulose/ou papel introduzirá um elemento novo, como as ações de responsabilidade sócio-ambiental das empresas, substituindo ações de competência do poder público e tornando o território apropriado por estas ações, refém e submetido às intenções das empresas no âmbito ambiental-social e econômico através da apropriação territorial

## **1.2 Objetivos**

Para construir esta Tese tem-se como Objetivo Geral:

Demonstrar que o discurso no campo político, no campo econômico e no campo ambiental, apresentado à sociedade através de matérias veiculadas pela imprensa escrita no período de 1999 a 2009, sobre a implantação de bases florestais com ênfase na monocultura do eucalipto por empresas de celulose, obscurece o discurso no campo territorial, enquanto dimensão fundante desse processo.

Para atingir o objetivo geral tem-se como objetivos específicos:

- a) Apresentar os diferentes momentos históricos da formação territorial na relação com a estrutura fundiária e formas de uso da terra no Rio Grande do Sul;
- b) Apresentar os principais aspectos da evolução histórica da indústria do Papel e Celulose no Brasil e sua ramificação no Rio Grande do Sul;
- c) Identificar e analisar a atuação dos principais segmentos de sujeitos sociais envolvidos na problemática da Silvicultura de eucalipto;
- d) Identificar e Analisar a possível constituição de oligopólios econômicos pelas empresas de Celulose atuantes na região, com base na monocultura do eucalipto e da apropriação territorial.

- e) Apresentar as principais notícias veiculadas pelo jornal Zero Hora, no período de 1999 a 2009 referentes à cadeia de celulose e Metade Sul.
- f) Apresentar a classificação das notícias selecionadas, de acordo com os campos predominantes.

### **1.3 Procedimentos Metodológicos**

O Método utilizado nesta tese é o da abordagem histórica qualitativa, com o objetivo de descrever e analisar os fatos de um momento histórico concernente ao tema proposto. As fontes de coletas de informações estão baseadas na pesquisa bibliográfica e documental, possibilitando uma análise crítica do processo.

O método histórico pode ser definido como:

“(...) a pesquisa histórica é (...) uma investigação crítica dos acontecimentos, desenvolvimentos e experiências, do passado, pesagem cuidadosa da evidência da validade de fontes de informação sobre o passado, e a interpretação da evidência. (...) é extremamente valiosa para a pesquisa comportamental, porque as origens e as raízes das disciplinas comportamentais têm que ser compreendidas se quiser compreender as teorias e pesquisa contemporânea” (KERLINGER, 1980, p. 347-348).

A pesquisa bibliográfica no entendimento de Gil (1996) é imprescindível nos estudos históricos não havendo em muitos casos, outra maneira de conhecer os fatos do passado.

Para contribuir na compreensão da complexidade do período atual, denominado por Santos (2002), de período Técnico-Científico Informacional, esta tese de acordo com seu objetivo, procurou estabelecer e delimitar periodizações históricas relevantes na história de formação territorial do Rio Grande do Sul e na formação do Complexo Florestal no Brasil com ênfase na cadeia produtiva de celulose, que marca presença no Rio Grande do Sul, ressaltando o discurso dominante do período e como este se relacionou com os aspectos territoriais, sociais, econômicos, ambientais, técnicos e políticos, entre outros.

Para chegar ao objetivo geral foi realizada uma pesquisa bibliográfica resgatando-se:

- a) Os conceitos geográficos de Território, Território-Rede, Região e Ambiente.

- b) Os fatos históricos pertinentes à formação e ocupação territorial do Rio Grande do Sul para entendimento do processo histórico que nos últimos anos desencadeou na divisão do estado em Metade Sul e Metade Norte.
- c) O resgate histórico da formação do Complexo Florestal no Brasil e sua ramificação no estado para a compreensão e identificação dos principais sujeitos sociais envolvidos, a formação de oligopólios empresariais na região e a tendência de extrapolar as fronteiras do País e unificar-se com a expansão do setor de celulose no Uruguai e na Argentina.

Os conceitos de Território, Território-Rede, Região e Ambiente, entre outros; e os dados históricos apresentados nesta tese sobre a formação territorial e a estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, foram obtidos através de pesquisa bibliográfica em autores como Haesbaert, Pesavento, entre outros, sendo realizada uma análise qualitativa.

A pesquisa bibliográfica histórica adotada para esta tese consistiu em resgatar e sistematizar a bibliografia existente através de períodos históricos da formação territorial do RS, evidenciando a sua estrutura fundiária e as matrizes econômicas associadas e as subdivisões intra-regionais consequentes. Buscou também resgatar e sistematizar a evolução da indústria do papel e celulose no Brasil, evidenciando o setor de florestamento e a cadeia de celulose e suas ramificações no estado do RS.

Com o apoio operacional técnico externo foram obtidos dados tais como: bases cartográficas e topográficas, utilizando bibliotecas de nomenclatura e símbolos produzindo os mapas e bancos de dados informatizados em ambiente do Sistema de Informações Geográficas (SIG) em escala de mapeamento compatível.

As figuras foram obtidas através do levantamento de base de dados digitais e analógicas gerando, informações georreferenciadas que foram editadas no programa ArcGIS®.

Integram a base de informações geográficas desta tese dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Mapcruzim©. Estes arquivos, disponibilizados via File Transfer Protocol (*FTP*), são apresentados na extensão shapefile (.shp), em coordenadas geográficas, datum SAD69.

A pesquisa documental realizada através do jornal Zero Hora, no período de (1999-2009), buscou selecionar notícias veiculadas, com base na caracterização dos projetos de instalação de bases florestais e seus desmembramentos pela cadeia de papel e celulose destinados à Metade Sul do estado e os principais sujeitos sociais envolvidos.

Os jornais são fontes de informações que possibilitam entre outras formas, a pesquisa analítica e qualitativa em um período de tempo, possibilitando acessibilidade e resgate dessas informações de forma mais ágil que outros veículos da mídia como rádio e televisão, por exemplo. (NISBET, BORSSAD, KROEPSCH, 2003; CRAWLEY, 2007).

Os jornais assim como outros veículos de comunicação de massa, de forma geral, buscam suas informações em fontes similares, sendo possível o agrupamento das informações relevantes a um determinado tema (VAN GORP, 2007; CRAWLEY, 2007), o que possibilita a seleção desta mídia impressa para o desenvolvimento desta pesquisa.

Esta tese enfoca o tema do Florestamento pela Monocultura do Eucalipto por empresas do setor de celulose estabelecidas na Metade Sul do estado Rio Grande do Sul. Busca demonstrar que dentro deste tema, são valorizados nas matérias publicadas em jornais de formação de opinião, o campo econômico, o campo ambiental e o campo político em detrimento ao campo territorial. Não é objeto desta pesquisa, a ideologia e o aspecto subjetivo de como é tratada ou pensada a informação, que pode variar de um jornal para outro, de um veículo da mídia para outra, como discutido em tantos outros trabalhos acadêmicos sobre a influência do posicionamento da mídia na sociedade, dessa forma optou-se pelo jornal de maior tiragem e abrangência regional.

Entre os diversos jornais que circulam no Rio Grande do Sul, o jornal Zero Hora (ZH) foi selecionado para representar esta pesquisa. Este jornal tem a maior tiragem no Rio Grande do Sul, o que reflete sua abrangência no estado. Também tem como característica editar cadernos ou seções específicas de economia, política e ambiente, elementos de influência direta sobre o tema tratado. Outro fator relevante para a seleção de apenas um Jornal de Circulação Regional é que os diferentes veículos de comunicação buscam suas informações geralmente em fontes similares (VAN GORP, 2007; CRAWLEY, 2007), evitou-se dessa forma, informações repetidas sobre o mesmo tema.

Após a pesquisa histórica, foi realizada uma pesquisa documental na busca de informações veiculadas pelo jornal Zero Hora no período de 1999-2009, sendo recortadas para análise, as notícias pertinentes ao tema. Foram selecionadas e apresentadas para a análise as principais notícias vinculadas ao tema que tinham como enfoque principal um ou mais campos: político, territorial, econômico, técnico, social e ambiental.

As notícias foram pesquisadas nos Cadernos e Seções do Jornal Zero Hora, que tratam sobre Política, Economia, Ambiente, Agricultura e Informações Gerais. Foram selecionadas as matérias relacionadas com a Metade Sul do estado associada a Cadeia de

Celulose, ao Plantio de Eucalipto, às Empresas Aracruz Celulose, Votorantim Celulose e Papel, Stora-Enso, e eventualmente, matérias que vinculavam o florestamento na Metade Sul ao Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/(Via campesina) e à Agricultura Familiar.

Ressalvando que não é objeto desta pesquisa notícias sobre o MST (Via campesina) a agricultura familiar de forma isolada, mas sempre que estes estiverem relacionados com o tema de monocultura do Eucalipto, poderão ser citados como sujeitos sociais envolvidos na questão.

As reportagens foram pesquisadas e coletadas no período de 2007 a 2010, diretamente nos exemplares dos Jornais, disponibilizados e acessados, no Museu de Comunicação do Estado Hipólito da Costa. As notícias selecionadas foram transcritas e resumidas para formarem uma base de dados informacional para ser utilizada nesta tese.

Para relacionar e analisar os acontecimentos históricos e o discurso envolvido das notícias veiculadas pelo jornal Zero Hora foi utilizada a proposta teórico-metodológica da Sociologia Reflexiva de Bourdieu (1989), que associa a abordagem sociológica à abordagem linguística.

De acordo com a abordagem sociológica de Bourdieu (1989), a ação social é o resultado das relações dialéticas entre as estruturas das ações objetivas e subjetivas dos sujeitos sociais, isto é do conjunto de ideias e representações individual ou coletiva.

Para o autor, o habitus são estruturas objetivas que faz a interligação entre a tendência do sujeito social ou de um grupo de sujeitos sociais (habitus de classe) a agir de uma certa forma, e o sentido real da ação realizada, tanto individualmente como coletivamente.

“ (...) habitus (...) é um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes (...) como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações, que podem ser objetivamente reguladas e regulares sem ser o produto de obediência a regras” (BOURDIEU, 1983, p. 60)

Para Bourdieu (1989), a atuação do sujeito ou de um grupo de sujeitos sociais se dará em um espaço social repleto de Campos de atuação, sendo espaço social definido como:

“(...) um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinado quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme ou mais ou menos direto, ao campo da produção econômica” (BOURDIEU, 1989).

O conjunto aberto de campos proposto por Bourdieu (1989) são postos nesta tese como as dimensões onde ocorrem as simbologias individuais e coletivas e o poder simbólico que cada uma delas representa.

Para Bourdieu (1989), é perfeitamente possível transpor os conceitos de habitus e campo sociológico para habitus e campo lingüístico, e dessa forma analisar o discurso de um sujeito ou de um grupo de sujeitos sociais.

Nesta tese, os campos levantados por Zero Hora em suas matérias, irão abordar, por exemplo, o campo político, o campo econômico, o campo social, o campo ambiental, o campo técnico e o campo territorial da questão da implantação de bases florestais por empresas de celulose na Metade Sul do Estado.

Estes campos enfocados nas matérias publicadas é produto das condições sociais (habitus lingüístico), produzindo discursos ajustados a uma determinada situação (BOURDIEU, 1983).

Para Bourdieu (1989), o discurso, pertence a um mercado linguístico que pode ser análogo a um mercado econômico. Assim como o mercado econômico se dedica a produção de bens materiais que serão ofertados e demandados, o mercado linguístico se dedica a produção de discursos que serão aceitos ou não pelos diferentes grupos de sujeitos para os quais foram direcionados.

Para compreender e analisar os discursos existentes entre os sujeitos sociais envolvidos na questão de celulose no Rio Grande do Sul, contemplando o campo político, o campo territorial, o campo econômico, o campo técnico, o campo social e o campo ambiental, foram realizadas:

Uma pesquisa bibliográfica, amparada em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, sites oficiais do governo na internet, sites dos sujeitos sociais envolvidos, quando existentes, e sites sobre o tema;

Uma pesquisa documental das informações nas matérias publicadas no jornal Zero Hora no período de 1999 a 2009, resgatando e apresentando as principais matérias veiculadas relacionando Metade Sul e Florestamento; Metade Sul e Empresas de Celulose;

Elaboração de quadros-síntese representativos dos resultados da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental;

Classificação das principais matérias resgatadas de acordo com o campo focado, com base na predominância nas notícias de palavras-chave, como: Campo Ambiental; Campo

Econômico; Campo Político; Campo Social; Campo Técnico; e Campo Territorial. As matérias selecionadas foram classificadas de acordo com os campos predominantes, sendo eles subdivididos em:

- 1- Campo Ambiental;
- 2- Campo Econômico;
- 3- Campo Político;
- 4- Campo Social;
- 5- Campo Técnico;
- 6- Campo Territorial;

Para pertencer a um determinado campo, foram selecionadas até seis palavras-chave relacionadas ao campo, sendo elas:

- 1- Campo Ambiental: Ambiente Eucalipto, Floresta, Licença Ambiental, Recursos Naturais; Zoneamento Ambiental;
- 2- Campo Econômico: Agricultura Familiar; Celulose; Empresas de Celulose; Investimento; Matriz Produtiva; Projeto (econômico);
- 3- Campo Político: Estado; Governo; Desenvolvimento Regional; Legislação;
- 4- Campo Social: Agricultor; Mão-de-obra; Trabalho; Programa (social);
- 5- Campo Técnico: Estudo Técnico, Fábrica; Plantio; Processo Produtivo; Silvicultura; Viveiro (mudas);
- 6- Campo Territorial: Apropriação (territorial); Faixa de Fronteira; Propriedade (territorial), Território;

Foram consideradas para a classificação apresentada acima, palavras ou termos derivados e/ou conexos às palavras-chave, como por exemplo: Ambiente, Ambientalista; Floresta – (Re) Florestamento; Governo - Governador; Processo Produtivo – Produção; Empresas de Celulose – Celulose; Desenvolvimento – Regional, Sustentável, entre outros.

Para pertencer a um campo específico, a notícia veiculada deverá conter, no mínimo, uma palavra-chave de um determinado campo. Pode ocorrer de uma mesma notícia ser classificada por um ou mais campos de abrangência.

Para proceder com a classificação acima, foram agrupadas as notícias veiculadas pelo jornal Zero Hora de acordo com os períodos que integram o período histórico, objeto desta tese.

Por último, após analisar e classificar as matérias selecionadas, foi elaborada a interpretação.



## **1.4 Fundamentação Teórica**

O objetivo aqui não é contrapor ou promover o debate entre os vários autores sobre o mesmo conceito, mesmo reconhecendo a importância do diálogo entre pensamentos opostos e/ou críticos para a re (construção) de novas ideias.

A intenção é inserir pensamentos e conceitos de autores que revelam o entendimento em relação ao tema, possibilitando embasamento e sustentação a esta tese.

Primeiramente são apresentados os conceitos geográficos que embasam esta pesquisa em sua metodologia, ou seja, o Espaço Geográfico na sua dimensão de território e seu desmembramento em território-rede, ambiente e região.

Suertegaray (2000 p.13-14) coloca que a Geografia “se expressou e se expressa suportada por um conjunto de conceitos que, por vezes, são considerados como equivalentes”. Em sua análise, esses conceitos “expressam níveis de abstração diferenciados e, por consequência, possibilidades operacionais diferenciadas”.

O Rio Grande do Sul está inserido, nesta análise, em um contexto relacional entre Espaço Geográfico e seus conceitos conexos. Resgatar e analisar conceitos na Geografia e em outros campos do saber auxilia no entendimento, na incorporação e interpretação do tema investigado por esta pesquisa.

### **1.4.1 Espaço Geográfico**

Os componentes do espaço são os mesmos em todo o mundo e formam um “continuum” no tempo, mas variam quantitativamente e qualitativamente segundo o local, do mesmo modo que variam as combinações entre eles e seu processo de fusão. Daí as diferenças entre espaços.

Para Corrêa (1995), isto revela que uma sociedade se torna concreta a partir do espaço que ela produz, e o espaço só pode ser compreendido a partir da sociedade, portanto, ambas as categorias não podem ser compreendidas separadamente.

O espaço geográfico é o conceito maior à Geografia e conseqüentemente o mais complexo. Para Milton Santos, o Espaço Geográfico é um híbrido resultante da interação entre o sistema de ações e o sistema de objetos:

“O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário, e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tendam a funcionar como uma máquina” (SANTOS, 1997, p.51).

Os integrantes deste sistema de objetos são obrigatoriamente contínuos e a população de objetos considerada pelo geógrafo não resulta de uma seleção (...) o enfoque geográfico supõe a existência dos objetos como sistemas e não apenas como coleções: sua utilidade atual, passada, ou futura, vem, exatamente, do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores (SANTOS, 2002, p.73).

Para entender como se comporta o sistema de ações, Morgenstern (1960, p. 34 apud SANTOS, 2002, p.78) afirma que ação é um processo, mas um processo dotado de propósito, o que Santos em sua obra *A Natureza do Espaço* (2002), colocará como noção de intencionalidade, válida na contemplação do processo de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno: “ (...) É a própria ação humana que assim se define. A intencionalidade é uma espécie de corredor entre o sujeito (responsável pela ação) e o objeto” (SANTOS, 2002, p. 90-91).

Desta forma a interação entre o sistema de objetos e o sistema de ações ocorre através da existência de uma intencionalidade, e um sistema necessita do outro para existir, sendo através desta coexistência que se encontrará a dinâmica do espaço e suas transformações.

O Espaço Geográfico para Suertegaray (2000) é concebido como:

“ (...) heranças, coexistências de tempos, onde num mesmo espaço coabitam tempos diferentes, ou seja, tempos tecnológicos distintos que resultam em inserções diferenciadas no mundo globalizado. Estas diferentes formas de coexistência e de materializações diversas constituem um espaço geográfico

complexo e carregado de heranças e de novas possibilidades” (SUERTEGARAY, 2000, p. 19-20).

Nesta tese o espaço geográfico será analisado mais objetivamente, com base no conceito de Formação sócio – espacial. O conceito de formação sócio-espacial idealizado por Milton Santos (1977), afirma a interdependência entre modo de produção, formação socioeconômica e espaço.

A dimensão ambiental fundamenta-se em Suertegaray (2000 p. 28) quando afirma que “a geografia tem pensado o Ambiente, incluindo o indivíduo como ser social produto e produtor de várias tensões ambientais”.

Neste sentido, o campo ambiental, nesta tese, estará representada através da análise dos conflitos sociais existentes em relação ao florestamento através da Monocultura do Eucalipto, tendo como referência as experiências enfrentadas na Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Desta forma, o espaço geográfico é analisado nesta tese através do campo econômico, do campo ambiental e do campo territorial.

#### **1.4.2 Território**

“Até a década de 50 do século XX, prevalecia na Geografia uma concepção de espaço absoluto, algo pré-existente, receptáculo definido por meio de um conjunto de pontos, onde ocorriam, eram observados e descritos os diversos fenômenos geográficos. (...) A cartografia de base e a localização absoluta (coordenadas geográficas) foram, em parte, o suporte dessa concepção” (SUERTEGARAY, 2000, p. 18).

Esta concepção funda a noção de território, sendo estendida à sociedade dos homens no final do século XIX, tendo Friedrich Ratzel um dos seus precursores.

O objetivo de Ratzel foi transferir a noção de domínio natural às ciências sociais, a partir da ideia de espaço vital, que expressava as necessidades territoriais de uma sociedade em função do tamanho da sua população, dos recursos naturais existentes e da tecnologia disponível (CORRÊA, 1995).

Ratzel introduziu a ideia de Território-Nação, onde a manutenção, a defesa e a ampliação deste espaço vital eram razões da existência do Estado, sendo a política, o modo como o Espaço se transformava em Território.

“O poder e a atuação do Estado Nacional definiam a territorialidade a ser investigada, a territorialidade do espaço, que era dada através das construções de rodovias, canais, estradas de ferro, redes comerciais e bancárias, enfim, através da fixação de capital e de trabalho materializado no solo que, por sua vez, marcavam os limites político-territoriais” (MACHADO, 1997, p. 21).

Complementando esta ideia, Suertegaray (2000 ) lembra que:

“(...) a Geografia na sua concepção clássica considera o território como uma dimensão do espaço geográfico que privilegia o político ou a dominação/apropriação. Esta, inicialmente, tratava-se de uma condição necessária à sobrevivência, hoje se faz sob os mais diferentes objetivos” (SUERTEGARAY, 2000. p.20).

Hoje, a concepção de território está diretamente relacionada às questões que se desejam priorizar. No âmbito da Geografia, de acordo com a dimensão analisada, há várias possibilidades conceituais e analíticas.

1. Para Haesbaert (1995, 1997 e 1999), a concepção de território para melhor entendimento e compreensão pode ser agrupada inicialmente em três vertentes básicas:- Política ou Jurídico-Política: o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. Essa vertente engloba as relações espaço-poder em geral e as relações espaço-poder institucionalizadas.
2. Cultural ou Simbólico-Cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
3. Econômica: enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporados no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

O autor incorpora posteriormente uma quarta vertente que denomina de:

4. Natural ou Naturalista: utiliza uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico.

O poder, e as situações de conflito que o mesmo gera é a categoria central dessa tese. Assim, o Espaço Geográfico será focado na dimensão que prioriza ou privilegia o poder para compreender o significado de Território geográfico, constituído pela apropriação, pelo controle, pela dominação, expresso pela relação sociedade-natureza.

Isso não significa negar ou excluir as demais vertentes. Sendo a formação e a apropriação territorial um processo complexo é natural que as variáveis das outras vertentes estejam interligadas e seja necessário contextualizá-las ao longo desta tese.

Salientando a importância da interligação entre as diversas vertentes, resgatamos o pensamento de Saquet (2004):

“(…) as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais”. (SAQUET, 2004, p.28).

Além das vertentes econômicas, políticas e culturais, o autor considera a vertente da natureza, enfatizando que a natureza está no território e dele é indissociável, sempre estará presente dentro do território.

Para Andrade (1995), o conceito de território perpassa pela ideia de poder, apresentando uma vertente política e econômica de ocupação do espaço:

“O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas” (ANDRADE, 1995, p. 19).

Para o autor, as territorialidades estão associadas às relações sociais, ao sentimento de pertencimento e de apropriação de um território, o que leva a territorialização. Esta é a forma de como se materializa o território, bem como a manifestação das pessoas, a especialização de qualquer segmento da sociedade como, por exemplo, a produção econômica de um determinado produto:

“Pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado (...) A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas” (ANDRADE, 1995, p. 20).

Haesbaert (2004), evidencia uma diferenciação entre a vertente de concepção econômica e a vertente de concepção política. Para o autor a concepção econômica percebe o território como fonte de recursos, ao passo que a concepção política percebe o território como um espaço delimitado onde se exerce um tipo de poder. Esta vertente de concepção política é a mais difundida:

“(...) onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através da qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionada ao poder político do Estado” (HAESBAERT, 2004. p. 40).

Para Haesbaert (2004, p. 80), “o território construído a partir desta perspectiva relacional do espaço é (...) inserido dentro de relações social-históricas, ou (...) de relações de poder”. Estabelecidas às relações sociais, Heidrich (1998), ressalta que:

“(...) quando há população fixada territorialmente e socialmente organizada para produção de riquezas, cada indivíduo não mantém mais uma relação de domínio direto e repartido com o restante da coletividade sobre o território que habita. Neste momento, a defesa territorial passa a ser realizada por uma configuração social voltada exclusivamente para a organização e manutenção do poder” (HEIDRICH, 1998).

Haesbaert (2002), relembra que Allié (1980), na sua obra *L'invention du territoire*, já afirmava que o território “era uma invenção política do mundo moderno, obra de uma classe social para seu próprio benefício”.

Para Sack (1986), a territorialidade é a primeira expressão geográfica de poder social a partir de uma determinada área geográfica. Trata-se de uma relação de poder vinculado a um contexto social. Como as relações sociais são múltiplas, apresentando diferentes graus de acesso às coisas, às relações e às pessoas, pode-se falar de diversos níveis de territorialidades.

Para o autor, o território é ao mesmo tempo a fonte do poder e a base para projetar estas relações. A territorialidade é construída socialmente e envolve três relações interdependentes que estão contidas na definição de territorialidade:

1. Uma forma de classificação por área: impor limites territoriais implica em classificar o controle dos recursos de uma determinada área, mesmo de forma implícita;
2. Uma forma de comunicação: delimitar um território, estabelecer sua fronteira, implica utilizar símbolos, marcas, representados formal ou informalmente.
3. Um tipo de controle. É a tentativa de manter o controle sobre o acesso a uma determinada área e as coisas no seu interior, implica em utilizar alguma forma de poder para obter esse controle.

Assim para se criar instâncias territoriais usam-se as mais variadas estratégias ou linhas de ações, como: a delimitação de áreas às quais se estabelecem normas claras do que é permitido ou proibido; a implementação de limites ou fronteiras por meio de marcas simbólicas ou sinais; a distribuição e alocação de recursos; e o repasse da responsabilidade das decisões e atitudes sociais para a área, como se fosse um atributo natural do lugar.

Raffestin (1993), compreende Território como um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política, a partir das manifestações de poder, ou seja, o(s) sujeito(s) social(is) quando se apropriam de um espaço o territorializam. Para o autor o espaço é um substrato pré-existente ao território.

“ É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o sujeito territorializa o espaço. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Para o autor a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Território e Poder são categorias autônomas, mas aquele não se define sem este. O poder está intrínseco em todas as relações sociais, daí seu caráter relacional, sendo necessário enfocá-lo conjuntamente para compreensão de território.

Haesbaert (2004, p. 83), descreve o pensamento de Raffestin (1993, p. 53), sobre a natureza do poder, sintetizando as proposições de Michel Foucault (1979, 1984, 1985), que considera o poder não como objeto, mas uma relação:

O poder não se adquire: é exercido a partir de inumeráveis pontos;

As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc.), mas são imanentes a elas;

O poder (também) vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados.

De acordo com Heidrich (1998), apesar da organização do espaço contemporâneo ser recoberto de soberanias e por consequência, de territórios, tanto a nível global, regional, local, entre outros, não há como evitar a formação de campos e redes informais de relacionamento, associados ao uso de técnicas, que ultrapassam, superam e não se regulam por princípios territoriais pré-definidos politicamente, abordando esta temática da territorialidade de forma mais abrangente e flexível.

Haesbaert (2004, p. 84-85), em sua análise sobre Raffestin, assinala que o autor em sua definição de território, considera o trabalho como energia informada e inicialmente pertencente ao indivíduo, sendo que a sociedade capitalista ao apropriar-se dele, tira do indivíduo a capacidade original de transformação e as passa às organizações.

“ A destruição da unidade-trabalho se realizou pela alienação, isto é, pelo fato de que os produtos do trabalho se tornam output cristalizados, de que se apropria uma organização específica que projeta seus trunfos estruturais para obter a equivalência forçada. (...) Contudo, os homens podem desejar a retomada do controle de seu poder original (...), o que significa entrar num universo conflitual, cuja natureza é puramente política. (...) Assim, a possibilidade do poder, e não o poder se constrói sobre a apropriação do trabalho na sua qualidade de energia informada. O poder não pode ser definido pelos seus meios, mas quando se dá a relação no interior da qual ele surgiu” (RAFFESTIN, 1993, p. 57-58).

Para o autor o objetivo das organizações ao alienarem o trabalhador, revela uma ação intencional de busca pelo poder absoluto através de relações simbólicas, havendo possibilidade de existência de tantas representações territoriais quantos forem os objetivos intencionais dos diferentes sujeitos. Esse poder absoluto tende a ser fragilizado à medida que aumenta a distância entre a realidade e a representação.

“Por sua ação, a organização que visa à extrema simplicidade, a expressão jamais alcançada do poder absoluto, tende a se interessar apenas pelos símbolos dos triunfos. O ideal do poder é jogar exclusivamente com



símbolos. É talvez o que, por fim, torna o poder frágil, no sentido de que cresce a distância entre o triunfo real – o referencial – e triunfo imaginário – o símbolo” (RAFFESTIN, 1993, p. 60).

Esta interação mediada por relações de poder na dimensão do real e na dimensão do simbólico, desenham a criação de um sistema de malhas, nós e redes que se formam no território. Ao decifrar essas relações de poder nos contextos históricos, sociais, espaciais e temporais, contemplando a apropriação concreta e abstrata do espaço pode-se compreender as territorialidades existentes num espaço determinado caracterizado por uma dada sociedade.

“As imagens territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura mais profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território (...). Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos atores sintagmáticos que produzem territórios. Esta produção de território se inscreve perfeitamente no campo de poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 152-153).

Argumentando que território não é o espaço social em si, mas relações de poder espacialmente delimitadas, Souza (1995), considera território como campo de forças, onde as relações sociais e de poder estão delimitadas neste espaço e operando sobre um substrato referencial:

“O território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade ou comunidade, os *insiders*) e os outros (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)” (SOUZA, 1995, p.86).

Para o autor, território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, sendo que poder não se restringe a violência e dominação e nem a Estado-Nação.

“(…) todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN (SOUZA, 2001, p.11).

Na mesma direção, enfatizando as características de temporalidade no espaço e de multiplicidade de sujeitos sociais, encontra-se o pensamento de Saquet (2004):

“O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob gestão do Estado-Nação. (SAQUET apud CANDIOTTO, 2004, p. 81).

Investigar o território como categoria política não significa excluir ou negar esse poder múltiplo e compartilhado com às formações das redes de relações sociais, suas complexidades internas e seus significados, mas percebê-los como um elemento importante nos conflitos territoriais. O ponto central da temática territorial, seja a busca pelo poder por diferentes sujeitos sociais, onde a não concordância e a não tolerância com as suas diversas formas e práticas de relações de poder e seu compartilhamento, faz emergirem, nesta tese, conflitos principalmente na dimensão econômica e na dimensão sócio-ambiental.

### **1.4.3 Território-Rede**

Para Haesbaert (2002), uma das discussões mais relevantes à Geografia na atualidade é a que envolve a interação entre território e rede, formando um binômio articulado de forma permanente e indissociável. Desta forma o binômio incorporaria algumas das características da formação dos territórios associadas com as características das Redes com seus fluxos e nós.

“(…) Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades), podem (...) formar-se e dissolver - se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou mesmo, ter existência regular apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo” (SOUZA, 1995, p.87)

No momento que o autor diferencia Território do espaço concreto agrega à discussão a questão da continuidade e descontinuidade do território. Dessa forma, o território contínuo será aquele que pressupõe uma contiguidade espacial, ao passo que o território descontínuo se caracterizará por um conjunto de pontos conectados entre si. O conjunto de pontos são os nós,

e estão representados pelo grupo e membros da comunidade; As linhas que conectam um nó ao outro são chamados de fluxos, que podem ser de pessoas, de bens ou de informações. Os nós e os fluxos desse território descontínuo se constituirão em uma rede, que articula um ou mais territórios contínuos, sendo chamados de território-rede.

Suas principais características são a complexidade, a superposição entre territórios pela não coincidência dos limites e fronteiras com os territórios contínuos, e conflitos de territorialidades por conta dos diferentes tipos de poder envolvidos.

“(…) construir uma ponte conceitual entre o território em sentido usual (que pressupõe contiguidade espacial) e a rede (onde não há contiguidade espacial: o que há é (...) um conjunto de pontos – nós – conectados entre si por segmentos – arcos- que correspondem aos fluxos que interligam os nós – fluxos de bens, pessoas ou informação- sendo que os arcos podem indicar elementos infraestruturais presentes no substrato espacial – por exemplo estradas - que viabilizam fisicamente o deslocamento dos fluxos). A esse território em rede ou território-rede proponho chamar de território descontínuo. (...) o território descontínuo associa-se a um nível de tratamento onde, aparecendo os nós como pontos adimensionais, não se coloca evidentemente a questão de investigar a estrutura interna desses nós, ao passo que, à escala do território contínuo, que é uma superfície e não um ponto, a estrutura espacial interna precisa ser considerada. Ocorre que, como cada nó de um território descontínuo é (...) uma figura bidimensional, um espaço, ele mesmo um território, (por exemplo, uma favela territorializada por uma organização criminosa) temos que cada território descontínuo, é na realidade, uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos” (SOUZA, 1995, p. 93-94).

Haesbaert (2004, p.300), resgatando Sack (1986), e Souza (1995), alerta que as mudanças tecnológicas recentes também obrigam a reformular nossas concepções de território a ponto de incluir a noção de “territórios móveis” em sentido estrito – e não apenas enquanto territórios que, mantendo uma base material fixa, têm limites mais fluidos ou mudam constantemente pela mudança de função e/ou apropriação simbólica.

Como observa Suertegaray (2000, p.24), são territorialidades que expressam a coexistência de grupos, por vezes num mesmo espaço físico em tempos diferentes, desvinculando as relações humanas e sociais da relação direta com a dimensão natural do espaço. (...) constituem parte do tecido social; expressam uma realidade, mas não substituem a dominação política de territórios em escalas mais amplas. Nesse sentido, Santos (2002, p. 270) ressalta que a existência das redes é inseparável da questão do poder. A divisão territorial do trabalho resultante atribui a alguns sujeitos um papel privilegiado na organização do espaço.

Haesbaert (2004), observa que os territórios-redes construídos através da mobilidade humana não são uma novidade do momento atual e já se faziam presentes ao longo da história:

“(…) sempre houve territórios descontínuos, os dos comerciantes e seus balcões, os das peregrinações e de suas igrejas de romaria, “territórios-redes” de que o império de Veneza oferece uma perfeita ilustração. Hoje esse tipo de território domina, dando um outro significado aos recortes tradicionais, sobretudo políticos” (BOURDIN, 2001, P. 167), comentando Balligand; Maquart (2004 apud HAESBAERT, 2004, p. 280).

A formação e o controle atual destes territórios se dão pela utilização das Redes mediante os sistemas informacionais ou pelas redes sociais. Nesse sentido Haesbaert (2004) coloca:

“A comunicação instantânea globalizada revoluciona a formação de territórios pela configuração de redes que podem mesmo prescindir de alguns de seus componentes materiais fundamentais, como os “condutos” ou simplesmente, dutos. Assim, como uma maior carga imaterial (...) as redes contemporâneas, enquanto componentes dos processos de territorialização, configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos, bastante distintos da territorialização dominante na chamada modernidade clássica (HAESBAERT, 2004, p. 281).

Resulta que Redes e Territórios não são excludentes, e não estão necessariamente, separados, a existência de um pode em muitos casos exigir a existência do outro. Santos (2002, p. 263), alerta que o estudo das redes na atualidade supõe a descrição do que a constitui, um estudo estatístico das quantidades e das qualidades técnicas, mas também a avaliação das relações que os elementos da rede mantêm com a presente vida social, em todos os seus aspectos, isto é, essa qualidade de servir como suporte corpóreo do cotidiano. Reforçando dessa forma o pensamento das relações sociais e de apropriação característicos do território como um recorte delimitado do espaço geográfico.

Atualmente o domínio informacional utilizando elementos tecnológicos amplia às formas de acesso à informação dotando os fluxos que percorrem as redes de velocidade e de diversas possibilidades. Detectar por onde esses fluxos passam se torna importante à medida que o controle destes “novos territórios” será exercido sobre os elementos de ligação e conexão, respectivamente, linhas e “nós” desta rede. Os fluxos podem ser mais permanentes ou não, e sua existência contribuirá para definir um ou mais territórios.

O acesso aos instrumentos técnicos não garantem a possibilidade de colocar algo a fluir. É preciso ter controle dos fluxos, e quem o faz é a sociedade capitalista. Será a posse de certos materiais que determinarão a mobilidade dos indivíduos na rede. A circulação irá influenciar na forma como o território se constitui. Nesse sentido Haesbaert coloca:

“(…) a possibilidade de usufruir uma maior mobilidade é um fato, mas que a mobilidade é também um instrumento de poder extremamente diferenciado e que não pode ser sobrevalorizada, pois sabemos na só da enorme desigualdade no acesso a diferentes velocidades e tipos de deslocamentos, como também de como o deslocamento rápido de uns afeta o tipo de deslocamento (e o acesso a recursos) de outros (HAESBAERT, 2004, p. 300).

A velocidade dentro das redes irá determinar a dinamicidade de cada território e sua capacidade de conexão com outros territórios. A rapidez e efetividade serão resultados da posse do controle dos instrumentos técnicos, como afirma Santana:

“A própria velocidade dependerá da capacidade do indivíduo possuir os instrumentos técnicos ou ter acesso aos veículos que permitam um deslocamento mais rápido e efetivo. Esta diferença de acesso se traduz em diferenciados controles dentro de uma rede e do território a ela associado. Dessa forma alguns grupos privilegiados dentro da sociedade capitalista poderão manter seu controle e até ampliá-lo em razão de ter uma maior capacidade de deslocamento ou mesmo de fazer deslocar e circular enquanto que outros poderão se manter em baixa velocidade e sem capacidade de aceleração por falta exatamente destes aceleradores técnicos” (SANTANA, 2006, p.67-68).

#### **1.4.4 Região**

A Região ou o “Regional” re(força) as singularidades em detrimento das diferenças do Espaço Geográfico. Essas singularidades, sejam elas de ordem política, econômica, cultural, ambiental, entre outras, são reforçadas e (re) valorizadas pela mídia e entendidas ou interpretadas de diversas maneiras. A singularidade em tempos de globalização pode ser entendida por alguns como (re)valorização e para outros como um contraponto à globalização, de unificação e resistência, à medida que estabilidade e continuidade física dos fenômenos no espaço é um desafio crescente (HAESBAERT, 1999).

Na Geografia, os estudos regionais como ferramenta de diferenciação do espaço estão em um processo de fragmentação e especificidades das mais variadas, sendo reestruturados de acordo as novas ordenações deste espaço geográfico e seus sujeitos. Nesse sentido:

“(…) os geógrafos estão redescobrimdo o estudo do específico. (…) a geografia está começando a ver aqueles sistemas e estruturas como localizações e a reexaminar a especificidade dos lugares. (…) a geografia regional praticada desde a metade da década de 1970 é uma nova geografia regional” (GILBERT, 1988, p. 208).

Assim, uma das questões regionais ou uma das “funções” da regionalização é a partir de uma visão sistêmica do espaço, buscar a integração e a especificação das diversidades espaciais-territoriais postas na atualidade.

As diferenças espaciais (territoriais) e por consequência regionais, são oriundas de um processo de períodos históricos, sendo os períodos históricos caracterizados por um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política, e moral constituindo um sistema em escala mundial. Cada período é um segmento homogêneo de tempo histórico em que as variáveis se mantêm em equilíbrio no interior da mesma combinação. Assim um período histórico representa uma modernização, ou seja, a universalização de uma inovação vinda de um período anterior (SANTOS, 1979).

Dessa forma, a combinação de impactos dessas modernizações são as responsáveis pela organização do espaço e do território atual, suas situações econômicas e sociais, em escala global e local que de acordo com suas especificidades permitem novos recortes regionais ou novas regionalizações.

“Todo espaço conhece assim uma evolução própria, resultado de uma conjugação de forças externas pertencentes a um sistema cujo centro se encontra nos países-pólos e de forças já existentes nesse espaço. Resulta daí a diversidade das condições de subdesenvolvimento e a originalidade das situações de cada lugar” (SANTOS, 1979, p. 32).

#### **1.4.5 A abordagem microeconômica sobre os oligopólios**

O objetivo desta tese não é aprofundar ou analisar a economia de forma ampla, mas buscar na teoria econômica alguns conceitos e fundamentos que auxiliem a compreensão do comportamento das empresas que serão enfocadas ao longo do trabalho. A abordagem microeconômica enfatiza a interação de um mercado específico na economia.

As relações econômicas no sistema capitalista, denominada por alguns autores de economia de mercado, abrange atividades heterogêneas. O mercado pode ser definido, sem maiores aprofundamentos, como um sistema onde interagem grupos de vendedores e grupos de compradores de um determinado bem ou serviço. Assim o mercado pode assumir várias formas, dependendo de onde está instalado, quantas empresas o integram, qual quantidade produzida (oferta) e qual quantidade consumida de um determinado bem ou serviço (demanda), etc...

Segundo Mankiw (2005, p.64-65), as formas mais conhecidas, mas não as únicas, de estruturas de mercado são a concorrência perfeita, o monopólio e o oligopólio. Diferenciam-se, basicamente, pelo comportamento dos consumidores e pela quantidade de empresas que os integram.

Considerada como um dos extremos da estrutura de mercado, a concorrência perfeita ou competição perfeita, apresenta como característica básica, a existência de muitos compradores e vendedores no mercado de forma que nenhum deles individualmente é capaz de influenciar o preço de mercado. É o mercado (oferta e demanda) que determinará o preço dos bens e serviços negociados. Essas empresas competitivas são denominadas de tomadoras de preços, por que tomam o preço de seu produto dado pelo mercado e a partir dele determina a quantidade que irá ofertar conforme sua intencionalidade de lucro, podendo entrar e sair livremente do mercado de acordo com essa condição.

No extremo oposto encontramos o monopólio. A principal diferença entre uma empresa monopolista e uma empresa competitiva, é a capacidade da empresa monopolista influenciar no preço de seu produto.

De acordo com Mankiw (2005, p.314-315), uma empresa é considerada um monopólio quando é a única vendedora de seu produto, sem substitutos próximos. As empresas monopolísticas são formadoras de preço. As barreiras à entrada de um concorrente podem ter três origens básicas:

Recursos Monopolistas: quando um recurso-chave é exclusivo de uma única empresa. No processo atual de globalização, onde os recursos têm muitos proprietários são

raras, para não fechar questão, as empresas que sejam proprietárias de um recurso para o qual não haja substitutos próximos. O exemplo que mais se aproxima é a empresa de diamantes da África do Sul – DeBeers que controla cerca de 80% da produção mundial de diamantes. Mesmo que não controle 100% o mercado, sua cota de participação no mercado exerce considerável influência sobre o preço mundial dos diamantes.

Monopólios criados pelo Governo: o governo concede a uma única empresa o direito exclusivo de produzir um determinado bem ou serviço. Essa concessão de criar um monopólio tem o objetivo de atender ao interesse público, mas há casos decorrentes de influência política. Dois exemplos para atender o interesse público são as leis de patentes e as leis de direitos autorais. Ambas concedem prazos específicos de vigência do monopólio. Existe divergência na literatura a respeito dos seus benefícios e custos à sociedade. Como não é o foco desta pesquisa não aprofundarei a questão.

Monopólios naturais: os custos de produção tornam um único produtor mais eficiente do que um grande número de produtores, ou seja, uma única empresa oferta um bem ou serviço suprindo um mercado inteiro a um custo menor do que duas ou mais empresas. Com a expansão do mercado, um monopólio natural pode evoluir e se tornar um mercado competitivo.

Mankiw (2005, p. 317), alerta que, via de regra, uma empresa tem dificuldade para manter sua posição monopolista se não tem a propriedade de um recurso-chave ou a proteção do governo.

Até o momento foram citadas formas extremas de estrutura de mercados, muitos mercados existentes na economia, incluem elementos dessas duas formas, se encontrando em situações intermediárias, onde as empresas nos setores onde atuam têm concorrentes mas não enfrentam tanta competição a ponto de serem tomadoras de preços. Essas situações são chamadas pelos economistas de competição imperfeita. (MANKIWI, 2005, p. 345-346).

O interesse desta pesquisa é por um tipo de competição imperfeita denominada Oligopólio à medida que o setor econômico da celulose e papel que está se instalando no nosso estado apresenta algumas destas características.

Na definição de Mankiw (2005, p. 346-347), um oligopólio é um mercado com poucas empresas, cada uma oferecendo um produto similar ou idêntico aos demais. Para o autor uma característica chave do oligopólio é a tensão entre a cooperação e o interesse próprio. Isto é, existiria cooperação quando as poucas empresas de um determinado mercado cooperassem entre si e agissem como um monopólio – produzindo uma certa quantidade



combinada e formando seu preço – um acordo sobre produção e preços entre empresas é chamado de conluio e o grupo de empresas que age conforme um acordo constituem um cartel. A cooperação entre oligopolistas é indesejável à medida que controla a produção e eleva os preços. Para que as empresas de um setor oligopolista sejam induzidas a competir e não a cooperar são importantes os mecanismos de políticas públicas.

Segundo Mankiw (2005, p.329), as leis antitrustes proporcionam aos governos diversos meios para promover a competição e a defesa da concorrência entre as empresas. Isto é, políticas antitrustes são instrumentos da política econômica para garantir a competitividade entre as empresas. Refletem a história, a cultura, a política e outras dimensões de uma determinada sociedade. Portanto diferem de país para país possibilitando que as execuções dessas políticas ocorram na esfera administrativa e/ou judicial.

Nesse sentido cabe salientar que alguns autores diferenciam políticas antitrustes, e políticas de concorrência em um sentido mais amplo. Essas promoveriam a competição nos chamados mercados abertos, entre firmas estrangeiras; àquelas promoveriam a competição no mercado doméstico de cada país.

Para Mankiw (2005, p.352), quando as empresas em um oligopólio escolhem individualmente a quantidade produzida que maximize o lucro, produzem uma quantidade maior do que o nível produzido pelo monopólio e menor do que o nível produzido pela competição. O preço oligopolista é inferior ao preço do monopolista, mas superior ao preço competitivo. Dessa forma os oligopólios se mantêm em uma situação intermediária entre concorrência perfeita e monopólios. À medida que o tamanho do oligopólio aumenta (em número de empresas participantes em um mesmo mercado) o enfoque para cada empresa deixa de ser o preço e passa a ser a quantidade produzida, se aproximando da lógica de um mercado competitivo.

No estado do Rio Grande do Sul, três empresas, Stora Enso, Votorantim Celulose e Aracruz Celulose, do mesmo setor econômico, aparentemente cooperam territorialmente entre si, cada uma buscando instalar seu sistema produtivo de forma segmentada na Metade Sul do estado.

A monopolização do território por estas três empresas não se configura necessariamente em um oligopólio econômico, por tratar de um produto “commodity”, com preço à nível internacional diante de um mercado globalizado. A cooperação territorial, incluindo uma das maiores empresas do setor (Stora Enso), juntamente com duas das maiores empresas nacionais (VCP e Aracruz Celulose), chama a atenção, e leva a pensar, até que

ponto esta cooperação territorial, ou esta monopolização territorial, pode ser expandida ao plano econômico, justamente pela liderança destas empresas, a nível nacional e internacional, e suas operações de fusões empresariais e parcerias financeiras na dimensão comercial.

É Justamente essa capacidade de cooperação, que chama a atenção e leva a pensar, se este primeiro passo, de monopolização territorial, não pode ser expandido ao plano econômico.

## **CAPÍTULO 2 - RIO GRANDE DO SUL: PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL**

---

Este capítulo busca resgatar no processo histórico de formação territorial do Rio Grande do Sul, os principais elementos que resultaram na divisão do estado em duas grandes sub-regiões de desenvolvimento denominadas atualmente de Metade Norte e Metade Sul, tornando esta última um território-alvo de disputa de projetos econômicos do setor de celulose.

O objetivo é destacar os principais fatos/momentos no processo histórico de formação territorial do Rio Grande do Sul (RS), que influenciaram a ocupação do espaço geográfico através do sistema produtivo, das atividades econômicas praticadas, da estrutura fundiária estabelecida, do tamanho das propriedades, da densidade demográfica, enfim nos principais aspectos sócio-político-econômico-ambientais envolvidos.

Para atingir este objetivo adotou-se o critério de periodização, recorrendo-se à história para a compreensão do presente, sempre inconcluso, pelos projetos econômicos estarem em andamento.

O capítulo foi dividido em três macros períodos históricos importantes ocorridos no País: Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República. Serão recortados para a abordagem somente os aspectos relevantes relacionados ao estado do Rio Grande do Sul para compreensão e análise dos fatos regionais atuais.

Esses três amplos períodos são destacados por apresentarem uma importante contribuição no processo histórico de ocupação territorial no que se refere a estrutura fundiária, a densidade demográfica e a matriz econômica, propiciando a diferenciação intra-regional do estado em Metade Norte e Metade Sul. Também é importante para melhor compreensão do capítulo 2, sobre a formação do Complexo Florestal (CF) do Brasil e como este está se expandindo atualmente com tanta força no Rio Grande do Sul.

## 2.1 Rio Grande do Sul no Brasil Colônia (1605 a 1822)

O objetivo neste item é resgatar o fundamento econômico e a forma de apropriação da terra no Rio Grande do Sul durante o período colonial (1605 a 1822):

As terras que hoje formam o território do Rio Grande do Sul foi alvo de tensões e disputas pelo domínio entre a Coroa de Portugal e Espanha.

“ (...) a expansão territorial das duas Coroa ibéricas (Portugal e Espanha) convergia para o centro do Continente (Sul Americano). O avanço espanhol fazia-se na direção do Pacífico para o Atlântico e o português do Atlântico para o Pacífico, o que significa dizer que ainda haveriam de se encontrar. De fato se encontraram e o encontro não foi amistoso. (...) o encontro se deu no território atual do Rio Grande do Sul. A conquista e o povoamento deste território se inserem no contexto das lutas provocadas pelo encontro luso-espanhol. Daí o processo de colonização e povoamento do Rio Grande do Sul se revestir de características próprias” (SANTOS, 1984 , p.16 e 17).

As terras que integram hoje o estado do Rio Grande do Sul foram descobertas no início do século XVI a partir de expedições portuguesas de exploração e comércio de pau-brasil. Essas expedições chegaram até o litoral do extremo-sul do Brasil, entretanto, essas terras permaneceram inexploradas por mais de um século, à medida que o foco do Sistema Colonial na América Portuguesa foi inicialmente direcionado ao desenvolvimento de engenhos de açúcar (PESAVENTO,1984).

Fatores como posição geográfica, vegetação de matas e campos, clima, a dificuldade de acesso ao litoral, ausência de matéria-prima/riqueza, como minérios ou possibilidade de produção agrícola de interesse ao enriquecimento rápido da metrópole, como foi, por exemplo, a cana- de – açúcar contribuíram à integração tardia ao restante do Brasil Colonial (PESAVENTO, 1984; COSTA, 1988).

Em 1605, avançaram sobre o atual território gaúcho, padres jesuítas portugueses que tentaram sem êxito estabelecer reduções no RS, do Mampituba até a zona de Gravataí, mas por falta de apoio das autoridades jesuítas da Província do Brasil e pela hostilidade dos bandeirantes que visavam o aprisionamento dos índios, não prosperaram (PESAVENTO, 1984; RÜCKERT, 1997).

Em 1607, foi realizado acordo entre a Coroa Espanhola e a Companhia de Jesus para criação da Província Jesuítica do Paraguai, abrangendo os territórios atuais do Paraguai,

partes da Bolívia, da Argentina, do Uruguai e do Rio Grande do Sul. A intenção da Coroa espanhola era conter o avanço de caráter exploratório dos paulistas.

A ocupação efetiva do território gaúcho se dará nos anos 20 do século XVII pelos missionários jesuítas da Companhia de Jesus que na América espanhola já tinham fundado reduções indígenas na região de Itatins e Guairá, à margem direita do Rio Paraná, atacadas constantemente pelas bandeiras paulistas para apresamento dos índios aldeados pelos padres, por constituírem uma importante fonte substituta de mão-de-obra (alternativa a mão de obra do negro escravizado) e já se encontrarem adestrados para o trabalho, praticando agricultura e a criação de bovinos (ROCHE, 1969; PESAVENTO; RÜCKERT, 1997).

Assim, os jesuítas fugindo dos paulistas estabeleceram no período de 1626 a 1636, dezoito (18) reduções na chamada “Província do Tape” ou “Zona de Tape”, designação dada à parte central do Rio Grande do Sul pela presença das tribos indígenas dos Tape. Esta se estendia pela bacia do Rio Jacuí, limitando-se por um lado com a Serra do Mar e Geral e com o rio Uruguai, por outro (PESAVENTO, 1997).

As reduções indígenas jesuíticas estabelecidas na “Zona de Tape”, praticaram agricultura e formaram estâncias de criação de gado trazidos da província Argentina de Corrientes, mas continuaram sendo atacados pelas bandeiras paulistas até 1640 quando abandonaram o Rio Grande do Sul, retirando-se para outro lado do rio Uruguai levando os índios mas deixando o gado que criavam nas reduções. Os rebanhos abandonados no pampa reproduziram-se à solta, tornando-se bravios e formaram uma imensa reserva de gado, conhecida como “Vacaria del Mar” (PESAVENTO, 1997).

A primeira etapa de ocupação do território gaúcho foi realizada pela coroa espanhola representada pelos padres jesuítas, sendo a preia do gado xucro o fundamento básico de apropriação da terra no RS (QUEVEDO DOS SANTOS, 1993; PESAVENTO, 1997).

Em 1680 é fundada pelos portugueses na Bacia do Prata, a Colônia de Sacramento, representando uma estratégia militar de conservação da área. Inicia-se o desenvolvimento de uma economia de caráter predatória conhecida como “preia do gado alçado” tendo como objeto caçar o gado nas reservas de “vacaria del mar”, extraindo o couro para exportá-lo à Europa ( PESAVENTO, 1997).

Entre os principais grupos “sociais” participantes desta prática encontravam-se portugueses de Sacramento, índios aldeados de Santa Fé, Corrientes e Buenos Aires que vinham vaquear para os jesuítas e indivíduos “sem fé” e “sem lei” que vaqueavam por conta própria, vendendo a quem lhes pagasse mais (PESAVENTO, 1997).

Nesse período histórico a carne não era considerada um bem econômico, o que não era consumido para subsistência em razão do abate para retirada do couro era deixada apodrecer. A comercialização do couro tornou a região conhecida pela riqueza pecuária (PESAVENTO, 1997).

Em 1682 os jesuítas começam a retornar ao RS, ocupando o noroeste do estado, fundando os Sete Povos das Missões (São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luís Gonzaga, São Lourenço, São João Batista, Santo Ângelo) que se tornaram centros econômicos importantes pelas atividades de produção de erva-mate, extração do couro e pecuária (SEHN, 1999; ILHA, 2000; PESAVENTO, 1997).

A partir de 1726, para garantir a posse e a defesa das terras no RS, a Coroa Portuguesa constrói fortes e acampamentos militares ao mesmo tempo em que distribui concessões de sesmarias com áreas aproximadas entre 1.000 até 13.000 ha para pessoas de prestígio da Coroa e militares de maior patente, o que demonstra para Roche (1969); Costa (1988); Martins (1997), o caráter segregador de distribuição e acesso às terras no estado em detrimento ao caráter social.

“ (...) pessoas que fossem brancas, puras de sangue e católicas. O acesso às terras estava interdito aos hereges e aos gentios, aos negros, aos mouros e aos judeus” (MARTINS, 1997, p.13-14).

O acesso à posse da terra excluindo os menos favorecidos, possibilitou a ascensão econômica, política e social de um pequeno grupo de grandes proprietários.

“(…) no regime de sesmarias, o agricultor tinha apenas a posse, mas não a propriedade, já que esta era do estado, ou seja, o fazendeiro não era proprietário, mas tão somente recebia uma concessão territorial. As terras que não fossem utilizadas de forma produtiva num prazo bem curto, de dois anos, na maioria das vezes, voltavam ao controle do rei, e poderiam ser concedidas a outra pessoa”. (SEHN, 1999, p. 7).

A doação de sesmarias aos tropeiros e militares tinha como objetivo a ocupação e defesa do território para implantação e desenvolvimento da criação de gado como atividade econômica nas estâncias estabelecidas (FIALHO, 2005).

Os grandes proprietários se tornaram estancieiros e exerceram o papel de soldado-estancieiro, arrematando seus peões. Estes eram em sua maioria de origem mestiça com índios guaranis, dominavam tarefas de pastoreio e transporte de gado e quando necessário formavam as tropas armadas de cavalaria na defesa do território. Cada estância era uma

unidade produtiva estruturada como comunidade em torno da figura do estancieiro, o proprietário de extensas áreas de terras. A comunidade era formada por mão-de-obra escrava utilizada na lavoura de subsistência e nos afazeres domésticos; e pelos peões nas atividades de criação de gado (OLIVEIRA VIANA, 1974; CARDOSO, 1977; SANTOS, 1984).

A posse de uma sesmaria significava poder econômico, social e político, agregando-se em torno do grande proprietário os escravos, os trabalhadores, os que necessitavam de proteção e os que tinham medo da sua força (ROCHE, 1969).

Assim, as estâncias representaram a primeira forma de domínio e exploração econômica do território gaúcho. A pecuária extensiva praticada nas estâncias utilizando o sistema de campos abertos, baixo nível técnico de produção e baixa remuneração dos peões, vinculou-se ao mercado das charqueadas como fornecedora de matéria-prima, produzindo riquezas e poderes socioeconômicos locais concentradas nas mãos dos estancieiros (BRUM TORRES, 1983; DALMAZO, 1986; CARDOSO, 1977).

Em 1752, com a intenção de ocupar o território das Missões são enviadas centenas de famílias açorianas com a promessa de que receberiam terras na região das missões, o que acaba não acontecendo. Aproximadamente dez anos depois recebem em Viamão e regiões próximas, “datas” de terra, área de aproximadamente 272 ha que se destinava à agricultura, principalmente do trigo para abastecer a colônia (BRUM, 1987).

A imigração de colonos açorianos organizada pela Coroa Portuguesa destinadas inicialmente ao território das Missões, tinha como objetivo povoar, defender o território, desenvolver a agricultura e contra-balançar o poder dos estancieiros com a criação de núcleos urbanos formados por uma classe social local mais vinculada ao poder central, à Coroa e à Igreja.

De forma geral a tentativa fracassou. Poucos imigrantes açorianos obtiveram sucesso na produção comercial de trigo, exportado para o Rio de Janeiro ou na atividade comercial com os estancieiros (RIBEIRO, 1995; HERRLEIN JR.; CARVALHO, 1999).

Cardoso (1977) atribui este fracasso, entre outros fatores, a falta de apoio interno pela política colonial e a concorrência externa, como decisivos para a não concentração de riquezas da economia do trigo pelos imigrantes açorianos.

A contribuição açoriana na formação do Rio Grande do Sul foi melhor sucedida na defesa do território e na formação social do RS através da interação/miscigenação com a população local e os soldados do que no campo econômico, sendo definido por Wiederspahn

(1979, p 133), como “ verdadeira argamassa étnica e unificadora em relação as minorias existentes”.

O desenvolvimento econômico conquistado pelos jesuítas na região, com repercussões na comunidade católica da Europa ameaçava o absolutismo monárquico, por este motivo a Companhia de Jesus acaba expulsa de Portugal (1759) e da Espanha (1767) e suas propriedades confiscadas. Os sete povos das missões entram em declínio econômico sob a administração espanhola leiga, os índios abandonam as Missões e vão trabalhar como peões nas estâncias (PESAVENTO,1997).

O Tratado de Santo Ildefonso (1777) é corrigido pelo Tratado de Badajoz em 1801. Assim, as Missões são reconquistadas para Portugal, configurando a fronteira oeste do RS, sendo concedidas sesmarias na região. Nesta data, a economia gaúcha é marcada pelo desenvolvimento da pecuária baseada no charque, o que possibilitou o fortalecimento dos estancieiros locais acirrando os desentendimentos com os representantes da Coroa., `a medida que se apropriavam de grandes extensões de terra e formavam seus latifúndios, demonstrando ação em proveito próprio, em detrimento dos interesses portugueses (PESAVENTO,1997).

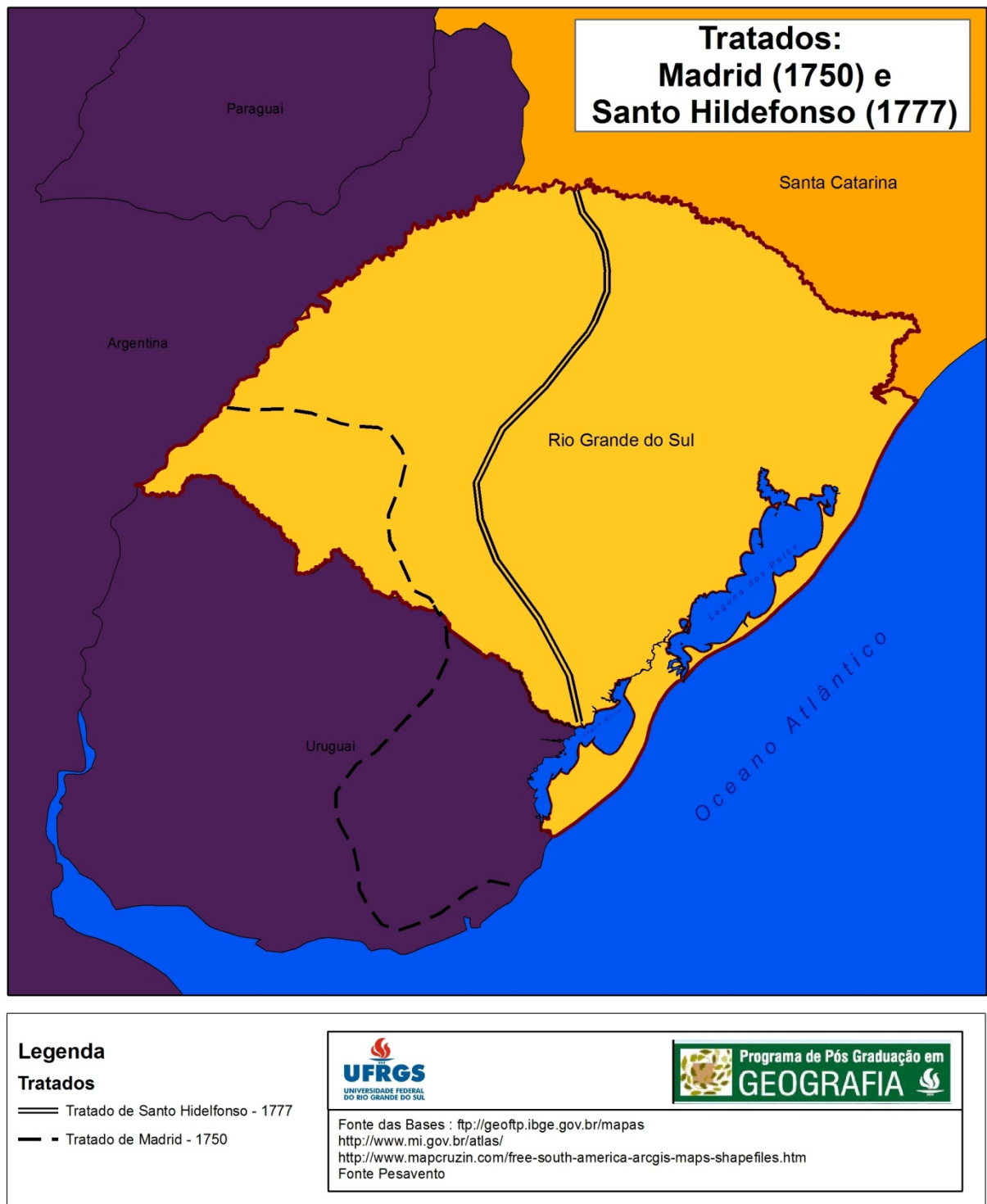
A migração da população e a configuração territorial do estado, suas fronteiras e limites eram alterados a cada ofensiva ou Tratado realizado (Figura 9).

As disputas pelo território entre Espanha e Portugal prosseguem alternando-se entre períodos ofensivos e de paz (Quadro 1), o permanente estado de alerta renovava a militarização na sociedade gaúcha, onde todo homem saudável era um soldado em potencial na defesa da terra (PESAVENTO, 1997).

No período de 1780 a 1820 a economia mercantil do RS está alicerçada no trigo e no charque que encontraram na escravatura local e nacional, uma forma de expansão comercial abastecendo o mercado interno e exportando seu produto para o restante do Brasil. O charque mostra-se mais rentável, sendo o cultivo do trigo em escala comercial abandonado aos poucos (OLIVEIRA VIANNA, 1974; SINGER, 1974; MARQUES, 1990).

A inserção das charqueadas estabeleceu na região gaúcha um sistema econômico pecuário-charqueador de exportação para as demais regiões brasileiras à medida que o charque era componente básico na alimentação dos escravos. Os estancieiros aproveitavam para aumentar sua renda, visto que à produção só dependia externamente da importação de escravos como mão-de-obra (PESAVENTO, 1997).





**Figura 9 – Tratados: Madrid(1750) e Santo Hildefonso (1777) Fonte: Pesavento (1997).**

Para Cardoso (1977), foi a indústria do charque que introduziu de forma regular e acentuada a exploração do escravo como mão-de-obra no RS.

<b>Principais ações e conflitos no período colonial entre Portugal e Espanha no Extremo Sul da América do Sul.</b>	
<b>ANO</b>	<b>REFLEXOS NO RS</b>
<b>1626</b>	— Formação pelos Jesuítas da Companhia de Jesus de Reduções Indígenas na Zona do Tape com a introdução e desenvolvimento da agricultura e criação de gado.
<b>1640</b>	— Jesuítas abandonam reduções, retirando e levando os índios, deixando o gado à solta; — Início da formação da "Vacaria del Mar". Início do processo de preia ao gado xucro.
<b>1680</b>	— Fundação pelos Portugueses da Colônia de Sacramento na margem do Prata; — No RS, intensificação do processo de pilhagem ao rebanho de Vacaria del Mar para extração do couro (exportado para Europa).
<b>1687</b>	— Retorno dos Jesuítas ao RS, fundação dos Sete Povos das Missões no Noroeste do RS.
<b>1701</b>	— Valorização da Pecuária do RS que passa integrar à economia colonial de exportação
<b>1704</b>	— Colônia de Sacramento passa ao domínio espanhol; — No RS roubo de gado, luta constante com os espanhóis.
<b>1715</b>	— Colônia de Sacramento sob domínio Português; — Reforço militar na região; — Contrabando de gado; — Criam-se no RS estradas para o tropeiro do gado, currais, invernadas.
<b>1726</b>	— Concessão de Sesmarias no RS pela Coroa Portuguesa ; — Estâncias de criação de gado;
<b>1738</b>	— Criação da Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro; — Permanência do processo de concessão de sesmarias.
<b>1750</b>	— Tratado de Madrid: Portugal fica com as Missões no noroeste do RS e Espanha com Sacramento; — Concentração de Tropas militares no RS.
<b>1752</b>	— Vinda dos açorianos com a intenção de povoarem as Missões, são deslocados à região de Viamão e arredores.
<b>1754</b>	— Início nas Missões da Guerra Guarânica (1754-1756) para não abandonarem as terras; — Concentração de tropas militares; concessão de sesmarias a soldados.
<b>1760</b>	— Criação da Capitania de Rio Grande de São Pedro subordinado ao Rio de Janeiro.
<b>1763</b>	— Invasão dos espanhóis no RS (Rio Grande e São José do Norte); — Sacramento retorna ao domínio Português; — Migração da população de Rio Grande para Viamão;
<b>1764</b>	— Distribuição de datas (aproximadamente 900 ha) aos açorianos em Porto Alegre, Santo Antonio da Patrulha, Cachoeira, Mostardas, entre outros, como estímulo ao povoamento e à agricultura de subsistência; — Concessão de sesmaria aos militares na fronteira do Rio Pardo.
<b>1776</b>	— Retomada de Rio Grande pelas tropas locais e Portuguesas.
<b>1777</b>	— Tratado de Santo Ildefonso: Santa Catarina é devolvida para Portugal, que perde Sacramento e Missões. — Estabelecimento dos Campos neutrais (área entre Lagoa da Mangueira, Lagoa Mirim e a Costa Marítima) separando os domínios de Portugal e Espanha.
<b>1780</b>	— Expansão da economia gaúcha pelo trigo e dinamização das charqueadas; — Aumento das práticas escravistas; contrabando do gado nos Campos Neutrais; — Concessão de sesmarias;
<b>1801</b>	— As Missões são conquistadas para Portugal, através do Tratado de Badajóz; — Concessão de sesmarias.
<b>1807</b>	— RS elevado à condição de Capitania Geral, chamada de Capitania de São Pedro, independente do Rio de Janeiro e subordinado ao Vice-Rei do Brasil.
<b>1820</b>	— Anexação pelos Portugueses do Uruguai (Banda Oriental) com o nome de Província Cisplatina, gado encaminhado às charqueadas riograndenses; — Desenvolvimento da economia pecuária do RS.
<b>1822</b>	— Independência do Brasil

**Quadro 1 - Principais ações e conflitos no período colonial entre Portugal e Espanha no Extremo Sul da América do Sul. Fonte: Pesavento (1979).**

Este enriquecimento local, caracterizado por um modelo primário de exportação baseado no uso de mão-de-obra escrava com baixos custos operacionais para produção do

charque Souza (1973), começa a gerar um descontentamento em setores econômicos nacionais que também utilizavam mão-de-obra escrava em suas produções, sendo que um aumento no preço do charque gaúcho refletia em aumento nos custos de manutenção dos escravos no Sudeste e Nordeste do País.

Forma-se uma pressão política a favor do ingresso no País do charque platino, a custos menores, que irá ocorrer num futuro próximo e será o desencadeador da Revolução Farroupilha alguns anos depois (RIBEIRO, 1995).

O fornecimento do charque auxiliou no desenvolvimento dos principais núcleos urbanos da Metade Sul nesta época: Pelotas, onde se concentrava o maior número de charqueadas e Rio Grande, utilizando o porto para exportação do produto. Os animais para o abate provinham da Campanha gaúcha, região ao longo da Província Cisplatina (atual Uruguai), onde predominavam os campos limpos. Os núcleos urbanos desta região têm sua gênese em antigos acampamentos militares em defesa da fronteira, que se alterava a cada confronto estabelecido entre tropas espanholas e portuguesas, com o processo de urbanização foram assumindo funções comerciais e administrativas (ALONSO; BANDEIRA, 1994).

“(...) na charqueada o trabalho alcança o nível de produção mais intensa. Em Pelotas, formar-se-ia uma opulenta classe de senhores-de-escravos.” (QUEVEDO DOS SANTOS; TAMANQUEVIS SANTOS 1990, p. 35).

Os processos de apropriação da terra no Rio Grande do Sul tiveram sua origem nos confrontos militares supracitados, sendo acompanhados pela expansão econômica da pecuária, como consequência, surge uma classe pecuarista (estancieiros) enriquecida que imprimirá reflexos no plano político-administrativo através de choques de interesses com os representantes da Coroa Portuguesa em defesa de seus interesses (PESAVENTO, 1997). A concessão de sesmarias foi a forma como a Coroa Portuguesa tentou demarcar as fronteiras e consolidar a posse do território do Rio Grande do Sul. Colabora nesse sentido Prado Junior quando diz que:

“(...) No início do século XIX, estabelecem-se as primeiras estâncias regulares, sobretudo na fronteira, onde mercê das guerras se concentra a população constituída a princípio quase exclusivamente de militares e guerrilheiros. Distribuem-se aí propriedades a granel: queria-se consolidar a posse portuguesa, garantida até então unicamente pelas armas. O abuso não tardou, e apesar da limitação legal das concessões (...) equivalentes a 108 km<sup>2</sup>, para cada concessionário, formam-se propriedades monstruosas” (PRADO JÚNIOR, 1985, p.96-97).

A forma de ocupação da região determinou a formação de uma estrutura fundiária caracterizada por grandes propriedades e baseadas economicamente na pecuária extensiva, sendo a doação de sesmarias uma restrição ao acesso à terra baseada em políticas de interesses, provocando uma pobreza estrutural para a maioria da população que vagava pelos campos em busca de uma ocupação (TORRONTÉGUY, 1994).

Em contrapartida para outros autores (BRUM, 1987; COSTA, 1988) a formação da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul através da doação de sesmarias foi a única forma possível frente a grande extensão de terras a ser defendidas em um prazo curto de tempo associada a falta de um grande número de pessoas para povoá-las.

De forma apropriada ou não, a porção sul foi a primeira região a ser ocupada no Rio Grande do Sul a partir do século XVII, alvo de muitas disputas territoriais alternada e desordenadamente principalmente entre as coroas de Portugal e Espanha para conquista, anexação e manutenção da região.

A necessidade de manutenção e proteção das fronteiras do território em formação revelam uma gênese militar à medida que as concessões de sesmarias se destinavam principalmente aos militares e tropeiros como recompensa por serviços prestados (PESAVENTO, 1997).

O reflexo da concessão de terras e sua concentração é demonstrado por Brum (1987), quando afirma que a pecuária não exigia um contingente expressivo de mão-de-obra, existindo um número reduzido de assalariados, assim, alguns “proprietários” eram donos de grandes extensões de terras, concentrando a renda, utilizando nas fazendas o trabalho assalariados dos peões, enquanto nas charqueadas e nos trabalhos domésticos utilizavam a mão-de-obra escrava.

A organização da terra e do trabalho definiu, no mínimo, dois grupos hierarquizados e diferenciados pelo poder econômico: os proprietários de terras que detinham o poder econômico, e os peões que trabalhavam nas terras, dependentes economicamente (PESAVENTO, 1997).

A forma de ocupação e sua estrutura fundiária, produziu reflexos na economia e no tipo de sociedade oligárquica que se estruturava, imprimindo a essa região uma formação territorial e socioeconômica caracterizada por propriedades de grandes extensões territoriais, pouca necessidade de mão-de-obra em razão da atividade pecuária extensiva, tendo como reflexo a pouca densidade demográfica, má distribuição de renda, entre outros, elementos que se mostram presentes ao longo do processo de ocupação até os dias de hoje.

## 2.2 Rio Grande do Sul no Período Imperial do Brasil (1822-1889)

O período pós-independência no Rio Grande do Sul foi caracterizado pelo desenvolvimento da pecuária com base no charque na região sul do estado, que passa a abastecer o mercado interno brasileiro (PESAVENTO, 1997).

Entretanto, a baixa produtividade dos grandes latifúndios preocupam à Coroa que inicia o processo de imigração de estrangeiros no Rio Grande do Sul com o objetivo de ocupar e defender áreas vulneráveis do território, quebrar a hegemonia política e econômica dos latifundiários e ampliar a produção agrícola para abastecimento da província e centros urbanos (DA ROS 2006)

A partir de 1824 inicia-se a imigração estrangeira no Rio Grande do Sul com o objetivo de povoamento e produção de produtos agrícolas para subsistência e consumo interno brasileiro (QUEVEDO DOS SANTOS; TAMANGUEVIS,1990).

Os primeiros a chegar são os alemães, recebendo terras doadas nas imediações de São Leopoldo (média de 77ha).

“(...) foram os únicos casos que os agricultores receberam gratuitamente as terras, assim como foram as viagens que trouxeram da Alemanha e todas as ferramentas agrícolas fornecidas a eles. (...) isentos de restituir quaisquer subsídios”(GRANDO, 1989).

A forma de aquisição, o tamanho da área e sua localização sofreram modificações ao longo do processo imigratório (ROCHE, 1969).

A produção das charqueadas é abalada em 1828 em razão da Independência do Uruguai, o Rio Grande do Sul perde o gado uruguaio que passa a ser encaminhado aos “saladeros platinos” em detrimento das charqueadas gaúchas (PESAVENTO,1997).

Os “saladeros platinos” se diferenciavam economicamente das charqueadas gaúcha pelo emprego de trabalho assalariado, melhores meios de transportes com custos menores, melhor condição de pasto e de rebanho, apoio, subsídios e incentivos fiscais como isenção de impostos pelos governos locais, denotando vantagens de uma economia capitalista frente a uma economia escravista (SOUZA, 1973; HERRLEIN JR, 2000).

Entre 1835 e 1845 eclodiu a Revolução Farroupilha interrompendo o fluxo imigratório estrangeiro no Rio Grande do Sul. A Revolução foi sustentada basicamente pelos pecuaristas que almejavam a independência política em relação ao poder central do império, porém mantendo os laços econômicos através da continuidade do fornecimento do charque ao mercado interno. A paz foi negociada através da elevação de 25% da taxa alfandegária sobre o charque importado, o direito dos pecuaristas escolherem naquele momento o Presidente da Província, e o direito de todos os “farrapos” passarem para o exército brasileiro com os mesmos postos com que lutavam nas forças rebeldes (PESAVENTO, 1997).

Após a Revolução Farroupilha, os charqueadores e comerciantes aliados aos estancieiros dominaram a cadeia produtiva e a grande propriedade de terra, como consequência surge uma classe oligárquica com influência econômico-político no Rio Grande do Sul (TORRONTÉGUY, 1994).

“O charque viabilizou economicamente a efetiva ocupação do território gaúcho e ajudou a construir a prosperidade em Pelotas, núcleo onde se encontrava o maior número de charqueadas, e de Rio Grande, porto através do qual o produto era exportado, que eram os principais centros urbanos da região Sul.” (ALONSO; BANDEIRA, 1990, p.71).

Inicia-se no Rio Grande do Sul a dominação regional dos pecuaristas no plano econômico e político. Dessa forma, cessada a Revolução Farroupilha, a economia com ênfase na pecuária do charque prosperou sendo beneficiada pelos acertos econômicos, pelos acertos políticos e pelas perturbações político-econômicas nos países do Prata (PESAVENTO, 1984).

A formação de riquezas proporcionadas pela pecuária e charqueadas à classe dominante não implicavam em melhorias nos processos ou na diversificação das atividades produtivas, que preferiam investir na expansão patrimonial imobiliária, dessa forma a economia do charque perde seu dinamismo após 1860 (CARDOSO, 1977; DALMAZO, 1986, HERRLEIN JR, 2000).

“Não teve o grupo social dedicado à pecuária condições próprias de alterar sua realidade de crise: as variáveis externas o favoreceram e lhe possibilitaram um novo alento, um momento de crescimento.(...) Faltavam-lhe, porém, os requisitos objetivos” (LAGEMANN, 1985 p.22).

De acordo com Grando (1989), em 1850, para conciliar o aumento populacional aliado aos conflitos pela posse da terra é promulgada a Lei Nacional nº 601, conhecida como I Lei de terras, que entre outros objetivos, previa:

- a) Regulamentação fundiária da posse e uso da terra;
- b) Fim das doações de terras no Brasil;
- c) Venda de terra aos colonizadores com proibição do emprego de mão-de-obra escrava.

Para Zarth (1997); Da Ros (2006), a Lei prejudicou os agricultores pobres compostos pela população livre de origem indígena, portuguesa, africana que vivia sob a condição de agregados, posseiros, intrusos e ervateiros e ocupavam as terras devolutas desenvolvendo agricultura de subsistência.

“ (...) os camponeses pobres não tinham recursos para medir as terras a que teriam direito legalmente por serem posseiros. Não tinham certamente condições de pagar ao agrimensor os serviços, e nem de encaminhar a solicitação junto às autoridades governamentais, que cobravam, por menos que fosse, uma quantia em selos, pela tramitação e pela legalização dos processos. Em caso de alguma contestação, a contratação de um advogado seria impossível. Aproveitando-se dessas condições, os usurpadores requeriam as terras às instâncias superiores e tornavam-se proprietários delas em detrimento dos posseiros que ali viviam” (ZARTH, 1997, p. 63 apud DA ROS 2006, p. 93).

No Rio Grande do Sul, a classe dominante da época regularizou suas terras e assim manteve os latifúndios da região sul do estado, sendo as terras de mata da região norte, destinadas ao processo de reestruturação fundiária (ZARTH, 1997).

A Lei não estimulou a realização da Reforma Agrária e dificultou o acesso à terra aos menos favorecidos. Com a permanência dos latifúndios e manutenção do seu sistema econômico, a agricultura familiar na região sul do estado ficou restrita a pequenas áreas marginais doadas ou ocupadas por peões e pessoas que não estavam inseridas ao sistema de pecuária extensiva predominante na região (DA ROSS, 2006).

Como gratificação os peões que cumpriram atividades nas guerras e nos conflitos armados ganharam pequenas áreas de terras para desenvolvimento de atividades de subsistência, também ganharam pequenas áreas de terra os posteiros, peões das estâncias com a tarefa de evitar o roubo do gado ou que o gado invadissem as estâncias vizinhas, estabelecendo suas moradias nas áreas de divisa das estâncias (TORRONTÉGUY, 1994)

O processo de ascensão econômica das charqueadas é novamente freado a partir de 1860 quando os saladeiros platinos se reestruturam seguindo as diretrizes do capitalismo internacional, empregando mão-de-obra assalariada, operários especializados, operários temporários, diversificação de sub-produtos com melhor aproveitamento do boi (graxa, à base

de esterco, à base de sebo, à base de sangue, entre outros). O incremento na produtividade possibilitou a entrada no mercado interno brasileiro de produtos estrangeiros com preços melhores ao charque proveniente do Rio Grande do Sul. Entra em choque no mercado interno brasileiro, produtos oriundos de uma economia em ascensão, central capitalista (platina), com os produtos do Rio Grande do Sul, oriundos de uma economia subsidiária e escravista (SOUZA, 1973; PESAVENTO, 1997).

A concorrência do charque platino aliou-se a outros fatores como o movimento abolicionista interno em andamento, que visava extinguir a mão-de-obra escrava, implicando na redução do tráfico de escravos e afetando diretamente a exportação do charque gaúcho produzido na região sul do estado destinado basicamente ao mercado interno brasileiro como forma de manter a alimentação dos escravos.

Enquanto isso, nas terras localizadas na região norte do estado, os imigrantes alemães desenvolviam o cultivo de produtos agrícolas e estabeleciam uma rede de comercialização na região próxima a Porto Alegre. A partir de 1875 chegam os imigrantes italianos. Estes, além da policultura agrícola, da criação de suínos, e para fugir da concorrência com os produtos alemães, inserem a produção de uvas e a fabricação de vinho. A inserção dos produtos coloniais associados aos produtos pecuários tradicionais tornou o Rio Grande do Sul conhecido como “Celeiro do País” (PESAVENTO, 1997).

A colonização pelos estrangeiros teve formas e funções variadas, como ocupação de vazios demográficos, defesa de fronteiras, proteção e navegação nos rios, diversificação na produção de alimentos, entre outros (AZEVEDO, 1975).

Para Bandeira (2003), a imigração contribuiu para as desigualdades socioeconômicas existentes entre o sul e o norte do estado, alterando alguns elementos que fizeram a diferença, como modificação na estrutura fundiária, modificação na densidade demográfica, na diversificação de produtos e na criação de canais de comercialização:

“(…) A imigração criou, na maior parte da metade norte do Estado (…) uma sociedade bastante distinta da do sul. A pequena propriedade, aliada a uma agricultura diversificada, gerou uma distribuição de renda menos concentrada (…) uma densidade demográfica muito maior. A rede urbana era, por sua parte, também muito diferente da do sul, sendo constituída por um número expressivo de centros pequenos, situados à escassa distância uns dos outros” (BANDEIRA, 2003 p.523).

O processo de ocupação e uso da terra são diferenças evidentes entre a região norte e a região sul do estado. A primeira se caracterizou pelo processo da imigração estimulada,



basicamente de alemães e italianos e desenvolvimento da agricultura familiar; a segunda pelo processo de concessão de sesmarias e o desenvolvimento da pecuária extensiva e, posteriormente, o cultivo de arroz irrigado (SCHNEIDER; FIALHO, 2000).

“A colonização alemã e italiana cria uma economia baseada na lavoura e na pequena criação no centro e norte do Estado, ao passo que no sul persiste a economia fundada na criação extensiva e em grande escala.” (SINGER, 1977, p. 160).

Para Lübeck e Schneider (2003), as diferenças de índices de desenvolvimento econômico do sul em comparação com o norte do Rio Grande do Sul estão relacionadas a estrutura fundiária centrada em grandes propriedades, e na base econômica centrada em atividades pouco dinâmicas com baixo potencial de criação de empregos diretos e indiretos, como por exemplo a pecuária extensiva.

Nesse sentido, Riedl e Navarro (1998), entendem o latifúndio como:

“ (...) o latifúndio, entendido como uma forma de propriedade típica do meio rural brasileiro, caracterizado por exercer padrões de dominação política clientelista e exploração econômica extensiva, de baixa produtividade, tem diminuído em número no Estado (RS), em razão do processo de modernização. Hoje (...) o maior número de propriedades com tais características (...) se localizam em alguns municípios da fronteira” (RIEDL E NAVARRO 1998, p.223).

No processo inicial de ocupação do território gaúcho, as áreas de florestas localizadas na região norte não foram ocupadas, pois a estratégia de ocupação inicial correspondia em um primeiro momento, à defesa do território. Aliada à defesa do território do sul do estado inicia-se através do apresamento do gado solto, o desenvolvimento da atividade pecuária. A ocupação do norte se dará ao longo do século XIX através de política pública estabelecida pelo País incentivando e estimulando a imigração estrangeira, principalmente de alemães e italianos.

Neste sentido Pesavento (2002), complementa:

“ A vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil no século XIX é um movimento que se insere no processo mais amplo de expansão do capitalismo a nível mundial. (...) o desenvolvimento do capitalismo em países como Alemanha e Itália foi capaz de gerar um excedente populacional sem terra e sem trabalho, que se converteu num foco de tensão social intenso. A acumulação de capital, a concentração da propriedade do solo e a emergência da indústria tiveram como contrapartida a expulsão do camponês

da terra e a desarticulação do trabalho artesanal (...) A presença de uma massa populacional excedente em termos de ocupação, vinha de uma forma ou de outra, ameaçar a estabilidade interna das nações. (...) o envio dessa massa imigrante para os chamados “países novos” tornou-se um negócio vantajoso, ainda mais que se descortinavam perspectivas de retorno de capitais, pela formação de núcleos de nacionais, no exterior que se vinculariam por laços comerciais à pátria de origem” (PESAVENTO, 2002 p. 45-46).

A imigração para a América viabilizava, para países como Alemanha e Itália, entre outras expectativas, o desenvolvimento do capital econômico na Europa e o possível estabelecimento do capital social com base nas redes e estruturas das relações em formação.

A noção de capital social vai incidir sobre as ações e atitudes positivas da sociabilidade do grupo demonstrando que as formas não monetárias podem ser fontes importantes de poder e influência (PORTES, 2000).

Nesse sentido, Bourdieu (1980), compreende capital social como algo intangível, desencadeado pelos aspectos e pela identificação cultural como tradição, costume, religião, entre outros e pertencente ao processo de estruturação de um grupo ou sociedade, como boa vontade, solidariedade, entre outros, capaz de diferenciá-los com êxito na competição social.

Também nessa direção, Coleman (1990), considera o capital social como um conjunto de recursos, em sua maioria simbólicos, que se apropriados pelo grupo ou sociedade poderá fazer a diferença positiva no seu processo de formação e desenvolvimento.

Becker e Bandeira (2003), concluem que os traços culturais são relevantes para fazer com que os membros de uma localidade se tornem propensos a colaborar para a solução de interesse comum, afirmando que a identidade regional é essencial para que uma porção do território possa ser denominado de região:

“A identidade regional, assim como o capital social, é um produto da história. Ela surge como resultado de processos políticos, sociais e culturais que fazem com que os habitantes de um determinado território consolidem a percepção do fato de que, apesar das diferenças e divergências que possam dividi-los, também têm fortes afinidades e muitos interesses em comum” (BECKER; BANDEIRA, 2003 p.20).

Goulart (1978) identifica uma forma de capital social na região sul do estado entre os estancieiros locais, combatendo a crítica de que as estâncias representavam aristocracias isoladas e opressoras, diz :

“(...) a unidade é a estância; mas não é uma unidade que rejeite todo o tipo de associação. Não: as estâncias como força social sempre operam ligadas umas às outras, nunca se combatem e todas as vezes que se unem é visando a um bem comum, um ideal superior, colocando acima de tudo, a grandeza geral” (GOULART, 1978, p. 28).

A evolução do processo econômico da região sul transformando grande parte das Estâncias em Charqueadas, também alteraram o quadro de cooperativismo existente anteriormente, perdendo a força com essa nova relação econômica (SOUZA, 1973; GOULART, 1978; PESAVENTO, 1987).

A perda de força do cooperativismo entre os estancieiros frente a uma nova relação econômica que começa a se instalar demonstra, para Lazzari (1980), que o cooperativismo entre os estancieiros em defesa do território não tinha um enfoque de crescimento econômico regional, apenas um interesse para alcançar objetivos concernentes à manutenção da estrutura latifundiária.

Nas charqueadas, a mão-de-obra utilizada era a escrava, sendo impostas, de acordo com Cardoso (1977), formas rígidas de coerção e controle do trabalho através de técnicas de tortura, sendo as charqueadas um exemplo da utilização dos mecanismos básicos de sociedade escravista típica que dominava o sul do estado.

A estância e as relações sociais nela estabelecida e posteriormente as charqueadas com suas relações senhor e escravo compuseram a base da sociedade nessa região, sendo influenciadora na formação sociogênica do Rio Grande do Sul, registrando suas características como um elemento de estrutura e de organização social do estado (MEDEIROS, 1975).

Ao contrário, o assentamento de imigrantes europeus no século XIX dando início à colonização da região norte do Rio Grande do Sul, estruturada a partir da pequena propriedade, das pequenas distâncias entre as comunidades, caracterizada por uma formação de capital social e de uma agricultura diversificada possibilitando uma distribuição de renda menos concentrada, contribuíram para diferenciar as duas metades regionais do estado (BECKER; BANDEIRA, 2003).

“A aglomeração ou proximidade (das comunidades) componentes da região (norte do estado) favorecem não apenas os contatos e as solidariedades econômicas (...) como também uma difusão mais rápida e mais fácil das ideias” (NAVARRO de BRITTO, 1986 p, 40).

Sobre a imigração na região norte do estado com as características acima, Andreoli (1989), diz:

“O resultado foi um crescimento extensivo da produção agrícola e artesanal com base na pequena produção familiar rural produtora de bens agrícolas e artesanais, refazendo-se assim, com razoável grau de aproximação à via histórica de desenvolvimento do capitalismo europeu” (ANDREOLI, 1989, p. 102)

Os imigrantes assentados em pequenas propriedades familiares iniciaram e desenvolveram nas áreas do norte do estado a agricultura de subsistência ou a agricultura colonial iniciando a diferenciação entre a estrutura fundiária, entre o uso e a ocupação da terra entre norte e sul do Rio Grande do Sul.

De acordo com Pesavento (1997), o processo de ascensão e superação da economia praticada na região norte do estado pelos imigrantes alemães a partir de 1824 e posteriormente os italianos (1875) em relação a economia praticada na região sul do estado, demonstrado no Quadro 2, durante o período do império (1822-1889), continuou seu dinamismo durante o período da república velha (1889-1930).

Os imigrantes italianos começaram a chegar ao estado a partir de 1875, receberam cortes nos benefícios dados aos primeiros imigrantes alemães de 1824, entre eles lotes de terra menores e necessidade da aquisição das terras e das moradias, superaram as dificuldades iniciais encontrando energia na sua força de trabalho e no capital social.

“(…) durante os primeiros tempos criaram (os imigrantes italianos) novas formas de solidariedade grupal. O grupo fazia a colheita quando um colono estava doente; a conservação da estrada só era possível com a colaboração de todos”(DE BONI; COSTA, 1991, p.126).

Elementos como identidade regional e capital social isolaram e influenciaram as distâncias socioeconômicas estabelecidas entre as denominadas regiões norte e sul do Rio Grande do Sul.

A ocupação do sul do estado, influenciada fortemente pelo militarismo em defesa do território, recebeu como recompensa grandes extensões de terras, inseriu a pecuária como atividade econômica, formando uma identidade cultural-ideológica à região:

“(…) apropriado o território, fixada a fronteira, articulavam-se nitidamente uma base econômica específica, um grupo hegemônico regional e uma

identidade cultural-ideológica forjada no espaço latifundiário e nas práticas sociais a ele vinculadas” (HAESBAERT, 1988, p. 36).

<b>Característica da Colonização Econômica da Imigração Alemã e Italiana no Rio Grande do Sul (1824-1889)</b>			
<b>PERÍODO</b>	<b>COLONIZAÇÃO</b>	<b>ATIVIDADES ECONÔMICAS</b>	<b>CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS</b>
1824-1850	Alemã	— Criação de suínos; — Agricultura de subsistência;	— Fixação da população na região;
1850-1875	Alemã	— Agricultura Comercial baseada na policultura de batata, feijão, mandioca, milho e trigo;	— Abastecimento local das comunidades e do mercado de Porto Alegre; — Fortalecimento do capital social e das comunidades locais
1875-1879	Alemã	— Expansão da Agricultura Comercial	— Abastecimento Regional e Nacional
1875-1879	Italiana	— Criação de suínos; — Policultura de milho e trigo. — Introdução do plantio da uva	— Ocupação da região Serrana, próximo a Caxias do Sul.
1880-1889	Alemã e Italiana	— Ampliação das lavouras comerciais; — Processos de industrialização de produtos agrícolas;	— Abastecimento Regional e Nacional de produtos agrícolas; — Fabricação do Vinho pelas colônias italianas; — Processo de dinamização da economia do norte do estado;

**Quadro 2 - Característica da Colonização Econômica da Imigração Alemã e Italiana no Rio Grande do Sul (1824-1889) Fonte: Pesavento (1997).**

Pebayle (1975), já afirmava que a comunicação entre a sociedade rural com base no latifúndio e na pecuária estabelecida no sul do estado e a sociedade rural com base na pequena propriedade e na agricultura familiar estabelecida no norte do estado foram raras até o início do século XX, não possibilitando a formação entre estas duas regiões de uma identidade regional e de um capital social capaz de as unificarem, assim, cada uma manteve suas diferenças e suas peculiaridades.

“Até o início do século XX, os contatos entre os criadores luso-brasileiros dos campos e os policultores das florestas foram raros. Ou melhor, nada parecia anunciar então novos encontros entre essas duas sociedades rurais tão opostas por suas origens étnicas, por suas tradições culturais e suas mentalidades. Esses homens rudes e fatigados das violentas técnicas de pecuária de uma outra época, afeitos a deslocamentos e já curiosos a respeito das novidades técnicas de seus vizinhos do Prata, rejeitam maciçamente o arado, a inovação agrícola e as terras de floresta. O colono era a antítese desses gaúchos das Campinas: era o homem da floresta, o agricultor isolado com técnicas ainda predatórias, o pequeno proprietário” (PEBAYLE, 1975, p. 3).

Alguns imigrantes, principalmente italianos, vinculados a atividades de comércio foram atraídos para cidades da fronteira e da campanha gaúcha, mas não a ponto de ficar estabelecida uma integração:

“(...) em razão dos progressos da pecuária e indústria do charque, mas que seriam pobres em artífices de ofícios urbanos, o artesão estrangeiro encontraria um seguro campo de expansão.” (FRANCO,1975)

Borges (2001), procura esclarecer que a presença de imigrantes italianos em cidades da fronteira e da campanha gaúcha, ocorreu anterior à imigração com intenções coloniais/agrícolas, a maioria entrando no Rio Grande do Sul com recursos próprios, muitos oriundos da Região da Prata - Argentina e Uruguai - que também pressionavam para ocupação do seu interior e das suas fronteiras.

A diferente forma de ocupação do estado fez com que houvesse generalizações a respeito do desenvolvimento do norte e do sul, baseado em fatores de origem étnica da colonização, à medida que o sul fora praticamente influenciada pela origem luso-brasileira dos primeiros habitantes e o norte pela origem alemã e italiana dos primeiros imigrantes (ROCHA, 1999).

Dessa forma as características sociais, culturais e identidades regionais, influenciados pela estrutura fundiária e pelas dinâmicas demográficas de ocupação do território podem ter sido decisivos nas diferenciações socioeconômicas percebidas atualmente entre as regiões sul e norte do estado.

A inserção da imigração no Rio Grande do Sul e sua expansão a partir de áreas localizadas no centro-norte do território gaúcho, alteram a estrutura fundiária e a matriz produtiva agregando outros produtos à economia do estado, diferenciando socioeconomicamente uma região norte e uma região sul no estado (Quadro 3).

Para Brose (1999), o norte do estado concentrou as imigrações e seu processo de expansão no Rio Grande do Sul (Quadro 4), inicialmente pelos alemães (a partir de 1824), pelos italianos (a partir de 1875) e após a proclamação da República do Brasil (1889), a partir de 1900, com a chegada de grupos menores de outras etnias como Russos e Poloneses, entre outros, caracterizando uma estrutura fundiária baseada na agricultura familiar em pequenas propriedades, sendo a divisão e concentração de terras uma forma de expressar as divisões sociais e a concentração de poder que existem em uma determinada sociedade.

<b>Características socioeconômicas entre Metade Norte e Metade Sul do Rio Grande do Sul, no Período de 1822-1889</b>		
<b>CARACTERÍSTICA</b>	<b>METADE NORTE</b>	<b>METADE SUL</b>
Estrutura Fundiária	Pequena Propriedade	Grande Propriedade
Atividade Econômica Rural	Agricultura Familiar diversificada de Subsistência/Comercial	Pecuária
Forma de Produção	Intensiva	Extensiva
Mercado Consumidor	Local/Regional	Nacional
Força de Trabalho	Familiar	Escravo/Assalariado
Densidade Populacional	Média/Alta	Baixa
Núcleos Urbanos	Próximos uns dos outros	Dispersos uns dos outros

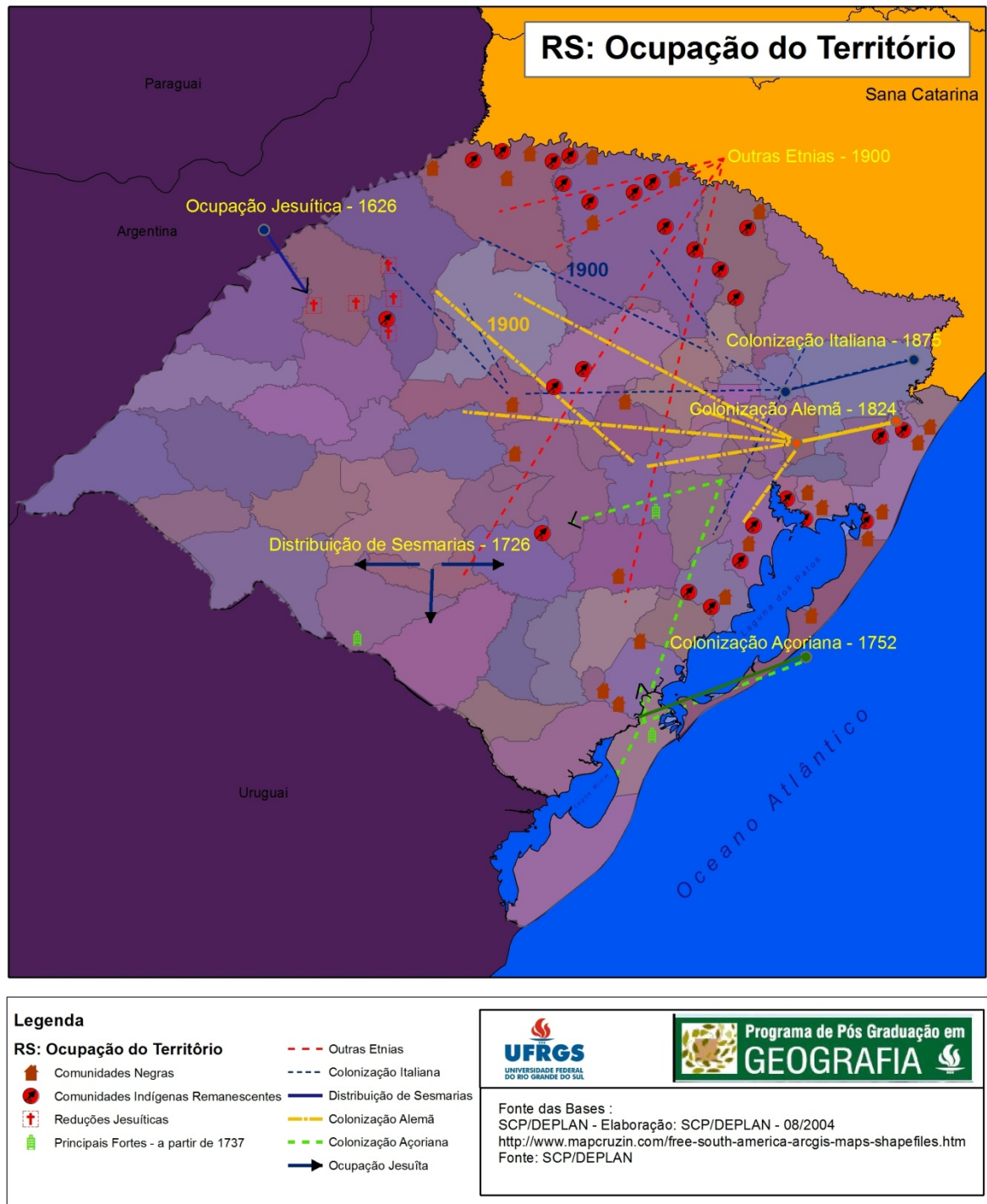
**Quadro 3 - Características socioeconômicas entre Metade Norte e Metade Sul do Rio Grande do Sul, no Período de 1822-1889. Fonte: Pesavento (1997).**

<b>Ano</b>	<b>Principais fatos/ações e seus reflexos no RS durante o período imperial</b>
<b>1822</b>	Independência do Brasil; No RS, economia baseada na pecuária; Desenvolvimento das charqueadas, parte do abastecimento com o gado do Uruguai.
<b>1824</b>	Chegada de imigrantes alemães a São Leopoldo.
<b>1828</b>	Independência do Uruguai; Charqueadas gaúchas perdem parte de sua matéria-prima.
<b>1831</b>	Produção de gêneros agrícolas para subsistência nas Colônias Alemãs.
<b>1835</b>	Início da Revolução Farroupilha
<b>1840</b>	Agricultura Comercial de Subsistência nas Colônias Alemãs.
<b>1845</b>	Fim da Revolução Farroupilha
<b>1854</b>	Venda de lote de terras aos colonos imigrantes.
<b>1860</b>	Concorrência entre o charque gaúcho e o platino; Promulgada Lei nº 601- I Lei de terras
<b>1865</b>	Desenvolvimento da Agricultura Comercial de Subsistência nas Colônias alemãs.
<b>1870</b>	Crise nas charqueadas gaúchas pela falta de mão-de-obra escrava e frente à concorrência platina.
<b>1875</b>	Início da Imigração Italiana para o RS
<b>1889</b>	Proclamação da República do Brasil

**Quadro 4 - Principais fatos e seus reflexos no Rio Grande do Sul durante o período de 1822 a 1889. Fonte: Pesavento (1997).**

A ocupação do Rio Grande do Sul (Figura 10) ocorre em duas etapas históricas distintas do Brasil (Brasil Colônia e Brasil Império), em porções diferentes do território gaúcho (sul e norte), baseadas em setores econômicos diferenciados (monocultura e

policultura), que ao longo do processo histórico expressam essas características até os dias de hoje.



**Figura 10 – RS: Ocupação do Território. Fonte: SCP/DEPLAN, (2004).**

Nesse sentido Pesavento (1984), já sinalizava a diferenciação entre os processos econômicos do estado:



“(…) as charqueadas representavam um setor econômico em crise no final do século XIX, enquanto a economia colonial imigrante encontrava-se em ascensão” (PESAVENTO, 1984).

Na etapa colonial, ocorre a ocupação do sul do estado, imprimindo à região, características como a estrutura fundiária baseada na grande propriedade, uso e ocupação da terra baseado na pecuária, tendo como consequência uma baixa densidade demográfica com os núcleos urbanos mais distantes uns dos outros, pouca diversificação da matriz econômica com pouca distribuição de renda.

Na etapa do Império ocorre a ocupação do norte do estado, impulsionado basicamente pelas imigrações estrangeiras imprimindo à região características como a estrutura fundiária baseada na pequena e na média propriedade, no uso e ocupação do solo baseado na policultura, tendo como consequência uma densidade demográfica maior, com núcleos urbanos mais próximos uns dos outros e diversificação da matriz econômica com evolução para agroindústrias com distribuição maior da renda.

### **2.3 Rio Grande do Sul República (1889 até 1930)**

Após a promulgação Nacional da I Lei de Terras de 1860, o Rio Grande do Sul apresentava problemas como: aumento populacional; dificuldades dos agricultores pobres de legitimarem suas terras; fraudes de posse em terras públicas; aumento no pedido de posses por imigrantes na Região norte do estado, entre outros. O quadro não era muito diferente a nível Nacional, sendo promulgada em 1899, a II Lei de Terras estipulando um prazo de dois anos para solicitação de pedidos de legitimação de terras, com a finalidade de ajustar, reparar e contornar os possíveis danos e dificuldades ocorridas (DA ROSS, 2006).

No entendimento de Stédile & Fernandes (2001), citando o engenheiro agrônomo e pesquisador José Gomes da Silva, que participou entre outros projetos da formulação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), a essência da reforma agrária não está apenas no assentamento de famílias sem terra e sim na desconcentração da propriedade da terra.

Após a proclamação da república a economia estabelecida pelos imigrantes no norte do estado, principalmente, no entorno de Caxias do Sul, segue se fortalecendo, gerando uma

base econômica para o estabelecimento de um setor industrial e indicando que iniciava o século XX como o principal centro econômico do Rio Grande do Sul. Em 1900 a população de imigrantes, considerando-se aqueles que não tinham nascido no Brasil, representavam 11,76% da população gaúcha, sendo que até 1940 a população de italianos (22%) superava a de uruguaiois (21%) e alemães (15%) (JARDIM; BANDEIRA, 2000).

Para Santos (1985), a ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado; a função une o natural e o social. A forma é compreendida como o aspecto visual das coisas, sendo o arranjo ordenado de objetos revelador da função que está relacionada à história dos processos produtivos imposto ao espaço pela sociedade.

O sul do estado foi a primeira porção do espaço geográfico do Rio Grande do Sul a ser ocupada, e ao longo do processo histórico vêm sendo associada socioeconomicamente ao latifúndio, em sua forma e função. Generalizando, a forma ficou associada à grande propriedade e ao latifundiário e a função à matriz produtiva ou atividade econômica baseada inicialmente na pecuária extensiva e posteriormente nas lavouras comerciais de arroz e soja.

Para Bandeira (1994), o predomínio da pecuária em detrimento à agricultura na região sul pode estar associado a fatores geomorfológicos da região:

“(…) Em certas zonas (da Região sul do estado), praticamente inexistem áreas adequadas para o cultivo com lavouras temporárias. No Oeste da Campanha, os solos superficiais e muito suscetíveis à erosão tornam o cultivo viável apenas nas várzeas.” (BANDEIRA, 1994, p. 22)

Nesta mesma direção, Waibel (1979), já afirmava que no Rio Grande do Sul as áreas de do norte e os campos do sul são mundos diferentes e limitados por fronteiras distintas em relação às condições naturais, econômicas, sociais e étnicas.

Os ciclos econômicos baseados em monoculturas no sul do estado apresentaram ao longo dos seus processos, dificuldades de comercialização, de produção, de uso e manejo do solo, entre outras, sendo superados economicamente pelo processo de desenvolvimento da policultura familiar e seus desmembramentos praticados no norte do estado, ocorrendo uma diferenciação socioeconômica.

As características físicas, sociais, culturais e identidades regionais, influenciados pela estrutura fundiária e pelas dinâmicas demográficas de ocupação do território podem ter sido decisivos nas diferenciações socioeconômicas percebidas atualmente entre as metades norte e sul do estado.

As características históricas de formação econômica do sul do estado baseada na escravidão das charqueadas e na criação de gado durante o Brasil Colônia e o Brasil Império, aliada a estrutura fundiária de alta concentração de terra e a falta de acumulação e mobilização de capital social nos anos pós República (República Velha – 1889-1930), foram responsáveis pela não modernização econômica da região o que tem refletido no desempenho econômico a longo prazo, até os dias de hoje, caracterizando uma diferenciação socioeconômica entre metade norte e metade sul do estado (MONASTÉRIO, 2002).

No período da República Velha (1889-1930), segundo Arends (2009), ocorre a materialização do capitalismo no Rio Grande do Sul, consolidando a porção norte e a porção sul do estado com características distintas nos campos: a) demográfico b) econômico c) política d) cultural, e e) técnico. Essas características vêm se reproduzindo ao longo do século XX, determinando o desenvolvimento regional de ambas as metades, originando no norte do estado um ambiente socioeconômico dinâmico e no sul do estado um ambiente socioeconômico estagnado, explicando a divisão entre metade norte e sul do estado e seu desequilíbrio socioeconômico regional atual.

No campo político, durante a República Velha, o estado se divide entre o Partido Federalista, posteriormente denominado Partido Libertador, que defendia os interesses dos estancieiros e o Partido Republicano de discurso Progressista e Positivista ligado aos interesses do novo governo. A consequência dessa ruptura era sentida principalmente no campo econômico em relação aos projetos de desenvolvimento do governo que tinha interesse na diversificação dos produtos agrícolas com as práticas de policultura iniciada e desenvolvida no norte do estado pelos imigrantes europeus (FONSECA, 1983).

No campo econômico, a policultura e a forma de trabalho adotada pelos imigrantes no norte do estado representam os interesses do governo positivista do período, reproduzindo a produção capitalista, baseada em trabalho assalariado, objetivando exportação e lucro, elementos inexistentes na matriz econômica adotadas no sul do estado (BECKER, 1992).

“O Rio Grande do Sul, que durante a maior parte do século passado se notabilizara como exportador dos produtos animais (carne e couro), assume no fim do século (XIX) as feições atuais de grande exportador também de produtos de lavoura.” (SINGER, 1977, p. 164)

No campo demográfico, as diferenças de crescimento populacional da expansão do norte em relação ao sul do estado estão ligadas a ações conjuntas de diversos fatores de difícil distinção, mas relacionados as migrações internas e as imigrações externas com suas formas

de assentamento nesse período histórico (ALONSO; BENETTI; BANDEIRA, 1994, p. 11-12).

Associando-se o campo demográfico com o campo político e econômico das duas “porções” (sul e norte) do estado, percebem-se as diferenças existentes entre elas.

O sul do estado, o primeiro a ser ocupada e a apresentar uma urbanização em função disso permaneceu com sua base econômica calcada na agropecuária que não foi capaz de absorver e reter a população local em suas atividades (ENGEVIX, 1997).

Em contrapartida, o norte do estado a partir da ocupação pelos imigrantes europeus caracterizada pelas pequenas propriedades rurais e agricultura de subsistência que ao longo do processo de ocupação orientou sua base econômica para uma agricultura comercial e para o desenvolvimento do setor industrial calcado na manufatura, conseguiu fixar e atrair novos contingentes populacionais (ENGEVIX, 1997)

## **2.4 Divisão do Rio Grande do Sul: Metade Norte e Metade Sul do RS**

Para Fonseca (1983), após a República do Brasil, no período da República Velha, as diferenças significativas de ocupação e estrutura fundiária no estado do Rio Grande do Sul, permitem a divisão regional em norte e sul (Figura 15).

O sul do estado é denominada pelo autor de campanha ou metade sul, abrange todos os municípios gaúchos ao sul de uma linha que parte de São Borja no Oeste, indo até Camaquã, nas margens da Laguna dos Patos. É oriunda da colonização ibérica, onde no império foi introduzido o trabalho escravo, sendo à época uma das regiões mais importantes do Rio Grande do Sul, onde se desenvolveu a pecuária associada ao latifúndio (FONSECA, 1983).

O norte ou metade norte engloba duas sub-regiões do estado, o planalto e a serra, ocupadas pela imigração européia principalmente de alemães e italianos e seus desmembramentos, representadas pela pequena propriedade e pelo início da agricultura familiar. Para o autor restaria entre estas duas regiões (norte e sul) uma zona de transição que consistiria em uma estreita faixa de terra que ele denomina de zona atípica, bem como a faixa litorânea do estado. (FONSECA, 1983, p. 27-28).

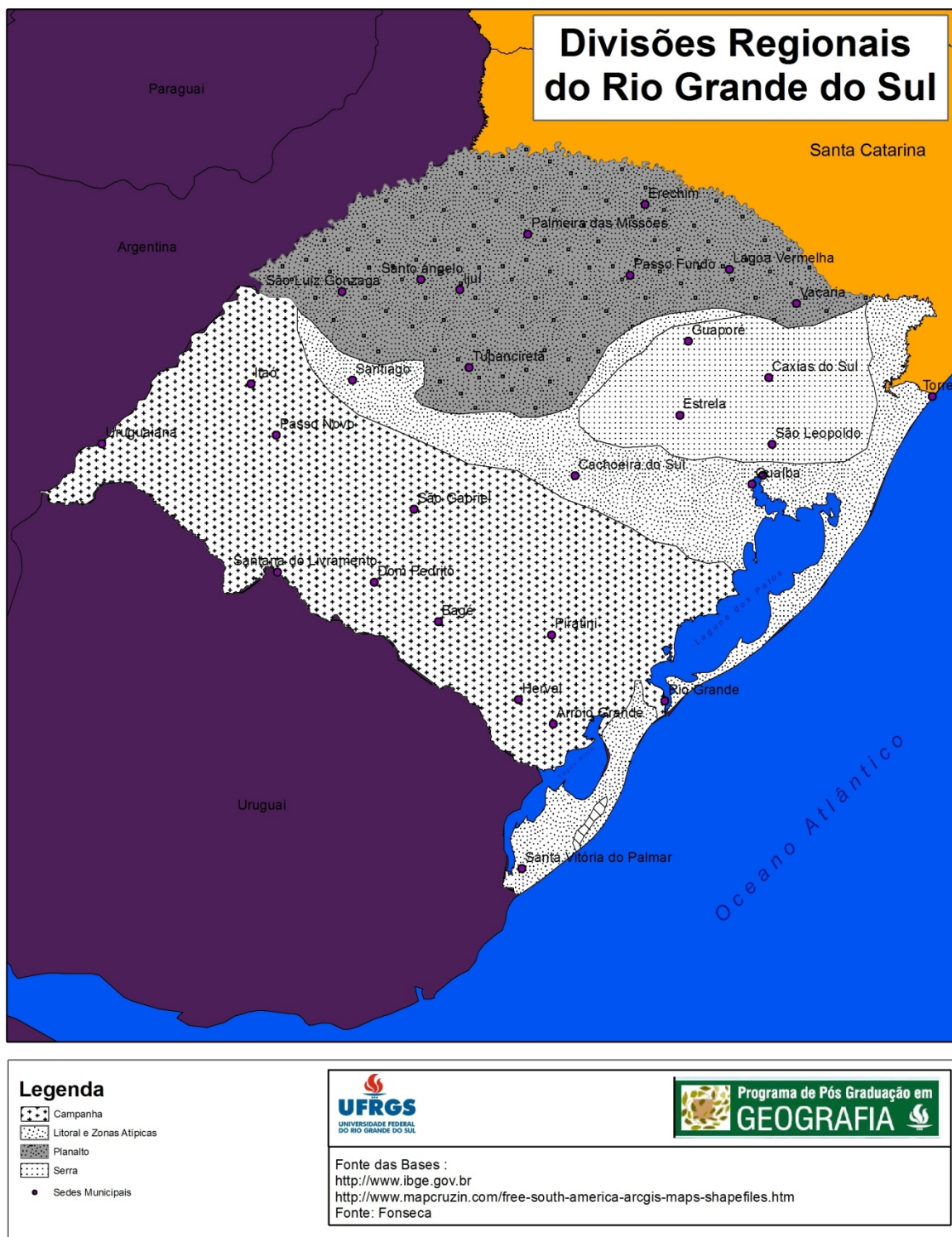


Figura 11 - Divisões regionais do RS. Fonte: Fonseca (1983).

“(…) a economia gaúcha é reorientada na República Velha, pois que, de eminentemente pecuária e baseada na demanda de exportações de um produto ou dois produtos (charque e couros), passará a uma economia policultora e com ênfase ao mercado local. Esta etapa é um mero passo para que se busque evidências de que a Campanha está atravessando, durante o

período histórico em pauta, uma estagnação econômica frente à Serra e ao Planalto”. (FONSECA, 1983, p. 29).

Teixeira (2001) atribui o fraco dinamismo regional do sul do estado ao conservadorismo dos grandes proprietários de terras concentrando a produção na pecuária extensiva ou no arrendamento das terras, utilizadas para rizicultura, sem diversificar a produção.

Até 1930, final da República Velha, a atividade econômica mais representativa do Rio Grande do Sul, ainda estava concentrada na pecuária e seus desmembramentos, determinando também a classe hegemônica da época. Apesar disso percebiam-se esforços políticos para que o estado gaúcho como um todo, buscasse uma direção rumo à diversificação da sua matriz produtiva e ampliasse suas relações capitalistas (FONSECA, 1983; HERRLEIN JR,1999).

O norte do estado no período de 1890 a 1914, a partir das colônias de imigrantes e através de suas atividades agrícolas fortemente organizadas e voltadas à exportação, totalmente integrada a um sistema capitalista, fazia surgir uma classe social formada por pequenos proprietários, onde predominava o acúmulo de capital financeiro e social, propício para o desenvolvimento de um setor industrial iniciando seu processo um pouco antes da proclamação da república até os anos 14 da República Velha (LAGEMANN, 1980).

O isolamento do Rio Grande do Sul diante de um incipiente sistema de infraestrutura para o escoamento da produção pra o restante do país, evitou a entrada de produtos oriundos da indústria paulista, preservando o mercado interno local para os produtos do estado. O Governo Estadual foi decisivo para o fortalecimento do setor industrial tanto no norte do estado como no sul, através de incentivos fiscais e de investimentos em infraestrutura na região, que colaboraram para a diminuição dos custos de produção e possibilitou a competitividade da produção gaúcha, fortalecendo e abastecendo o mercado interno local propiciando o processo de industrialização (FAGUNDES et al.,1987).

“ (...) durante o processo de industrialização (...) o Rio Grande do Sul apresentava determinadas condições estruturais que lhe permitiam uma arrancada inicial (...) A atividade dos comerciantes de origem imigrante permitia acumulação de capital; formara-se um mercado regional para manufaturados na zona colonial e nos centros urbanos; a agropecuária fornecia matéria-prima e a mão-de-obra imigrante que deixava a lavoura colonial em demanda das cidades era da melhor qualidade”. (PESAVENTO, 1982, p.75).

Entre as indústrias que surgiram nesse período inicial do processo de industrialização se destacavam a indústria no setor de alimentos, de madeira, e de cerâmica, metalurgia, couro, entre outros (ROCHE, 1969).

Na indústria do norte do estado, entre o eixo Porto Alegre - Caxias do Sul, predominavam as indústrias de alimentos, calçados e produtos têxteis, e na indústria do sul, entre o eixo Rio Grande - Pelotas, predominavam as indústrias têxteis e de alimentos, respectivamente (PESAVENTO, 1982)

Dessa forma a indústria gaúcha no período da República Velha se destacava pela industrialização de produtos regionais, onde a matéria-prima era produzida diretamente no estado, fortalecendo dessa forma a indústria alimentícia, de bebidas e calçados entre outros. A partir de 1914 já se podia observar um melhor dinamismo nas indústrias localizadas em direção ao norte do estado, no eixo Porto Alegre- Caxias do sul em detrimento as localizadas no eixo Rio Grande - Pelotas no sul do estado. (SINGER, 1977).

## **2.5 RS República Nova: 1930 a 1964**

A partir da década de 30 percebe-se uma ampliação do mercado interno nacional e por consequência o aumento da concorrência, permanecendo a economia gaúcha baseada em atividades agrícolas e beneficiamento industrial de matérias-primas de produção local até meados de 1960 (PESAVENTO, 1984).

A industrialização imprime características econômicas básicas entre o norte e o sul do estado através das atividades das indústrias instaladas nas duas regiões e do destino de suas produções. No sul, entre as indústrias existentes, predominavam as que beneficiavam produtos locais oriundos da agropecuária em relação à produção de bens manufaturados que eram reduzidos e destinados ao mercado externo; no norte, a diversificação industrial era bem maior e sua produção estava voltada aos mercados local e interno (CASTRO, 1971).

Essas características foram se aprofundando, em meados da década de 60, a concentração industrial se expandia e se diversificava de Porto Alegre em direção ao norte do estado, criando um pólo industrial na região metropolitana de Porto Alegre e no entorno de Caxias do Sul, aumentando a participação do setor secundário na economia gaúcha. No sul do

estado, o setor secundário dava sinais de queda, originando sinais das diferenciações socioeconômicas entre as duas regiões (CASTRO, 1971).

## 2.6 Rio Grande do Sul Período Militar (1964-1984)

Para Alonso e Bandeira (1994), a estrutura fundiária estabelecida no sul do estado por ocasião da ocupação territorial através do sistema de doação de sesmarias vem se alterando muito lentamente, contribuindo para a manutenção das diferenças intra-regionais no estado.

(...) traço histórico-econômico fundamental é a estrutura fundiária caracterizada pela concentração da posse da terra, formada a partir das sesmarias doadas nos últimos tempos do período colonial (...). Pode-se afirmar que dessa estrutura fundiária decorrem, em última análise, outros aspectos que caracterizam a sociedade local até o presente, como a concentração de renda, os centros urbanos esparsos, a reduzida densidade da população rural e o predomínio da pecuária” (ALONSO; BANDEIRA, 1994 p.224).

Prova disso está no percentual da área ocupada por propriedades com menos de 50ha em 1940 e 1996 no sul do estado. Passados mais de 50 anos, este percentual permaneceu inalterado (Quadro 5).

ANO	Percentual aproximado de área ocupada por propriedades < 50 ha - Metade Sul (%).
1940	20
1996	20

**Quadro 5 - Percentual aproximado de propriedades com párea menor de 50 hectares – Metade Sul. Fonte: Censos Agropecuários IBGE, 1940 e 1996.**

A comparação entre a estrutura fundiária do norte do estado, baseado na pequena propriedade em relação o sul do estado baseado na média e grande propriedade demonstra que esta (a propriedade) é um elemento diferenciador entre os dinamismos econômicos entre as duas “metades” do estado (FONSECA, 1983).



A fragmentação de áreas agrárias ou áreas com menores desigualdades territoriais entre elas, proporcionaram ao norte do estado, em um primeiro momento, uma distribuição mais equilibrada de renda e serviços, atividades agrícolas mais dinâmicas e diversificadas, distâncias menores mais próximas aos núcleos urbanos (FONSECA,1983).

A ocupação e uso histórico da terra no sul do estado, calcado no latifúndio e suas monoculturas em períodos históricos diferenciados, especialmente a monocultura do trigo, do arroz e da soja, e das atividades de pecuária e charqueadas, vem perpetuando ao longo do processo histórico uma realidade socioeconômica de estagnação (FONSECA, 1983).

Entretanto, a modernização da agricultura durante as décadas de 60 e 70 em diante promoveram a concentração de terras nas duas metades (norte e sul) do estado, tendo como consequência a expropriação de pequenos produtores familiares, alguns seguiram para áreas de expansão das fronteiras agrícolas do País e outros se tornaram sem terra (BRUM,1983).

Os estudos econômicos do estado na década de 70 indicavam diferenças socioeconômicas entre o sul e norte do estado. O norte do estado começava a se diferenciar, permanecendo ao noroeste as atividades na agricultura de forma mecanizada e no nordeste (eixo Caxias do sul) que deslocava suas atividades primárias para o setor industrial, originado três grandes sub-regiões: Messorregião Norte, Messorregião Nordeste e Messorregião Sul (ALONSO; BANDEIRA, 1994).

A análise do processo histórico de ocupação e de estrutura fundiária do Rio Grande do Sul demonstrou um desenvolvimento regional com desníveis de crescimento entre as áreas pela diferenciação dos setores produtivos localizados no sul, no norte e nas últimas décadas no nordeste do estado (ALONSO; BANDEIRA, 1994).

## **2.7 Rio Grande do Sul Metade Sul (1985 - até os dias atuais)**

Nos anos 90 é criado um instrumento de gestão pública para promover o desenvolvimento regional através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) e reduzir as desigualdades regionais que teve suas atribuições definidas pela Lei Estadual nº 10.283, de 17/10/1994 e regulamentada pelo Decreto nº 35.764 de 20/12/1994. O sul do estado passa a abrigar os COREDES da Campanha, da Fronteira Oeste, Central, Vale do Jaguari, Jacuí-Centro, Vale do Rio pardo, Centro-Sul e Sul

O fato da ocupação do espaço territorial do Rio Grande do Sul ter iniciado pelo sul do estado, possibilitou para que até o início do século XX, essa região abrigasse um percentual populacional em torno de 40% sobre o total do estado. No decorrer do século XX acentuou-se o processo de redução de participação e atualmente a concentração populacional da Metade Sul é menor que 28% do total. A mesma tendência de redução ocorreu em relação à participação da Região no Produto Interno Bruto (PIB), que no início do século XX era de aproximadamente 40 % e nos últimos 30 (trinta) anos vem se mantendo estagnada em torno dos 24% do total do estado (Quadro 6).

<b>Percentual populacional e participação no PIB do RS da Metade Sul no período 1920-2010</b>			
<b>Ano</b>	<b>População Metade Sul</b>	<b>Percentual Populacional da Metade Sul em Relação ao RS (%)</b>	<b>Participação da Metade Sul na Formação do PIB do RS (%)</b>
<b>1920</b>	879.634	40	45
<b>1960</b>	1.640.641	30	31
<b>1980</b>	2.047.297	26	24
<b>2010</b>	2.913.450	27	24

**Quadro 6 - Percentual populacional e participação da Metade Sul no PIB do Rio Grande do Sul. Fonte: IBGE, FEE/2010.**

A imigração no Rio Grande do Sul dinamizou os processos socioeconômicos alterando as dinâmicas demográficas e a estrutura fundiária, sendo fator determinante para a variação populacional de uma “metade” e outra (BANDEIRA, 1994).

No fim dos anos 80 e início dos anos 90, os conflitos pela terra exercidos pelos movimentos sociais de luta pela terra (MST) buscaram alterar essa estrutura com a inserção da agricultura familiar e no início do século XXI à busca de grandes extensões territoriais para implantação de florestas plantadas, principalmente de eucalipto, pelas empresas ligadas ao setor de celulose nacional e internacional vem engrossar essa transformação e reestruturação fundiária e por consequência a matriz econômica. O interesse acompanhado das disputas territoriais e econômicas estabelecidas por esses novos agentes sociais fez com que de acordo com a alternância dos governos a nível federal e estadual, diferentes políticas públicas fossem propostas e articuladas para acompanhar e interferir nessa reestruturação socioeconômica da região (BRUM, 1983).

A luta pela terra inicia seu processo migratório no Rio Grande do Sul. Inicialmente a luta pela terra ficou focada nas áreas do norte, no final dos anos 80 na parte central e no período pós 90 se direciona a Metade Sul , quando as propriedades rurais da Campanha passam a ser vistoriadas pelo INCRA e avaliadas por índices de produtividade, com forte resistência regional (BRUM, 1983).

Na atualidade, a busca por grandes extensões de áreas para implantação de projetos de silvicultura e/ou agricultura familiar através da reforma agrária estão focadas na Metade Sul do estado pelas características históricas da região, como maior incidência de médias e grandes propriedades, baixa densidade demográfica, distâncias maiores entre os núcleos urbanos, matriz econômica pouco diversificada associada a má distribuição de renda, entre outras.

Através dos Decretos nº 36.494, de 06 de março de 1996; 37.038, de 21 de novembro de 1996; e 38.473, de 11 de maio de 1998 a Metade Sul ficou composta por 105 municípios pertencentes aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) da Campanha, Central, Centro-Sul, Fronteira Oeste, Sul, parte do Litoral e parte do Vale do Rio Pardo.

A Metade Sul abrange mais de 50% da área total do estado, é composta por 105 dos 496 municípios do estado, fazendo fronteira internacional com a Argentina e o Uruguai. No século XVIII teve seu apogeu econômico, abrigando em 1890, 52% da população do estado, chegando em 1991 com 25% da população e com indicadores econômicos baixos (ALONSO; BANDEIRA; BENETTI, 1994).

## **CAPÍTULO 3: BRASIL CONSTITUIÇÃO DO COMPLEXO FLORESTAL**

---

Este capítulo busca resgatar na formação do Complexo Florestal (CF) no Brasil os principais fatos/momentos e os elos de ligação que tornam a Metade Sul do Rio Grande do Sul um território-alvo de disputa de projetos econômicos do setor de celulose.

O objetivo é destacar os principais fatos/momentos na formação e evolução histórica do Complexo Florestal no País, articulando sempre que possível com o Rio Grande do Sul para melhor compreensão de como este setor econômico está se expandindo atualmente com tanta força no estado.

Nesse processo evolutivo nacional será destacada a tomada de ação e sua consequência e não serão destacadas pessoa(s) ou partido(s) políticos, por este motivo, os mesmos só serão citados e/ou nominados em caso de extrema relevância para o entendimento do processo, ou especificamente, no caso do Rio Grande do Sul, no período de 1999-2009, objeto desta pesquisa para compreensão e análise dos fatos regionais atuais.

Para atingir este objetivo adotou-se o critério de periodização, recorrendo-se à história para a compreensão do presente, apesar de inconcluso pelos projetos econômicos estarem em andamento.

### **3.1 O Complexo Florestal**

Na literatura sobre o tema é comum a utilização das expressões Complexo Florestal, Sistema Agroindustrial Florestal ou Agronegócio Florestal como sinônimos, para designar a integração entre a indústria que utiliza a madeira como matéria-prima, entre elas a indústria do papel e celulose, e o setor de Florestamento ou Silvicultura. Consistindo no conjunto de atividades relacionados com a silvicultura e extração vegetal e pelos setores a elas vinculados (BACHA, 1991).

Adotou-se nesse trabalho, por questões de padronização conceitual, a utilização do termo Complexo Florestal (CF), pelo entendimento que a noção de Complexo considera além de um conjunto de atividades relacionadas técnico-economicamente, o espaço geográfico no qual se organizam os interesses dos modelos econômicos e no qual são elaboradas e executadas as políticas públicas.

A expressão “Complexo Florestal” poderá representar, neste trabalho, desde um setor isolado da Indústria de Papel e Celulose, como por exemplo o setor de Florestamento, como também, por exemplo, a Indústria de Celulose, ou toda o processo verticalizado, como é o exemplo da Indústria de Papel e Celulose.

Também poderá ser utilizada separadamente a expressão “Indústria de Papel e Celulose” (IPC) para designar empresas que integraram de forma verticalizada de produção o setor de florestamento com a indústria, consistindo desde o plantio de árvores até o produto industrial final – o papel - administrado por um determinado grupo empresarial da cadeia produtiva do Complexo Florestal.

A expressão “Indústria de Celulose” (IC) também poderá ser utilizada isoladamente para designar o setor produtivo do Complexo Florestal, também verticalizado, que se dedica à implantação de bases florestais como matéria-prima e sua transformação em pasta de celulose pelas indústrias de celulose e destinados as fábricas de papéis e outros setores que necessitam de pasta de celulose.

Quando for utilizada a expressão “Indústria do Papel e/ou Celulose”, significa que poderá englobar um ou mais dos diferentes tipos de indústrias do setor, como a Indústria do Papel (que só produz papel), a Indústria da Celulose (possui base florestal própria e transforma a matéria-prima em celulose) ou a Indústria do Papel e Celulose ( que verticaliza todo o processo, desde a implantação de bases florestais próprias, como transformação em celulose e posteriormente o beneficiamento desta em papel).

Integrantes do Complexo Florestal, a produção florestal ou a atividade de Silvicultura, e a indústria de celulose estão presentes no contexto do Rio Grande do Sul e nos últimos anos buscam sua expansão na Metade do Sul do estado, representados por três grandes grupos da Indústria do Papel e/ou Celulose com capital Nacional e Internacional: Aracruz Celulose, Votorantim Celulose e Papel (VCP) e Stora Enso.

### 3.2 Origem e evolução da Indústria do Papel e Celulose no Brasil

Não há consenso do marco inicial que originou a indústria do papel no Brasil, considerando-se como tal, o período do final do século XIX, início do século XX, sabendo-se que as primeiras indústrias tiveram como origem as atividades de importação e comércio de papéis, realizadas por imigrantes.

Os pesquisadores das origens da indústria brasileira (Villela; Suzigan, 1973; Suzigan, 1986), consideram como início do desenvolvimento da indústria do papel, o período pós-primeira guerra mundial, como reação à crise externa, estimulando o crescimento da produção interna.

Para Cano (1983), a indústria do papel surge antes da primeira guerra mundial vinculada ao circuito econômico cafeeiro, à medida que a Companhia Melhoramentos fundada em São Paulo em 1890 tem sua origem vinculada ao capital cafeeiro.

Nesse sentido, Suzigan (1986), complementa que apesar da origem comercial, o capital industrial do papel dependia do capital cafeeiro à importação de máquinas e criação de um mercado para produtos industrializados.

A trajetória ou o processo de formação das primeiras empresas industriais do papel, de forma geral, iniciava no comércio de papéis, passava por atividades gráficas para posteriormente iniciarem a fabricação de papel.

Neste momento histórico, estavam praticamente desvinculadas a atividade florestal, fornecedora de matéria-prima, e a indústria do papel, fornecedora do produto manufaturado, sendo a pasta de madeira e a celulose, necessárias à fabricação do papel, em sua maior parte importada.

As atividades de florestamento iniciaram no estado de São Paulo, entre 1903 e 1908, com a introdução do eucalipto pelo Engenheiro Agrônomo Edmundo Navarro de Andrade (1881-1941), então diretor do Serviço Florestal da Companhia Férrea Paulista.

O serviço florestal era fundamental para o planejamento e funcionamento regular de uma estrada de ferro, para propósitos energéticos de carvão vegetal e fornecimento de dormentes às vias férreas, sendo necessário árvores, como o eucalipto. O Eucalipto foi descoberto pelos ingleses na Austrália em 1788, sendo que o Gênero *Eucalyptus* possui mais de 700 espécies catalogadas e adaptadas a diversas condições de solo e clima. No ambiente brasileiro esta árvore exótica apresentou boas condições de adaptação, tendo como

características o crescimento rápido e um bom poder calorífero. Foi a partir do uso nas ferrovias, no início do século XX, que o eucalipto tornou-se presente na economia brasileira, sendo amplamente utilizado na siderurgia e na mineração (Usina Siderúrgica Belgo-Mineira em Sabará(MG) e a Cia. Electro-Metalúrgica Brasileira em Ribeirão Preto (SP), inauguradas em 1921), sendo uma das bases da produção do carvão vegetal usado nos fornos de redução do minério de ferro, até alcançar às indústrias de papel e celulose (HASSE, 2006).

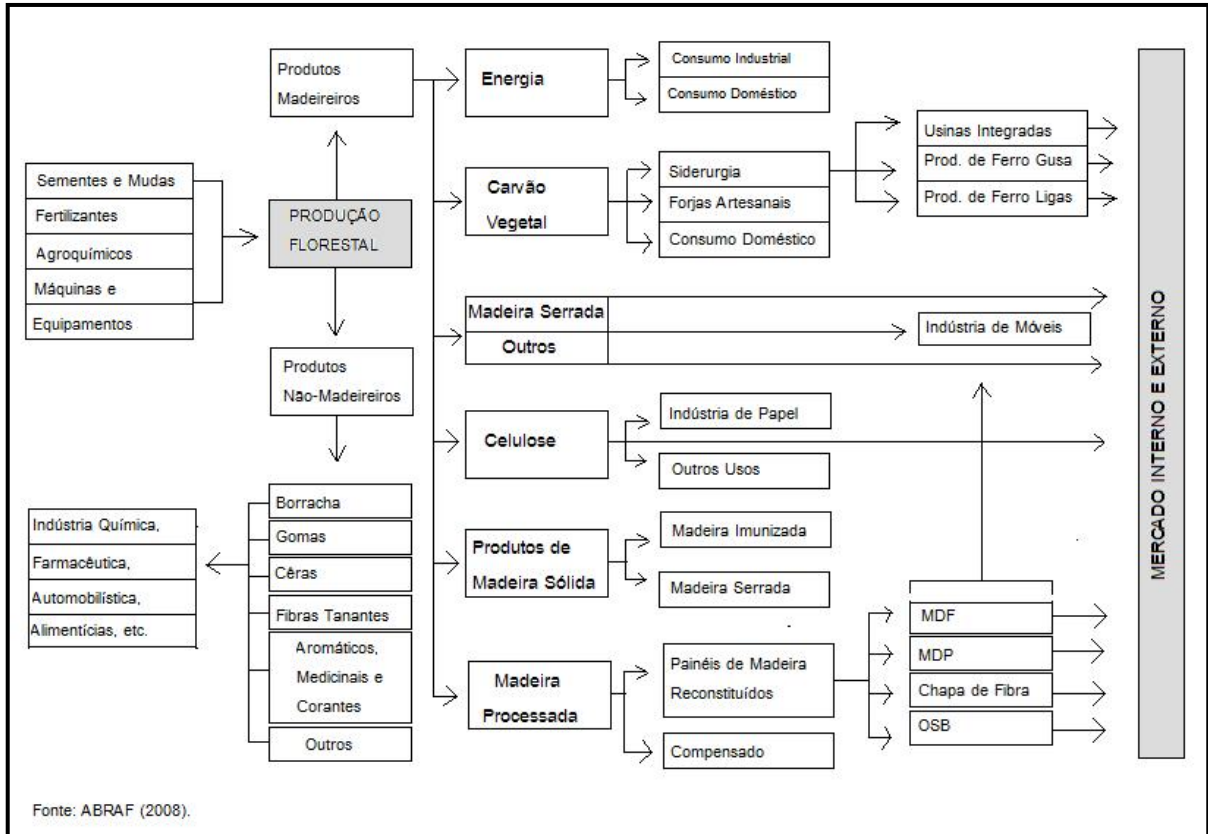
Para Soto (1992), a formação do Complexo Florestal (CF) ou o processo de integração entre a atividade florestal e a indústria do papel inicia-se a partir da década de 40 com a produção de celulose de Fibra Longa (FL). A celulose de fibra longa possui 2,0 mm de comprimento ou mais, é processada a partir de coníferas como o pinus, por apresentar maior resistência mecânica, é empregada principalmente na produção de papelão ondulado, papéis de imprensa e embalagens, entre outros.

Para produção de fibra longa foi utilizado o pinheiro, pelo grupo Klabin em 1946, incorporando a produção florestal à indústria e originando o processo vertical do Complexo Florestal da indústria como demonstrado no Quadro 7. O grupo Klabin- Lafer, era constituído por judeus lituanos que chegaram ao Brasil em 1886, fundando uma firma de importação de papéis, posteriormente uma tipografia antes de chegar à indústria.

Esse processo de verticalização, da produção florestal e industrial, é impulsionado em 1955 pela inovação tecnológica, quando a Companhia Suzano, iniciou em fase experimental a produção de celulose de fibra curta (FC) com o eucalipto. A celulose de fibra curta apresenta entre 1 e 2 mm de comprimento, é processada a partir do eucalipto por apresentar maior maleabilidade e opacidade, sendo empregada na fabricação de papéis destinadas à escrita, impressão, entre outros. Em 1956 a produção nacional de celulose de fibra curta utilizando o eucalipto atingiu a marca de 51.900 ton./ano. (SOTO, 1992; HIMGEMBERG; BACHA, 2001).

Para Gomide (1988), é na década de 60 que a produção de fibra curta oriunda do eucalipto supera a produção de fibra longa, passando o papel produzido no Brasil a utilizar 100% de pasta de celulose de eucalipto.

O aumento expressivo da participação da celulose de fibra curta de eucalipto, coloca o Brasil entre os principais produtores de Celulose Branqueada, ao lado de Indonésia, Malásia, Portugal e Espanha. Os Estados Unidos (EUA), Alemanha, Japão, França e Itália respondem juntos, por mais de 50% (cinquenta por cento) da demanda de celulose sulfato branqueada brasileira (BNDES, 1996).



**Quadro 7 - Fluxograma do complexo florestal. Fonte: ABRAF (2008).**

Atualmente o mercado global de produção de celulose se divide basicamente em produção de pasta de celulose de fibra curta a partir de espécies folhosas do eucalipto e produção de pasta de celulose de fibra longa a partir de espécies de coníferas destinadas principalmente à produção de papéis, sendo que para produção de papéis com maior resistência como, por exemplo, papéis para ser utilizados em embalagens, é necessário utilizar a pasta de celulose fabricada com a fibra longa (SILVA JUNIOR, 2007).

No Hemisfério Sul, o Chile é um exemplo líder de produção de pasta de celulose com fibra longa à base de coníferas, sendo o Brasil, um exemplo líder de produção de pasta de celulose de fibra curta à base do eucalipto, exportando seu excedente de produção conforme os destinos apresentados na figura 12.

Cabe enfatizar que a produção de papel e a produção de pasta de celulose permanecem como atividades diferenciadas dentro deste setor econômico, podendo ou não pertencerem à mesma indústria. Isto é, ambas as atividades são verticalizadas em sua produção, mas algumas indústrias englobam desde a produção da madeira até a fabricação do papel e outras se dedicam apenas à produção de madeira e fabricação da pasta de celulose para enviar como matéria-prima às fábricas de papéis (Figura 13).



Destino da exportação brasileira de celulose.

<b>EUROPA</b>	<b>39%</b>
<b>CHINA</b>	<b>31%</b>
<b>AMÉRICA NORTE</b>	<b>14%</b>
<b>OCEANIA</b>	<b>13%</b>
<b>AMERICA LATINA</b>	<b>3%</b>

Figura 12 - Destino da Exportação Brasileira de Celulose – jan/2011. Fonte: BRACELPA (2009).

Produção brasileira de celulose e papel

<b>ANO</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>CELULOSE</b>	0,8	3,1	4,4	12	12,7	13,3	14,1
<b>PAPEL</b>	1,1	3,4	4,7	9	9,4	9,4	9,8

Figura 13 - Destino da Exportação Brasileira de Celulose – jan/2011. Fonte: BRACELPA (2009).

Esta diferenciação é importante para entender por que durante o século XX e início de século XXI, o volume de produção das indústrias de pasta de celulose que anteriormente pertencia a países localizados no hemisfério norte está se direcionando para países periféricos do hemisfério sul, como o Brasil, mas a produção e o consumo de papel permanecem maior em países centrais do hemisfério norte (SILVA JUNIOR, 2007; BRACELPA,2009).

De acordo com BRACELPA (2009), a média mundial de consumo de papel em 2009 foi estimada em 57,5 kg per capita, sendo que no Brasil essa média é de 44,2 kg per capita, ficando atrás de países como Chile, México e Argentina. (Quadro 9)

<b>País</b>	<b>Consumo de papel em kg per capita/ano (aproximado)</b>
FINLÂNDIA	339
EUA	269
ALEMANHA	248
JAPÃO	242
CANADÁ	211
ITÁLIA	191
REINO UNIDO	184
FRANÇA	166
CHILE	81
MÉXICO	60
ARGENTINA	60
BRASIL	44

Quadro 8 - Consumo de papel per capita/ano em 2009. Fonte: Bracelpa (2009).

De acordo com a Bracelpa (2009), o Brasil já ocupa a quarta posição mundial em produção de celulose de fibra curta e o nono lugar na produção de papéis (quadro 10).

CELULOSE		PAPEL	
PAÍS	Mil toneladas	PAÍS	Mil toneladas
1. EUA	48.329	1. CHINA	86.391
2. CHINA	20.813	2. EUA	71.613
3. CANADÁ	17.079	3. JAPÃO	26.279
4. BRASIL	13.315	4. ALEMANHA	20.902
5. SUÉCIA	11.463	5. CANADÁ	12.857
6. FINLÂNDIA	9.003	6. SUÉCIA	10.933
7. JAPÃO	8.506	7. FINLÂNDIA	10.602
8. RÚSSIA	7.235	8. CORÉIA DO SUL	10.481
9. INDONÉSIA	5.971	9. BRASIL	9.428
10. CHILE	5.000	10. INDONÉSIA	9.363
11. ÍNDIA	3.803	11. ÍNDIA	8.693
12. ALEMANHA	2.542	12. ITÁLIA	8.449

**Quadro 9 - Produção mundial de celulose e papel. Fonte: Bracelpa (2009).**

Portanto existe uma tendência de transferência do eixo de produção de pasta de celulose fornecidas como matéria-prima às fábricas de papéis, principalmente de fibra curta com espécies do eucalipto, para países como o Brasil pelas condições edafoclimáticas de florestas plantadas associadas a pesquisas tecnológicas que permitem aumentos de produção com redução de custos (SILVA JUNIOR, 2007), também levando-se em consideração fatores como custo de terras para implantação de bases florestais, mão-de-obra, incentivos fiscais do poder público, entre outros.

As condições edafoclimáticas associadas a pesquisas e avanços da tecnologia nas áreas de genética e biotecnologia entre outras, elevaram a produção brasileira de madeira para celulose com o eucalipto, passando de 24 m<sup>3</sup>/ha/ano, na década de 80, para 44m<sup>3</sup>/ha/ano em 2009 (BRACELPA, 2009).

A implantação de bases florestais para produção de madeira destinada aos setores que utilizam a madeira como matéria-prima, entre eles o setor de celulose e papel é o primeiro passo. Nesse sentido, em 2009 o Brasil ocupava a sexta posição mundial em áreas de florestas

plantadas com aproximadamente 2,2 milhões de hectares de florestas plantadas direcionadas à indústria (quadro 11), sendo 205 mil hectares no Rio Grande do Sul (BRACELPA, 2009).

<b>País</b>	<b>Área de Floresta Plantada (mil hectares)</b>
1. CHINA	45.000
2. ÍNDIA	32.600
3. EUA	16.000
4. JAPÃO	10.000
5. INDONÉSIA	9.000
6. BRASIL	6.782
7. CHILE	2.200
8. ESPANHA	1.900
9. PORTUGAL	800

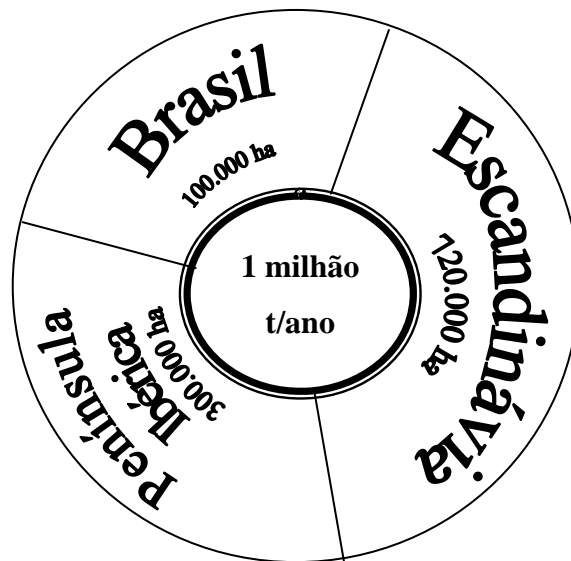
**Quadro 10 - Áreas de florestas plantadas no mundo – 2009. Fonte: Bracelpa (2009).**

As espécies de eucalipto desenvolvidas no Brasil, por avanços tecnológicos ou por adaptações edafoclimáticas, são consideradas florestas de rápido crescimento, apresentando uma produtividade por m<sup>3</sup>/ha/ano, maior que em países como Uruguai e Chile e com potencialidade de maior crescimento em sua produtividade (quadro 12), que faz com que o país seja o foco de busca de grandes áreas territoriais para implantação de bases florestais neste início de século XXI.

<b>País</b>	<b>Produtividade (m<sup>3</sup>/ha/ano atual)</b>	<b>Produtividade (m<sup>3</sup>/ha/ano potencial)</b>
BRASIL	44	70
CHILE	25	30
URUGUAI	25	35

**Quadro 11 - Produtividade das Bases Florestais com Eucalipto. Fonte: Bracelpa (2009).**

Apesar de necessitar de amplas áreas territoriais para desenvolver suas bases florestais com o eucalipto, o Brasil tem vantagens comparativas com outras áreas do planeta, necessitando, por exemplo, para produzir 1,0 milhões de toneladas de celulose/ ano, aproximadamente 100.000 ha de terra, enquanto a mesma produção na Escandinávia necessitaria de 720.000 ha de terra (figura 14) (BRACELPA, 2009).



**Figura 14- Área florestal (ha) para produção de 1 milhão t/ano de celulose florestal. Fonte: Bracelpa (2009).**

Segundo a Associação Brasileira Técnica de celulose e Papel (ABTCP), (2010), cem por cento da produção de celulose e de papel no Brasil são oriundas de florestas plantadas, o que requer extensas áreas territoriais.

### **3.3 O Estado e o efeito de suas políticas públicas na evolução do setor da indústria do papel e celulose**

O objetivo deste tópico é demonstrar que determinadas políticas públicas promovidas pelo Estado Brasileiro podem auxiliar, e auxiliaram na evolução positiva da Indústria do Papel e/ou Celulose ao longo dessas décadas no País. Não será realizada uma evolução histórica completa das políticas públicas, por não ser este o objetivo desta tese, entretanto, algumas políticas públicas poderão ser citadas como exemplos, demonstrando de que forma auxiliaram positivamente o setor de Papel e/ou Celulose.

### **3.3.1 As Políticas Públicas e o Setor da Indústria do Papel e/ou Celulose**

Através das políticas públicas, o poder público, desempenhou no passado e vem desempenhando sempre que necessário, um papel estratégico às empresas de papel e celulose, influenciando este setor em relação à concorrência.

As políticas públicas podem, por exemplo, estabelecer condições e exigir requisitos através de políticas de incentivo, que acabam beneficiando algumas empresas em detrimento de outras (SOTO, 1992).

Ações do Estado como, planos de investimentos articulados com a iniciativa privada, financiamentos de longo prazo, restrições para importações, entre outras, criam barreiras à entrada de determinados concorrentes no mercado (SCHERER; ROSS, 1990).

A política geral de proteção à indústria nacional e setorial, entendendo-se como setorial, a Indústria do Papel e/ou Celulose, tiveram manifestações desde os anos 20 do século passado, portanto, antes da integração da Indústria do Papel e Celulose com o setor de Florestamento, ou seja, da formação no País, do Complexo Florestal (CF) (SOTO, 1992).

Exemplo disso foi a Lei Geral regulamentando as importações e de repressão ao contrabando de papéis aprovada pelo Congresso Nacional em 1925, sendo em geral acompanhadas de medidas de proteção aos líderes empresariais setoriais (SOTO, 1992).

Existiram políticas protecionistas setoriais, como o incentivo à produção de celulose em 1933, com o governo concedendo isenção de impostos de importação e taxas alfandegárias às máquinas, acessórios e todos os insumos necessários às empresas organizadas com o fim de produzir celulose (SUZIGAN, 1986; SOTO, 1992).

Também neste período, diante de uma crise de superprodução, o Estado Brasileiro, atendendo reivindicação da Federação dos Fabricantes de Papel, proibiu até 1937 todas as importações de máquinas para instalações de novas fábricas de papel, excluindo as ampliações nas fábricas existentes (SUZIGAN, 1986).

No início dos anos 50 entre os principais instrumentos de política pública que posteriormente influenciam no perfil da indústria do papel e celulose, pode-se citar a reforma cambial (1953), consolidando a reserva de mercado para produtos industriais substitutos e concedendo subsídios implícitos para importação de bens de capital e insumos, e a criação do BNDES (1952), com o intuito de dar suporte a diversificação industrial (LESSA, 1983).

Uma das razões dos investimentos públicos no setor privado seria a participação acionária direta do órgão em projetos de celulose e papel, servindo como exemplo a participação acionária na BORREGARD S.A. (RS) em 1967, que só foi possível pela permissão especial da Presidência da República, tendo em vista o controle acionário pertencer a uma empresa estrangeira. A partir de 1968 os projetos envolvendo o setor de papel e celulose passam a ter prioridade no órgão, sendo que todos os grandes grupos do Complexo Florestal (CF) receberam e absorveram juntos, metade dos valores do financiamento destinado ao setor (SOTO,1992).

Em 1957 é formulado pelo governo um conjunto de objetivos setoriais concentrando investimentos na industrialização vertical e ao capital social básico de apoio, que ficou conhecido como “Plano de Metas” (Lessa,1983). Nesse sentido a indústria do papel e celulose se beneficia e se fortalece conservando a liderança do capital nacional, à medida que a participação do capital estrangeiro, neste setor, não é dos mais significativos, sendo em que meados dos anos 80, as empresas estrangeiras participavam com 21% (vinte e um por cento) deste mercado (BNDES,1984).

Entre 1957 e 1961, o modelo de industrialização baseado nas ideias cepalinas, a intervenção do Estado ocorria, principalmente, através da distribuição de incentivos e na arbitragem entre o conjunto de empresas de capital nacional e estrangeiro. As políticas públicas voltadas ao setor de celulose e papel, tinham o propósito de fortalecer a indústria integrada e verticalizada e o predomínio no setor de empresários nacionais, previamente organizados (SOTO,1992). A lei aduaneira de 1957 e a política cambial, por exemplo, asseguraram a rentabilidade do setor. Além disso, o setor também se beneficiou com acesso a créditos de longo prazo, com taxas baixas com longos períodos de carência e pagamentos. Lessa (1983), ressalta que no período de 1957 a 1962, o setor recebeu do BNDES um volume total de recursos treze vezes maior que no período anterior de 1952 a 1956, reforçando a influência e a importância no setor de papel e celulose deste órgão fomentador, criado através de política pública.

No entendimento de Suzigan e Bonelli (1974), embora a produção de celulose fosse crescente, a não integração da indústria com as bases florestais, fonte de matéria-prima, determinava importação de pasta de celulose e de alguns tipos de papéis. É na década de 60 que ocorrem as condições que determinaram ser possível uma articulação entre as atividades industriais e florestais (agrárias), quando a produção de celulose aumenta de 370.000 para 684.000 t/ano entre 1965 e 1970.

Para Belik (1992), a busca de grandes áreas para plantios está associada ao segundo código florestal (Lei 4.771/65) que estabelece em seu artigo 20 a obrigatoriedade do plantio de árvores pelas atividades que consumissem tal recurso, as mesmas seriam incentivadas através de deduções sobre impostos de renda e teriam prioridade na concessão de créditos oficiais. A lei também abre a possibilidade de contratação de terceiros para o serviço de reflorestamento, sendo mantido o direito ao abatimento de impostos, o que possibilita a criação de empresas especializadas somente em reflorestamento aumentando o Complexo Florestal.

Monteiro Filha (2002), complementa que a partir de então o BNDES passa redirecionar investimentos públicos para o setor privado, tornando o setor de celulose e papel prioritário para o Banco.

De acordo com Najberg (1989), 90% dos recursos públicos do BNDES foram dirigidos a investimentos públicos até 1964, quando após essa data os investimentos no setor privado, entre eles, o CF, começaram a crescer, chegando a 90% no final da década de 70.

Nesse período, a indústria do papel e celulose já se caracterizava por ter um pequeno grupo de grandes empresas liderando mercados pouco diversificados, além de empresas de pequeno e médio porte nos segmentos de produção de pasta de madeira e de papéis de embalagens (LEONE, 1989).

A hegemonia, crescimento e liderança destas empresas foi sendo ao longo dos anos constituída e confirmada através da aquisição de empresas com dificuldades financeiras (SUZIGAN, 1986; LEONE, 1989; SOTO, 1992).

Em 1966 inicia-se na cidade de Guaíba no RS a construção da Borregard S.A., subsidiária de uma empresa norueguesa, que seria a primeira empresa de grande porte para a produção de celulose de fibra curta no Brasil, com capacidade inicial de 500 t/dia. É inaugurada em 1972, sendo que em 1982 seu controle acionário foi adquirido pelo grupo klabin. É esta atividade da indústria que nos anos 70, possibilitou o surgimento de um segmento do Complexo Florestal para o mercado produtor de celulose, prova disso é que na década de 70 em consequência da evolução da indústria e da configuração do complexo florestal, eleva-se o uso da celulose de fibra curta oriunda do eucalipto de 4% para 58% na produção nacional (ZAEYEN, 1986).

Em 1966, com o regime militar instaurado, o objetivo da política industrial pro país é o estímulo aos investimentos na indústria, que passam a ser feitos através de instrumentos de incentivo de caráter fiscal (SUZIGAN, 1978).

A política pública, através da Lei 5.106 que regulamentou incentivos fiscais estimulou entre 1966 e 1970 pequenas, médias e grandes empresas a investirem em reflorestamento (65% reflorestamento com pinus), em troca de abatimentos no imposto de renda, portanto havia um estímulo à produção de madeira mas não diretamente como matéria-prima destinado à indústria e sim com propósitos especulativos (GRAZIANO DA SILVA, 1992; IPEA,1979; SOTO,1992).

Na década de 70, a modernização de produção na Indústria de Papel e Celulose, que participa do processo desde o plantio até o beneficiamento industrial e a modernização da Indústria de Celulose, que participa apenas em um segmento da cadeia produtiva, auxiliam com suas modernizações setoriais o aumento de produção de celulose e papel (quadro 13). A Indústria de Papel e Celulose alcança sua auto-suficiência no fornecimento de celulose através das suas bases florestais próprias e aprofunda a sua participação no segmento de mercados de papéis, imprimindo características oligopólicas (SOTO, 1992).

Dessa forma, por exemplo, o grupo Klabin moderniza sua capacidade de produção de celulose de fibra curta, atuando em todos os mercados do Complexo Florestal e aprofundando sua especialização no segmento de embalagens; o grupo Suzano amplia sua capacidade de produção de celulose de fibra curta e assume a liderança nesse segmento, aprofundando sua especialização em papéis de imprimir e de escrever (SUZIGAN,1986; SOTO, 1992).

<b>Empresas de papel e celulose</b>	<b>Empresas de celulose</b>	<b>Capacidade de produção de celulose fibra curta (FC)</b>	<b>Produção de Papel</b>
Klabin	-	248	1823
Suzano	-	900	931
-	Aracruz	1160	-
-	Cenibra	750	-

**Quadro 12 - Capacidade de produção aproximada (t/dia) nas principais empresas de celulose e de papel e celulose no período 1970-1980. Fonte: Feffe ( 1991); BNDES (1991).**

É também nesse período que algumas empresas consolidam-se como grandes empresas somente no segmento de celulose, integrando esse mercado oligopólico do Complexo Florestal, mas permanecendo subordinadas às empresas de papel e celulose, por serem fornecedores da matéria-prima de pasta de celulose (SOTO,1992).

De acordo com Soto (1992), consolidaram-se como grandes empresas de celulose nesse período:



- a) A Borregard S.A., que entra em operação em 1972 na cidade de Guaíba/RS, em 1976, o BNDES assume seu controle acionário;
- b) A Aracruz Celulose S.A. que entra em operação em 1978 no Espírito Santo (ES). A fábrica é considerada, na época, a maior fábrica de produção de celulose fibra curta do país, representando aproximadamente 25% da capacidade nacional de produção de celulose de fibra curta do país na época;
- c) A Celulose Nipo-Brasileira (CENIBRA), uma joint-venture entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e um consórcio de dezoito produtores de celulose japoneses é fundada em 1973;
- d) A Jari Florestal e Agropecuária Ltda. fundada em 1967 pelo empresário norte-americano Daniel K. Ludwig na região do rio Jarí, no município de Almeirim/PA, com a finalidade de produzir celulose de alta qualidade e papel, a partir de áreas de reflorestamento, dando início ao Projeto Jarí;

Em 1974 foi criado o I Programa Nacional de Papel e Celulose (PNPC) com o objetivo no curto prazo de atingir a auto-suficiência nacional em papel e em celulose até o ano de 1980. O BNDES foi o principal instrumento do programa, utilizando mecanismos como participação direta no capital das empresas; crédito e financiamento subsidiado a longo prazo; crédito para aquisição de maquinário e equipamentos nacionais; aval para importação de equipamentos, entre outros (NAJBERG, 1989).

É no período de 50 a 80 que são consolidadas as bases da indústria de papel e celulose no Brasil, principalmente através das políticas públicas. Desde a sua criação, e principalmente na década de 60 a 80, o BNDES, como instrumento de política pública, induziu e planejou os investimentos para a indústria de papel e celulose permitindo a expansão do setor nos padrões atuais quando, por exemplo, fixou em 1968 e 1972, níveis mínimos de produção para projetos a serem financiados, o que estimulou a produção e proporcionou excedentes dando início às exportações. (ZAEYEN, 1986).

A consolidação e expansão da Indústria do Papel e/ou Celulose faz com que na década de 90 a produção de celulose de fibra curta através do eucalipto corresponda à 70% da produção de celulose do país, sendo que a Indústria de Papel e Celulose concentra 56 % do total de produção para consumo próprio e o segmento produtor só de celulose controla 37% do mercado, sendo responsável por 94% do total das exportações de celulose do País (SOTO, 1992).

A partir da década de 90, as grandes empresas do setor estão consolidadas no mercado internacional e desvinculadas dos planos de desenvolvimento estruturantes do País, buscando sua expansão e sua colocação no mercado, permanecendo o BNDES como parceiro participante acionariamente em algumas empresas e atuante no financiamento e no fomento ao setor (SOTO, 1992).

### **3.3.2 Legislação e as políticas florestais no Brasil**

O objetivo deste item é demonstrar que determinadas legislações e políticas florestais e/ou de reflorestamento estabelecidas desde o início do século XX no País, possibilitaram em um determinado momento histórico à incorporação de grande parte do setor de Florestamento pela Indústria do Papel e/ou Celulose, até então dissociados, formando e fortalecendo o Complexo Florestal Brasileiro.

Em 1911, é criado o Horto Florestal do Rio de Janeiro com a finalidade de produção e distribuição de espécies florestais e frutíferas. Uma década depois, em dezembro de 1921, o Horto Florestal é transformado em Seção Especial do Ministério da Agricultura e passa a ser denominado de Serviço Florestal do Brasil (SFB) pelo Decreto nº 4.421, tendo metas como: conservação, beneficiamento, formação e aproveitamento das florestas. Sem apoio e recursos financeiros suficientes e sem um Código Florestal para apoiar uma política florestal suas atividades ficaram limitadas praticamente à produção e distribuição de sementes (BARRETO, 2001; DEAN, 1996; ANTUNES, 2000).

Posteriormente, em 23 de janeiro de 1934 é sancionado o primeiro Código Florestal do País pelo Decreto nº 23.793 que vigorou até 1965 (o novo Código Florestal Brasileiro foi instituído em 1965, pela Lei nº 4.771/65). O Código de 1934 reconheceu as florestas como tema de interesse público, as dividiu em categorias de acordo com as funções de atribuição e uso, e atribuiu ao Estado a responsabilidade de manejar e proteger os recursos florestais (DEAN, 1996).

O Serviço Florestal do Brasil (SFB) passa a ter muitas e diferenciadas atribuições, entre elas, a de classificar e determinar as categorias de florestas; criar e organizar parques e reservas nacionais; estabelecer florestas modelos; proteção e conservação às florestas; fiscalizar a nova legislação; instalar postos regionais e municipais; e silvicultura. Este variado

elenco de atividades resultou em sucessivas redefinições e reestruturações de sua estrutura organizacional e sinalizavam as preocupações do governo com as questões de escassez de combustível e com a necessidade de reflorestamento. (BARRETO, 2001; DEAN, 1996).

Em 19 de março de 1941, pelo Decreto-Lei nº 3.124, cria-se o Instituto Nacional do Pinho (INP). Com a Lei Nº 3.782, de 22 de julho de 1960, o Instituto Nacional do Pinho (INP) foi incluído na jurisdição do Ministério da Indústria e Comércio e posteriormente, em 1967 foi extinto, sendo que suas reservas e estações experimentais foram transformadas em Florestas Nacionais, ficando sob jurisdição do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF criado pelo decreto lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967 (DEAN, 1996).

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) foi vinculado ao Ministério da Agricultura encarregado dos assuntos pertinentes e relativos à florestas e afins, foi extinto por meio da Lei Nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989 e transferido seu patrimônio para a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA (criada em 1973 e extinta em 1989) e, posteriormente, para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, de acordo com a Lei Nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que em seu artigo primeiro já se coloca como órgão oficial dos interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho (DEAN, 1996).

Para Largura (1959), o Instituto Nacional do Pinho (INP) era um instrumento político da classe empresarial, que através de uma taxa de 1% sobre a produção e a exportação da madeira fornecia os recursos para as despesas do Instituto.

O INP possuía poderes quase autônomos para estabelecer preços, salários e cotas, distribuir crédito e regular o comércio exterior (SCHMITTER, 1971).

A principal preocupação do INP foi à regulamentação da exploração da madeira e a fixação de cotas de exportação, ideia que Guadalberto (1949) complementa quando afirma que além da capacidade de regular os preços da madeira, o INP proporcionava à classe madeireira empresarial um suporte técnico e institucional, investindo e implantando estações experimentais de silvicultura, principalmente nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (BACHA, 1991).

Seu programa de reflorestamento era similar ao utilizado por Edmundo Navarro de Andrade no início do século XX no Serviço Florestal da Companhia Paulista de Vias Férreas, o que auxiliou na consolidação e na prática da silvicultura nacional. O INP em conjunto com o Serviço Florestal realizou experiências de reflorestamento com o pinho em terras públicas (GUADALBERTO, 1949; BARRETTO, 2001; DEAN, 1996).

Para Suzigan (1986); Soto (1992), até a década de 60 as instituições do setor florestal e as atividades de reflorestamento tiveram pouca vinculação com a Indústria de Papel e Celulose. Foi a introdução de novos elementos no modelo institucional do setor florestal que possibilitou uma articulação mais estreita entre as atividades de reflorestamento e a indústria.

Entre os principais novos elementos introduzidos, obedecendo-se a ordem cronológica de criação, estão: a) O Código Florestal (1965) - Lei nº 4.771 - que entre outras medidas previa uma política de incentivos e isenções fiscais para as empresas que promovessem o reflorestamento homogêneo; b) A Lei 5.106 de 02/09/66 que regulamentou os incentivos fiscais para o reflorestamento com abatimentos no imposto de renda. Pessoas físicas poderiam abater da renda bruta as importâncias efetivamente aplicadas na atividade florestal no ano base da tributação. As pessoas jurídicas poderiam abater até 50% do imposto de renda devido; c) a criação do IBDF (1967) para formular, coordenar e executar a política florestal (MENDES GALVÃO, 1985; BACHA, 1991).

Até 1966, o país contava com 500ha de reflorestamento implantados na sua maioria em terras de domínio público por órgãos do governo ou por empresas estatais, grande parte com finalidade energética para rede ferroviária e indústria siderúrgica Bacha (1991).

O foco das ações era sempre na direção econômica e nunca em direção a questão ambiental, que naquele momento histórico não figurava como meta política ou governamental (BACHA, 1991).

A Indústria do Papel e Celulose implantou de forma direta somente 36.000 ha de reflorestamento até 1966, não existindo, até essa data, empresas florestais (BACHA, 1991).

Foram os incentivos fiscais que promoveram uma integração de capital financeiro através da entrada no reflorestamento de grupos de empresas de outros setores econômicos. A partir dessas empresas de reflorestamento criadas com a finalidade de receberem os incentivos fiscais, surge na década de 70 o segmento produtor de celulose para o mercado. Um exemplo disso é a fundação, em 1967, da Aracruz Florestal como empresa de prestação de serviços na área de reflorestamento. É na década de 70 que ocorrem as articulações entre as atividades florestais e industriais, com o entendimento de que uma base florestal expressiva era um fator decisivo à expansão da indústria do setor (BACHA, 1991).

O fortalecimento do Complexo Florestal (CF) é caracterizado pela expansão e modernização da Indústria de Papel e Celulose que possui suas bases florestais para o fornecimento de sua matéria-prima, com a implantação de um segmento industrial produtor de

celulose de mercado (Indústria de Celulose), acentuando a oligopolização dos seus mercados (SOTO,1992).

Esse processo de subordinação da atividade de reflorestamento à Indústria de Papel e/ou Celulose inicia-se com a criação de subsidiárias florestais por parte das empresas líderes e finaliza-se no final da década de 70 quando as principais empresas da indústria tornam-se proprietárias da maior parte dos reflorestamentos implantados por empresas independentes. Entendendo por empresa independente aquelas que não tinham vinculação organizativa com a indústria (SOTO, 1992).

Prado (1986) complementa que até então, 85% da área total reflorestada no país tinha sido plantada por empresas independentes.

Uma política pública que contribuiu com que as empresas ligadas à Indústria do Papel e/ou Celulose tornarem-se proprietárias de áreas de reflorestamento foi o Decreto-Lei 1.376 (12/12/1974) que alterava a concessão de incentivos fiscais ao reflorestamento para pessoas jurídicas de acordo com os setores produtivos do complexo e das regiões do país onde eles se encontravam. Aliado a essa medida, a partir de 1975 todos os projetos de reflorestamento deveriam ser aprovados pelo IBDF e sujeitos a quotas de incentivos do Fundo de Investimentos Setoriais- Reflorestamento (FISSET-R), operado pelo Banco do Brasil e Administrado pelo IBDF, extinto em 1987 (SOTO,1992).

Segundo Soto (1992), alguns resultados desse processo evolutivo de políticas e investimentos públicos e privados em reflorestamento foram:

Para o segmento da Indústria de Celulose: Até 1989 essas empresas produziam 72% da sua demanda através do plantio de florestas próprias, o restante (28%) obtinham fomentando pequenos e médios produtores agropecuários com sementes e créditos, ficando os mesmos responsáveis em fornecer a madeira produzida.

Para a Indústria de Papel e Celulose: até 1990, a área reflorestada por essas empresas já ultrapassava o patamar de 1.300.000 ha, sendo 60% desse total de eucalipto.

Outras medidas públicas que contribuíram com o fortalecimento do CF brasileiro foram: a) Em 1996 é iniciado o Programa Nacional de Certificação Florestal (Cerflor), com a participação da Sociedade Brasileira de Silvicultura - SBS em parceria com associações do setor, instituições de ensino e pesquisa públicas e privada e organizações não governamentais, sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas envolvendo, também, outros ministérios e a iniciativa privada; b) a criação do Pronaf-Florestal, em uma parceria do MMA com o BNDES, o Ministério da Reforma Agrária, os ministérios da área econômica; e a

inclusão da silvicultura no crédito rural, pelo Ministério da Agricultura; c) O BNDES permanece como uma das principais fontes de financiamento ao reflorestamento, apoiando às unidades industriais que possuem florestas próprias ou empresas florestais que possuem contratos de fornecimento de longo prazo (MMA, 2000).

No ano de 2000 é lançado o Programa Nacional de Florestas (PNF) com o objetivo, entre outros, de apoiar o desenvolvimento das indústrias de base florestal e ampliar os mercados interno e externo de produtos e subprodutos, assim como valorizar os aspectos ambientais, sociais e econômicos dos serviços e benefícios proporcionados pelas florestas públicas e privadas, e estimular a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas. O Programa é acompanhado por um Grupo de Trabalho (GT) interministerial formado pelos Ministérios da Agricultura, Transportes, Ciência e Tecnologia, Reforma Agrária e Desenvolvimento Comércio e Indústria, que dentre outras iniciativas promoveram: a) a instalação do Fórum de Competitividade da Cadeia Madeira-Móveis, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; b) a criação em 1996, do Programa Nacional de Certificação Florestal (Cerflor) (MMA, 2000).

### **3.3.3 Órgãos e associações civis nacionais ligadas ao setor da indústria do papel e celulose**

O objetivo deste tópico é resgatar o surgimento, a evolução e/ou extinção dos órgãos e/ou das principais entidades e associações civis nacionais representativas do setor de celulose e do setor das indústrias de Papel e Celulose à medida que foram surgindo. Este enfoque histórico torna-se importante por que em alguns casos, essas entidades e/ou associações civis foram ampliando suas associações dentro do setor industrial de Papel e/ou Celulose ou incorporando o setor de florestamento, fortalecendo a verticalização do setor e o Complexo Florestal Brasileiro.

O tópico torna-se importante por que a criação paralela de associações autônomas de caráter civil de direito privado e a incorporação das atividades de implantação de bases florestais por algumas empresas, auxiliaram a promover o fortalecimento da Indústria do Papel, da Indústria da Celulose e da Indústria do Papel e/ou Celulose no País.

Estas entidades e associações civis ao se fortalecerem e crescerem incorporando outros sub-setores, fortalecem o setor da indústria e do papel e reafirmam o modelo verticalizado do setor que em algumas empresas vai da implantação e manutenção da base florestal até a fabricação e/ou distribuição do papel

Serão destacadas somente os órgãos federais e as principais associações e entidades civis que foram determinantes para o fortalecimento do setor da Indústria do Papel e/ou Celulose a nível Nacional, lembrando que existem associações, sindicatos e entidades representativas do setor Industrial de Papel e/ou celulose em escala estadual, regional ou local, e associações, sindicatos e entidades representativas do setor de (re)florestamento em escala nacional, estadual, regional ou local que não serão citadas neste trabalho por suas atuações se distanciarem do objetivo desta tese.

### *3.3.3.1 Evolução das entidades e associações nacionais ligadas à indústria do papel e/ou celulose, e re (florestamento)*

Em 1932 é fundada no Rio de Janeiro a Federação dos Fabricantes de Papel que tem seu nome alterado em 1944 para Associação Nacional dos Fabricantes de Papel (ANFP) . Em 1968 com a adesão de novos membros ligados ao setor de produção de celulose, é alterada a razão social da ANFP que passa a se chamar Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose (ANFPC). Em 1997 o nome é alterado para Associação Brasileira de Celulose e Papel – Bracelpa, com sede em São Paulo (BRACELPA, 2009).

Em 1955, é fundada pela sociedade civil representando o segmento acadêmico e organizações preservacionistas da natureza, a Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS), que a partir dos anos 70 passa a integrar todas as associações de interesses privados vinculados à atividade florestal, seja de florestas nativas ou de reflorestamento, incluindo os institutos de pesquisa (SOTO, 1992).

De acordo com Soto (1992), esse movimento associativo das empresas será intensificado após o início do regime militar (1964), com a filiação das empresas do Complexo Florestal (ligadas à Indústria e/ou ao Florestamento), imprimindo uma característica técnica e econômica.

Exemplo disso é a fundação em 1967 da Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP), entidade de caráter técnico que tinha como objetivo promover o intercâmbio de experiências e conhecimentos nos diversos segmentos que compõem o setor de celulose e papel. Entre os afiliados estavam empresas produtoras de celulose e papel, fornecedores de equipamentos e insumos, consultoras de engenharia e serviços e institutos de pesquisa (SOTO, 1992).

O setor empresarial ligado ao (re)florestamento que surge em razão dos incentivos fiscais (Lei 5.106 de 1966) também organizou em 1967 a Associação Brasileira de Reflorestamento (ABR), reunindo empresas reflorestadoras, produtoras de celulose e papel e de chapas de fibras de madeira. Como havia um predomínio de empresas do Estado de São Paulo, incluindo o grupo Suzano, foi convertida na Associação Paulista de Reflorestamento (APR) (SOTO, 1992).

Em 1968, é fundado o Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF) com o objetivo de geração e difusão de tecnologia para obtenção de aumentos na produtividade em plantações de eucalipto com fins comerciais. Na década de 70 as empresas começaram a montar seus próprios órgãos de pesquisa florestal, sendo que as pesquisas continuaram a ser financiadas com recursos públicos. Atualmente entre os associados permanentes do IPEF constam empresas como Klabin Celulose, Stora Enso Florestal RS Ltda, Veracel Celulose, entre outras (SOTO, 1992).

Em 1976 é criada pelo segmento produtor de celulose de mercado a Associação Brasileira de Exportadores de Celulose (ABECCEL) justificando apresentarem interesses divergentes dos fabricantes de papel no mercado interno, mas permanecendo associados à ANFPC (SOTO, 1992).

O segmento das empresas florestais independentes também se organizou a nível nacional e criaram uma organização representativa com sede em Brasília, chamada Associação Brasileira das Empresas Florestais (ARBRA).

Em 1997, a ANFPC e a ABECCEL se unem formando a Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA), com o objetivo de fortalecimento de representação do setor, alteram o modelo de gestão contratando um presidente externo, com experiência associativa de mercado sem vínculo com as empresas associadas. Seus associados respondem pelo total da produção brasileira de celulose e de mais de 80% da produção de papel (BRACELPA, 2009).



No quadro 14, é sintetizado o processo de evolução e fortalecimento dos órgãos e associações civis de âmbito nacional, ligadas ao setor da Indústria do papel e/ou Celulose.

Ano	Entidade/Associação	Setor representado	Situação Atual
1935	Criação da Federação dos Fabricantes de Papel (FFP)	Fabricantes do papel	Extinta
1944	FFP alterada para Associação nacional dos Fabricantes de Papel (ANFP)	Fabricantes do papel	Extinta
1955	Criada a Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS)	Setor florestal	Em atuação
1967	Criação da Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP)	Abrange uma rede de relacionamentos entre setores ligados ao (re)florestamento, indústria do papel e celulose e afins, como por exemplo: - Fabricantes de papel; - Fabricantes de celulose; - Fornecedores de equipamentos e insumos ligados ao setor florestal; - Consultoras de engenharia ligadas ao setor florestal; - Serviços e Institutos ligados ao setor florestal; - Profissionais ligados ao setor florestal.	Em atuação
1968	Fundado o Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF)	Setor florestal ligado a pesquisa em manejo de eucalipto com fins comerciais.	Em atuação
1976	Associação Brasileira das Empresas de Florestamento (ARBRA)	Setor de Florestamento	Em atuação
1997	Fusão da ANFPC e ABCECEL formando a Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA)	Setor da indústria do papel e/ou setor da indústria da celulose	Em atuação

**Quadro 13 - Evolução das entidades e associações ligadas ao setor de re( florestamento) e/ou indústria do papel e celulose. Fonte: SOHO (1992), BRACELPA (2009).**

“Portanto, ações por parte do poder público, empresas privadas e organizações não-governamentais, isoladas ou em conjunto, apresentam resultados principalmente no segmento de produção de celulose de fibra curta que colocam o Brasil como o maior produtor mundial de celulose branqueada de fibra curta proveniente do eucalipto”. (DORES et al.,2007).

Para Medeiros e Fontes (1994), a formação de um mercado exportador de celulose se deve a fatores internos como os incentivos, pesquisas para aumentos de produção, fortalecimento das entidades representativas, entre outros, bem como, a fatores externos, como por exemplo, mercados consumidores estabelecidos e expansão do comércio mundial pelos mercados compradores de celulose ocorridos pelo crescimento da renda desses mercados.

Dessa forma, as articulações das empresas e a formações de associações e entidades representativas do setor, aliadas aos incentivos fiscais que auxiliaram e apoiaram as empresas de celulose e papel proporcionaram aumento na produção e colocaram o Brasil no cenário mundial de exportação de celulose, principalmente para os mercados consumidores dos Estados Unidos e Japão e ao lado de mercados concorrentes como a Indonésia, Malásia entre outros.

## **CAPÍTULO 4: OS SUJEITOS SOCIAIS E A QUESTÃO DA SILVICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL**

---

Este capítulo tem como objetivo apresentar quatro grandes segmentos, que nesta tese serão denominados de sujeitos sociais. Na maioria das vezes não serão nominados individualmente, mas estarão envolvidos na questão da implantação de bases florestais com eucalipto na Metade Sul do estado, e identificados por esta pesquisa como relevantes ao tema, sendo eles: as empresas de celulose, o governo/poder público, os movimentos sociais e o segmento acadêmico.

A ideia é apresentar como cada grupo de sujeito social selecionado está interligado ao tema da celulose no Rio Grande do Sul e sempre, que possível, de que forma tem se posicionado e/ou interferido na questão.

Estes sujeitos sociais foram selecionados por representarem, de forma geral, o conflito existente no estado. De um lado estão concentradas as empresas de celulose anunciando investimentos financeiros; do outro lado estão os movimentos sociais e todos os demais segmentos da sociedade que questionam ou se contrapõem que a Metade Sul seja territorializada pelas empresas de celulose. No centro, encontram-se os alguns segmentos da sociedade que apoiam os investimentos e o Governos/Poder Público. Este último por dispor de tempo de mandatos limitado oscila de acordo com sua vertente política.

Excetuando-se as Empresas de Celulose, os segmentos dos Governos, do meio acadêmico e dos movimentos sociais englobam e se subdividem em outros subgrupos de sujeitos sociais. Desta forma, nesta pesquisa, estes sujeitos sociais só serão nominados individualmente quando o fato mencionado ou destacado for de extrema relevância. Fora esta possibilidade, a referência será ao segmento de sujeitos sociais.

A indústria de papel e/ou celulose se fortaleceu no Brasil, impulsionada principalmente pelos planos setorializados governamentais e os incentivos fiscais na década de 60 e 70, chegando à década de 80, competitiva no mercado global, atraindo de lá para cá investimentos nacionais e internacionais (HOFF, 2007).

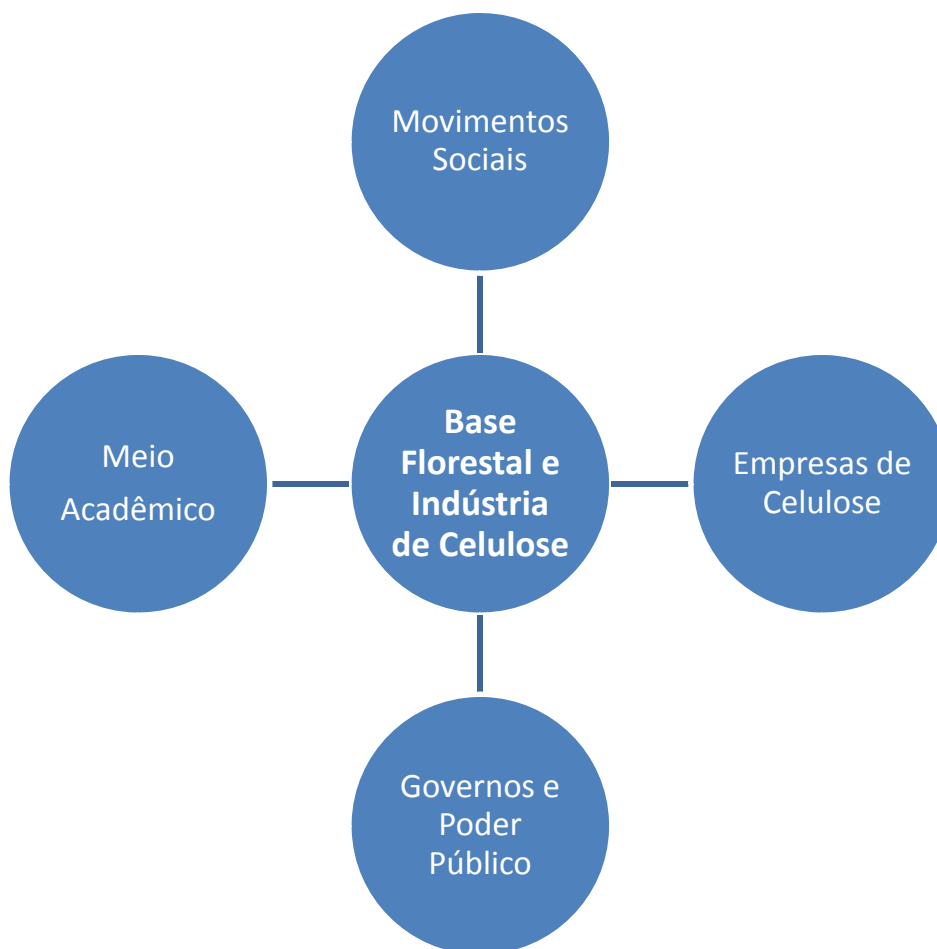
Estes investimentos são realizados, principalmente, a partir de aquisições de terras para implantação de florestas e, construções e/ou ampliações das plantas industriais já existentes em algumas regiões, mas também em regiões novas que não tem/tinham relação ou

aproximação com esta atividade. Para se instalarem nestas novas regiões as empresas necessitam interagir com outros sujeitos sociais ligados diretamente ou não as suas operações, à medida que suas atividades geram na sociedade, aonde querem atuar, incertezas e expectativas em relação aos impactos atrelados (HOFF, 2007).

Para Viezzer (2005), o sujeito social pode ser uma pessoa, um grupo ou uma organização que participa de algum jogo/articulação social, seja como controlador de algum recurso relevante, possuidor de algum projeto ou acumulador de forças, mas que de alguma forma, interfere ou produz fatos e ações no jogo, ou seja, intervêm no ambiente social.

Nesse contexto, os investimentos anunciados a partir de 2003 no setor de florestamento e celulose pelas empresas Aracruz, Votorantim e Stora Enso na Metade Sul do RS, inicialmente, destinados a aquisição/apropriação de grandes extensões de áreas territoriais para plantio de florestas de eucalipto, posteriormente, a implantação de indústrias de celulose e redes logísticas de escoamento de produção por diversos modais, manifestou e envolveu interesses de diversos sujeitos sociais do estado, alguns eufóricos, e outros preocupados com os impactos à região. Estes posicionamentos pró e contra tem gerado um debate na sociedade gaúcha que vem sendo destaque principalmente na mídia escrita do estado.

No caso do Rio Grande do Sul, os principais sujeitos sociais analisados nesta tese, serão: 1) as três maiores empresas de celulose presentes no estado (Aracruz Celulose, Votorantim Celulose e papel e Stora-Enso) e os desdobramentos que estas sofreram no decorrer desta pesquisa; 2) o poder público; e 3) parte do meio acadêmico; 4) os movimentos sociais, representados nesta pesquisa: a) pela Via Campesina/MST; b) os ambientalistas (figura 15).



**Figura 15 - Sujeitos Sociais. Fonte: Jornal Zero Hora (2007).**

Estes grupos de sujeitos sociais foram selecionados por suas (re)ações refletirem diretamente no ambiente da Metade Sul, mobilizando e influenciando a opinião da sociedade gaúcha sobre questões levantadas, como a alocação de recursos públicos às empresas, grandes áreas ocupadas pelas plantações, intensificação da concentração de terras, entre outros.

#### **4.1 As Empresas de Celulose Atuantes no Rio Grande do Sul**

Os investimentos em florestamento na Metade Sul do Rio Grande do Sul, têm início a partir de 2003 e estão associados e representados por grupos nacionais do segmento de celulose como Aracruz Celulose e Votorantin Celulose e Papel e grupos internacionais como a sueco-finlandesa Stora-Enso.

Estes investimentos por grupos nacionais e internacionais do setor de celulose incluem, por um lado, a aquisição de grandes propriedades com a finalidade das empresas implantarem bases florestais, em especial de eucalipto, para servir de matéria-prima à indústria do Papel e Celulose, aumentando/ampliando a produção de madeira, e por outro, estudos de viabilidade técnica e econômica para localização e implantação de matrizes industriais relacionadas diretamente às bases florestais e formas de escoamento dessa produção por diferentes modais (HOFF, 2007).

Em relação à questão da apropriação de terras no Rio Grande do Sul, Bezzi et al. (2006), faz distinção entre as demais culturas agrícolas que se inseriram em porções da Metade Sul como arroz, soja, fumo, entre outras, e a silvicultura do eucalipto. Àquelas se deram por arrendamento de terras pertencentes à pecuária tradicional sem alterações da propriedade, enquanto estas são implantadas em terras próprias, mediante desmembramento de grandes estâncias iniciando uma nova configuração territorial sob o domínio do capital de grandes empresas.

Portanto, a indução a uma reestruturação fundiária é apenas aparente, à medida que a inserção de capital via financiamento público e privado fragmenta o território de algumas dezenas de grandes e médios proprietários e aglutina novamente grandes extensões de terra sob a territorialidade das três empresas citadas. Fica mantida e /ou ampliada a estrutura fundiária sob nova configuração territorial e são reduzidos o números de grandes proprietários de terra, sendo que as grandes propriedades assim reconfiguradas, passam a ser concentradas sob o domínio das três grandes empresas.

O investimento na Metade Sul do Rio Grande do Sul a partir de 2003 em aquisição de terras pela Aracruz Celulose, Stora Enso e Votorantim Celulose e Papel e seus desmembramentos, pertencentes à cadeia da indústria do papel e celulose, se dá em função da estrutura fundiária da região aliada naquele momento ao valor monetário das terras, que em comparação com o valor das terras localizadas na Metade Norte era menor, portanto financeiramente mais vantajoso (AGEFLOR, 2004).

Em 2008/2009 a crise financeira iniciada nos Estados Unidos ocasiona um efeito dominó em grandes instituições financeiras (crise dos subprimes) com desdobramentos a nível global ocasionando uma crise econômica internacional. As incertezas econômicas desaceleram e suspendem por tempo indeterminado os projetos e os investimentos das empresas do setor de celulose no Rio Grande do Sul.

#### 4.1.1 Aracruz Celulose

Inicia suas atividades em 1967 no estado do Espírito Santo (ES) como empresa de Florestamento (Aracruz Florestal). Em 1972, unindo o florestamento com a atividade industrial funda no ES a Aracruz Celulose S/A. A partir dos anos 80 expande sua base florestal de eucalipto para os estados da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Entre os principais acionistas da empresa estão: Grupo Lorentzen da Noruega (28%), Grupo Safra do Brasil (28%), Grupo Votorantin do Brasil (28%) e o BNDES do Brasil com 12,5% do capital acionário (Relatório Aracruz, 2005).

A Empresa investe em aquisição de terras para implantação de bases florestais de eucalipto em diversos estados do país. Em 2005 possuía cerca de 375.000 hectares distribuídos entre os estados brasileiros em que atua, tendo base florestal implantada em 247.000 hectares. Também atua como “fomentadora florestal”, utilizando propriedades de terceiros para plantio de eucaliptos, utilizando para esta atividade aproximadamente 58.000 hectares. (Relatório Aracruz, 2005)

Aproximadamente 97% da produção de celulose branqueada produzida em suas fábricas são exportadas, principalmente para a Europa (38%) e EUA (36%). Mantém relações comerciais de fornecimento de equipamentos e outras transações com empresas da Alemanha, Áustria, Finlândia, Suécia e Noruega, denotando a interação local-global das suas operações (Relatório Aracruz, 2005).

Em 2003, adquire a fábrica Riocell do Grupo Klabin, localizada em Guaíba no Rio Grande do Sul e inicia a construção de uma nova fábrica – Veracel - na Bahia em parceria com a finlandesa Stora-Enso.

É a partir da fábrica de Guaíba que a empresa estabelece, seu raio de ação territorial, anunciando em 2006 investimentos para modernização e ampliação da planta industrial existente e ampliação de suas bases florestais em municípios como Guaíba, Barra do Ribeiro, Rio Pardo e Cachoeira do Sul. Entre os investimentos anunciados está a construção de terminais fluviais em Cachoeira do Sul e Rio Pardo para o escoamento da madeira até a fábrica de Guaíba (Relatório Aracruz, 2006).

De acordo com as informações constantes nos relatórios da empresa (Aracruz Celulose, 2005/2006) dos 104 mil hectares, de que é proprietária no Rio Grande do Sul, a empresa destina, 66 mil ha à implantação de base florestal, 28 mil ha para reservas e o

restante é destinado para as instalações e equipamentos da fábrica e pontos logísticos espalhados na área de sua atuação. Não foram informados os arrendamentos e/ou contratos com os agricultores da região de atuação da empresa.

Em 2007, amplia sua territorialidade para o município de São José do Norte, no Sul do estado, localizado entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico para futura construção de terminal portuário marítimo, possibilitando operações internas e externas, como o escoamento da produção por via hídrica, a importação de insumos e a exportação de celulose, entre outras operações.

Seus empreendimentos em escala Nacional, além do Rio Grande do Sul, estão localizados na Bahia, Espírito Santo, e Minas Gerais, e também provocam/provocaram dúvidas questionamentos e enfrentamentos com a sociedade local em relação a seus impactos no território.

No decorrer deste trabalho, em 2009, a Aracruz Celulose é incorporada pela Votorantin Celulose e Papel (VCP) formando até então, uma empresa líder mundial na produção de celulose de mercado sob a denominação de Fíbria. No final de 2009, a unidade industrial de Guaíba é vendida ao Grupo Chileno CPMC (Fíbria e a CPMC serão apresentadas na sequência deste trabalho).

#### **4.1.2 Votorantim Celulose e Papel**

É o segmento no setor de Papel e Celulose do Grupo Votorantim. Atua no RS desde 2003, com a pretensão de investir em uma planta industrial para produção de celulose denominada Projeto Losango, consistindo em compras de terras e o plantio de eucalipto para sua base florestal na Metade Sul do estado, nas proximidades de Pelotas e Rio Grande, nas adjacências do Canal São Gonçalo. Com a incorporação em 2009 da Aracruz Celulose e a formação da empresa Fíbria (apresentada na sequência), este projeto para o RS e para outros estados estão sendo reavaliados e caso aprovados, readequados em seus cronogramas. Até o ano de 2007, a propriedade territorial no Rio Grande do Sul era de 105 mil hectares, sendo 49 mil plantados com eucalipto. (VCP, 2007). Não foram informados os arrendamentos e/ou contratos com os agricultores da região de atuação da empresa.



### 4.1.3 Stora Enso

Considerada uma das maiores corporações do setor florestal mundial, a empresa de capital sueco-filandês anunciou seus investimentos no Rio Grande do Sul em 2005. Estes investimentos consistiam em aquisição de terras para implantação de suas bases florestais, aproximadamente 100.000 hectares, e também futura instalação de uma fábrica, inicialmente prevista para o município de São Borja, fronteira com a Argentina, mas pela restrição legal de aquisição de terras por estrangeiros em faixas de fronteiras, o município de Santa Maria vem sendo cogitado. Em 2006, efetuou compras de terras no município de Rosário do Sul e adjacências. De acordo com o relatório financeiro de 2007/2008 da empresa, 45.500 hectares já tinham sido adquiridos na Metade Sul do estado, sendo que 8.900 já estariam plantados com eucalipto (Stora-Enso, 2008). Paralelo aos investimentos anunciados no Rio Grande do Sul, a empresa também anunciou investimentos no país vizinho- Uruguai, que envolveriam a compra de florestas já existentes e mais 100.000 hectares no país.

De acordo com a Lei 6634/79, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira, em seu Art. 1º, “É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, designada de Faixa de Fronteira”. Não sendo permitida, entre outras restrições, a compra por empresas nacionais ou internacionais, que tenham participação ou percentual de capital estrangeiro.

As terras compradas pela empresa Stora Enso, se encontram em faixa de fronteira e não estavam podendo, até 2007, ser legalizadas, mesmo que tenha sido utilizado para essas aquisições uma subsidiária brasileira, a Derflin Agropecuária, mas que tem participação de capital estrangeiro. Para a regularização dessas terras adquiridas em faixa de fronteira é necessário a aprovação do Conselho de Defesa Nacional, que até 2007, não havia se manifestado. Entretanto o plantio de mudas estava podendo ser realizado, naquele momento, devido a licenças temporárias concedidas pela FEPAM/RS.

## 4.2 Movimentos Sociais

São os possíveis efeitos ou danos às questões concretas e cotidianas que mobilizam diversos sujeitos sociais a se articularem, se associarem civilmente (Cohen e Arato, 1992), e pensarem em estratégias, e formarem “identidades de resistência” (Castells, 1999) demonstrando a contrariedade a uma nova ordem mundial ou com ações específicas de empresas e governos, que se refletem, por exemplo, no meio ambiente local.

A articulação dos sujeitos sociais em torno de um tema de interesse é percebida com mais intensidade no espaço local, através das horizontalidades estabelecidas entre os sujeitos sociais (Santos, 2002), e pelo vínculo forte com a sociedade local e o território.

Esta articulação fortalece os movimentos de luta sociais, entre eles os movimentos de cunho ambientalista, surgindo a construção de novas relações entre estes sujeitos sociais que buscam acesso as informações em escala local-global de forma a se organizarem em torno de pensamentos e ideias em comum para propor as mudanças que achem justas e/ou necessárias.

As atividades das empresas de papel e celulose associadas aos possíveis danos e problemas ambientais com amplitudes local-global, envolve diversos sujeitos de forma multissetorial, forçando políticas públicas e privadas no planejamento, na atuação e na relação empresa-sociedade.

No caso das empresas de celulose presentes no Rio Grande do Sul, esta pesquisa enfocará os Movimentos Sociais através da representação dos grupos de sujeitos sociais que, geralmente, se mobilizam em defesa do ambiente, do território e da agricultura familiar, como: a) a Via Campesina/MST; b) os ambientalistas.

Parte da Comunidade Acadêmica, contrários as atividades massivas das empresas; Em relação à questão dos empreendimentos florestais, a comunidade acadêmica encontra-se dividida não havendo um consenso, dessa forma uma parte, é contrária às atividades empresariais de celulose e outra favorável ou indiferente.

Estes grupos de sujeitos sociais, contrários às atividades das empresas de celulose no Rio Grande do Sul da forma como está ocorrendo, integram os movimentos sociais nesta pesquisa, e foram selecionados por ser constantemente nomeados pela mídia escrita como forças de oposição que procuram barrar e afastar os investimentos empresarias de celulose no estado “ameaçando” o desenvolvimento local/regional.

#### 4.2.1 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

No fim da década de 50, tendo como base política o Partido Trabalhista (atual PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), surge no Rio Grande do Sul, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que na busca pela reforma agrária no estado teve como consequência de sua atuação a ocupação da Fazenda Sarandi em Ronda Alta no norte do estado e do Banhado do Colégio em Camaquã, no sul do estado (STÉDILE; MANÇANO, 2001; TREZZI, 2003).

A forte ligação política do movimento e a falta de sintonia com o governo estadual de Leonel Brizola (1959-1963) o faz perder força, e o movimento entra para a clandestinidade após março de 1964, quando se instala no País o período da ditadura militar (STÉDILE; MANÇANO, 2001; TREZZI, 2003; CORONEL, 2005).

No entendimento de Prieb (1994), apesar de ter atuado somente no Rio Grande do Sul, e ter sido clandestino desde a ditadura militar até a abertura política do país em 1979, o MASTER teria sido a base embrionária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Os pequenos agricultores do Rio Grande do Sul (RS), de Santa Catarina (SC) e do Paraná (PR) voltam a se organizar após 1979 reivindicando a reforma agrária e retomando o processo de ocupação de propriedades rurais, criando em 1984 na cidade de Cascavel no PR, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (CORONEL, 2005)

“Várias lutas localizadas anunciavam o surgimento de um novo movimento de luta pela terra no Brasil: em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em setembro de 1979, 110 famílias ocuparam as glebas Macali e Brillhante; em Campo Erê, Santa Catarina, em 1980, ocorre a ocupação da fazenda Burro Branco; no Paraná, mais de dez mil famílias, que teriam suas terras inundadas pela construção da barragem de Itaipu, organizavam-se contra o Estado; em São Paulo, ocorria a luta dos posseiros da fazenda Primavera, nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, no Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais arrendatários lutavam pela permanência na terra. Esses movimentos localizados, a partir de uma articulação promovida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada ao setor progressista da Igreja Católica, promoverão vários encontros regionais entre suas lideranças, que desembocarão num Encontro Nacional ocorrido em janeiro de 1984, em Cascavel, município do Paraná, no qual é fundado o MST como um movimento nacional de luta pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais”. (COLETTI, 2005)

O MST enquanto movimento social autônomo pela Reforma Agrária é constituído por grupos de pequenos agricultores, posseiros, atingidos por barragens, entre outros. Ao longo do seu processo de luta pela terra e pela Reforma Agrária, o MST está organizado em 24 estados e presente nas cinco regiões do País (MST, 2009).

Buscou entre outros parceiros, apoio e cooperação internacional da Via Campesina, que em homenagem aos trabalhadores mortos em 17 de abril de 1996 em Eldorado dos Carajás no Pará (PA), declarou o dia 17 de abril como o Dia Internacional da Luta Camponesa (STÉDILE; MANÇANO, 2001; CORONEL, 2005, MST).

Desde a década de 80, o Rio Grande do Sul vem recebendo assentamentos rurais através do processo de Reforma Agrária tanto na Metade Norte como na Metade Sul do estado (MST, 2009).

Segundo os dados do MST, é na década de 90, que os assentamentos no Rio Grande do Sul se direcionam e se concentram na Metade Sul do estado, sendo que dos 105 municípios que compõem a atual Metade Sul, apenas 29 contemplam assentamentos rurais (MST, 2009).

Os assentamentos na Metade Sul são passos importantes no processo de Reforma Agrária para a reestruturação da estrutura fundiária e diversificação da matriz econômica, mas para isso são necessárias condições logísticas, técnicas e de infra-estrutura disponíveis para “tornar a terra produtiva”, como por exemplo, investimento por parte do poder público nas redes modais para o escoamento da produção (FERREIRA, 1994),

#### **4.2.2 Via Campesina**

Enquanto movimento internacional, a Via Campesina coordena e apóia organizações camponesas por todos os continentes, buscando valorizar entre outros grupos, as mulheres rurais, com o objetivo de defender a soberania alimentar, compreendida como o direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar, incluindo a prioridade para alimentos saudáveis e diversificados respeitando a biodiversidade, a capacidade produtiva das terras, os aspectos culturais e a preservação dos recursos naturais. No Brasil, integra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST) (Via Campesina).

A Via Campesina tem posição contrária à expansão da monocultura do eucalipto no Rio Grande do Sul, alegando que esta prática agrícola acarreta consequências, como:

- a) Intensificação da concentração de terras, especialmente na Metade Sul do estado;
- b) Elevação das temperaturas;
- c) Destruição do Bioma Pampa;
- d) Destruição ambiental e Social;
- e) Aumentos das secas.

O movimento denuncia, também, que a empresa Aracruz tem trajetória de práticas de violações aos direitos humanos contra indígenas e quilombolas no estado do Espírito Santo.

A tensão entre o MST/Via Campesina e as empresas de celulose sempre foram evidentes, um exemplo dessa tensão foi durante a Segunda Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, que ocorria em Porto Alegre/RS, no dia 08 de março de 2006 (Dia Internacional da Mulher). Nesta data, um grupo de militantes do Movimento Sem Terra (MST) e do Movimento das Mulheres Camponesas (Via Campesina) danificaram em forma de protesto, o horto florestal composto por laboratórios e viveiros (mudas de eucalipto) de Pesquisa Florestal de uma Unidade da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro no Rio Grande do Sul.

A ação visava chamar a atenção e tornar pública a forma de atuação da Empresa Multinacional atuante no Espírito Santo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul e da formação de um projeto maior de florestamento no Rio Grande do Sul e no Cone Sul da América do Sul, envolvendo esta e outras empresas do setor de Celulose.

O protesto tomou repercussão Nacional e Internacional nos diversos segmentos da mídia e novamente polarizou as posições de defesa e contrariedade aos projetos de Empresas de Celulose entre os principais sujeitos sociais envolvidos.

Nos anos seguintes, todo mês de março, mês do dia Internacional da Mulher (08/03), é esperada uma manifestação da Via Campesina na luta contra o Agronegócio e contra a violência, a favor da Reforma Agrária e da Soberania Alimentar.

No Rio Grande do Sul, as manifestações da Via Campesina, após o ano de 2006, se repetiram em 2007 em fazendas pertencentes a Aracruz, a Votorantim e a Stora Enso; em 2008, o protesto ocorreu em Rosário do Sul numa fazenda da Stora Enso; em 2009, o protesto foi em Candiota em uma fazenda da Votorantim e em 2010 houve no mês de março a promoção de palestras e a ocupação da delegacia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Porto Alegre.

### 4.2.3 Ambientalismo e os Movimentos Sociais: Sócioambientalismo

O início do ambientalismo no Brasil enfocava apenas a problemática ambiental de combate à poluição e preservação de ecossistemas, o que o manteve distante naquele período, das dimensões socioeconômicas da crise ambiental (VIOLA; LEIS, 1992).

O sócioambientalismo é a evolução do setorialismo preservacionista para o multissetorialismo social a partir da inclusão das demandas sociais à questão ambiental, de forma a se conectar com os demais grupos dos movimentos sociais, aumentando a aderência por parte da sociedade ao discurso e a causa ambiental (VIOLA; LEIS, 1992).

Esta articulação entre os diversos movimentos sociais possibilita a formação das Redes Sociais, tendo como característica as relações horizontalizadas (SANTOS, 2002), complementares e abertas ao pluralismo e à diversidade sociocultural (SCHERER-WARREN, 1996).

A multiplicidade de sujeitos envolvidos ou atentos a situação, potencializa a participação e força ações em alguns processos decisórios do poder público e das empresas e promove a unificação das formas de lutas sociais através da troca de informações do local ao global em busca de seus objetivos (FINGER, 1994; KECK; SIKKINK, 1998).

O discurso sócioambientalista, incorpora às demandas sociais setorializadas, se expande engajando grupos do meio científico e universitário, do meio empresarial, do movimento indígena, do Movimento Sem Terra, entre outros, que passam a incluir a variável ambiental em suas demandas, contribuindo para as transformações sociais, políticas e econômicas (VIOLA; LEIS, 1992).

Efeitos como aumento do interesse da opinião pública pela problemática ambiental, incremento nas políticas públicas na busca de um desenvolvimento menos devastador e mais sustentável, e a incorporação da temática ambiental nas estratégias empresariais são exemplos representativos do discurso sócioambientalista, da multissetorialidade e da diversidade dos sujeitos sociais envolvidos (VIOLA; LEIS, 1992).

O sócioambientalismo no RS, em geral, é composto por Organizações Não Governamentais (ONG's) de cunho ambiental que engloba diversos setores da sociedade simpatizantes com as questões sócioambientais.

### **4.3 Comunidade Acadêmica**

Literalmente dividida entre grupos contrários às atividades das empresas de celulose e grupos que apóiam os investimentos das empresas em projetos de implantação de bases florestais com eucalipto e posterior instalação de planta industrial para beneficiamento da matéria-prima em celulose.

O grupo que apóia os investimentos, principalmente os ligados às Universidades Públicas, é acusado de aceitar financiamentos de pesquisas ou elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de impacto Ambiental (EIA-RIMA) por parte das empresas de celulose.

O grupo que não apóia os investimentos é acusado de radical, geralmente está associado a movimentos ambientalistas, por defenderem através de pesquisas acadêmicas e técnicas a biodiversidade do bioma pampa e as questões socioeconômicas ligadas às populações locais.

### **4.4 Poder Público**

No Brasil, questões como o uso e destruição dos recursos naturais e dos biomas, modificação das paisagens tradicionais, atração de investimentos financeiros vultosos, desenvolvimento ou não da economia local/regional, entre outras questões não são unânimes. A inexistência de uma unanimidade torna necessária a intervenção do Poder Público através de Políticas Públicas Regulatórias.

A Lei Federal nº 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, estabelece no Art. 9º, Inciso II, o zoneamento ambiental ou zoneamento ecológico-econômico como um dos instrumentos de Política Pública.

A Lei estadual nº 11520/00 estabelece no Art. 15º, incisos, IV e VII, respectivamente, o zoneamento ecológico e o zoneamento das diversas atividades produtivas ou projetadas, como instrumentos de Política Estadual de Meio Ambiente.

O Decreto Federal nº 4297/02 regulamentou o art. 9º, inciso II, da Lei Federal nº 6.938/81, estabelecendo os critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil – ZEE.

Portanto, as políticas públicas entendidas como um conjunto de ações (entre elas as leis) governamentais que atingirá um ou mais setores da sociedade, pode ter entre outros, de acordo com Lowi (1972), um caráter regulatório com a finalidade de regulamentar conflitos, em algum setor da sociedade, como na questão ambiental e na questão agrícola em relação à silvicultura.

O poder público, em todas as esferas (Federal, Estadual e Municipal), guardadas as proporções e hierarquias legais têm influenciado diretamente no processo de implantação de projetos do setor de Papel e Celulose. No caso do Rio Grande do Sul, a nível estadual, além do Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário já foram solicitados a intermediarem ações entre as empresas de celulose e os setores contrários.

Diretamente envolvida no processo e representante, nesta pesquisa, do Poder Público no Rio Grande do Sul, juntamente com o Governo Estadual, está a Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (FEPAM).

Mediante o impasse entre os projetos das empresas e os contrários ao projeto, e a obrigatoriedade de respeitar a legislação vigente, a FEPAM iniciou a elaboração de um Zoneamento Ambiental para Silvicultura no estado do Rio Grande do Sul a partir de 2004 através de um grupo de trabalho composto por técnicos da FEPAM, técnicos da Fundação Zoobotânica e técnicos do Departamento de Florestas e Áreas Protegidas. Os recursos para a realização do estudo foram providos pelo Programa Floresta-Indústria, ligado à Secretaria Estadual do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), e a Associação Gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor).

No ano de 2005, sem a conclusão do zoneamento ambiental para silvicultura com a finalidade de orientar as licenças para investimentos no setor de plantio, a FEPAM, através da Portaria nº 068/2005 estabelece os procedimentos para o licenciamento de novos empreendimentos no setor de silvicultura no estado tendo como base os portes, o potencial poluidor e os ramos diferenciados em função da capacidade invasora da espécie a ser plantada.



#### **4.4.1 Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e Zoneamento Ambiental para Silvicultura (ZAS)**

“O Zoneamento Ecológico-Econômico é um instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, que estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população” (Decreto Federal, 4297/02).

Com base na Legislação Estadual do Meio Ambiente (lei nº 11520/00), além do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) o Estado pode estabelecer um Zoneamento Ambiental para uma determinada área produtiva específica ou projetada.

O Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) através da Resolução nº 84/2004, incluiu a silvicultura no sistema de licenciamento integrado, possibilitando que o conjunto de empreendedores, participantes de uma Cadeia de Custódia, realize o licenciamento de forma coletiva.

Desta forma surge a necessidade de instituir um instrumento de gestão que possibilite avaliar de forma integrada a vulnerabilidade dos ambientes frente à implantação da atividade de silvicultura.

Nesse sentido, o Zoneamento Ambiental para Silvicultura (ZAS) enquanto Política Pública Regulatória do Estado do Rio Grande do Sul iniciou a ser elaborado em 2004, para constituir uma etapa anterior ao licenciamento, permitindo o conhecimento prévio das limitações ambientais de caráter regionais em relação à implantação de empreendimentos no setor de silvicultura. A utilização desse instrumento como balizador não substitui os estudos locais necessários ao licenciamento ambiental (FEPAM, 2005).

O objetivo geral do zoneamento ambiental para silvicultura é a elaboração de um instrumento de gestão para avaliação de forma sistêmica/integradora a vulnerabilidade dos ambientes, estabelecendo a Unidade de Paisagem Natural para definição das diretrizes de uso para a silvicultura no estado (FEPAM, 2005).

Sua elaboração teve como referência a legislação ambiental e florestal vigente e os princípios e critérios para o manejo de plantações florestais estabelecidos pela NBR nº 14.789/2001 e pelo Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council). A metodologia adotada foi a setorização do território estadual em unidades espaciais de análise

através de regiões homogêneas constituindo uma Unidade de Paisagem Natural (UPN), não levando em consideração as transformações antrópicas (FEPAM, 2005).

Durante o período de elaboração do zoneamento as licenças emitidas pela FEPAM, para plantio de árvores, eram temporárias através do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

#### **4.4.2 Audiências Públicas do Zoneamento Ambiental para Silvicultura**

O objetivo neste tópico é sintetizar as principais ideias/pensamentos levantadas nas audiências públicas. Desta forma, não serão apresentadas os nomes de cada um dos participantes que manifestaram suas opiniões. Com exceção do grupo das empresas de celulose, unanimemente contrário ao zoneamento, os demais grupos de sujeitos sociais, tinham opiniões favoráveis e desfavoráveis ao zoneamento ambiental apresentado. Em geral, as manifestações, contrárias e/ou a favor, giraram em torno dos aspectos técnicos, dos aspectos econômicos, dos aspectos sociais e dos aspectos ambientais do zoneamento. Assim, será apresentada a síntese da opinião dominante em cada um destes aspectos, independentemente do grupo de sujeito social.

O Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura foi apresentado em 2007 através de audiências públicas. Estas são obrigatórias pela legislação vigente como parte do processo de aprovação do zoneamento ambiental. Foram previstas e realizadas nas cidades de Porto Alegre, de Caxias do Sul, Pelotas, Santa Maria e Alegrete durante o ano de 2007, para posterior aprovação pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema). Após avaliado e/ou modificado pelo Consema deve ser enviado à Assembléia Legislativa do Estado para ser votado e aprovado como um instrumento de gestão para licenciamentos ambientais de empreendimentos no setor de silvicultura.

Em 21/03/2007, foi promovida a primeira audiência pública para uma apresentação de viés técnico do estudo, na Assembléia Legislativa de Porto Alegre. O encontro gerou polêmicas e conflitos entre os participantes e acabou não atingindo o objetivo para a qual foi programada.

Para as demais apresentações legais (previstas na legislação) foram selecionadas pela FEPAM, quatro cidades do interior do Rio Grande do Sul, sendo elas por ordem alfabética: Alegrete, Caxias do Sul, Pelotas e Santa Maria.

O zoneamento ambiental apresentado pela FEPAM dividia o Rio Grande do Sul em 45 Unidades de Paisagens Naturais (UPN's), avaliando essas UPN's, em áreas de alto, médio e baixo risco ambiental para o desenvolvimento da atividade de silvicultura, permitindo a plantação de árvores exóticas até o limite máximo de 50% de uma propriedade.

A FEPAM além de apresentar o zoneamento ambiental para silvicultura abria espaço para considerações das pessoas presentes, através de inscrições. O critério adotado pela FEPAM foi dividir os presentes nos principais grupos de sujeitos sociais, como: a) representantes do Poder Público; b) representantes das Empresas; c) representantes das ONG's; d) representantes das Universidades; e) representantes da Comunidade e f) representantes dos Trabalhadores.

Em clima tenso e de permanente confronto de ideias, os técnicos da FEPAM explanavam os critérios que serviram de base para a elaboração do Zoneamento Ambiental. Todos os segmentos se organizaram de forma a comparecerem e levarem o maior número possível de participantes favoráveis a suas posições como forma de pressão. Excetuando o segmento das Empresas que estava unanimemente contrário ao Zoneamento por temer sua vinculação com o licenciamento de projetos, os demais segmentos sociais se dividiam em favoráveis e desfavoráveis à aprovação do Zoneamento Ambiental para Silvicultura.

As considerações nas audiências realizadas nas cidades do interior do Rio Grande do Sul giraram, em todas elas, principalmente em torno de divergências sobre a metodologia adotada pelo órgão, sobre aspectos ambientais, sobre aspectos econômicos e sobre aspectos sócio-culturais sendo as principais classificadas e apresentadas a seguir:

a) Divergências de metodologia:

Entre as divergências sobre a Metodologia adotada na elaboração do plano, entre outras questões, foi muito criticada a utilização das unidades de paisagens naturais para a elaboração do zoneamento, levando um entendimento de que haveria uma desassociação da natureza e do ser humano e/ou uma valorização do aspecto “natural” em detrimento ao aspecto “humano”.

b) Aspectos ambientais:

Entre os aspectos ambientais prevaleceram de forma geral considerações sobre degradação/extinção do bioma pampa, as questões de arenização e fragilidade do solo no sudoeste gaúcho, questões de balanceamento hídrico das sub-regiões, questões de alteração e descaracterização das paisagens que se mantiveram por longos períodos históricos entre outras.

c) Aspectos Econômicos:

Entre os aspectos econômicos as considerações perpassaram por enfoques de defesa da silvicultura como geração de impostos, criação de um “pólo regional” exportador no estado, diversificação de matriz econômica e por enfoques contrários à silvicultura como dependência e efeitos de uma monocultura, redução do mercado de trabalho, impactos negativos pela criação na região de florestas “comerciais e temporárias” entre outros.

d) Aspectos Sócio-Culturais

Entre os aspectos sócio-culturais, as considerações, geralmente, permaneceram em torno de agregação ou não de renda, falta ou não de emprego, melhora ou não de qualidade de vida, extinção de atividades ligadas à pecuária ou de figuras associadas como o peão, por exemplo, entre outros.

#### *4.4.2.1 Considerações sobre as audiências públicas*

As audiências públicas demonstraram na prática o que já se percebia informalmente nas ruas, nos debates entre amigos, nos debates televisivos locais/regionais, nos debates políticos, nos debates econômicos, quando o tema era silvicultura na Metade Sul do estado: a divisão de opiniões da sociedade gaúcha frente à implantação de bases florestais no estado, principalmente, na Metade Sul.

Entre as quatro cidades do interior onde foram realizadas as audiências, 3 (três) cidades estavam situadas na Metade Sul (Alegrete, Pelotas, Santa Maria) e apenas Caxias do Sul na Metade Norte, sinalizando que os impactos do zoneamento afetariam diretamente a Metade Sul do estado.

Foi exatamente nestas cidades situadas na Metade Sul que se percebeu as maiores críticas, bem como os maiores apoios, em relação ao zoneamento ambiental que estava sendo apresentado, ficando o auditório onde eram realizadas as audiências dividido em dois grandes sub-grupos, independentes do grupo de sujeitos sociais a que pertenciam: o grupo dos apoiadores e o grupo dos não apoiadores ao zoneamento ambiental apresentado pela FEPAM.

Um dos pontos polêmicos foi à determinação de um percentual de plantio de árvores exóticas por propriedade, a FEPAM encaminhou ao CONSEMA uma proposta intermediária que não limitasse o percentual de plantio por propriedades, mas limitasse em até 30% de cada uma das 45 regiões de UPN's do estado.

Longe de ter maioria apoiadora o zoneamento ambiental para silvicultura apresentado foi encaminhado para o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), onde poderá sofrer ajustes e alterações pelos conselheiros.

Encaminhado, em 2007, para o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) esta última proposta pode sofrer alterações. Existe a possibilidade e uma tendência que a maioria dos 29 conselheiros que compõem o CONSEMA aprovem o zoneamento ambiental, mantendo as 45 Unidades de Paisagens Naturais, mas, retirando/eliminando os percentuais pré-determinados por UPN, mediante avaliação específica caso a caso.

Em 09/04/2008, através da Resolução CONSEMA nº 187/2008 é aprovado o Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no estado do Rio Grande do Sul, sendo retirados os percentuais restritivos.

Desta forma, de acordo com o CONSEMA, o processo de aprovação do Zoneamento Ambiental para Silvicultura foi:

“A primeira versão do documento elaborada pela FEPAM foi encaminhada ao Governo do Estado e ao Ministério Público Estadual em 22 de dezembro de 2006. No mês de junho de 2007 foram realizadas Audiências Públicas nos municípios de Pelotas, Alegrete, Santa Maria e Caxias do Sul para apresentação e discussão da proposta com a sociedade. Em agosto de 2007, a proposta foi encaminhada ao CONSEMA, sendo analisada pelas Câmaras Técnicas de Biodiversidade e Política Florestal, Agropecuária e Agroindústria, e de Assuntos Jurídicos. Finalmente, após exame e emissão dos pareceres pelas Câmaras Técnicas, o ZAS foi aprovado pela plenária do CONSEMA” (CONSEMA,2009)

Destaca-se entre as principais alterações do Consema à proposta original do zoneamento ambiental, as seguintes modificações:

- a) A versão aprovada pelo CONSEMA constitui instrumento orientativo e de abrangência macro regional para a atividade de silvicultura; que a matriz de vulnerabilidade apresentada é uma referência inicial que deverá ser reavaliada, em um período de 5 anos, e aperfeiçoada com base em estudos científicos;
- b) Em substituição a exclusividade da Unidade de Paisagem Natural, estabelece a Bacia Hidrográfica e a Unidade de Paisagem Natural como bases para a definição das diretrizes de uso para a atividade de Silvicultura no Rio Grande do Sul. Que as Unidades de Paisagem Natural sejam consideradas prioritariamente no que se refere à proteção da flora e fauna, dos patrimônios cultural, arqueológico e paleontológico e no resguardo das terras dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. E que as Bacias Hidrográficas sejam consideradas quanto aos usos socioeconômicos e disponibilidade hídrica;
- c) Em substituição aos percentuais de ocupação por UPN e ao tamanho e distância entre plantios, propõe-se que: O planejamento dos plantios deve priorizar a formação de mosaicos entre os elementos naturais da paisagem e o ordenamento silvicultural, para atender os objetivos de conservação e evitar a formação de áreas extensas e contínuas de plantações florestais;
- d) Em substituição a exclusão de plantações florestais de uma área de 150 m dos ambientes de várzeas, áreas úmidas, banhados, turfeiras e lagoas associadas aos cursos de água, a partir da cota máxima das enchentes ordinárias e na faixa de dunas, sendo aprovado que deverá ser mantida uma faixa de 150 m no entorno das áreas de banhados naturais, conforme definição e mapeamento da FZB. Os demais deverão manter faixa proporcional ao seu tamanho, definida por critério técnico visando evitar a compactação do solo e não interferir no regime hídrico;
- e) Em substituição a área de proteção de 150 m no entorno das áreas consolidadas de areais fica proposto identificar as áreas de areais consolidados na UPN PC3 com base no Atlas elaborado pela UFRGS, que representam ecossistemas diferenciados, originados por processo natural, e estabelecer uma faixa de proteção com largura definida em projeto técnico visando a conservação da fauna, da flora e da paisagem. Nas demais áreas em processo de arenização é permitida a sua utilização, com manejo adequado, visando sua estabilização e geração de benefícios econômicos.

- f) Foi excluída a restrição que em áreas com disponibilidade hídrica e em áreas onde há risco de déficit hídrico, o plantio só poderia ser admitido em somente 50% das glebas, mantidos corredores ecológicos;

Em suma, as principais alterações acabaram com os percentuais que limitavam a ocupação de áreas de plantio, que definiam os tamanhos dos maciços (área de plantio lindeira) e das distâncias entre eles.

Posteriormente a aprovação do ZAS, algumas ações judiciais foram propostas, inclusive pelo Ministério Público do RS (ACP/MPE nº 10801617174). Enquanto estas ações não forem julgadas e dadas à sentença final, fica impossibilitada a aplicação do ZAS aprovado.

#### **4.5 Considerações sobre os sujeitos sociais apresentados**

Os sujeitos apresentados neste capítulo foram selecionados por suas manifestações influenciarem de forma direta o processo de implantação de bases florestais com ênfase na monocultura do eucalipto na Metade Sul do estado.

No quadro 15 é apresentado uma síntese das ações mais importantes no período analisado desta tese (1999-2009) e de que forma refletiram no processo em andamento.

Atualmente, as empresas Stora Enso e Fíbria (resultado da fusão entre Aracruz Celulose e Votorantim Celulose e Papel – VCP) permanecem com atividades de bases florestais de eucalipto (viveiros).

A fábrica de celulose do município de Guaíba, denominada de CMPC - Celulose RioGrandense é operada pelo grupo chileno Companhia Manufaturada de Papéis e Cartões – CMPC. Este grupo de empresas chileno também possui fábricas de celulose e/ou papel em outros Países da América Latina, além do Brasil, como: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

A empresa Stora Enso obteve em 2007, a permissão da Defesa Nacional para regularizar parte de suas terras (aproximadamente 45 mil ha) adquiridas em faixa de fronteira no estado do Rio Grande do Sul, e aguarda nova autorização para a regularização do restante. Coincidência ou não, os projetos de lei que estavam no Congresso Nacional para alteração dos limites da faixa de fronteiras também não tiveram seguimento para votação.

<b>Principais ações dos sujeitos sociais no período de 1999-2009</b>			
<b>Mês/Ano</b>	<b>Sujeito Social</b>	<b>Ação(ões)</b>	<b>Reflexo (s)</b>
<b>Jan/1999</b>	Poder Público – Governo do Estado	Olívio Dutra assume governo do estado e promete incentivar a agricultura familiar na Metade Sul do estado	A Metade Sul do estado torna-se área prioritária para o governo do estado para a Reforma Agrária e implantação da Agricultura Familiar na Região.
<b>Jan/2003</b>	Poder Público – Governo do Estado	Germano Rigotto assume o governo do estado e promete mudar a matriz produtiva da Metade Sul atraindo novos investimentos	A disposição do governo em novos investimentos para a Metade Sul atrai empresas nacionais e internacionais do setor de florestamento e celulose.
<b>Abr/2004</b>	Empresa de Celulose - VCP	Votorantim Celulose e Papel adquire terras em 14 municípios da Metade Sul	a) Investimento em aquisições de terras para implantação de bases florestais do grupo VCP. b) Início do processo de florestamento na Metade Sul do estado pela VCP.
<b>Abr/2004</b>	Poder Público – Governo do Estado	Criação do Programa de Financiamento Florestal Gaúcho (Proflora)	Estimula através da liberação de recursos públicos a atração de investimentos das empresas do setor de celulose.
<b>Nov/2004</b>	Empresa de Celulose – VCP	Lançamento do Programa de Poupança Florestal (PPF)	Atrai os produtores de regiões próximas aos empreendimentos da VCP, oferecendo os custos de produção e a compra da madeira dos agricultores que aderirem ao programa.
<b>Nov/2004</b>	Poder- Público – Governo Federal	Criação de Programa Federal de Apoio à Metade Sul	Incentiva assentados e pequenos produtores rurais a aderirem à fruticultura e ao florestamento.
<b>Set/2005</b>	Empresa de Celulose – Stora Enso	Anúncio de investimento em aquisições de terras e plantio de florestas de eucalipto	Atração à Metade Sul de Empresa de celulose multinacional, através da aquisição de terras na Fronteira Oeste do estado. Intenção de adquirir para implantação de bases florestais aproximadamente 100 mil ha.
<b>Set/2005</b>	Empresa de Celulose – Stora Enso	Aquisição de 50 mil hectares de terras em Alegrete e 50 mil hectares de terras no Uruguai	a) Aumento do valor imobiliário da terra na Fronteira Oeste b) Indício de formação de monopólio territorial entre a Fronteira oeste do Rio Grande do Sul e o Uruguai, extrapolando os limites de fronteiras dos dois países. c) Indício de formação de oligopólio econômico e territorial no Bioma Pampa.
<b>Mar/2006</b>	Movimentos Sociais – Via Campesina	Protesto contra a monocultura do eucalipto através da ocupação do horto florestal da Aracruz em Barra do Ribeiro/RS	a) Repercussão Internacional; b) Reprovação da ação pela Mídia e pelas empresas do setor de celulose, dividindo a opinião pública.
<b>Jan/2007</b>	Empresa de Celulose - VCP	Promessa de construção de fábrica de celulose junto ao Canal São Gonçalo/RS	a) Disputa entre os 4 municípios que margeiam o Canal São Gonçalo (Pelotas, Rio Grande, Arroio Grande e Capão do Leão) para atração da fábrica. b) Cria esperança na população local de empregos e melhorias sociais.



## Continuação...

<b>Mar/2007</b>	Poder Público - FEPAM	Apresentação, em audiência pública em Porto Alegre/RS, do Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no estado.	a) Divisão dos sujeitos sociais em apoiadores ao zoneamento e não apoiadores ao zoneamento elaborado. b) Manifestações contrárias forçam alterações no zoneamento elaborado.
<b>Abr/2008</b>	Poder Público - FEPAM	Aprovação do Zoneamento Ambiental para Atividade de Silvicultura no estado	Retirada dos percentuais pré-determinados para o plantio de árvores exóticas, referentes ao tamanho do talhão e do espaçamento entre os corredores.
<b>Abr/2008</b>	Meio Acadêmico e Movimentos Sociais – Ambientalistas;	Criticam a retirada dos percentuais no zoneamento aprovado	Propõem recurso judicial, para reverter decisão.
<b>Mai/2008</b>	Empresa de Celulose- Aracruz	Oferece cursos profissionalizantes em 24 municípios de atuação	a) Aceitação pelas comunidades locais das atividades da empresa. b) Cria esperança na população local em relação a emprego no setor de celulose.
<b>Jun/2009</b>	Poder Público – Deputados Federais do RS	Deputados Federais do Rio Grande do Sul, propõem projetos de lei para alteração no limite da faixa de fronteira do Rio Grande do Sul e do País	Cria polêmica em relação a Lei existente e a Defesa Nacional.
<b>Mar/2009</b>	Movimentos Sociais – Via Campesina	Protesto da Via Campesina em Fazenda da VCP em Candiota/RS	Reprovação da ação pela Mídia e pelas empresas do setor de celulose, dividindo a opinião pública.
<b>Ago/2009</b>	Empresa de Celulose- - VCP e Aracruz	Aquisição da Aracruz pela VCP, formando uma nova empresa: Fibria S/A.	a) Dúvidas sobre a continuidade da duplicação da fábrica de Guaíba anunciado anteriormente pela Aracruz. b) Formação de uma empresa considerada gigante da Celulose no Brasil.
<b>Set/2009</b>	Poder Público – Defesa Nacional	Liberada licença pela Defesa Nacional para Stora Enso regularizar terras adquiridas em faixa de fronteira no Rio Grande do Sul	a) Regularização da propriedade de 50 mil hectares de terras na Fronteira Oeste. b) Permanência dos viveiros de mudas e dos projetos de implantação de bases florestais.
<b>Dez/2009</b>	Empresas de Celulose – Fibria e CMPC	Fibria vende Unidade de Guaíba pra o grupo chileno CMPC	a) Paralisação na duplicação da fábrica de Guaíba. b) Indícios do Grupo Fibria (oriundo da fusão de Aracruz e VCP) não construir unidades fabris de celulose no Rio Grande do Sul, permanecendo somente com as bases florestais.

**Quadro 14 - Principais ações dos sujeitos sociais no período de 1999-2009. Autor: Luiz Alberto Morelli.**

O Zoneamento Ambiental para Silvicultura (ZAS) foi aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), mantendo-se a classificação original de áreas com baixo, médio e alto risco para a atividade, mas retirando os percentuais de uso das propriedades e o espaçamento entre os corredores, entre outras modificações.

As manifestações contrárias ao plantio de eucalipto no estado permanecem sendo realizadas pela Via Campesina, pelo menos uma vez ao ano, no mês de março.

Após a crise econômica internacional de 2008/2009 e a suspensão dos projetos das empresas do setor de celulose no estado, não houve mais notícias na mídia escrita sobre o andamento ou não, ou os novos cronogramas dos projetos das empresas.

## **CAPÍTULO 5: A ABORDAGEM DA IMPRENSA NO PERÍODO DE 1999-2009**

---

Os resultados da pesquisa documental referentes às notícias sobre a cadeia de celulose e a Metade Sul veiculadas entre 1999-2009 pelo jornal Zero Hora (ZH) serão apresentados neste capítulo. O período de 1999 a 2009, abrangeu no estado do Rio Grande do Sul, três governos estaduais, sendo dois mandatos governamentais de forma integral e um de forma parcial:

Governo Olívio Dutra (1999-2002);

Governo Germano Rigotto (2003-2006);

Governo Yeda Crusius (2007-2010);

Na primeira parte deste capítulo estão selecionadas, de acordo com os períodos governamentais do estado no intervalo de 1999-2009, as principais matérias veiculadas pelo jornal Zero Hora relacionadas ao tema desta tese.

Foram consideradas válidas as matérias veiculadas que abordavam palavras-chave como:

- a) Metade Sul e/ou;
- b) (Re)Florestamento e/ou;
- c) Empresas de Celulose e/ou;
- d) Eucalipto e/ou;

Termos complementares, apresentados de forma isolados ou de forma associada as palavras-chave acima, como por exemplo, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Regional, Matriz Produtiva, Investimentos, Produção, Zoneamento, entre outros.

Matérias veiculando temas sobre Metade Sul e/ou Movimentos Sociais de forma isolada só foram consideradas quando se caracterizavam importantes e/ou vinculadas ao objeto desta tese.

## 5.1 Período do Governo Olívio Dutra (1999-2002)

Neste período governamental o tema de Celulose na Metade Sul com implantação de bases florestais através do eucalipto foi praticamente inexistente para este segmento da agroindústria.

Para este governo os planos para o desenvolvimento da Metade Sul do estado passavam pela readequação do uso e da ocupação do solo, substituindo em parte as monoculturas de arroz e pecuária das pequenas e médias propriedades pela diversificação da agricultura familiar através das pequenas propriedades.

Como o objetivo desta tese não é analisar as questões de uso e ocupação do solo da Metade Sul desvinculada das implantações das bases florestais de eucalipto e da indústria do papel e celulose, e, por esta vinculação não ter ocorrido durante todo o período deste governo, foram resgatados de ZH as notícias somente referentes aos meses iniciais do governo, demonstrando as intenções de destinar à Metade Sul para projetos da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, conforme trechos do discurso de posse do Governador Olívio Dutra:

“Assumimos o Governo com o compromisso de transformar (...) de enfrentar questões (...) de atender as justas demandas do movimento social do qual somos originários, de viabilizar as reivindicações históricas do Movimento dos Agricultores Sem Terra e dos pequenos agricultores. (...) nos próximos quatro anos, esta casa legislativa debaterá projetos do executivo (...) de política agrária e agrícola, de apoio à agricultura familiar, à pecuária e à agroindústria (...) projetos voltados para regiões hoje abandonadas, em especial da metade sul e que permitam um desenvolvimento integrado, integrador harmonioso do nosso Rio Grande” (Olívio Dutra, 1999. ZH, p..5, 02/01/99).

Na mesma direção o discurso do então Secretário da Agricultura do Estado: José Hermetto Hoffmann ao imprimir as primeiras preocupações e ações de sua secretaria em relação à Agricultura Familiar e a Reforma Agrária no estado:

“A agricultura familiar é o carro-chefe do governo (...) com aplicação do desenvolvimento sustentável. (...) À Secretaria da Agricultura cabe dotar os assentamentos (provenientes da Reforma Agrária do INCRA) de estrutura como saneamento básico, eletrificação, educação e tecnologia. A meta é assentar 10 mil famílias em 4 anos (...) a ideia (...) é concentrar os assentamentos no Sul do estado, onde o hectare de terra custa cerca de R\$ 800,00 , mas as desapropriações dependerão do INCRA” (ZH, Política, p. 6, 03/01/99).

O Secretário da Agricultura Hoffmann em visita a um acampamento do MST em Viamão com 1,5 mil famílias, prometeu pressionar o Governo Federal para acelerar o processo de desapropriação de terras no RS. Até 1999, existiam 7 mil famílias em 160 assentamentos no RS (quadro 16), assinalando: “ Em muitos casos as famílias foram simplesmente jogadas na terra sem qualquer apoio técnico ou social”(ZH, Campo e Lavoura, pág. 30, 05/01/99).

<b>Acampamentos e assentamentos do MST no RS até janeiro de 1999</b>			
<b>Acampamentos em Barracas</b>	Municípios		Nº de famílias
	Viamão		1,5 mil
	Santo Antônio das Missões		1,3 mil
<b>Total</b>	02		2,8 mil
<b>Assentamentos</b>	Total	160	7 mil

**Quadro 15 - Acampamentos e assentamentos do MST no RS até janeiro de 1999. Fonte: ZH (05/0199).**

Divulgadas por Zero Hora (05/01/99) existiam no RS, sete mil famílias assentadas e cerca de 2,8 mil famílias acampadas. Para cumprir a meta de totalizar dez mil famílias assentadas até o final do ano de 2003 a expectativa é de assentar 750 famílias por ano.

As metas de assentamento para o Secretário Hoffmann dependiam do INCRA, à medida que cabia (cabe) à União a maior responsabilidade no processo de Reforma Agrária no RS (ZH, 06/01/99). No quadro 17 são apresentadas as alternativas pensadas pelo governo para cumprir a meta de assentar até o final do ano de 2003, e chegar ao número de 10. 000 mil famílias assentadas no estado do Rio Grande do Sul.

<b>Alternativas para assentar novas famílias sem terra</b>
1. O Funterra, fundo mantido com verbas do orçamento, seria a alternativa para aquisição de terras improdutivas no Rio Grande do Sul.
2. Utilização de 5% do total de operações de crédito do sistema financeiro estadual para <u>financiar</u> a compra de terras a pequenos agricultores, prevista no Artigo 183 do capítulo 6º da Constituição estadual.
3. A apropriação por parte do governo de terras devolutas e áreas públicas usadas por particulares e sem escritura (Art. 181, Constituição Estadual).

**Quadro 16 - Alternativas para assentar novas famílias sem terra Fonte: ZH (06/01/99).**

De acordo com Hoffmann, a meta de 10 mil famílias assentadas até o final do ano de 2003, só era possível com a desapropriação de 300 mil ha de terra, possibilitando uma média de 30 ha por família.

“No dia 05/01/99 a Bolsa de Mercadorias do Rio Grande do Sul recebeu a habilitação de mil ha de terra para venda ao Governo Federal, no dia 06/01/99, mais 2,5 mil ha e no final da semana existia a expectativa desse total chegar a 10 mil ha oferecidos ao INCRA no leilão. O preço do ha só serão conhecidos na data da venda, sendo o nome e a região de localização mantidos em sigilo” (ZH, Campo e Lavoura. p. 32, 06/01/99).

O governo gaúcho, deste período, tinha preferência pela instalação de assentamentos na Metade Sul do Estado, região que de acordo com o secretário, apresentava grande concentração de latifúndios improdutivos e aonde o preço do ha era considerado razoável (aproximadamente R\$ 800,00 o ha).

**“Olívio Dutra visita acampamento de Colonos sem Terra em Viamão.**

Governador repetiu promessas de campanha, mas deixou para o INCRA a desapropriação de áreas para o assentamento (ZH Política, pág. 18, 13/01/99).

“ O Governo quer totalizar 10 mil famílias assentadas em 4 anos , sendo que a expectativa é de concentrar 8 mil famílias assentadas na Metade Sul do estado, totalizando uma área de 300 mil ha, aproximadamente 30 ha por família” (ZH, Campo e Lavoura, p.34, 20/01/99).

É relatada, por ZH, a tentativa de encontrar uma solução para os conflitos de terra tanto para os acampados sem terra como para os conflitos entre agricultores e índios.

“Governo tenta parceria com União para concretizar um projeto de emergência, que prevê assentamento de acampados e reassentamento de agricultores que estão em áreas indígenas” ( ZH, Campo e Lavoura, p. 25, 24/01/99).

Encerrando sobre as notícias relativas à Reforma Agrária nesse período de governo, são divulgados dados sobre o leilão de terras disponíveis para aquisição do INCRA e a mudança de foco nos investimentos:

**“Governo muda foco de investimentos:**

Entre as principais áreas que receberão recursos em 1999 (...) estão (...) a agricultura para implementação do seguro agrícola e aquisições de áreas para assentamentos de até 1000 famílias sem terra“ (ZH, Política, p. 10 , 22/03/99).

O Leilão é uma nova modalidade de aquisição de terras adotadas pelo INCRA. O edital de compras das terras por meio de leilão foi lançado em setembro de 98 pelo Ministro Extraordinário da Reforma Agrária – Raul Jungmann, as terras têm que ter 50% de sua área agricultável.

O primeiro leilão de terras, conforme os passos apresentados no quadro 18, foi marcado para 16/03/99, e permitiria ao INCRA comprar até 6.143 ha de terras.

Os proprietários interessados em venderem têm que observar o prazo para inscrição. Nesta primeira edição do leilão, nove propriedades rurais por todo o estado do Rio Grande do Sul se inscreveram, totalizando 6.143 ha disponíveis para venda.

<b>Leilão de Terras no Rio Grande do Sul</b>	
<b>1</b>	Governo Federal publica edital na bolsa de mercadorias especificando o tipo de terras que deseja comprar;
<b>2</b>	Interessados se inscrevem e apresentam documentação;
<b>3</b>	As terras são vistoriadas pelo Incra e recebem uma nota, sendo definido o valor mínimo do lance inicial;
<b>4</b>	Os proprietários podem aceitar ou não o valor oferecido. Em caso de recusa, pode haver ou não novo lance pelo Incra;
<b>5</b>	A terra é paga em títulos da dívida agrária resgatáveis em cinco anos em 4 parcelas. Benfeitorias nas propriedades são pagas em dinheiro.

**Quadro 17 - Leilão de terras no RS Fonte: ZH (16/03/1999).**

## **5.2 Período do Governo Germano Rigotto (2003-2006)**

Neste período governamental o tema de Celulose na Metade Sul com implantação de bases florestais através do eucalipto inicia a ser incentivado como estratégia para o desenvolvimento regional da Metade Sul do estado.

Demonstração disso é a entrevista para ZH, do então Secretário de Coordenação e Planejamento, João Carlos Brum Torres com o título:

**“Governo vai em busca de novos investimentos:**

(...) A ideia é que o Rio Grande do Sul diversifique sua matriz produtiva. É importante que venham novos empreendimentos para o Estado. (...) nós queremos uma política ativa de atração de investimentos, sem desconsiderar a

nossa base produtiva tradicional. (...) o RS rural continuará sendo um projeto prioritário” (ZH, 13/01/2003 Economia, p. 14).

Pouco mais de um ano, em abril de 2004, a Votorantim Celulose e Papel (VCP) divulga sua instalação no sul do estado através da compra de 40.000 ha para plantio de mudas, (quadro 19) o que é noticiado por ZH por vários dias seguidos.

#### **“Investimento da Votorantim Celulose e Papel (VCP) estimula Metade Sul**

O projeto de reflorestamento da VCP vem sendo desenvolvido em segredo, a ponto de uma outra empresa do Grupo Votorantim ter sido utilizada na aquisição de terras na Metade Sul do RS (...). A empresa Erva-Mate Reflorestamento do Grupo VCP é a responsável pelas aquisições de terras espalhadas por 14 municípios gaúchos, em uma área total de 45 mil hectares (...). A metade Sul do RS tem 15 milhões de hectares de terra” (ZH, 18/04/2004. Economia, p. 16).

#### **“VCP anuncia reflorestamento**

O Governo do Estado e a Votorantim Celulose e Papel (VCP) anunciam (...) um programa de reflorestamento em 40 mil hectares na Metade Sul (...). O projeto poderá criar em torno de 5,7 mil empregos diretos e indiretos. A associação Gaúcha de Empresas de Florestamento (Ageflor) estima que o setor gera um emprego a cada sete hectares de floresta plantados. A VCP usou a subsidiária Erva- Mate Reflorestamento para comprar as terras espalhadas por 14 municípios gaúchos. O Governo do estado vai anunciar (...) um programa para estimular outros investimentos em reflorestamento na Metade Sul do RS (ZH, 19/04/2004. Economia, p. 17).

#### **“Metade Sul atrai projeto da Votorantim**

Quatorze municípios da Metade Sul do Estado vão servir de cenário para o primeiro grande investimento da VCP fora de São Paulo, onde a empresa já opera com quatro fábricas (...). O grupo não descarta a possibilidade de investir em fábricas de produção de celulose e de outros processos industriais no Estado. Entre as razões para a escolha do Estado como incubador da expansão da empresa fora de SP, está a existência de terras disponíveis, a topografia, o clima e a boa estrutura logística, entre elas, o porto de Rio Grande. Um dos diferenciais do investimento da VCP é o projeto de integração da empresa com os produtores locais e assentados da região. A ideia é, a partir de setembro de 2004, iniciar um plantio mais intenso tanto na área adquirida na região, quanto nas terras de terceiros, a serem selecionados por meio de parceria com a Caixa-RS (...). A meta da empresa é de que 50% da madeira adquirida em sete anos, período do ciclo do eucalipto, venha de assentamentos e de fazendeiros fomentados. O cultivo de eucalipto se dará de forma espaçada, permitindo que, nas fileiras das árvores, em dois anos se plante arroz, nos dois seguintes, soja e nos outros três, se crie gado. Depois, corta-se o eucalipto e renova-se o ciclo. O Governo do Estado que não precisou conceder incentivos fiscais ao projeto, anuncia nesta semana um novo programa para estimular investimentos em reflorestamento na Metade Sul, por meio da Caixa-RS” (ZH, 20/04/2004. Economia, p. 18).



<b>Projeto Votorantim para a Metade Sul do RS</b>	
<b>Área</b>	40 mil hectares
<b>Localização</b>	Áreas localizadas em um raio aproximado de 200 km entre Rio Grande, Bagé e o Norte do Uruguai.
<b>Municípios Envolvidos</b>	1. Aceguá; 2. Arroio Grande; 3. Bagé; 4. Candiota; 5. Capão do Leão; 6. Cerrito; 7. Herval; 8. Jaguarão; 9. Pedras Altas; 10. Pedro Osório; 11. Pelotas; 12. Pinheiro Machado; 13. Piratini; 14. Rio Grande.
<b>Viveiro</b>	30 milhões de mudas de eucalipto por ano e 500 mil mudas anuais de flora nativa na região de Pedro Osório.

**Quadro 18 - Projeto Votorantim para a Metade Sul do RS Fonte: ZH (20/04/2004).**

No mesmo mês (04/2004) é publicada uma matéria revelando que o RS corre o risco de não ter a madeira como matéria-prima para algumas de suas atividades produtivas:

**“Rio Grande do Sul sob ameaça do apagão florestal**

Setor madeireiro se ressentido da falta de matéria-prima na produção de móveis, do carvão vegetal, da lenha e da celulose. (...) segundo a Ageflor, em média 1ha de eucalipto comporta cerca de 1,5 mil árvores que levarão aproximadamente 7 anos para produzir 200m<sup>3</sup> de madeira. Com 4m<sup>3</sup> de madeira é possível produzir 1 tonelada de celulose, sendo que para produzir 1 tonelada de papel é necessário 0,92 toneladas de celulose” (ZH, 22/04/2004. Economia, p 24).

Em nome da diversificação da matriz produtiva, em especial, da Metade Sul do estado, o governo através da Agência Estadual de Fomento Caixa RS, cria no segundo semestre de 2004, o Programa de Financiamento Florestal Gaúcho (Proflora) que repassa verbas do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) aos projetos de plantio de florestas industriais.

**“Florestamento ajuda a reanimar Metade Sul**

A Metade Sul do estado receberá pelo menos R\$ 30 milhões para investir em florestamento comercial. O Governo do Estado deve anunciar a liberação dos recursos para o Programa de Financiamento Florestal Gaúcho (Proflora), por meio da agência de fomento Caixa-RS com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A meta da agência é permitir o plantio de 120 mil hectares de florestas comerciais até 2006, mas há possibilidade de ampliar a linha de crédito se houver demanda (...). Com investimentos no porto de Rio Grande e a atração de grandes empresas, o florestamento lidera a lista de iniciativas que podem tirar a Metade Sul da estagnação (...). No início da semana, a VCP anunciou que vai aplicar R\$ 100 milhões em uma base florestal na Metade Sul, criando 800 empregos diretos. A Aracruz, fabricante de celulose branqueada de eucalipto, quer construir nova fábrica no Brasil. Até o final do ano, decide-se entre o Rio Grande do Sul, o Espírito Santo e a Bahia. O projeto permitiria a criação de um pólo setorial da madeira na Metade Sul” (ZH, 23/04/2004. Economia, p. 20).

Outro projeto criado em 2004 e fomentado pela Caixa RS é o Arranjo Produtivo Local de Base Florestal (APL-BF), destinado ao plantio e implantação de bases florestais de pinus e eucalipto na Metade Sul do estado.

Além da Agência de Fomento Caixa RS outro parceiro que repassa recursos e verbas do BNDES é o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Em junho de 2004 a Aracruz anuncia a ampliação de sua base florestal com projeção de produção de mudas em 2007 no patamar de 30 milhões de mudas, um aumento aproximado de quase 300% da existente em 2004.

Passados alguns meses outra reportagem sobre a produção de madeira é realizada e publicada em Zero Hora, desta vez enfocando apenas as grandes empresas de celulose instaladas no Rio Grande do Sul.

#### **“Gigantes se mantêm com produção própria**

Manter bases florestais capazes de suprir a demanda inteira é a preocupação de companhias que tem a madeira como matéria-prima. Empresas como a Aracruz Celulose e Votorantim Celulose e Papel (VCP) estão expandindo suas florestas em especial na Metade Sul do estado. (...) para estas empresas, antes de abrir a fábrica, é necessário garantir a floresta. (...) desde 2003, a VCP adquiriu 55 mil ha em 15 municípios da Região Sul. (...) neste ano de 2004 plantará eucaliptos em 11 mil ha e no ano de 2005 mais 15 mil ha” (ZH,22/08/2004, Economia, p 25).

Nesse sentido a VCP investe em mais aquisições de terras para plantio de florestas industriais.

#### **“Votorantim aumenta investimentos no RS**

O Rio Grande do Sul abocanhou, em 2004, 60% mais investimentos do que o previsto pela VCP. A empresa já adquiriu 63 mil hectares para o plantio de florestas próprias. Quando a VCP veio para o Estado, em abril, o projeto era investir R\$ 100 milhões e adquirir 40 mil hectares de terras. As atividades estão – e continuarão – concentradas na Metade Sul, em 14 municípios de Rio Grande a Bagé. O destino da madeira produzida (...) ainda é incerto. Como os primeiros cortes serão feitos dentro de 3 anos, até lá, a VCP vai analisar o melhor negócio. (...) há um leque de opções econômicas para as florestas: a produção de madeira sólida; a produção de cavacos para a exportação e beneficiamento em qualquer lugar do mundo ; ou a industrialização da madeira na própria regra, com a instalação de uma planta de celulose no Sul do Estado” (ZH, 04/11/2004. Economia, p. 30).

Em novembro de 2004 é lançado pela Votorantim Celulose e Papel (VCP) o Programa de Poupança Florestal (quadro 20) que cobre os custos de produção e garante a compra para os produtores de regiões próximas aos empreendimentos da VCP que plantarem

eucalipto. Aproximadamente 30% da madeira necessária à VCP seria oriunda desse tipo de transação.

<b>Programa Poupança Florestal da VCP no RS</b>	
<b>Dados Gerais</b>	
<b>Recursos</b>	US\$ 35 milhões em 7 anos
<b>Plantio Projetado</b>	5 mil hectares por ano
<b>Destinação dos Recursos</b>	Para plantio, custeio de mão-de-obra para florestas de eucaliptos.
<b>Quem pode solicitar</b>	Proprietários de terras das cidades de: 1. Aceguá; 2. Amaral Ferrador; 3. Arroio do Padre; 4. Arroio Grande; 5. Bagé; 6. Caçapava do Sul; 7. Candiota; 8. Canguçu; 9. Capão do Leão; 10. Cerrito; 11. Cristal; 12. Herval; 13. Hulha negra; 14. Jaguarão; 15. Lavras do Sul; 16. Morro Redondo; 17. Pedras Altas; 18. Pedro Osório; 19. Pelotas; 20. Pinheiro Machado; 21. Piratini; 22. Rio Grande; 23. Santana da Boa Vista; 24. São Lourenço do Sul; e Turuçu.
<b>As Condições de Participação</b>	
1. É preciso ter no mínimo 10 hectares de terra;	
2. O programa exige produção consorciada: Só 50 % da área pode ser destinada ao plantio de eucalipto, 25 % por cultivo local e 25% por reserva ambiental;	
3. O proprietário não precisará hipotecar a área. O aval do cônjuge e o penhor da madeira com a VCP são imprescindíveis à liberação dos recursos;	
4. As propriedades serão vistoriadas considerando indicadores de sustentabilidade. A VCP doará mudas de eucalipto e nativas. A Emater, em convênio com a VCP, prestará assistência técnica aos produtores.	
5. O valor da madeira é acertado na assinatura do contrato e a VCP se compromete em comprar a produção por, no mínimo, dois ciclos (sete e quatorze anos).	
6. A taxa de juros será de 9% ao ano – igual percentual para correção do valor de compra da madeira pela VCP.	
7. O Banco Real ABN Arno dá sete anos de carência.	
8. Não há valor mínimo de empréstimo por produtor.	

**Quadro 19 - Programa poupança florestal da VCP no RS Fonte: ZH (19/11/2004).**

Paralelo ao anúncio do Programa de Poupança Florestal da VCP o Governo Federal lança um Programa de Apoio à Metade Sul (quadro 21), com ênfase em seis novas alternativas para mudança da matriz produtiva da região, entre elas o florestamento.

#### **“Mais um Programa de Apoio à Metade Sul**

Em uma nova tentativa de estancar o empobrecimento da Metade Sul, o Governo Federal lançou em 18/11/2004 em Pelotas, mais um plano de reconversão econômica da região. (...) o objetivo é incentivar assentados e pequenos produtores rurais a aderirem à fruticultura e ao florestamento” (ZH, 19/11/2004. Economia, p. 34).

<b>PROGRAMA FEDERAL DE APOIO À METADE SUL</b>
1. O Plano de Ação para a Metade Sul prevê a criação de programas de incentivos a seis novas alternativas econômicas para a região.
2. Após um ano e quatro meses de estudos, foram escolhidos os setores de turismo, pesca e aquicultura, cerâmica, rochas ornamentais, fruticultura e florestamento, e silvicultura.
3. Como prioridades, estão sendo estabelecidos convênios para incentivar a fruticultura e o florestamento, atividades que já vem apresentando resultados e colhendo investimentos da iniciativa privada.
4. Os convênios assinados entre o governo federal e estadual prevêem a distribuição de mudas de frutíferas e de árvores para assentamentos e pequenos produtores da região.
5. 5. Estão sendo criados quatro viveiros de frutíferas e sete de silvicultura.
6. Os viveiros de mudas florestais estão sendo implantados em São Sepé, Rio Pardo, Camaquã, Alegrete, São Francisco de Assis, Morro Redondo e Hulha Negra.

**Quadro 20 - Programa Federal de apoio à Metade Sul Fonte: ZH (19/11/2004).**

Além do Projeto de Poupança Florestal, a VCP anuncia para 2005 mais investimentos na Metade Sul relacionados à implantação de um viveiro de mudas de eucalipto.

**“VCP prevê aplicar R\$ 170 milhões em 2005**

A VCP deve investir R\$ 170 milhões na Metade Sul em 2005. Os recursos serão aplicados na implementação de um viveiro para produzir 30 milhões de mudas de eucalipto por ano, no lançamento de um programa de financiamento no início do plantio de florestas. A meta da VCP é plantar 14 mil hectares de eucalipto por ano em áreas próprias e financiar pelo projeto poupança florestal o plantio de outros 5 mil hectares anuais nas mãos de produtores nativos” (ZH, 19/11/2004. Economia, p. 34).

É anunciado em setembro de 2005 investimentos em aquisições de terras e projeto de plantio de florestas de eucalipto em aproximadamente 100.000 ha na Fronteira Oeste do estado pela empresa sueco-filandesa Stora Enso. Esta, já atua no Brasil, com uma fábrica de papel no Paraná, e em parceria com a Aracruz Celulose através da fábrica de celulose Veracel, instalada na Bahia, (quadro 22). A Stora Enso é considerada uma das maiores do mundo em seu setor (quadro 23) e atuante em 40 países.

<b>Empresa Veracel</b>	
<b>Investimento:</b>	Fábrica de Celulose Branqueada
<b>Investidores:</b>	Stora Enso e Aracruz Celulose
<b>Localização:</b>	Eunápolis, Bahia
<b>Área:</b>	165 mil hectares, 71 mil plantados com eucalipto.
<b>Operação:</b>	Maio de 2005

**Quadro 21 - Empresa Veracel Fonte: ZH (24/09/2005).**

#### **“Gigante do papel anunciará investimento na Metade Sul**

A companhia sueco-filandesa Stora Enso compra duas fazendas em Alegrete na Fronteira Oeste do estado e deverá produzir celulose numa segunda etapa. A Stora Enso, um dos maiores conglomerados de papel e celulose do mundo, anuncia (...) projeto de florestamento na Metade Sul do estado. (...) a empresa atua em 40 países e fatura anualmente R\$ 35 bilhões. Aguardada inclusive por concorrentes do setor, o desembarque da Stora Enso no Rio Grande do Sul pode ser dado na região oeste da Metade Sul, especialmente nos municípios de Alegrete, Uruguaiana ou Rosário do Sul, áreas esquecidas por investimentos deste porte. A Stora Enso atua no Brasil em parceria com a Aracruz Celulose – juntas criaram no extremo sul baiano a Veracel, que produz celulose branqueada. A intenção de construir uma unidade de produção celulose e papel no RS deve estar incluída como projeto a se consolidar a longo prazo” (ZH, 24/09/2005. Economia, p 19).

<b>Stora Enso no Mundo</b>
1. Produz todo o tipo de papéis para publicações, cartões para embalagens e produtos de madeira;
2. Possui 45 mil funcionários;
3. Atua em mais de 40 países localizados em todos os 5 continentes;
4. Seus principais clientes são editoras, indústria de embalagens e indústria da construção;
5. Os principais mercados estão na Europa, América do Norte e Ásia;
6. A estratégia da empresa é transferir a produção para regiões de baixo custo e investir em mercados emergentes. Os esforços atualmente estão concentrados na América do Sul, pelo baixo custo das fibras; na China, pelo ritmo veloz de crescimento; e na Rússia, graças à abundância de recursos.
7. Investe em regiões onde há abundância de recursos e potencial de crescimento de mercado;
8. O grupo declara que está investindo nessas áreas em busca de “ambientes operacionais de custo mais competitivo” e para aumentar os lucros em novos mercados;

**Quadro 22 - Stora Enso no mundo Fonte: ZH (24/09/2005).**

Com a declaração da sueco-filandesa Stora Enso de que seus investimentos na Metade Sul do RS estão vinculados a fatores como abundância de recursos e potencial de crescimento de mercado, cresce a expectativa entre o grupo de apoiadores locais da atividade

de florestamento que a região possa ter descoberto outra “vocação” econômica e fazer parte de um novo pólo de florestamento industrial que está se desenhando no Sul da América do Sul (Figura 16).

**“Florestamento: Metade Sul descobre uma nova vocação**

A Metade Sul do Estado está a um passo da transformação. Depois de anos baseados em monocultura e pecuária extensiva, a região vai receber este ano (2005) o terceiro investidor de peso no setor de celulose e papel (...). A região pode ser pólo mundial (...). Eucaliptos, pinus e acácias poderão ser a força econômica que faltava para tirar a Metade Sul da estagnação. Com as primeiras raízes já infiltradas no solo da região, a silvicultura deve incluir o RS no mapa de um novo pólo de florestamento mundial. Em 10 anos a estimativa é de que o RS terá entre 600 mil e 1 milhão de hectares cultivados com florestas (temporárias), compondo com o Uruguai e a Argentina um pólo de florestamento latino. Ainda dependente de 2 atividades principais e atualmente em crise – a pecuária e a orizicultura – a Metade Sul começou a romper com esse cenário nos últimos anos, ao introduzir na região a produção de frutas, de uva e de vinho. Com investimentos nacionais e estrangeiros, o florestamento é agora a perspectiva mais concreta para que a região saia da estagnação econômica (...). A empresa Stora Enso adquiriu 50 mil hectares em duas fazendas em Alegrete no RS e 50 mil hectares no Uruguai. Os projetos e os cronogramas, são semelhantes. Os viveiros serão desenvolvidos nos dois países (ZH, 27/09/2005. Reportagem Especial, pág. 4).

A instalação de uma fábrica de celulose não está prevista nesta primeira etapa do projeto e pode ficar para uma segunda etapa se tudo correr de acordo com as expectativas da empresa.

Segundo dados e informações das grandes empresas de celulose, para que o projeto de uma fábrica de celulose seja desenvolvido em um lugar, é necessário que esta fábrica tenha capacidade de produção próxima a um milhão de toneladas de celulose ao mês, sendo necessários para isso aproximadamente 150 mil hectares de terras com um total de investimento em torno de US\$ 1.200 bilhões.

Em janeiro/2006 é anunciada pela Aracruz Celulose a ampliação da fábrica de Guaíba, que prevê um aumento na produção de pasta de celulose dos atuais 400 mil toneladas ano para 430 mil toneladas ano.

No mesmo mês as entidades contrárias ao plantio de florestas industriais no RS solicitam ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) a suspensão dos projetos de implantação e do plantio de bases florestais até a conclusão final do zoneamento ambiental para silvicultura que está sendo elaborado. A decisão do CONAMA indeferindo o pedido de suspensão do plantio de florestas indústrias no RS é conhecida em julho de 2006.



**Figura 16 - Localização do pólo de florestamento. Fonte: ZH (27/09/2005).**

No dia 08 de março de 2006, no Dia Internacional da Mulher, mulheres integrantes da via campesina ocupam o horto florestal da Aracruz em Barra do Ribeiro como forma de protesto contra a monocultura do eucalipto e seus prejuízos sociais e ambientais às comunidades locais.

Passados alguns dias após o episódio é publicada em ZH a notícia de que pode haver impunidade ao protesto ocorrido em 08 de março de 2006.

**“Impunidade à vista no ataque à Aracruz**

Na próxima semana, a polícia civil conduzirá o inquérito policial que deverá indiciar 12 líderes da Via Campesina pela depredação na Aracruz Celulose, ocorrida em 8 de março em Barra do Ribeiro. O inquérito é prejudicado pela influência política e a mobilidade da organização investigada, somada às dificuldades técnicas da polícia civil. O resultado poderá ser a impunidade daqueles que comandaram o ataque à fazenda, que envolveu 1,2 mil agricultores, na maioria mulheres, em 50 ônibus” (ZH, 01/04/2006. Geral, p. 28).

A lista dos indiciados seria divulgada em 08 de abril de 2006.

**“Polícia indicia 37 por depredação da Aracruz**

Trinta dias após a destruição no horto da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, 37 pessoas foram responsabilizadas pela Polícia Civil. O inquérito, entregue ontem à justiça, indicia integrantes da Via Campesina por dano qualificado e cárcere privado. Entre eles, João Pedro Stédile, um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)” (ZH, 08/04/2006. Geral, p. 29).

Enquanto isso, a polêmica entre as licenças para plantio de florestas industriais concedidas pela FEPAM permanece bipolarizada, onde as duas partes cobram um posicionamento do Governo: de um lado as empresas da iniciativa privada do setor de celulose pressionando pela liberação e agilidade das mesmas nas licenças e de outro os contrários aos projetos de implantação de florestas comerciais, que a imprensa gaúcha reduziu sob o termo de ambientalistas, desejando um zoneamento ambiental de proteção e preservação da vida e da biodiversidade da fauna e flora do estado.

Aguardando a finalização da proposta inicial de zoneamento ambiental que está sendo elaborado, a FEPAM em maio de 2006 deixa de emitir licenças para projetos de silvicultura e passa a emitir autorizações temporárias através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), até 31/12/2006.



O zoneamento ambiental para silvicultura é finalizado em dezembro de 2006 e entregue ao governo do estado para ser aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema).

### 5.3 Período do Governo Yeda Crusius (2007-2011)

O novo governo dá sequência à aprovação do zoneamento ambiental instituindo um grupo de trabalho para análise, sugestões e alterações que vem sendo elaborado pela FEPAM.

Em janeiro de 2007 a Votorantim Celulose e Papel (VCP) anuncia a instalação de uma fábrica de celulose no Sul do estado junto ao Canal São Gonçalo (quadro 24) sem indicar em que município se localizará o empreendimento.

**“Celulose – Votorantim construirá em 2009, unidade ao longo do Canal São Gonçalo – Quatro municípios disputam à Fábrica**

A VCP confirmou a instalação de uma fábrica nas margens do Canal São Gonçalo entre os municípios de Pelotas, Rio Grande, Arroio Grande e Capão do Leão na Zona Sul do Estado. A empresa trabalha com duas áreas, ambas nas margens do Canal São Gonçalo, onde estão os limites dos 4 municípios. Três variáveis orientam a escolha do local: 1- Proximidade com o Porto de Rio Grande; 2 – Possibilidade de envio de efluentes para o mar; 3 – Acesso às principais rodovias para desembarque de matéria-prima” (ZH, 24/01/2007. Economia, pág. 18).

<b>Características do Canal São Gonçalo</b>	
<b>Localização:</b>	Sul do estado, entre os municípios de Pelotas, Rio Grande, Arroio Grande e Capão do Leão.
<b>Extensão:</b>	62 km
<b>Dimensões:</b>	Largura até 300m e Profundidade média de 6 m
<b>Importância à Região:</b>	Abastecimento de água e ligação entre as lagoas Mirim e dos Patos, proporcionando acesso fácil aos Portos de Pelotas e Rio Grande.

**Quadro 23 - Características do canal São Gonçalo Fonte: ZH (24/01/2007).**

Em 26/04/2007, as empresas de celulose criticam a demora de concessão de licenciamentos para o plantio de eucalipto. Também consideram o documento de licenciamento demasiado restritivo e ameaçam desistir de investimentos no Estado, calculados

em US\$ 4,5 bilhões. **“Licenciamento vira centro de polêmica ambiental”** (ZH, 26/04/2007, Geral).

Em 30/04/2007, o zoneamento ambiental está no centro de uma crise política, que provoca a substituição da secretária do Meio Ambiente e do Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEPAM). **“Ambiente terá sexto titular desde 2005”** (ZH, 30/04/2007, Política).

Em 03/05/2007, o Governo estadual anuncia mudanças que reduzem as exigências para o licenciamento. É uma alternativa enquanto a proposta de zoneamento que voltou à fase de negociação não é concluída. **“Acordo abre caminho para liberar plantio”** (ZH, 03/05/2007).

Em 28/05/2007, uma força-tarefa é criada pela FEPAM para destravar os licenciamentos. **“Esforço para destravar licenciamentos”** (ZH, 28/05/2007. Economia).

Em 28/11/2007 uma decisão judicial transfere da FEPAM para o IBAMA a responsabilidade sobre os licenciamentos, provocando nova paralisação nos processos. A decisão é revertida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. **“Justiça devolve licenciamento para a FEPAM”** (ZH, 28/11/2007. Economia).

A dependência atual das Empresas de Papel e Celulose em relação ao Poder Público (em todas as escalas), principalmente em escala Nacional e Estadual, varia em torno de uma legislação que proteja seus investimentos em diversas áreas do País.

**“Investimentos: Empresas buscam legislação que garanta projetos no País. FLORESTADORAS PEDEM LIMITES NA INTERFERÊNCIA**

Sede de quase 70% dos US\$ 5,88 bilhões em investimentos programados pela indústria de celulose e papel para o país até 2012, o Rio Grande do Sul está no centro da discussão que o setor pretende liderar sobre as atividades dos movimentos sociais e organizações não-governamentais ligadas ao ambiente. A ideia é envolver governo, sociedade e militantes dessas organizações e pressionar pela definição dos direitos e de limites para interferência em projetos do setor no país (...). O Estado (RS) (...) é fundamental para o futuro da indústria nacional por reunir áreas e logística. Porém, conflitos como a invasão do viveiro da Aracruz em março de 2006 e as recentes batalhas política e judicial em torno dos licenciamentos para o plantio, surpreenderam o setor. (...) a falta de regras claras e a tomada de decisões por meio de decretos, que mudam de uma hora para outra as variáveis envolvidas na escolha de uma área de instalação, ameaçam a concretização de projetos como os que a Aracruz, Stora Enso e Votorantim Celulose e Papel (VCP) têm para a Metade Sul gaúcha. (...) outro foco de estresse (...) são o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), os quilombolas e os povos indígenas” (ZH, 12/12/2007, Economia, p. 28).

Entretanto continuam os planos de instalação no meio do ano de 2008 de uma fábrica na Metade Sul por parte da Votorantim Celulose e Papel (VCP):

**“Votorantim define fábrica até junho**

Está em fase de finalização o estudo da Votorantim Celulose e Papel (VCP) que irá determinar onde vai ser instalada a fábrica da empresa no Rio Grande do Sul, prevista para entrar em operação em 2012. Rio Grande, Pelotas, Capão do Leão, Cerrito, Pedro Osório e Arroio Grande, todos às margens do canal de São Gonçalo, estão no páreo (...) o que decidirá de qual lado do canal ficará a fábrica é a proteção ambiental (...) o EIA-RIMA será concluído até abril (2008). A partir de então, a VCP vai conversar com órgãos ambientais para definir em qual município o risco de dano à natureza é menor. Definido o local, o que deve ocorrer até junho (2008), a etapa seguinte é a compra de equipamentos e, em 2009, a planta começará a ser construída. (...) a área total será de 500 ha-70 deles de área construída” (ZH, 12/12/2007, Economia, p.28).

As bases florestais instaladas principalmente em 2004/2005 continuam crescendo e já possibilitam uma projeção para a época de corte e transformação:

**“A Metade Sul depois da Floresta**

(...) dos 11 milhões de hectares pertencentes a estabelecimentos agrícolas na Metade Sul, 4,5% devem estar ocupados por lavouras de eucalipto, pinus e acácia até 2011, de acordo com a estimativa da Associação Gaúcha de empresas Florestais (Ageflor). Se espera que sejam cobertos 500 mil ha. “Atualmente as três empresas (Aracruz, Votorantim e Stora Enso) já ocupam 167 mil ha com projetos de florestamento” (ZH, 30/03/2008, Especial, pág 26 - 28)

Após ser apresentado em audiências públicas o Zoneamento Ambiental para Silvicultura do estado do RS (quadro 25) foi encaminhado para o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) para aprovação, servindo de balizador para as novas licenças para projetos de silvicultura.

Em 09/04/2008 a votação da proposta de zoneamento ambiental no Consema é suspensa por uma decisão judicial liminar obtida pela Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente natural (Agapan) solicitando mais tempo para a análise do projeto. À noite, desse mesmo dia, a liminar foi derrubada, e, a proposta aprovada.

**“Zoneamento menos restritivo**

Florestamento: Novas licenças para o plantio de eucaliptos devem ser liberadas Depois de quase um ano tramitando no Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), deve ser aprovado hoje (09/04/2008) o novo zoneamento ambiental para a silvicultura gaúcha. Menos restritivo às plantações de eucaliptos e outras espécies exóticas do que o projeto inicial, elaborado pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), a nova proposta agrada á iniciativa privada. A

concessão de licenças para o plantio suspensa pela Fepam desde o final de 2007, deve ser retomada logo após a publicação da resolução do Consema, prevista para ocorrer na sexta-feira (11/04/2008). O novo estudo aponta características sociais e ambientais que podem desaconselhar à implantação de florestas, mas não impõe limites à área plantada, como a proposta original. A definição de tamanho máximo para cada bosque e o distanciamento mínimo entre estes também foram abolidos, porque não há critério científico para a definição de números” (ZH, 09/04/2008, Economia, p. 25).

<b>Evolução do Processo de Zoneamento Ambiental para Silvicultura no RS</b>		
<b>ANO</b>	<b>GOVERNO</b>	<b>FATO</b>
<b>2004</b>	Germano Rigotto	Início da Elaboração
<b>2006</b>	Germano Rigotto	Fepam deixa de emitir licenças para projetos de silvicultura, concedendo autorizações temporárias. Um termo de Ajustamento de Conduta (TAC) permitia o plantio até 31/12/2006.
<b>2007</b>	Yeda Crusius	1. Audiências públicas em junho e julho para apresentação do zoneamento ambiental elaborado; 2. Empresas do setor de Celulose e Papel pressionam para liberação de licenças, criticando a indefinição sobre o assunto, alegando prejuízo dos negócios e apontando o governo como incoerente, incentivando projetos na metade sul e ao mesmo tempo não autorizando o plantio de árvores.

**Quadro 24 - Evolução do processo de Zoneamento Ambiental para a Silvicultura no RS** Fonte: ZH(09/04/2008).

A votação do zoneamento ambiental foi precedida por batalhas judiciais entre a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) e o Governo do estado.

#### **“Aprovação veio depois de batalha judicial**

Uma guerra judicial marcou a reunião de ontem do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) que aprovou o zoneamento para o plantio de florestas. O texto que será publicado no Diário Oficial do Estado elimina restrições à atividade florestal constantes na proposta original. No início da tarde, depois de aberto o encontro do Consema, uma liminar, solicitada pela Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente natural (Agapan) e concedida (...) impediu o órgão de votar a proposta. A seguir, houve trocas de acusações e princípio de tumulto, e os conselheiros ligados a organizações não governamentais reticentes ao plantio de árvores exóticas deixaram o local acompanhados de manifestantes carregando faixas contra as florestas de eucaliptos. No início da noite, o governo do Estado virou o jogo e obteve (...) a cassação da liminar: uma vitória esperada pelos 19 conselheiros que permaneceram na reunião, estendendo-a por mais de seis horas até ganharem o direito de votar a proposta defendida. O Consema é formado por 29 conselheiros. Do local de votação se retirou quem era contrário ao novo zoneamento (última proposta) como a Agapan. O epicentro da mais nova polêmica envolvendo o zoneamento foi à extinção dos percentuais máximos de área em que o plantio é permitido, constantes na proposta original, mas retirados do texto aprovado. Isso permitirá a análise caso a caso por parte da Fepam para conceder ou não a autorização a projetos de

florestamento, sem restrições prévias. “Outra limitação retirada foi a que proibia o plantio em um raio de 1,5 mil ha de áreas rochosas” (ZH, 10/04/2008. Reportagem especial, p.5).

Aprovado o Zoneamento Ambiental para Silvicultura com as modificações do Consema em 09/04/2008, é desenhado o novo mapa do RS para esta atividade (figura 17).

#### **“Plantio florestal ganha terreno**

Aprovado depois de mais seis horas de tensa disputa entre ambientalistas e órgãos públicos, o documento que reúne as novas regras para o plantio industrial de florestas significa um passo decisivo para destravar os projetos de instalação de fábricas de celulose na Metade Sul do estado. (...) o zoneamento ambiental para a silvicultura, em negociação desde 2007 e responsável por uma das crises políticas do governo Yeda, era aguardado pelas empresas para definir a viabilidade econômica dos investimentos (...) na prática, a aprovação do documento permitirá a retomada dos processos de licenciamento para o plantio industrial de árvores suspenso desde o final de 2007. As empresas alegam que a consolidação da base florestal é fundamental para definir a localização das fábricas. “Em 2007, por conta das idas e vindas na liberação de licenças, a área plantada foi de apenas 50 mil ha perante os 90 mil ha de 2006” (ZH, 10/04/2008, Reportagem Especial, pág. 4).

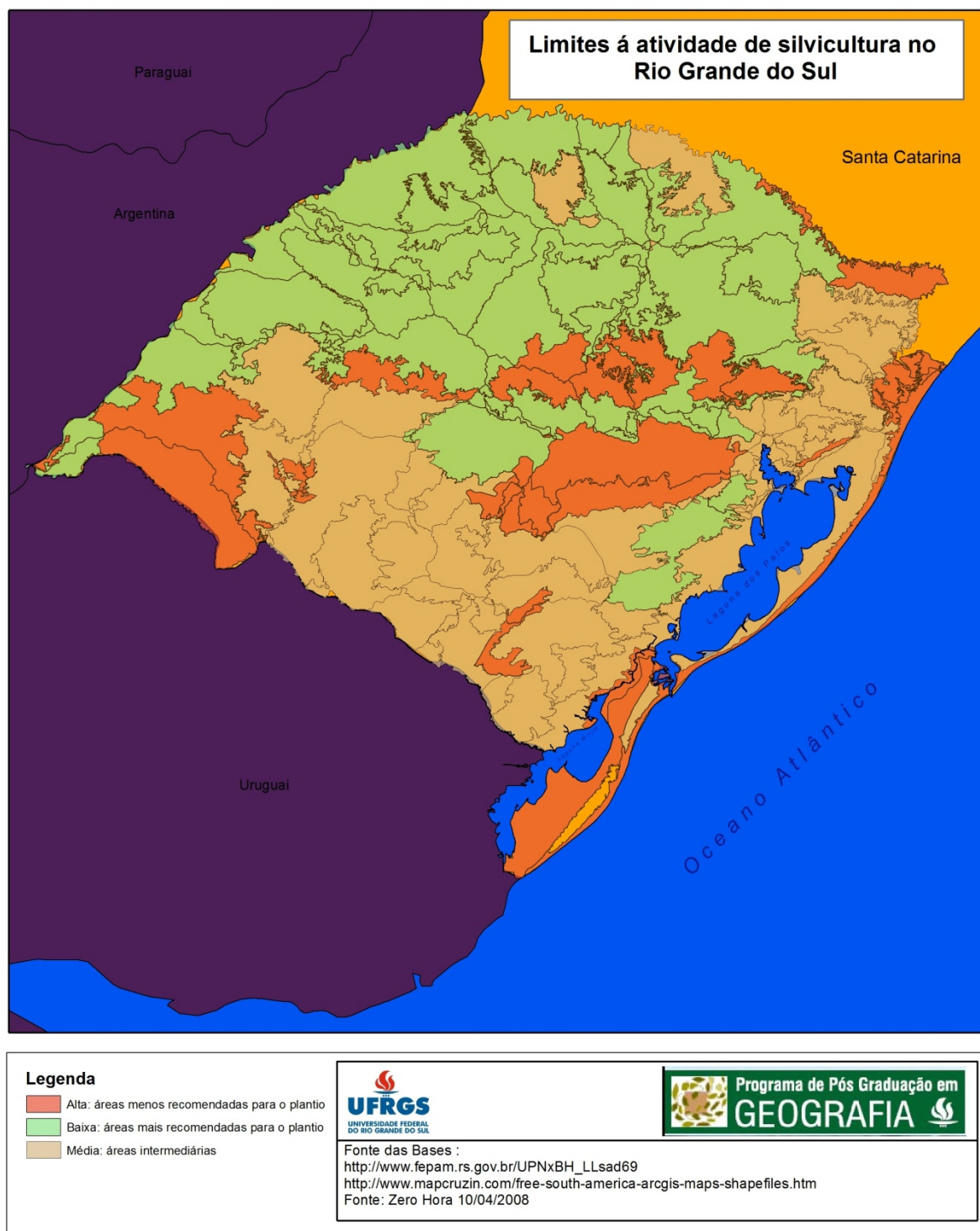
A aprovação do zoneamento ambiental eliminando os percentuais pré-determinados para o plantio industrial de árvores exóticas (acácia, pinus, eucalipto) preocupou e repercutiu negativamente para os grupos sociais de defesa ao ambiente.

#### **“Ambientalistas criticam decisão e analisam recurso**

O texto aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) elimina restrições do documento original, rechaçado pelas empresas. (...) foi criticada pelos ambientalistas (...) que deverão avaliar a decisão judicial que garantiu a votação e a possibilidade de reverter o resultado recorrendo à justiça” (ZH, 10/04/2008. Reportagem Especial, p. 4).

Aliando a expansão de seus projetos econômicos com a estratégia de Responsabilidade Social Corporativa, as empresas de celulose instaladas no RS, em especial a Aracruz Celulose, busca sua inserção e aceitação de suas operações através de ações sociais e de “marketing”.

Entre as ações sociais pretendidas pela Aracruz Celulose relacionada com suas operações está o treinamento de aproximadamente 10 mil pessoas para diversas funções relacionadas tanto à fabricação de celulose como construção de unidades fabris e operações portuárias.



**Figura 17 - Limites à atividade de silvicultura no Rio Grande do Sul. Fonte: ZH (10/04/2008).**

**“Novo Ciclo de desenvolvimento – Empresa construirá a partir de julho segunda fábrica de celulose em Guaíba, beneficiando com o investimento principalmente municípios da Metade Sul do Estado – Aracruz treinará 10 mil pessoas**

Ao confirmar ontem (15/04/2008), a construção de uma nova fábrica em Guaíba (ampliação da atual, na mesma área), a direção da Aracruz anunciou a

abertura de um programa de qualificação profissional de 10 mil pessoas em 24 municípios gaúchos até o final de 2009, para trabalhar na construção da unidade. O programa será desenvolvido em parceria com o governo estadual e prefeituras e prevê treinamento específico para que mulheres também possam ser contratadas para as obras, que exigirão 7 mil postos de trabalho no pico da instalação. A nova fábrica começa a ser construída em julho, assim que forem concluídas as negociações com os fornecedores e deverá estar concluída em 22 meses (...). Maior produtor mundial de celulose de eucalipto, a Aracruz detém 27% do mercado internacional. Nos últimos 15 anos a empresa registra expansão média entre 10% e 12% ao ano, ritmo que pretende manter, apesar da expectativa de retração global (...). Além da mão-de-obra, 70% a ser contratada na Região Metropolitana, a Aracruz pretende dar preferência a fornecedores locais na construção e operação (...). Por solicitação do governo, a empresa se comprometeu a instalar um centro de desenvolvimento de tecnologia de biorrefinarias para diversos aproveitamentos de biomassas, de cascas a resíduos urbanos, inclusive para produção de energia. O centro, com participação de setores públicos e privados, ainda não tem localização definida” (ZH, 16/04/2008. Economia, p. 22).

O anúncio da nova fábrica em Guaíba na mesma área da fábrica atual, e a possibilidade de treinamento profissional no processo produtivo da fabricação de celulose em 24 cidades (quadro 26) mobilizou prefeitos e moradores dos municípios onde a empresa atua, a comemorarem na cidade de Guaíba. “Festa popular e fogos para a nova fábrica” (ZH, 16/04/2008. Economia, pág. 23).

Em 19/05/2008, a Aracruz Celulose confirma os cursos de qualificação profissional envolvendo desde a alfabetização de adultos, passando pelas operações de reflorestamento, operações portuárias, operação industrial, até atividades da construção civil, buscando preparar profissionais para terminal portuário (quadro 27).

#### **“Aracruz dá primeiro passo para treinar novos trabalhadores**

Aracruz celulose confirma que oferecerá curso de qualificação profissional em 24 municípios onde atua no estado. Serão abertas 10,2 mil vagas. Os participantes concorrerão a vagas nas unidades da empresa. A iniciativa prevê inclusão de mão-de-obra feminina em todas as funções. O programa de alfabetização, em parceria com a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e a prefeitura de São José do Norte, precede o início da construção de um empreendimento no município. (...). A previsão é que 1,5 mil pessoas entre 18 e 50 anos sejam alfabetizadas. Dados de 2000, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, apontavam que 26,4% dos adultos acima de 25 anos no município eram analfabetos. Na segunda etapa, os cursos de qualificação devem fornecer mão-de-obra para a construção do terminal marítimo Giuseppe Garibaldi, especializado em exportação de celulose. Os trabalhos devem começar em 2009. Entre os cursos estão o de pedreiro, marceneiro e ferramenteiro. O terminal São José do Norte será erguido em uma área de 63 ha do Porto Organizado de Rio Grande. (...). Quatro barcas, via hidrovia, farão o trajeto de Guaíba a São José do Norte, carregadas com contêineres de celulose. “Com capacidade para operar três barcas e dois navios, o terminal deve

movimentar 1,8 milhões de toneladas de celulose ao ano” (ZH, 09/05/2008. Economia, p. 19).

<b>Processo Produtivo da Fabricação de Celulose e Municípios de Atuação da Aracruz Celulose</b>	
<b>ETAPAS DO PROCESSO</b>	
1.	Os Eucaliptos cultivados no interior gaúcho são cortados aproximadamente 7 anos após o plantio.
2.	As toras de madeira chegam à fábrica em Guaíba descascadas e são picadas em pedacinhos com cerca de 3 cm x 3 cm, chamados cavacos.
3.	Os cavacos são cozidos sob pressão com produtos químicos para dissolver a lignina (espécie de cola que une as fibras da madeira) e separar as fibras.
4.	A fibra pura é lavada em um processo químico chamado branqueamento. Até a década de 80, este branqueamento era realizado com cloro, responsável por formar no ambiente, dioxinas ou poluentes orgânicos persistentes (POP's). O cloro foi substituído por dióxido de cloro, peróxido de hidrogênio ou ozônio (Colodette et al., 1996). Depois é secada e compactada em grandes e grossas folhas com apenas 10% de água.
5.	A textura da folha é semelhante a do passe-partout (papel de maior espessura).
6.	Para o transporte em navios (exportação) essas folhas são empilhadas em fardos de 250 quilos.
7.	Praticamente toda a celulose produzida pela Aracruz é exportada.
<b>Municípios com Plantio de Florestas de Eucalipto com Produção Destinada à Aracruz</b>	
1. Amaral Ferrador; 2. Arambaré; 3. Arroio dos Ratos; 4. Barão do Triunfo; 5. Barra do Ribeiro; 6. Butiá; 7. Caçapava do Sul; 8. Cachoeira do Sul; 9. Camaquã; 10. Canguçu; 11. Cerro Grande do Sul; 12. Charqueadas; 13. Chuvisco; 14. Cristal; 15. Dom Feliciano; 16. Eldorado do Sul; 17. Encruzilhada do Sul; 18. Formigueiro; 19. General Câmara; 20. Guaíba; 21. Lavras do Sul; 22. Mariana Pimentel; 23. Minas do Leão; 24. Pantano Grande; 25. Porto Alegre; 26. Rio Pardo; 27. Santa Margarida do Sul; 28. Santana da Boa Vista; 29. São Gabriel; 30. São Jerônimo; 31. São Lourenço do Sul; 32. São Sepé; 33. Sentinela do Sul; 34. Sertão Santana; 35. Tapes; 36. Triunfo; 37. Viamão; 38. Vila Nova do Sul.	

**Quadro 25 - Processo produtivo da fabricação de celulose e municípios de atuação da Aracruz Celulose.**

**Fonte: ZH (16/04/2008).**

<b>Cursos profissionalizantes oferecidos pela Aracruz Celulose</b>		
<b>Municípios Abrangidos</b>	<b>Cursos</b>	<b>Número de Vagas</b>
Alvorada; Arroio dos Ratos; Barra do Ribeiro; Butiá; Caçapava do Sul; Cachoeirinha; Canoas; Charqueadas; Eldorado do Sul; Esteio; General Câmara; Gravataí; Guaíba; Lavras do Sul; São Gabriel; São Jerônimo; São Sepé, Triunfo; Vila Nova do Sul.	Construção Civil	4.260
	Montagem eletromecânica	1.620
	Operação Industrial	518
	Operação Portuária	211
	Operação de Embarcação	54
	Colheita Florestal mecanizada	1.076
	Reflorestamento	970
São José do Norte	Alfabetização	1.500
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>8</b>
		<b>10.209</b>

**Quadro 26 - Cursos Profissionalizantes oferecidos pela Aracruz Celulose Fonte: ZH (19/05/2008).**



Através dos seus Programas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ou Responsabilidade Social Empresarial (RSE), as empresas de celulose estabelecidas no RS, em especial a Aracruz Celulose e a Votorantim Celulose e Papel (VCP) vão se inserindo nos locais e comunidades onde estão localizados seus projetos empresariais, ocupando espaços e atividades que a princípio deveriam ser providos pelo poder público, como por exemplo, a implantação de infra-estrutura, satisfazendo os moradores locais que criam esperanças de um futuro melhor, e satisfazendo seus próprios objetivos empresariais ao ter condições de expandirem seus projetos e escoarem suas produções com a simpatia e defesa da população para suas atividades.

**“Um futuro entre o pasto e o banhado**

Conforme o eucalipto avança sobre o pasto e a lavoura, cidades começam a antever o futuro da Metade Sul, onde três indústrias vão processar árvores cultivadas em cerca de 400 mil ha do pampa gaúcho. Os três projetos devem custar US\$ 4,5 bilhões em investimentos da Aracruz Celulose, Stora Enso e Votorantim Celulose e Papel (VCP). No Extremo Sul, onde a Votorantim construirá um complexo às margens do canal São Gonçalo, as mudanças serão mais profundas numa comunidade pesqueira que deverá ser vizinha mais próxima da fábrica. A vila Santa Isabel, no município de Arroio Grande, que não mudou muito em dois séculos, ainda espera saneamento básico e asfalto e em três anos, será palco de uma obra que envolverá 6 mil trabalhadores. (...) Confirmada para uma das margens do canal São Gonçalo, a fábrica de celulose da VCP traz esperança de vida melhor (...) para pescador da pequena Santa Isabel em Arroio Grande” (ZH, 18/05/2008. Economia, p. 20).

As promessas de investimentos, de ações sociais, de ações de infra-estrutura e a possibilidade de reflexos econômicos positivos para os municípios escolhidos pelas empresas de celulose para desenvolverem seus projetos, são alguns exemplos que seduzem o poder público municipal, a ponto de mobilizar prefeitos de municípios interessados nos projetos das empresas pedindo intervenção do Governo Federal para impasses criados.

Um dos impasses é sobre a aquisição de terras pela Stora Enso (Sueco-filandensa) através da sua subsidiária brasileira Derflin Agropecuária. As terras adquiridas e localizadas em oito municípios da Fronteira Oeste e do Centro do Estado se encontram em faixa de fronteira, uma faixa imaginária de 150 km paralela ao limite terrestre do território nacional ( figura 18).

A faixa de fronteira é considerada área estratégica para a segurança nacional de acordo com a legislação brasileira, por isso, a compra de terras por empresas estrangeiras ou brasileiras com capital internacional são restritas.



**Figura 18- Municípios localizados na faixa de fronteira do RS onde a Stora Enso adquiriu terras. Fonte: ZH (17/06/2008).**

Para adquirir uma área localizada em faixa de fronteira, o grupo ou a empresa com participação de capital internacional precisa de autorização prévia do Conselho de Defesa Nacional por meio de processos encaminhados via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

### “Controvérsias na fronteira - Os 150 quilômetros de discórdia

Criada no governo militar com a pretensão de preservar a soberania nacional, a legislação sobre a faixa de fronteira está em xeque. Apontada como um obstáculo ao ingresso de investimentos estrangeiros, a norma pode ficar mais flexível caso o Congresso Nacional aprove a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que determina a redução do trecho de 150 quilômetros para 50 quilômetros de Mato Grosso do Sul ao Rio Grande do Sul. A ideia é reduzir a área do território brasileiro sujeita às restrições da Lei 6.635/1979, que disciplina a operação de atividades econômicas na região. Entre outras limitações, a norma impõe a necessidade de permissão do Conselho de Defesa Nacional para que empresas estrangeiras ou brasileiras com capital estrangeiro possam adquirir terras em áreas rurais. O processo de autorização pode levar até dois anos. Foi nesse ponto que a sueco-Stora Enso esbarrou quando iniciou a implantação de sua base florestal na Fronteira Oeste do Estado. A empresa ainda não conseguiu registrar os 46 mil ha adquiridos em nove municípios entre 2005 e 2007, embora já tenha licença ambiental prévia para cultivar eucalipto em 100.000 mil ha. O investimento incluiria uma fábrica de celulose e chegaria a US\$ 2 bilhões. Em meio à busca de autorização para a compra de terras, a Stora Enso ingressa hoje (17/06/2008) no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) com recurso administrativo solicitando a revisão do parecer que negou o pedido de registro de duas propriedades na faixa de fronteira no município de São Francisco de Assis. O Instituto avaliou como irregulares as compras feitas pela companhia (...). A Procuradoria do Incra orientou o órgão a encaminhar os processos ao Ministério Público Federal e a ajuizar ação anulatória dos registros imobiliários de compra das propriedades” (ZH, 17/06/2008).

Atualmente a faixa de fronteira engloba 197 municípios gaúchos. A proibição de compra de terras por capital estrangeiro em áreas de fronteira, bem como alteração nas regras de faixa de fronteira é uma tendência na América do Sul, variando de país para país, principalmente nos países que têm fronteira com o Brasil (quadro 28).

As faixas de fronteira nos países vizinhos ao Brasil		
País	Faixa de Fronteira	Situação atual até 17/07/2008
Argentina	Não tem	Sem restrições
Bolívia	50 km	Conflitos entre os brasileiros que possuem terras irregulares na área proibida e pedem regularização, e os bolivianos que pressionam o governo para a expulsão dos brasileiros.
Colômbia	Não tem	Sem restrições
Paraguai	50 km	Lei aprovada em 2005. Está para entrar em vigor em agosto de 2008. Não prevê retroatividade.
Peru	50 km	Em vigor
Uruguai	50 km	Tramita projeto prevendo a proibição na faixa de fronteira. Caso aprovado pelo Congresso, não está previsto retroatividade.
Venezuela	Não tem	Não permite a venda de terras devolutas a estrangeiros

Quadro 27 - As faixas de fronteira nos países vizinhos ao Brasil. Fonte: ZH( 17/07/2008).

### **“Tendência Continental**

A proposta de mudança na lei uruguaia de faixa de fronteira para 50 quilômetros segue uma tendência continental. No Paraguai, uma lei que foi aprovada em 2005 e ainda não entrou em vigor estabelece a faixa de fronteira de 50 quilômetros. Não haverá retroatividade, mesma situação no Uruguai. Na América Latina, tais proibições são adotadas também em Países como Bolívia e Peru (ambos com 50 quilômetros), México (100 quilômetros) e Panamá (10 quilômetros). No Equador, os estrangeiros não podem adquirir terras em zonas de segurança nacional. Na Guatemala, precisam de autorização para adquiri-las nas reservas territoriais. A Venezuela, por exemplo, não permite a venda de terras devolutas. A Argentina, porém, não tem lei nacional que regule a venda de terras a estrangeiros” (ZH, 17/06/2008. Reportagem Especial, pág. 5).

### **“Prefeitos tentam reter projeto de Stora Enso**

Indignados com o veto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) à venda de terras para a Stora Enso, prefeitos e lideranças da Fronteira Oeste e do Centro do Estado, se uniram, ontem (06/07/2008), em Rosário do Sul, para fazer um manifesto de apoio aos investimentos da empresa na região. Um dos atos será uma carta documento, a ser entregue à Ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, para pedir a intervenção do governo federal no caso. Com a ameaça de cancelamento de novos investimentos de florestamento na região pela companhia sueco-finlandesa Stora Enso, as autoridades temem que a empresa desista de manter as atividades no Estado (...). Em 2005 a empresa iniciou a compra de terras para plantio de florestas em oito cidades, por meio de sua subsidiária brasileira Derflin Agropecuária. Ao tentar registrar as primeiras aquisições em Santiago, teve o documento negado. A justificativa era de que, por ter capital estrangeiro, o grupo precisaria de autorização do Conselho de Defesa Nacional” (ZH, 07/07/2008. Economia, pág. 27).

A discussão do caso Stora Enso e seus investimentos em faixa de fronteira na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul repercutiram no Governo Federal e Estadual, bem como em projetos legislativos tanto em escala regional como nacional, dispostos a alterar as regras de forma a permitirem e assegurarem os investimentos em aquisição de terras realizados e por se realizarem através de capital estrangeiro.

### **“Florestamento: Defesa admite mudar regras para investimentos na fronteira. Governo age pra reverter posição militar**

Um impasse no governo federal atrasa a definição de novos limites e regras para compra de terras por empresas estrangeiras na Faixa de Fronteira. Mesmo depois de mais de dois anos de discussão (as primeiras terras adquiridas pela Stora Enso foi em 2005), a edição de uma nova regulamentação para o tema ainda esbarra na resistência das Forças Armadas e do Ministério de Desenvolvimento Agrário e atrasa investimentos no Rio Grande do Sul. Enviado pelo Ministério da Defesa ontem (21/07/2008) a Porto Alegre, o assessor militar da Divisão de Política Setoriais da pasta (...) admitiu a possibilidade de alteração nas normas para investimentos na zona, mas antecipou que as Forças Armadas não abrem mão de manter as dimensões da área da fronteira, hoje em 150 km de largura. (“...) A ordem (da Presidência da República) é conciliar a segurança e a soberania com os dispositivos legais que favoreçam o desenvolvimento” (ZH, 22/07/2008. Economia, pág. 16).

A partir desta polêmica, surgiram no Congresso Nacional três projetos de lei que buscam flexibilizar as áreas de fronteira (quadro 29) e assim possibilitar os investimentos de capital estrangeiro.

**“Lei atrasa projeto estrangeiro**

(...) a sueco-filandesa Stora Enso (...) anunciou investimento de US\$ 2 bilhões em uma fábrica de celulose e na implantação de uma base florestal em onze municípios da fronteira oeste do Estado de aproximadamente 100.000 mil ha (...) enfrentando percalços na compra de terras (...). Ambientalistas e movimentos sociais se mobilizam contra as mudanças na lei por acreditarem que trata de abrir caminho para a companhia plantar 100.000 mil há de eucaliptos em 11 municípios sem precisar submeter-se a longas análises do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Conselho de Defesa Nacional. Devido às exigências, o projeto da Stora Enso está atrasado em pelo menos um ano. Diretores já levantam a possibilidade de abortar o empreendimento (ZH, 22/07/2008. Economia, pág. 16).

<b>Projetos de lei para áreas de fronteiras</b>		
<b>Autor</b>	<b>Proposta</b>	<b>Andamento</b>
Senador Sérgio Zambiasi (PTB)	Redução da faixa de fronteira de 150 km para 50 km nos estados do MS, PR, SC e RS.	Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça podendo ser votado. O Senador interrompeu a tramitação à espera da criação de um plano de desenvolvimento da região pelo Governo Federal.
Ex-deputado Federal Matteo Chiarelli (DEM)	Redução para 50 km da faixa entre os municípios de Chuí (RS) e Ponta Porã (MS) e encolhimento para 100 km entre os municípios de Ponta Porã (MS) e Guajará-Mirim (RO).	Tramita na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.
Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho (PMDB)	Redução da faixa de fronteira para 50 km em todo o território nacional.	Tramita na Comissão de Constituição e Justiça.

**Quadro 28 - Projetos de Lei para áreas de fronteira Fonte: ZH (22/07/2008).**

Mediante os impasses dos projetos para alteração da faixa de fronteira, a demora em suas tramitações e a pressão do setor de celulose e do poder público estadual e dos municípios envolvidos, o governo federal pensa em criar uma nova legislação sobre a aquisição de terras em faixa de fronteira por capital estrangeiro.

**“Limites Polêmicos - Grupo do Governo avalia mudanças para permitir investimentos – Lei para compra de terras**

Antes de estabelecer mudanças na dimensão da Faixa de Fronteira, que atrasa investimentos no Rio Grande do Sul, o governo federal deve criar uma nova legislação sobre a aquisição de terras nessas regiões por empresas estrangeiras. (...) mas antecipou que as Forças Armadas querem a manutenção das dimensões da área de fronteira, hoje em 150 km de largura” (ZH, 23/07/2008. Economia, pág. 28).

Enquanto a Stora Enso busca solucionar sua questão de aquisições de terras em faixa de fronteira a Votorantim Celulose e Papel (VCP) faz oferta para comprar a Aracruz e se tornar uma gigante no setor de celulose.

**“VCP pode assumir Aracruz e se tornar gigante da celulose**

A oferta de compra do controle da Aracruz pela Votorantim Celulose e Papel (VCP), aceita ontem, fortalece a liderança do Brasil no ramo e não deve prejudicar os projetos das duas empresas no Rio Grande do Sul, opinam analistas. Se confirmado o negócio, a nova empresa a ser criada a partir da incorporação teria capacidade de produção de cerca de 8,5 milhões de toneladas de celulose de eucalipto por ano em 2012, deixando a segunda colocada no ranking mundial, a chilena Arauco, bem atrás, com 3 milhões de toneladas anuais, produzidas atualmente. Detentora de 28% das ações com direito a voto da Aracruz, a Lorentzen Empreendimentos disse sim à proposta de venda de seu quinhão à VCP do Grupo Votorantim. Como já detém 28% das ações, a VCP ficaria com 56% do controle. Em tese, o Grupo Safra, dono de uma parcela igual, teria o direito preferencial de compra da parte da Lorentzen e deve manifestar-se em 90 dias, mas a hipótese de interferir no negócio é remota. O mais provável é que venda sua parte. (...) a incorporação poderá ocasionar alterações nos cronogramas de implantação de novas unidades previstas pelas duas empresas. Lembrando que a VCP, terceira maior produtora de celulose do país, tem um grande projeto também em Mato Grosso do Sul e a Aracruz, um em Minas Gerais (...) as datas para funcionamento de cada uma podem ser alteradas. (...) a VCP vai coordenar a data de entrada de operação em cada um desses projetos, para que comecem gradualmente, sem competição e regulando a oferta. Pode haver atraso de prazo no Rio Grande do Sul, para que as duas fábricas não comecem a operar ao mesmo tempo, em 2011” (ZH, 07/08/2008. Economia, pág. 32).

No período de 24 de agosto a 27 de agosto de 2008, ZH publicou uma série de reportagens sobre o plantio de eucalipto na Metade Sul do estado sob o título de “O Avanço do eucalipto – VERDE QUE MUDA VIDAS” (quadro 30). As reportagens têm o objetivo de abordar desde a rotina de uma frente de trabalho que partem de cidades gaúchas para plantar, adubar, e tratar áreas de florestas de eucalipto até as oportunidades de emprego criadas pelo setor.

Reportagens da Série “VERDE QUE MUDA VIDAS”		
Data	Título	Enfoque
24/08/2008	A Batalha do Plantar	Acompanhamento de uma frente de trabalho ao plantio, adubação e tratamento de uma floresta de eucalipto.
25/08/2008	A Economia Adubada	Os produtores e empresários rurais beneficiados pelo plantio de eucalipto
26/08/2008	A Polêmica Semeada	As polêmicas que cercam as florestas de eucalipto: o impacto ambiental, as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a compra de terras em áreas de fronteira.
27/08/2008	Cultivo de Oportunidades	As novas oportunidades de emprego criadas pelo setor de florestamento e celulose.

**Quadro 29 - Reportagens da Série “Verde que muda vidas” Fonte: ZH (24/08/2008).**

No mês dia internacional da mulher (março) as mulheres ligadas a Via Campesina protestam em seis estados do país, conforme quadro 31, contra as plantações de eucalipto ou do “Deserto Verde”, expressão como tem sido chamado este tipo atividade.

#### **“Mulheres invadem e destroem plantação**

Centena de mulheres ligadas à Via Campesina – movimento internacional que coordena organizações de pequenos agricultores - destruíram ontem (09/03/2009) cerca de um hectare de eucalipto (1,6 mil árvores) durante a invasão da Estância Aroeira, antiga Fazenda Ana Paula, de propriedade da Votorantim Celulose e Papel (VCP), em Candiota na Região da Campanha. Foi um dos principais atos da onda de protestos patrocinados pela organização em seis Estados. A expectativa é de que novas manifestações ocorram hoje, em Bagé. Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no domingo (08/03), só agricultoras participaram dos atos, que incluíram o bloqueio de um porto de exportação de celulose no Espírito Santo e a ocupação da Sede do Ministério da Agricultura em Brasília. No Rio Grande do Sul, as mulheres cortaram eucaliptos em fase de crescimento e abandonaram a área antes do final da manhã. No total, a VCP, tem 14,5 mil ha de terras no local, com 7,5 mil ha plantados com eucalipto. A área está protegida por uma sentença judicial de inderdito proibitório (que proíbe invasões). As mulheres não chegaram a acampar na Estância Aroeira. Em uma lenta marcha, deslocaram-se pela estrada que costeia a plantação e ficaram à margem da estrada que dá acesso ao assentamento Conquista do Paraíso. Com facões e foices, além do rosto coberto por um lenço roxo, o grupo dizia palavras de ordem contra o que chamavam de “mar verde”. Um efetivo do Pelotão de Operações Especiais (POE) da Brigada Militar foi deslocado de Santana do Livramento para vigiar as ações, mas não houve conflito (...). A Via Campesina diz que os protestos contra a VCP, no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo, foram para denunciar demissões praticadas pela empresa em todo o país. Nos outros estados, os protestos foram contra a dispensa de 134 mil pessoas ligadas à agricultura. Em nota, a VCP lamentou e repudiou o que considera “claramente” um desrespeito às leis nacionais vigentes. A empresa afirmou respeitar qualquer manifestação democrática e estar aberta ao diálogo (ZH, 10/03/2009. Geral, p. 26).

<b>Manifestações da via campesina pelo dia internacional da mulher no ano de 2009</b>	
<b>Cidade/estado</b>	<b>Ato(s) Realizado(s)</b>
<b>Brasília/DF</b>	Centenas de mulheres invadiram o prédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Foi um protesto contra a política agrária do governo, num ministério que a Via Campesina considera controlada pelos ruralistas.
<b>Barra do Riacho/ES</b>	Centenas de militantes da Via Campesina invadiram o Portocel – Porto de exportação da empresa Aracruz Celulose – localizado em Barra do Riacho, município de Aracruz. As mulheres entraram no local, destruíram parte da produção de eucalipto e saíram.
<b>Porecatu/ PR</b>	Em Porecatu, no norte do Estado, as mulheres distribuíram alimentos e protestaram contra o plantio de cana-de-açúcar e soja, que consideram monocultivos dispensáveis.
<b>Aliança/ PE</b>	Militantes realizaram uma manifestação em uma usina de álcool em Aliança, zona da mata. O protesto ocorreu porque em fevereiro o governo federal concluiu que ali trabalhavam 252 pessoas em regime de escravidão, incluindo 27 adolescentes.
<b>Barra Bonita/SP</b>	Centenas de Manifestantes invadiram uma usina de açúcar e etanol da Cosan, no município de Barra Bonita. O grupo explora uma área de 605 mil hectares. O Protesto foi contra a substituição do cultivo de alimentos pela de matéria-prima para combustível.
<b>Candiota/RS</b>	Centenas de mulheres ligadas à Via Campesina destruíram um hectare de eucalipto da Votorantim Celulose e Papel (VCP) no município de Candiota.

**Quadro 30 - Manifestações da Via Campesina pelo Dia Internacional da Mulher no ano de 2009 Fonte: ZH (10/03/2009).**

No mesmo mês dos protestos, as empresas de celulose presentes no RS, diante da crise internacional nos preços do setor de celulose adiam seus projetos de reflorestamento.

#### **“Crise adia projetos de reflorestamento**

Apontados como esperança de recuperação para a economia da Metade Sul do Estado, os projetos de florestamento e implantação de fábricas de celulose de Aracruz, Votorantim Celulose e Papel (VCP) e Stora Enso perderam força em função de crise internacional. Com a redução nos preços internacionais de celulose, que superaram os US\$ 800 por tonelada em 2008 e hoje (março de 2009) estão abaixo dos US\$ 520, as empresas optaram por rever os planos de suas unidades industriais voltadas para exportação. Tanto que a Aracruz adiou em dois anos a implantação de sua fábrica, enquanto a Stora Enso e a VCP esperam pelos primeiros sinais de recuperação da economia mundial para dizer quando seus empreendimentos sairão do papel. Como a VCP adquiriu o controle da Aracruz, (...) só o projeto de Guaíba deve ser confirmado. Já a fábrica da VCP na Zona Sul do Estado deve esperar por uma melhoria do mercado” (ZH, 10/03/2009. Geral, p. 26).



Em abril de 2009 diante do impasse para regularizar as terras compradas em faixa de fronteira a empresa sueco-filandesa Stora Enso anuncia a suspensão do plantio de eucalipto no Rio Grande do Sul.

**“Florestamento - Projeto de expansão da multinacional esbarra na falta de terras - Stora Enso suspende o plantio no RS**

A Stora Enso decidiu suspender o plantio de eucalipto no Estado. Com dificuldade para regularizar terras compradas em zona de fronteira, a companhia sueco-filandesa se viu sem espaço para ampliar a plantação. Dos 46 mil ha de terra que tem, metade é de efetivo uso. Como já utilizou mais de 20 mil ha, resta uma pequena área não cultivada. No plano original, a companhia previa comprar novas áreas, mas a expansão do projeto foi suspensa em 2007, desde que começou a disputa jurídica envolvendo redução da chamada faixa de fronteira. Trata-se de uma zona de proteção de 150 quilômetros a partir da linha da fronteira do Brasil com os outros países, na qual é proibido a estrangeiros ter a propriedade de terras. Os 46 mil ha da Stora Enso estão dentro dessa faixa e a empresa luta pela redução desse espaço de proteção. Oficialmente, a Stora Enso disse que está “reavaliando” a situação, mas fontes confirmam que a decisão de suspender novos plantios já foi tomada. Com a parada no plantio, a companhia deve demitir parte dos 500 empregados que trabalham na área florestal. As dispensas podem chegar a 300, sendo que o restante dos trabalhadores ficaria responsável pela manutenção das florestas já existentes. A empresa, no entanto, não confirmou as demissões. A crise mundial também pode ter pesado na decisão. No início do ano, já havia sido suspensa a duplicação da Veracel, fábrica de celulose baiana operada em parceria com a Aracruz. Na Europa, a Stora Enso demitiu cerca de 5 mil pessoas por causa da redução de demanda” (ZH, 20/04/2009. Economia, p. 19).

Em agosto de 2009, Zero Hora publica matéria revelando que em 01 de setembro próximo seria criada uma nova empresa originada da associação da Votorantim Celulose e Papel (VCP) e a Aracruz.

**“GIGANTE DA CELULOSE - Votorantim e Aracruz criam nova empresa – Executivos da companhia garantiram à governadora os investimentos no RS**

Na próxima terça-feira o Grupo Votorantim apresentará a Fíbria – empresa resultante da união com a Aracruz Celulose. Nascerá a maior fabricante de celulose do mundo. A criação da nova companhia havia sido anunciada em janeiro deste ano. A Votorantim Celulose e Papel (VCP), que já fazia parte do controle (acionário), acabou adquirindo mais 28% da Aracruz (...). Nos últimos dias, foi concluída a etapa de reorganização societária da nova empresa, depois da aprovação das assembleias das duas companhias. Um dos primeiros objetivos é reduzir a dívida, por volta, de R\$ 12 bilhões. A maior parte desse valor é resultado de exposições, pela Aracruz, às operações com derivativos no fim do ano passado, logo depois da desvalorização acentuada do real com o alastramento da crise financeira global. Mais detalhes sobre a operação da nova empresa serão revelados na terça-feira, em São Paulo, em entrevista à imprensa. Mas já se sabe que o grupo Votorantim, que ficará com cerca de 40% do capital total da empresa depois da emissão de ações para incorporação da

Aracruz, indicará quatro dos sete conselheiros da empresa. O BNDESPar, que participará do controle até 2014, nomeará outros dois representantes no conselho. A intenção do grupo Votorantim é fazer com que a Fíbria obtenha sinergia nas operações combinadas dos negócios superior ao valor líquido de R\$ 4,5 bilhões anunciados à época da primeira oferta de aquisição das ações dos antigos controladores em agosto de 2008. Nos últimos 12 meses encerrados em junho, o fluxo de caixa combinado da Fíbria somou R\$ 2 bilhões, uma relação de seis vezes seu endividamento. Conforme reportagem de ontem do jornal Valor Econômico, não há previsão para ser a retomada dos investimentos, paralisados depois da crise financeira global do ano passado” (ZH, 29/08/2009. Economia, p. 37).

É confirmada a operação que une a Votorantim Celulose e Papel e a Aracruz, formando a Fíbria.

**a) Fíbria**

Durante o desenvolvimento desta pesquisa a Votorantim Celulose e Papel (VCP) incorpora a Aracruz Celulose, originando uma nova empresa brasileira com presença no mercado global de produtos florestais: Fíbria S/A.

A nova empresa unifica as atividades da VCP e Aracruz Celulose, passando a atuar nos estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e São Paulo. Suas bases florestais nesses estados superam 1 milhão de hectares, de acordo com as informações da nova empresa, 393 mil hectares destinados à conservação dos ecossistemas (FÍBRIA, 2009)

A Estrutura societária da Fíbria tem seu capital composto por 50% da Veracel Celulose S/A. e os outros 50% pela CONPACEL – consórcio entre a Votorantim Industrial e o BNDES Participações. Segundo informações da empresa, o BNDES participações responde até 2013, com 21 % do capital sócia da COMPACEL, passando a partir de 2013, por acordo entre a Votorantim Industrial, a responder por 10, 8 % do capital acionário da COMPACEL (Fíbria, 2010).

Segundo a nova empresa (quadro 32), o compromisso será investir no cultivo de Florestas como fonte renovável e sustentável de vida para produzir riqueza e crescimento econômico, promover desenvolvimento humano e social e garantir conservação ambiental (FÍBRIA, 2009).

**“GIGANTE DA CELULOSE – Duplicação da Aracruz é prioridade de nova empresa – Resultado da União da VCP, Fíbria deve retomar**

Resultado da incorporação da Aracruz pela Votorantim Celulose e Papel (VCP), a Fíbria foi apresentada oficialmente ontem como a maior fabricante de

celulose de mercado do mundo. A nova empresa nasce com receita líquida estimada em R\$ 6 bilhões, capacidade de produção de 5,8 milhões de toneladas e 15 mil funcionários. Quanto aos projetos de instalar fábricas no RS, anunciados pela Aracruz e pela VCP, a formação da nova empresa aparentemente não muda o cenário desenhado no começo deste ano, quando ambas as companhias pisaram no freio devido à queda mundial do preço da celulose, à contração da demanda e ao endividamento com a repentina desvalorização do real em relação ao dólar. A duplicação da unidade da Aracruz em Guaíba é o projeto número 1 da lista de investimentos da Fíbria (...). A direção da empresa informou também que os projetos de expansão já anunciados deverão ser implementados, dependendo das condições do mercado, expandindo sua capacidade produtiva em até 6,7 milhões de toneladas de celulose, o que resultaria em outros 9 mil postos de trabalho (...). Com áreas de plantio no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Bahia, a Fíbria tem base florestal total de 1,3 milhões de hectares, dos quais 461 mil hectares destinados à preservação permanente. No Estado, a companhia conta com 335 mil hectares de florestas, sendo 179 mil hectares plantados e 139 mil preservados. Em um primeiro momento o controle da empresa está nas mãos do BNDESPar, com 34,9% de participação, que, no entanto deverá ser reduzida nos próximos anos. O grupo Votorantim tem 29,3 %, e 35,8% das ações são negociadas no mercado” (ZH 02/09/2009. Economia, pág. 33).

Em setembro de 2009 a Stora Enso consegue a licença da defesa nacional para regularizar as terras compradas em faixa de fronteira.

#### **“IMPULSO PARA O PAPEL**

#### **Stora Enso tem aval para regularizar área florestal – Orçado em US\$ 1,5 bilhão, fábrica de celulose no Estado agora dependerá de cenário internacional**

A Stora Enso conseguiu remover um importante obstáculo no seu plano de expansão no Brasil. O grupo sueco-filandês, maior fabricante europeu de papel, obteve aval para regularizar o registro de terras compradas na faixa de fronteira no Rio Grande do Sul. Agora, o projeto da fábrica gaúcha, estimado em US\$ 1,5 bilhão, depende da recuperação da demanda mundial e do destravamento do cronograma de investimentos da empresa em vários países (...). A autorização para a Stora Enso regularizar a compra de terras na fronteira foi concedida pelo Conselho de Defesa Nacional, ligado à Presidência da República e que trata de assuntos de soberania. A decisão (...) dá liberação prévia para a companhia “adquirir o imóvel rural denominado Fazenda Cerro Jacaquá (...), no município de São Francisco de Assis, na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul”. Publicada no Diário Oficial da União, a medida informa que o reconhecimento da atividade empresarial ainda dependerá de “acompanhamento do órgão ambiental competente”. Por ser uma companhia com controle estrangeiro, a sueco-filandesa Stora Enso suspendeu a compra de áreas de fronteira em 2006” (ZH, 05/09/2009. Economia, p. 26).

<b>FÍBRIA</b>	
<b>Perfil da Companhia</b>	
Capacidade de Produção de celulose	5,8 milhões ton/ano
Funcionários	15 mil
Unidades de Celulose e Papel	7
Base Florestal	1,3 milhões de hectares (461 mil para preservação)
<b>Controle</b>	
Votorantim	29,35%
BNDESPar	34,9%
Mercado	35,8%
<b>Os Projetos no Rio Grande do Sul</b>	
1) Ampliação da fábrica de Guaíba Projeto localizado em Guaíba e planejado para produzir 1,3 milhões de ton/ano de celulose. Previsão de retomada do projeto para 2011.	2) Projeto Losango Implantação de uma fábrica da VCP no Estado, sem localização definida, para produzir 1,3 milhão de ton/ano de celulose. Previsão de retomada do projeto indefinida.

**Quadro 31 - Fíbria. Fonte: ZH (02/09/2009).**

Em dezembro de 2009 é efetiva a compra da Unidade de Guaíba pelo grupo chileno CMPC, que passa a operar sob a razão social de CMPC Celulose Riograndense.

**“SOB NOVA DIREÇÃO - Grupo chileno retoma plantio de árvores – Empresa que comprou fábrica de celulose em Guaíba prevê mais de 40 mil hectares cultivados**

Ainda no primeiro trimestre de 2010, a CPMC Celulose Riograndense deverá retomar o plantio de árvores no Rio Grande do Sul – processo interrompido pela Aracruz Celulose no final do ano passado (2008), depois de perdas decorrentes de apostas erradas feitas com o câmbio. Com as mudas no viveiro de Barra do Ribeiro quase prontas para serem cultivadas, a companhia investirá R\$ 170 milhões na atividade de plantio ao longo do próximo ano. Atualmente com cerca de 130 mil hectares plantados, a celulose Riograndense, que adquiriu a planta industrial da Aracruz em Guaíba, deve elevar o cultivo de eucalipto em mais de 40 mil hectares. Ainda no começo do ano, serão entre 500 mil e 1 milhão de mudas transferidas para o campo de um total de 20 milhões de unidades que devem ser produzidas até o final de 2010. Cada muda, necessita, em média, de quatro meses para alcançar esse estágio (...). Ontem (15/12/2009), a chilena Companhia Manufacturera de Papeles y Cartones (CMPC) pagou a primeira parcela da compra, no valor de US\$ 1 bilhão, da unidade de Guaíba da Fíbria (união da Aracruz com a Votorantim Celulose e Papel). “Até o dia 30 de janeiro a CMPC quita a compra, repassando mais de US\$ 430 milhões à Fíbria” (ZH, 16/12/2009. Campo & Lavoura, pág 26).

### b) CMPC Celulose Riograndense

A empresa entra no cenário gaúcho em dezembro de 2009, quando adquire da Fíbria (Fusão da VCP com a Aracruz Celulose) a unidade fabril de celulose de Guaíba. A evolução histórica da fábrica de Guaíba/RS está no quadro 33, demonstrando que desde sua inauguração em território gaúcho, já passou por diversos grupos acionários e diversas denominações comerciais.

O controle acionário da CPMC Celulose Riograndense é do Grupo chileno CPMC. Com a compra, a empresa passa a operar em 38 municípios do Rio Grande do Sul, atingindo uma base florestal de 212 mil hectares, sendo 185 mil hectares de áreas próprias e 26 mil hectares de terceiros através do Programa Produtor Florestal. A empresa informa que dos 185 mil hectares próprios, destina 79 mil hectares para áreas de proteção e preservação (CPMC, 2009).

<b>ANO</b>	<b>Evolução histórica da fábrica de celulose localizada na cidade de Guaíba/RS</b>
<b>1966</b>	Constituição da ICB- Indústria de Celulose Borregard S.A., capital Norueguês;
<b>1970</b>	A Borregard adquire a Fazenda Barba Negra, no município de Barra do Ribeiro com mais de 10 mil hectares para formação de florestas;
<b>1972</b>	A Borregard inaugura oficialmente a planta industrial de Guaíba, no dia 16 de março;
<b>1975</b>	O Controle acionário passa para o Sulbrasileiro/Montepio da Família Militar, alterando-se a razão social para Rio Grande Companhia de Celulose do Sul – Riocell;
<b>1978</b>	Assumem dois novos acionistas: BNDES e Banco do Brasil;
<b>1982</b>	Alteração no controle acionário que passa a ser controlado pela holding KIV Participações, formada pelos grupos privados Klabin, Iochpe e Votorantim;
<b>1985</b>	Aprovação para compra da Unidade de Produção de Papel junto ao Grupo de Zorzi;
<b>1995</b>	Alienação total das ações do Grupo Iochpe para os fundos de Previdência Privada PREVI do Banco do Brasil e PETROS da Petrobrás;
<b>2000</b>	Integralização de 100% do controle acionário para o Grupo Klabin, alteração da razão social para Klabin Riocell S.A.;
<b>2003</b>	Compra da Klabin Riocell S.A. pela Aracruz Celulose;
<b>2004</b>	Alteração da razão social para Aracruz Celulose S.A.;
<b>2008</b>	Lançamento da Pedra Fundamental do Projeto de Expansão da Unidade de Guaíba;
<b>2009</b>	Assinatura no mês de outubro, do compromisso de venda da Unidade Guaíba, entre Aracruz Celulose e CMPC. Em 1º de dezembro iniciam as operações com a razão social CMPC Celulose Riograndense. O controle acionário é do Grupo chileno CMPC

**Quadro 32 - Evolução histórica da fábrica de celulose localizada na cidade de Guaíba/RS. Fonte: CMPC, 2009.**

As notícias veiculadas pelo jornal Zero Hora revelam que antes das empresas empreenderem efetivamente seus projetos, existe uma divulgação do mesmo, o que acaba gerando uma expectativa nas populações locais para onde se destinariam. Dependendo da repercussão social ou de fatores econômicos internos e externos, muitas vezes o projeto ou a ação anunciada não chega a ser concretizada e nem o motivo da desistência publicado novamente para esclarecimento ao leitor.

## **CAPÍTULO 6: A IMPRENSA, AS EMPRESAS DE CELULOSE, OS SUJEITOS SOCIAIS E A CONEXÃO ENTRE OS CAMPOS**

---

No período de governo de Olívio Dutra (1999-2003), o florestamento como alternativa para diversificar a matriz produtiva da Metade Sul não era uma meta de governo. Por este motivo nenhuma notícia, neste período, referente a este tema foi veiculada. Foram selecionadas as notícias que revelavam as intenções do governo para a Metade Sul, demonstrando que as matérias veiculadas pertenciam ao campo econômico, Político e Social (quadro 34).

<b>Governo Olívio Dutra (1999-2002)</b>			
<b>Data da Matéria</b>	<b>Assunto principal da matéria</b>	<b>Palavras-chave identificadas na matéria</b>	<b>Campo</b>
<b>02/01/99</b>	Discurso de posse do Governador Olívio Dutra	Agricultura Familiar; Metade Sul	Político; Social
<b>03/01/99</b>	Discurso Secretário da Agricultura	Agricultura Familiar; Governo	Político; Social
<b>13/01/99</b>	Visita de Olívio Dutra a Acampamento Sem Terra em Viamão	Governo; Metade Sul	Político
<b>22/01/99</b>	Investimento do Governo	Governo; Investimento	Econômico; Político
<b>24/01/99</b>	Reassentamento	Agricultor; Governo.	Político. Social

**Quadro 33 - Classificação das notícias, do jornal ZH, no período do governo de Olívio Dutra (1999-2002).**

**Autor: Luiz Alberto Morelli.**

No período de Germano Rigotto (2003-2007), existia a intenção do governo de atrair o setor de florestamento e celulose para diversificar a matriz produtiva da Metade Sul. Neste período houveram diversas matérias veiculadas por Zero Hora abordando este tema, sendo as mais relevantes resgatadas por esta tese (quadro 35).

<b>Governo Germano Rigotto (2003-2006)</b>			
<b>Data da Matéria</b>	<b>Assunto Principal da matéria</b>	<b>Palavras-chave identificadas na matéria</b>	<b>Campo</b>
<b>13/01/03</b>	Novos Investimentos	Governo; Investimento; Matriz Produtiva	Econômico; Político
<b>18/04/03</b>	Votorantim Celulose e Papel (VCP)	Investimento; Projeto; Re(florestamento)	Ambiental; Econômico
<b>19/04/04</b>	Votorantim Celulose e Papel (VCP)	Governo; Investimento; Programa; Re(florestamento)	Ambiental; Econômico; Político; Social
<b>20/04/04</b>	Votorantim Celulose e Papel (VCP)	Governo; Projeto; Re(florestamento)	Ambiental; Econômico; Político
<b>22/04/04</b>	Apagão Florestal	Celulose; Eucalipto	Ambiental; Econômico
<b>23/04/04</b>	Florestamento e Metade Sul	Florestamento; Governo	Ambiental; Político
<b>22/08/04</b>	Produção Própria	Florestamento; Produção	Ambiental; Técnico
<b>04/11/04</b>	Votorantim Celulose e Papel (VCP)	Celulose; Investimento	Econômico
<b>19/11/04</b>	Florestamento e Metade Sul	Florestamento; Programa;	Ambiental; Econômico
<b>19/11/04</b>	Votorantim Celulose e Papel (VCP)	Eucalipto; Florestamento; Investimento;	Ambiental; Econômico
<b>24/09/05</b>	Stora Enso	Florestamento; Investimento	Ambiental; Econômico
<b>27/09/05</b>	Florestamento e Metade Sul	Florestamento; Investimento;	Ambiental; Econômico
<b>01/04/06</b>	Aracruz Celulose	Agricultor; Aracruz	Econômico; Social
<b>08/04/06</b>	Aracruz Celulose	Agricultor; Aracruz	Econômico; Social

**Quadro 34 - Classificação das notícias, do jornal ZH, no período do governo de Germano Rigotto (2003-2006). Autor: Luiz Alberto Morelli.**

Entre 2007 a 2009, durante o governo de Yeda Crusius (2007-2011), permanece a intenção do governo de atração do setor de florestamento e celulose para a Metade Sul. Neste período houve fatores políticos nacionais, como, por exemplo, a questão da faixa de fronteira, e, fatores econômicos internacionais, como, por exemplo, a crise financeira internacional, que influenciaram o processo de implantação de bases florestais com eucalipto na Metade Sul do estado, o que implicou em um maior número de matérias veiculadas por Zero Hora abordando este tema, sendo as mais relevantes resgatadas por esta tese (quadro 36).



<b>Governo Yeda Crusius (2007-2009/período parcial)</b>			
<b>Data da Matéria</b>	<b>Assunto Principal da matéria</b>	<b>Palavras-chave identificadas na matéria</b>	<b>Campo</b>
<b>24/01/07</b>	Votorantim Celulose e Papel (VCP)	Celulose	Econômico
<b>12/12/07</b>	Empresas Florestadoras	Investimento; Legislação; Projeto	Econômico; Político
<b>12/12/07</b>	Votorantim Celulose e Papel (VCP)	Fábrica; Votorantim Celulose e Papel (VCP)	Econômico; Técnico
<b>30/03/08</b>	Florestas de Eucalipto	Empresas de Celulose; Eucalipto; Floresta	Ambiental; Econômico;
<b>09/04/08</b>	Zoneamento Ambiental	Florestamento; Plantio; Zoneamento	Ambiental; Técnico; Territorial
<b>10/04/08</b>	Zoneamento Ambiental	Eucalipto; Plantio;;Zoneamento	Ambiental; Técnico; Territorial
<b>10/04/08</b>	Zoneamento Ambiental	Legislação; Silvicultura; Zoneamento	Político; Técnico; Territorial
<b>10/04/08</b>	Ambientalistas	Ambientalistas; Empresas de Celulose	Ambiental; Econômico
<b>16/04/08</b>	Investimento	Investimento; Trabalho	Econômico; Social
<b>09/05/08</b>	Treinamento	Empresas de Celulose; Mão-de-obra	Econômico; Social
<b>18/05/08</b>	Empresas de Celulose	Empresas de Celulose; Eucalipto; Trabalho	Ambiental; Econômico; Político; Social
<b>17/06/08</b>	Faixa de Fronteira	Faixa de Fronteira; Investimento; Legislação	Econômico; Político; Territorial
<b>17/06/08</b>	Faixa de Fronteira	Faixa de Fronteira; Legislação	Político; Territorial
<b>07/07/08</b>	Projeto Stora Enso	Faixa de Fronteira; Florestamento; Governo; Investimento; Projeto	Ambiental; Econômico; Político; Territorial
<b>22/07/08</b>	Faixa de Fronteira	Faixa de Fronteira; Florestamento; Governo; Investimento; Projeto	Ambiental; Econômico; Político; Territorial
<b>22/07/08</b>	Projeto Stora Enso	Eucalipto; Faixa de Fronteira; Investimento; Legislação	Ambiental; Econômico; Político; Territorial
<b>23/07/08</b>	Faixa de Fronteira	Faixa de Fronteira; Investimento; Legislação	Econômico; Político; Territorial
<b>07/08/08</b>	Gigante da Celulose	Projeto ; Empresas de Celulose	Econômico

Continuação...

<b>10/03/09</b>	Via Campesina	Agricultor; Eucalipto; Votorantim Celulose e Papel (VCP)	Ambiental, Econômico; Social
<b>10/03/09</b>	Crise Internacional	Projeto; Investimento	Econômico
<b>20/04/09</b>	Florestamento	Faixa de Fronteira; Florestamento; Investimento; Projeto	Ambiental; Econômico; Territorial
<b>29/08/09</b>	Gigante da Celulose	Empresas de celulose	Econômico
<b>05/09/09</b>	Regularização Área Florestal	Faixa de Fronteira; Investimentos	Econômico; Territorial
<b>10/12/09</b>	Venda da Fábrica de Guaíba	Empresas de Celulose	Econômico

**Quadro 35 - Classificação das notícias, do jornal ZH, no período de (2007-2009) do governo de Yeda Crusiuso (2007-2010). Autor: Luiz Alberto Morelli.**

Para verificar a incidência dos campos e os percentuais correspondentes às matérias veiculadas sobre o tema, agrupou-se no quadro 37, as quantidades de notícias selecionadas por período governamental e o percentual de incidência dos campos entre as notícias selecionadas. Os percentuais, quando necessário, foram arredondados para mais ou para menos, de acordo com cada caso, para melhor apresentação.

<b>Período Governamental</b>	<b>Quantidade de matérias selecionadas</b>	<b>Campos abordados nas matérias selecionadas</b>	<b>Número de matérias</b>	<b>Incidência dos campos abordados nas matérias selecionadas (%)</b>
<b>1999-2003</b>	05	Econômico	3	60
		Político	5	100
		Social	1	20
<b>2003 - 2007</b>	14	Ambiental	10	70
		Econômico	12	85
		Político	4	30
		Social	3	20
		Técnico	1	5
<b>2007-2009 (parcial)</b>	24	Ambiental	10	40
		Econômico	20	80
		Político	9	35
		Social	4	15
		Técnico	4	15
		Territorial	10	40

**Quadro 36 - Classificação das notícias do jornal ZH, por períodos governamentais. Autor: Luiz Alberto Morelli.**

No período de 1999-2003, conforme dito anteriormente, as metas do governo não focavam o florestamento como atividade econômica para a Metade Sul do estado. As matérias veiculadas que revelavam as intenções do governo para o desenvolvimento regional da Metade Sul do estado revelaram a incidência dos campos Econômico, Político e Social, nesse período.

No período governamental seguinte (2003-2007), existe a intencionalidade do governo de atrair investimentos florestais e de celulose para alterar a matriz produtiva da Metade Sul. As notícias selecionadas já denotam a incidência dos campos Ambiental e Técnico, somados aos campos Econômico, Político e Técnico.

Na seqüência, durante o governo de Yeda Crusius, no período de 2007-2009, somam-se aos Campos Econômico, Político e Social, notícias selecionadas com incidência no Campo Territorial.

Se considerarmos o período total, de 1999 a 2009, de acordo com o objetivo desta tese, foram selecionadas 43 matérias que veiculavam notícias relevantes sobre o tema em análise. Destas 43 matérias relevantes, os campos de maior incidência foram, respectivamente, o Econômico, o Ambiental e o Político, conforme o quadro 38.

<b>Período de 1999 – 2009</b>			
<b>Quantidade de matérias selecionadas no período</b>	<b>Campos abordados nas matérias selecionadas (ordem alfabética)</b>	<b>Número de matérias</b>	<b>Incidência dos campos abordados nas matérias selecionadas (%)</b>
43	Ambiental	20	45
	Econômico	35	80
	Político	18	40
	Social	8	20
	Técnico	5	10
	Territorial	10	25

**Quadro 37 - Classificação das notícias do jornal ZH, no período de 1999 a 2009. Autor: Luiz Alberto Morelli.**

Lembrando, que uma matéria selecionada pode focar, um ou mais campos de incidência, percebe-se, como imaginava-se no início desta tese, que o campo Econômico e Ambiental dominam a temática das notícias veiculadas, em detrimento ao campo territorial.

## 6.1 A Supremacia do Campo Ambiental e Econômico sobre o Campo Territorial

A presença de empresa vinculada a cadeia do papel e celulose no estado do Rio Grande do Sul vem desde as décadas de 60-70, com a instalação e inauguração da fábrica de celulose Borregaurd S/A.

Portanto, o setor de celulose, não é um fato novo na sociedade gaúcha. O que chama atenção é a expansão territorial deste setor para a Metade Sul do estado e a ampliação do número de empresas atraídas, formando-se, nessa região, uma monocultura de plantio de eucalipto de grandes extensões. Esta atividade possibilita a formação de uma monopolização territorial na região, comandado pelo segmento econômico das empresas de celulose.

Entre 2003 e 2005, as três empresas do setor de celulose com atuação no Rio Grande do Sul, instalaram-se na Metade Sul do estado em porções diferentes deste território, desenvolvendo nestes espaços suas políticas econômicas. A empresa Aracruz Celulose manteve suas ações no Centro-Sul; a Votorantim Celulose e Papel (VCP) no Sul, e a Stora Enso na Fronteira Oeste do estado.

Esta espacialização territorial e econômica, bem distinta de empresas do mesmo setor, indica, de acordo com o pensamento de Mankiw (2005), a existência de uma cooperação entre as empresas, característica chave do oligopólio. Existe cooperação oligopolística, quando poucas empresas de um determinado mercado cooperam entre si (territorialmente e/ou economicamente), agindo como um monopólio (Mankiw, 2005).

A implantação da monocultura do eucalipto na Metade Sul do Rio Grande do Sul pelas empresas Aracruz Celulose, Votorantim Celulose e Papel (VCP) e Stora Enso iniciada em 2003, dividiu opiniões entre os diversos sujeitos sociais envolvidos. Repetindo-se a nível local/regional os conflitos que já haviam sido diagnosticados a nível nacional e mundial, e retratados na introdução desta tese, como: a) a intensificação da concentração de terras por uma ou um grupo de empresas b) possibilidade de fragilidades ambientais de determinadas áreas c) Intensificação de problemas sociais como aumento da taxa de desemprego, entre outros.

Grupos de sujeitos sociais do Rio Grande do Sul, como os Movimentos Sociais (Via Campesina/MST), Ambientalistas, e parte da Comunidade Acadêmica do estado, apontam os impactos negativos no campo ambiental e social. Em contrapartida, grupos de sujeitos sociais, como as Empresas de Celulose (Aracruz Celulose, Votorantim Celulose e Papel e Stora

Enso), os Governos de Germano Rigotto e Yeda Crusius, estimulados e apoiados, de forma geral, por matérias veiculadas pelo Jornal Zero Hora, acenavam com projetos e promessas de desenvolvimento no campo econômico e, social, provocando em parte da sociedade gaúcha, principalmente, na população dos municípios envolvidos da Metade Sul do estado, um clima de esperança e de otimismo.

O posicionamento antagônico desses sujeitos sociais (de um lado os movimentos sociais, ambientalistas e parte do meio acadêmico, e, de outro, o governo e as empresas de celulose), criou na sociedade gaúcha, dois grandes sub-grupos, sendo eles: 1- os que apóiam as atividades das empresas 2- os que não apóiam as atividades das empresas. Intermediando estes dois grupos está a imprensa escrita regional, representada nesta tese pelo jornal Zero Hora que através de matérias específicas sobre o tema, transmite informações e dados para a formação da opinião de cada um dos dois grupos. Entretanto, nenhum dos dois grandes sub-grupos (apoiadores e não apoiadores) da monocultura de eucalipto enfocam ou destacam a questão da monopolização territorial que esta atividade promove.

Essa divisão da sociedade gaúcha vai ao encontro do pensamento de Santos (1979), quando afirma que locais e regiões marcados por enormes diferenças sociais refletidos na renda e na sociedade local/regional, como é o caso da Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul, acabam abrindo espaço territorial para a influência e instalação de empresas, como as que iniciaram a atuar no estado a partir de 2003: 1- Aracruz Celulose 2- Votorantim Celulose e Papel (VCP) e 3- Stora Enso, pertencentes a uma nova cadeia produtiva diferente das cadeias produtivas locais já existentes na região.

A instalação de bases florestais destas empresas na Metade Sul, ocorre por esta região apresentar no início do processo, em 2003, acesso e disponibilidade de grandes quantidades de terras com baixo valor imobiliário, aliado ao fato de ser meta do Governo do período (Governo de Germano Rigotto, 2003-2006) atrair este setor da economia, como tentativa de alterar a matriz econômica da região.

Os fatos históricos ocorridos neste período no estado encontram sustentação nas argumentações de Shiva (2003), expostas na introdução desta tese, página 6, quando afirma que a busca de regiões em países periféricos ocorre, geralmente pela acessibilidade a grandes quantidades de terras e seu baixo valor imobiliário; existência de mão-de-obra de baixo custo; apoio do poder público sob a forma de incentivos e subsídios, entre outros.

Também nesta direção a Associação Brasileira de Florestamento (ABRAFLOR) (2005), já vinha afirmando que o Rio Grande do Sul (RS) teria sido escolhido para a

implantação da base florestal de eucalipto por apresentar nesse momento histórico (2003) um ambiente sócio-político favorável com projeto do governo estadual de florestamento visando o desenvolvimento regional para a Metade Sul do estado, com apoio/aceitação parcial da sociedade, aliado ao baixo custo das terras.

Fica evidenciada a força e a importância do campo territorial com base na apropriação, refletindo consequências no campo econômico e no campo sócio-ambiental à medida que a região não tem como característica natural paisagens florestais.

“As exigências sociais e econômicas do ser humano, como último agente geomorfológico da superfície da Terra, tornaram elementos do território como a hidrografia e a vegetação entre outros, em recursos, surgindo a necessidade de apropriação” (SAUER, 1931).

Neste sentido, resgata-se Haesbaert (2004), quando analisa o pensamento de Raffestin (1993), afirmando que o objetivo das empresas ao alienarem a unidade-trabalho é revelar uma ação intencional de busca pelo poder absoluto através de relações simbólicas, havendo possibilidade de existência de tantas representações territoriais quantos forem os objetivos intencionais dos diferentes sujeitos sociais.

A base florestal de eucalipto, ou, a monocultura do eucalipto, necessita de grandes áreas para sua implantação, não sendo, na maioria das vezes, possível sua conciliação e/ou associação na mesma porção do território com outras culturas, portanto, com a agricultura familiar. Torna-se, portanto, uma disputa no campo territorial, através da apropriação territorial e da implantação de bases florestais, com o surgimento posterior, de reflexos no campo econômico e no campo sócio-ambiental.

Isto é, a apropriação territorial é o primeiro passo para as empresas instalarem suas bases florestais, portanto, é anterior às questões econômicas e ambientais, sendo estas, desmembramentos daquela.

A apropriação territorial para instalação de bases florestais por empresas nacionais e internacionais do setor de celulose vai ao encontro do pensamento de Santos (2002), quando afirma que os locais/regiões exercem comando técnico relacionados à produção de matéria-prima, sendo a decisão e o controle localizados em algum ponto do planeta, externo ao local/região de produção.

“(…) hoje, o centro de decisão pode encontrar-se no estrangeiro (…) os locais exercem o comando técnico, ligado ao que, na divisão territorial do trabalho, deve-se à produção propriamente dita” (SANTOS, 2002. p. 273).

A apropriação territorial por parte de empresas da indústria do papel e celulose para implantação de bases florestais metaforicamente revela um movimento temporal na forma de ciclo e projetado como seta para a Metade Sul do estado. Isto se expressa na estrutura fundiária e suas consequências, como: 1- manutenção de monoculturas associadas ao uso do solo; 2- baixa densidade demográfica em determinadas porções do território, entre outras. Permanece uma atividade econômica baseada na média e grande propriedade alterando-se apenas alguns sujeitos sociais: saem do Campo Econômico os produtores rurais e entram as grandes empresas.

As matérias veiculadas pelo jornal Zero Hora com predominância de enfoques no Campo Econômico, no Campo Ambiental e no Campo Político, selecionadas e apresentadas nesta tese, acabam dominando a questão da silvicultura do eucalipto na Metade Sul do estado retiram do foco de discussão da opinião pública e dos sujeitos sociais envolvidos, o Campo Territorial, representado pelo poder da apropriação territorial e suas consequências por parte das empresas.

Se não ocorresse a apropriação da terra, por parte das empresas de celulose, para implantação de suas bases florestais com eucalipto, não seria possível materializar as perspectivas no Campo Econômico veiculadas pelas matérias selecionadas. As preocupações com os impactos ambientais negativos da atividade de silvicultura com o eucalipto também perderiam sua força, permanecendo o Campo Ambiental, no que se refere ao tema de silvicultura industrial por eucalipto, na dimensão teórica dos estudos técnicos até hoje desenvolvidos, não materializando a dimensão prática.

Portanto, o Campo Territorial, como estratégia, ao Campo Econômico e ao Campo Ambiental, e de acordo com os resultados revelados por esta pesquisa, não prevalece nas matérias veiculadas à sociedade gaúcha, portanto, não revelam o caráter de apropriação territorial através do poder e da aquisição de propriedade das empresas e as consequências da monopolização territorial, cuja materialização ocorre no Campo Econômico e no Campo Ambiental.

O Campo Territorial, quando focado nas matérias selecionadas do jornal Zero Hora, revelou a dificuldade de uma empresa de capital estrangeiro (Stora Enso) em regularizar propriedades territoriais em faixa de fronteira. Isto é, o Campo Territorial foi focado como sendo um fator dificultador, atrelado, principalmente, ao Campo Econômico e ao Campo Político.

Na verdade, o Campo Territorial, pelo poder da apropriação territorial que a ele é inerente, concede ou possibilita o desenvolvimento do Campo Econômico, do Campo Político, do Campo Social e suas consequências, e, exige providências de planejamento e/ou monitoramento no Campo Ambiental e Campo Técnico.

O poder gerado pela apropriação territorial, possibilita a formação de grandes extensões territoriais, contíguas ou não, na Metade Sul do estado com prolongamento nos países vizinhos (Argentina e Uruguai) sob a propriedade de um grupo ou de alguns grupos empresariais do setor de papel e/ou celulose nacional e internacional.

Este poder no Campo Territorial implica em poder, principalmente, no Campo Econômico e no Campo Ambiental a um grupo ou grupos de empresas.

O poder no Campo Econômico ocorre pela implantação e dependência de uma monocultura de eucalipto em uma determinada área territorial, com desmembramentos econômicos na dimensão de oligopólio (alguns grupos de empresas) e/ou monopólio empresarial (um grupo de empresas), que já demonstraram estar ocorrendo na prática, através da incorporação e/ou fusão de empresas do mesmo setor. Durante o desenvolvimento desta tese, este processo de incorporações e fusões de empresas do setor de celulose mostrou-se em andamento, sendo uma questão de tempo a sua concretização em um único grupo monopolista. Um exemplo disto foi a incorporação, em 2009, da Aracruz Celulose pela Votorantim Celulose e Papel, formando a Fíbria S/A.

O poder no Campo Ambiental é evidenciado pela dependência de um determinado território, e, os ecossistemas contidos nestes territórios. Estes ficam submetidos às medidas mitigadoras por parte do grupo de empresas de celulose, geralmente desenvolvidos através dos setores de responsabilidade sócio-ambiental destas empresas, que passam a gerenciar ambientalmente, porções do território, de acordo com seus planejamentos estratégicos, sendo a fiscalização ambiental por parte do poder público, uma etapa formal, mas sem muito poder de influência, pela precária fiscalização, habitual nestes casos.

As análises das matérias relacionadas ao tema da silvicultura do eucalipto, e veiculadas pelo jornal Zero Hora no período de 1999 a 2009, revelam que a apropriação territorial na Metade Sul do estado pelas empresas de celulose, ao contrário do que é divulgado pelas matérias do jornal, não promovem a reestruturação fundiária da região e não promovem a diversificação da matriz econômica da região.

Esta apropriação territorial, modifica a ação social do estancieiro ou fazendeiro, fragmentando ou extinguindo suas propriedades rurais, aglutinando estas terras com as terras



compradas de outros estancieiros, formando uma nova configuração territorial, baseada em médias e grandes propriedades de terras, mantendo e perpetuando a estrutura fundiária histórica da região. Mantém também a função econômica da terra, que permanece baseada em atividades únicas, substituindo a pecuária ou os arrendamentos para orizicultura pela implantação de silvicultura com base na monocultura do eucalipto, além de introduzir um novo sujeito social na figura de um grupo ou de grupos de empresas do setor econômico do papel e/ou celulose.

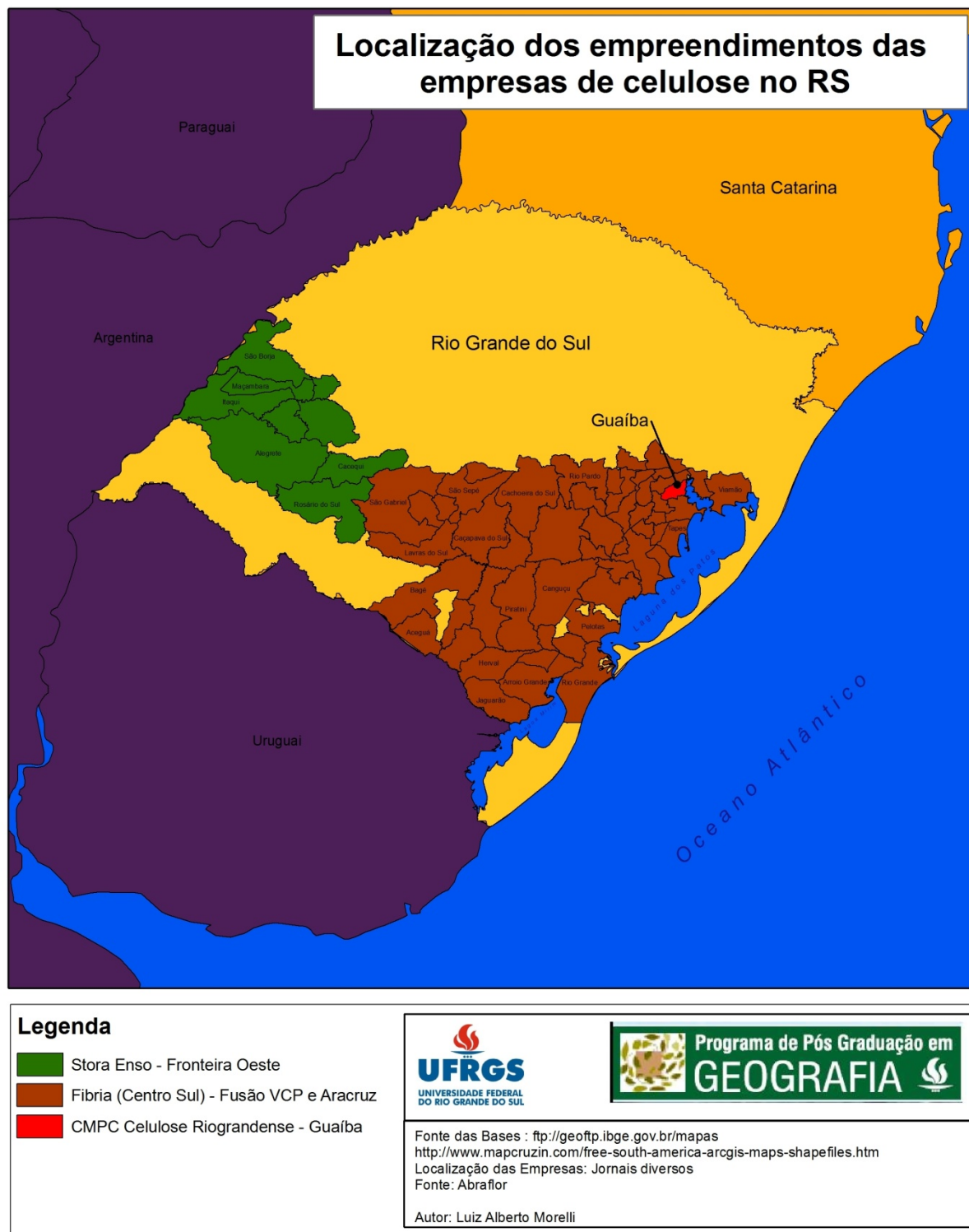
Grandes extensões de terra propiciam a monocultura do eucalipto que atrai as empresas do setor de celulose possibilitando a formação de um oligopólio de empresas que cooperam entre si, quer por conhecerem o seu setor de atuação ou, quer pela participação acionária de uma empresa no capital da outra. Tendem, desta forma, possibilitar a formação de um monopólio empresarial de monocultura de eucalipto da indústria de celulose no Rio Grande do Sul. Este arranjo extrapola a fronteira brasileira, unificando-se a regiões do Bioma Pampa na Argentina e no Uruguai, formando um pólo de bases florestais baseado, principalmente, na silvicultura (eucalipto) no Cone Sul da América do Sul.

Durante esta pesquisa, esse processo de incorporação ou participação acionária entre as empresas do setor de papel e/ou celulose aconteceu por vários momentos, como, por exemplo: a) a criação da Fábrica de Celulose Veracel, em 2006 na Bahia, com recursos da Aracruz e da Stora Enso b) a incorporação da Aracruz pela Votorantim Celulose e Papel (VCP), formando a Fíbria c) a venda da Unidade de produção de celulose da Fíbria em Guaíba para um grupo chileno que possui parcerias acionárias com a Stora Enso.

Estas ações indicam que o processo de monopolização territorial pelas empresas do setor de celulose está em andamento, reconfigurando a espacialização dessas empresas na Metade Sul do estado, como apresentado na figura 19.

A presença da Aracruz Celulose, da Votorantim Celulose e Papel (VCP) e Stora-Enso na Metade Sul do estado, em porções diferenciadas do espaço geográfico, colaboram com a teoria de monopolização do território na região. Fatos como: a) a criação da Veracel na Bahia, fruto de uma associação de capital (Joint-venture) da Aracruz Celulose e Stora-Enso; b) a criação da Botnia no Uruguai, com capital da sueco-finlandesa Stora-Enso; c) A incorporação da Aracruz celulose pela Votorantim Celulose e Papel (VCP) formando a Fíbria; d) A venda pela Fíbria, no mesmo ano em que foi formada, da fábrica de celulose de Guaíba para o Grupo chileno CPMC, introduzindo um novo sujeito social no grupo das empresas do setor de celulose atuantes no Rio Grande do Sul, indicam uma cooperação territorial e

empresarial, como dito anteriormente, característica básica de um mercado oligopólico em atuação.



**Figura 19 - Area de influencia dos empreendimentos das empresas de celulose no RS. Autor: Luiz Alberto Morelli.**

Todas estas ações fortalecem a ideia da participação e/ou unificação de capital acionário das empresas entre si fortalecendo a ideia de que no futuro poderão ocorrer mais fusões e incorporações dessas empresas de celulose na Metade Sul do Rio Grande do Sul, rompendo fronteiras e alcançando a região do Prata: Uruguai e a Argentina.

As empresas estão se associando e fortalecendo uma monopolização territorial. Estas empresas ao se apropriarem de extensas áreas territoriais para implantação de suas bases florestais, e ao procederem fusões e incorporações entre si, formam extensas áreas contíguas ou próximas uma das outras sob a propriedade de um grupo ou de poucas empresas, fortalecendo desta forma a monopolização territorial da Metade Sul do estado.

Portanto, há necessidade de apropriação territorial para o desenvolvimento deste setor econômico. O foco é o Campo Territorial, sendo as questões no Campo Econômico e no Campo Ambiental decorrentes do Campo Territorial.

Entretanto, as notícias veiculadas pelo jornal Zero Hora, de acordo com a análise realizada nesta tese, demonstram que existe uma priorização e/ou ênfase do Campo Econômico, do Campo Ambiental e do Campo Político em detrimento ao Campo Territorial.

No Campo Territorial, percebe-se um movimento identificado metaforicamente como tempo em ciclo e projetado na forma de seta, reordenando o espaço na Metade Sul do estado. Com a implantação de bases florestais com eucalipto e apropriação territorial de poucas empresas, a Metade Sul sofre uma ação do tempo cíclico-seta, aonde a estrutura fundiária é redimensionada em seus limites. São, também, alteradas as fronteiras originais das grandes e médias fazendas. Muda de proprietário a posse das terras, sendo as terras reaglutinadas em nova configuração territorial, para formarem novamente grandes e médias propriedades nas mãos de poucas empresas ou de um grupo de empresas, permanecendo a região economicamente atrelada e dependente de uma atividade única em determinadas porções do seu território.

A questão passa pela permanência da estrutura fundiária na região denominada Metade Sul, com a implantação da monocultura do eucalipto, ou seja, permanece a estrutura fundiária e permanece o uso do solo baseado na introdução de uma nova atividade única, que reduz espaços territoriais para diversificação da matriz econômica, como a atividade da pecuária, praticada pelos estancieiros e a atividade da orizicultura, praticada pelos arrendatários de terras. Ou seja, a monocultura de eucalipto proposta pelas empresas, se assemelha com as atividades da pecuária e do arroz, baseada em grandes propriedades, um

único produto, pouca mão-de-obra, ausência de capital social, e que, promoveu a estagnação econômica da Metade Sul.

Por outro lado, a Reforma Agrária, através da apropriação territorial e caracterizada pelo assentamento de famílias que desenvolvem a agricultura familiar, se aplicada com maior intensidade na região, promoveria uma situação muito semelhante ao processo de imigração que diferenciou socio-economicamente a Metade Norte e Metade Sul, pelas características de capital social e cooperativismo, pequenas propriedades, pequena produção, policultura e trabalho familiar, podendo ser benéfica para o dinamismo e desenvolvimento da região.

Passada a turbulência principal da crise global de 2008/2009, a maioria dos investimentos anunciados pelas empresas, ainda não se concretizaram. Para os que apóiam a implantação de bases florestais na Metade Sul, é uma questão de tempo e de esperança que os projetos retomem seu andamento.

Os projetos das empresas poderão sofrer alterações em seus planejamentos iniciais por questões políticas, questões legais, questões ambientais, questões cambiais, protestos sociais, entre outros, mas, percebeu-se que no período analisado de 1999-2009, os projetos das empresas têm conseguido avançar pela Metade Sul do estado.

A ideia de monopolização territorial na Metade Sul do Rio Grande do Sul com ramificações no país vizinho Uruguai, vêm ao longo do processo se transformando em realidade, à medida que ocorre a incorporação da Aracruz Celulose pela VCP, formando uma única empresa – Fíbria, incorporando todas as propriedades da Aracruz, situadas no Centro-Sul do estado e somando-se as propriedades da VCP, localizadas no sul do estado.

No momento atual, Fíbria, Stora-Enso e CMPC – Celulose Riograndense, dominam o espaço territorial da Metade Sul do Rio grande do Sul, juntamente com outras empresas no Uruguai e na Argentina. Mas como Stora Enso e Fíbria já estão associadas como no caso da Veracel da Bahia, pode ser uma questão de tempo a fusão e a monopolização de mais territórios pelo setor de celulose na região, não apenas da Metade Sul do Rio Grande do Sul, mas em boa parte de incidência do Bioma Pampa, na Argentina e no Uruguai.

Esta situação de monopolização do território da Metade Sul pelas empresas de celulose e anexação desta região a um pólo platino de monoculturas de eucalipto vem sendo pouco destacada pela mídia escrita e isto se refletiu nas manifestações dos grupos de sujeitos sociais nas audiências públicas realizadas pela FEPAM para apresentação do primeiro projeto de Zoneamento Ambiental para Silvicultura (ZAS).

O aspecto territorial da questão de manutenção da estrutura fundiária e a alteração da titularidade da propriedade de terras de um indivíduo particular para um grupo empresarial nas sub-regiões da Metade Sul onde estariam previstos os investimentos não apareceram nas considerações, ficando restrito a manifestações isoladas entre os diversos segmentos, relacionadas ao êxodo rural e formas restritivas de acesso a terra. Também não foi levantada a questão da monopolização territorial que está se instalando na região por aquisições de grandes extensões territoriais pelas empresas e também pela associação, fusão ou incorporação de uma empresa por outra.

Por todas as questões expostas acima, conclui-se que:

- a) O Campo Territorial é o principal motivo de atração das empresas de celulose à Metade Sul do Rio Grande do Sul;
- b) Nas notícias veiculadas pelo jornal Zero Hora no período de 1999-2009, há o predomínio das informações relacionadas ao Campo Econômico e ao Campo Ambiental;
- c) O Campo Econômico e o Campo Ambiental são desmembramentos do Campo Territorial em relação à questão das atividades das Empresas de Celulose presentes na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul;
- d) As notícias veiculadas pelo jornal Zero Hora no período de 1999-2009 prioriza o Campo Econômico, o Campo Ambiental e o Campo Político, em detrimento ao Campo Territorial;
- e) Existe uma tendência deste território (Metade Sul) estar sendo incluído, juntamente com territórios na Argentina e no Uruguai, formando uma monopolização territorial por parte de um grupo de empresas do setor de celulose.

Como o processo de implantação de bases florestais está em andamento na Metade Sul do estado, fica a expectativa para os novos desmembramentos deste processo de monopolização territorial.

## CAPÍTULO 7: CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Esta tese permite concluir que a Metade Sul enquanto região pertencente a uma porção do espaço geográfico do Rio Grande do Sul, e por apresentar características e elementos semelhantes no processo histórico de ocupação territorial, na estrutura fundiária, na densidade demográfica e na matriz econômica, entre outros elementos, está sendo palco de um processo de monopolização do território associado à expansão da silvicultura com ênfase na monocultura do eucalipto voltado para abertura do mercado mundial.

“O território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade ou comunidade, os insiders) e os outros (os de fora, os estranhos, os outsiders)” (SOUZA,1995, p.86).

Neste processo de monopolização do território e de formação sócio-espacial, que para Santos (1977), é caracterizado pela interdependência entre modo de produção, formação socioeconômica e espaço, tem-se uma expressão política, uma expressão econômica e uma expressão socioambiental.

A expressão política se caracteriza pela apropriação do espaço, e na tentativa, nos últimos anos, de mudança da matriz econômica da região. Esta alteração de matriz econômica revela um embate entre dois projetos econômicos distintos de apropriação territorial. Existe o projeto para intensificar a Agricultura Familiar na região e existe o projeto para transformar a região em um pólo produtor de eucalipto através da implantação de bases florestais por grandes empresas do setor de papel e/ou celulose. No período analisado por esta tese, entre 1999 a 2009, percebe-se que de acordo com o governo que detém o poder, pode-se dar apoio político a um ou a outro projeto. No período de 1999 a 2003, no governo de Olívio Dutra, existia uma clara tendência de se intensificar na Metade Sul do estado a Agricultura Familiar. Nos dois governos seguintes, Germano Rigotto (2003-2007) e Yeda Crusius (2007-2011), a tendência foi de atração de investimentos para implantação de bases florestais por empresas do setor de papel e/ou celulose. O embate entre estes dois amplos projetos, que necessariamente passam pela disputa de apropriação territorial, se manifesta na luta entre os principais sujeitos sociais envolvidos na questão. A defesa do projeto da Agricultura Familiar

fica, de forma ampla, sob a representatividade dos Movimentos Sociais e a defesa do projeto de silvicultura sob a representatividade das Empresas de Celulose.

A expressão econômica se caracteriza pelos altos investimentos que as empresas de celulose anunciam para os locais onde desejam se instalar e desenvolver seus projetos de implantação de bases florestais com ênfase no plantio de eucalipto, para este, posteriormente servir de matéria-prima para exportação, ou uso em suas fábricas de celulose no Brasil e/ou no exterior. No entendimento de Santos (1979), este movimento de transferência das atividades das empresas de países centrais para os países periféricos, nesta tese, representada pelas empresas de celulose, tem apoio político e apoio de parte das comunidades locais, por existir a promessa de movimentação social e de desenvolvimento econômico. A introdução da silvicultura na matriz econômica da Metade Sul do estado, se caracteriza pela introdução de mais uma monocultura, que mantém a estrutura fundiária existente, e necessita para desempenhar sua atividade produtiva, a concentração de médias e grandes propriedades sob o comando de grandes empresas do setor de papel e/ou celulose. A inserção de atividades de grandes empresas de celulose em porções distintas do território da Metade Sul, denota a cooperação econômica e territorial existente entre elas, lembrando que a cooperação é uma das características básicas da formação de oligopólios empresariais.

A expressão sócio-ambiental se caracteriza pela expectativa gerada nas populações locais das áreas de atuação das empresas em torno de empregos, melhorias sociais e medidas mitigadoras para o ambiente através dos setores de responsabilidade sócio-ambientais das empresas. A prática tem demonstrado que existe baixa utilização de mão-de-obra local por estas empresas e em muitos casos, os trabalhos são temporários, de acordo com o estágio de evolução/crescimento em que se encontram as bases florestais. Para as empresas, fica denotado o acúmulo de riqueza, caracterizada pela concentração de capital e pela concentração de terras; e para as comunidades locais, a esperança de empregos e melhorias sócio-ambientais que na maioria das vezes não se concretizam.

A expressão política, a expressão econômica e a expressão sócio-ambiental integram a expressão territorial da questão na Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul, que se caracteriza pela formação de um território contínuo e outro território descontínuo.

“As *imagens* territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura mais profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que *produzem* o território (...). Em graus diversos, em momentos diferentes e em

lugares variados, somos todos atores que *produzem* territórios. Esta produção de território se inscreve perfeitamente no campo de poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 152-153).

O território contínuo se materializa pela espacialização da silvicultura com base na monocultura do eucalipto em porções contíguas da Metade Sul, caracterizadas por grandes extensões territoriais em uma determinada porção do espaço, formando um pólo produtor de bases florestais com eucalipto que podem se integrar com os territórios contíguos dos países vizinhos: Argentina e Uruguai, formando um pólo de monocultura do eucalipto no Bioma Pampa. Esta configuração territorial caracterizada pela cooperação econômica e pela concentração de grandes extensões territoriais por um grupo de empresas do setor de papel e/ou celulose permitem a formação de oligopólios econômicos e territoriais com consequências de difícil mensuração.

O território descontínuo se materializa quando transforma a Metade Sul do estado, em um território-rede juntamente com territórios na Argentina e no Uruguai, transformando o território gaúcho em um ponto-nó, que permite às empresas do setor de celulose e/ou papel estabelecerem seus fluxos com outros territórios contínuos onde estão as decisões centrais de suas atividades. Para Souza (1995) , as principais características de um território-rede é a superposição entre territórios por não coincidir com limites e fronteiras de territórios contínuos. As empresas atuantes na Metade Sul concentram aqui suas atividades produtivas, mas o comando central está localizado em outro ponto do planeta, como diz Santos (1979), dessa forma o espaço territorializado (monopolizado) é o resultado de uma conjugação de forças externas pertencentes a um sistema cujo centro se encontra nos países centrais, e de forças existentes nos locais.

“(…) construir uma ponte conceitual entre o território em sentido usual (que pressupõe contiguidade espacial) e a rede (onde não há contiguidade espacial: o que há é (...) um conjunto de pontos – nós – conectados entre si por segmentos – arcos- que correspondem aos fluxos que interligam os nós – fluxos de bens, pessoas ou informação- sendo que os arcos podem indicar elementos infraestruturais presentes no substrato espacial – por exemplo estradas - que viabilizam fisicamente o deslocamento dos fluxos). A esse território em rede ou território-rede proponho chamar de território descontínuo. (...) o território descontínuo associa-se a um nível de tratamento onde, aparecendo os nós como pontos adimensionais, não se coloca evidentemente a questão de investigar a estrutura interna desses nós, ao passo que, à escala do território contínuo, que é uma superfície e não um



ponto, a estrutura espacial interna precisa ser considerada. Ocorre que, como cada nó de um território descontínuo é (...) uma figura bidimensional, um espaço, ele mesmo um território, (por exemplo, uma favela territorializada por uma organização criminosa) temos que cada território descontínuo, é na realidade, uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos” (SOUZA, 1995, p. 93-94).

Pelo exposto acima, conclui-se que a inserção da atividade da silvicultura do eucalipto não irá promover a reestruturação fundiária da Metade Sul do estado, apenas havendo uma nova reconfiguração territorial, mantendo ou aumentando a concentração de terras, e alterando a propriedade da terra que deixa de ter um proprietário na figura de uma pessoa física e passa a pertencer a uma empresa ou grupo de empresas, representado por uma pessoa jurídica. Pelo fato da atividade econômica dessas empresas consistir em mais uma monocultura, com características diferentes das atividades econômicas tradicionais, como por exemplo, o prazo de sete anos para completar o ciclo produtivo, presume-se que os reflexos na matriz produtiva serão sazonais e não atendem às demandas de emprego e renda às populações locais onde as atividades são desenvolvidas.

Esta tese espera ter contribuído ao debate em torno da questão de silvicultura pelo cultivo de eucalipto em locais que não tem/tinham a tradição do cultivo de “florestas” plantadas e/ou industriais. Espera, também, poder servir de apoio e inspiração para que outras pesquisas em relação a este tema sejam realizadas, sempre com o intuito de contribuir ao debate da sociedade como um todo em busca de alternativas para o desenvolvimento das comunidades locais/regionais através de atividades econômicas integradas sócio-ambientalmente.

## BIBLIOGRAFIA

ABEF (**Anuário Brasileiro de Economia Florestal/INP**), Rio de Janeiro, v. 19, 1968.

ABEF (**Anuário Brasileiro de Economia Florestal**). As condições da Indústria Madeireira no Brasil. **Anuário Brasileiro de Economia Florestal** (ABEF/INP), Rio de Janeiro, v. 5, p. 239-246, 1952.

ABRAFLOR (Associação Brasileira de Florestas Plantadas). 2005. Brasília. Dados estatísticos. Disponível em < [Http://abraflor.org.br/estatisticas.asp](http://abraflor.org.br/estatisticas.asp)> Acesso em 07 dez. 2007.

ALLIÈS, Paul. **L 'invention du territoire. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble**, 1980.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007

ALONSO, J. A. F., BANDEIRA, P. S. **Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul nos anos 80**. In: ALMEIDA, P. F. C. de. A Economia Gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. Porto Alegre: FEE, 1990.

ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul : Causas e Perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.

ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ANDREOLI, D. **As Desigualdades Regionais do Rio Grande do Sul**. Indicadores FEE v.17, n.2, Porto Alegre, 1989.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 4. ed. rev., ampl. e atualiz. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000

AREND, M. **Abordagem Evolucionista para Análise do Desenvolvimento e do Desequilíbrio Industrial do Rio Grande do Sul**. Disponível em < [www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m23t04.pdf](http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m23t04.pdf) > Acesso em Dezembro de 2009.

AZAMBUJA, D. **A proteção às florestas**. Anuário Brasileiro de Economia Florestal (ABEF/INP), Rio de Janeiro, v. 11, p. 36-41, 1959.

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos; os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.

BACHA CAETANO, Carlos J. **A Expansão da Silvicultura no Brasil. Revista Brasileira de Economia.** Rio de Janeiro, FGV, vol. 45, Nº 1, janeiro/março, 1991.

BAIROS, A. de et al. **Uso da Terra na Região Metade Sul – RS.** Revista Brasileira de Agroecologia, Vol. 2 nº 1, 2007.

BANDEIRA, PEDRO S. **As Raízes Históricas do Declínio da Região Sul. Crescimento Econômico da Região Sul do RS. Causas e Perspectivas.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística-Secretaria do Planejamento e da Administração, p. 07-48, 1994.

BANDEIRA, PEDRO S. A Região Sul, o Mercosul e a Federação Brasileira, in **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, nº 84, Curitiba, IPARDES. 1994

BANDEIRA, P. Origens, evolução e situação atual das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A.C.F. (Orgs.) **Regiões e Cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional.** São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

BARRETTO, H. T. Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira, 2001. 575 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BATISTA, I. M.; SILVEIRA, V. C. P.; ALVES, F. D. **As Desigualdades Econômicas Regionais e o Setor Agropecuário do Rio Grande do Sul.** XLIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Fortaleza, 2006.

BECKER, B. K. **Repensando a questão ambiental no Brasil a partir da geopolítica.** In: LEAL, M. C. (Ed.). **Saúde, ambiente e desenvolvimento: uma análise interdisciplinar.** São Paulo: HUCITEC; ABRASCO, 1992. v. 1, p. 127-152.

BECKER, Dinizar Firmiano. **A Economia Política do Arroz.** Tese de Doutorado. São Paulo: Unicamp, 1992.

BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. **Participação Social e Cidadã no Desenvolvimento Regional Contemporâneo.** In: LÜBECK, E., SCHNEIDER, F. M. (Orgs.). Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul. Santa Maria: Pallotti, 2003.

BELIK, W. **Agroindústria processadora e política econômica.** Campinas: Unicamp, 1992. (Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia). 219 p.

BEZZI, M. L. et al. **RS: uma proposta de regionalização considerando os aspectos geoeconômicos.** Relatório técnico. (PROADE 2/FAPERGS). Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

BNDES - **Um banco de ideias, 50 anos refletindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora do BNDES, 2002.

BOISIER, S. **El Dificil Arte de Hacer Región**. Centro de Estudios Regionales Andinos, Cusco, Peru, 1992.

BORGES, Stella. **Imigração Italiana em Região de Fronteira: Dom Pedrito e Santa Vitória do Palmar**. In: **Etnias & Carisma: poliantéia em homenagem a Rovílio Costa/ Organizado por Antônio Suliani** – Porto Alegre: EDPUCRS, 2001. p.1057.

BOURDIEU, P. **La distinction: critique sociale du jugement**. Les Éditions de Minuit:Paris, 1979.

\_\_\_\_\_. **Le capital social: notes provisoires**. In: Actes de la recherche en sciences sociales, volume 31, pp. 2-3. 1980.

\_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. **Sociología**. São Paulo: Ática, 1983a.

\_\_\_\_\_. **Economia das trocas linguísticas**. Tradução de Paula Montero. In: ORTIZ, Renato (org.). Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 156-183.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRACELPA: **Associação Brasileira de Celulose e Papel**. Disponível em : < HTTP:// www.bracelpa.org.br>. Acesso em 10 dez 2010.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, 2000 (reimpressão).

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Ijuí: Vozes, 1987.p.200.

BRUM TORRES, J.C. **A Economia agrícola do Rio Grande do Sul e a Grande Depressão: 1920-39**. In Ensaios FEE, (3)2: 62-108. Porto Alegre, FEE, 1983.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. **Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo, T.A.G.,1983.

CARDOSO, F. H.. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1977.

CARROLL, A. **Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct**. Business and Society, n. 38, p. 268-295, 1999.

\_\_\_\_\_.BUCHHOLTZ, A. **Business and society: ethics and stakeholder management**. 4. ed. Cincinnati: South-Western College, 2000.

CASTELLS, Manuel. 1999. **O Poder da Identidade**. São Paulo. Paz e Terra

CASTRO, Antônio B. **Ensaio sobre a Economia Brasileira, Rio de Janeiro**, Forense, v.2, 1971.

CHELOTTI, M. C. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Santana do Livramento – RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

COHEN, Jean e ARATO, Andrew. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge. MIT Press, 1992..

COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory**. The Belknap Press of Harvard University Press: Londres, 1990.

COLETTI, Claudinei. (2005). **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas (SP), 2005.

COLODETTE, J.L. et al. **Factors affecting kraft pulp bleachability with oxygen derived chemicals**. In: NONCHLORINE BLEACHING CONFERENCE, 1996, Orlando. Anais... Orlando: s.n., 1996. 20p.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O Italiano da Esquina: Meridionais na sociedade Porto – Alegrense e Permanência de Identidade entre Moranenses**. Tese. São Paulo: USP, 1990. p.207.

CORONEL, Daniel Arruda. **A Contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para o processo de Reforma Agrária no Estado do Rio Grande do Sul**. Relatório Técnico Científico para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Santa Maria: Departamento de Ciências Econômicas, UFSM, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço, um conceito-chave da geografia**. In: CASTRO, Elias de; COSTA, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-47.

CORREA R.L. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo : Atica, 2002.

COSTA, R. H. da. RS: **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

COSTA, Elmar Bones da. **História Ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Editores, 1998.

CRAWLEY, C.E; **Localized debates of agricultural biotechnology in community newspapers: a quantitative content analysis of media frames and sources**. Science Communication, Thousand Oaks, v. 28, n.3, p. 314-346, 2007.

CRESPO, Samyra. 1993 e 1997. **O que o Brasileiro Pensa da Ecologia**. Rio de Janeiro. ISER/MAST.

DABAS, Elina e NAJMANOVICH, Denise. 1995. **Redes. El Lenguaje de los Vínculos**. Buenos Aires. Paidós.

DALMAZO, Renato. **Evolução histórica e estrutural das relações de comércio do Rio Grande do Sul: século XIX a 1930**. Porto Alegre, FEE, 1986.

DE BONI, Luís A. & COSTA, Rovílio. **Far la Mérica. A Presença Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Riocell, 1991.

DEAN, W. **With broadax and firebrand: the destruction of the Brazilian Atlantic Forest**. Berkeley: University of California Press, 1996. 482 p.

\_\_\_\_\_. **Brazil and the Struggle for Rubber: A Study in Environmental History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DA ROS, César Augusto. **As Políticas Agrárias Durante o Governo Olívio Dutra e os Embates Sociais em Torno da Questão Agrária Gaúcha (1999-2002)**. 2006. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. **Agricultura Familiar e Pluriatividade**. 1999. Tese (Doutorado em sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. **The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence, and omplications**. Academy of management Review, Missipi, v. 20, n . 1, p. 65-91, 1995.

DORES, A. M .B. et al. **Panorama Setorial: setor florestal, celulose e papel**. BNDES. 2007.

ENGEVIX LTDA. **Plano de reestruturação econômica para a Metade Sul do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, maio 1997 (mimeo)

FAGUNDES, Lígia K. et al. **Memória da Indústria Gaúcha (1889-1930).** Porto Alegre. Ed. Da Universidade/UFRGS/FEE, 1987.

FEFFER, Leon. **Depoimentos de Empresários Brasileiros Bem Sucedidos.** In: Aquino, Cleber. (Org.) História Empresarial Vivida. São Paulo, Ed. Atlas, 1991.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FIALHO, Marco Antonio Verardi. **Rincões de pobreza e desenvolvimento: interpretações sobre comportamento coletivo.** 2005. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FIBRIA. 2009. São Paulo. Dados Institucionais. Disponível em: <  
<http://www.fibria.com.br/web/pt/institucional>> Acesso em 17 mar 2010.

FINGER, Mathias e PRINCEN, Thomas. **Environmental NGOs in World Politics** Londres. Routledge, 1994.

FONSECA, P. C. D. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Imigração italiana na fronteira rio-grandense.** Boletim da Biblioteca Pública do Estado, Porto Alegre, n.1, v.2, 1975.p.11.

FREEMAN, R. E.; **Strategic management: a stakeholder approach.** Boston; Pitman, 1984.

FURTADO, C. **A Nova Dependência. Paz e Terra.** Coleção Os Economistas, Editora Abril Cultural, 1982.

GEORGE, P. **Sociologia e geografia.** São Paulo - Rio de Janeiro: Forense. 1969. 202 p.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo. Atlas, 1996.

GILBERT, A. (1988): **The New Regional Geography in English and French-speaking Countries.** Progress in Human Geography, 12 (2).

GIRON, Loraine Slomp. **A imigração italiana no Rio Grande do Sul: fatores determinantes.** In: **RS: imigração & colonização.** Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. 2ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. p.61s.

GOMIDE, J. L. **Situação atual e perspectivas futuras do setor de celulose e papel no Brasil.** In: SIMPÓSIO BILATERAL BRASIL-FINLÂNDIA SOBRE ATUALIDADES FLORESTAIS, 1988, Curitiba. Anais... Curitiba: UFPR/IBDF, 1988. p. 296-302.

GORGEN, S. A. **Marcha ao coração do latifúndio.** Petrópolis: Vozes, 2004.

GOULART, Jorge S. **A Formação do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 1978.

GRANDO, Marinês Zandavalli. **Pequena agricultura em crise: o caso da Colônia Francesa no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1989, 209p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Gestão das Políticas Agrícolas numa Agricultura Moderna.** Trabalho apresentado no XXVI Congresso Anual da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER, 1988.

GUALBERTO, V. **A política econômica da indústria da madeira.** Anuário Brasileiro de Economia Florestal (ABEF/INP), Rio de Janeiro, v. 2, p. 9-16, 1949.

GUIMARÃES, R. **The ecopolitics of development in the third world: politics and environment in Brazil.** Boulder, CO: Lynn Rienner, 1991. 271 p.

HAESBAERT, R. **RS: latifúndio e identidade regional.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

\_\_\_\_\_. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão.** In: CASTRO, Iná Elias de et al. (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste.** Niterói: EDUFF, 1997.

\_\_\_\_\_. **Identidades Territoriais.** In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: UERJ.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.



HAESBAERT, R.; SANTA BÁRBARA, M. de. J. **Identities e migração em áreas transfronteiriças**. GEOgraphia, Niterói, n.5, p. 43-60, 2001.

HARVEY, D. **Condições pós-modernas**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

HASENACK, H. **Mapeamento da Cobertura Vegetal do Bioma Pampa**. Disponível em <<http://www.ecodebate.com.br/2008/01/04/pesquisadores-concluem-mapeamento-da-cobertura-vegetal-do-bioma-pampa/>> Acesso em dezembro de 2008.

HASSE, Geraldo. **Eucalipto: Histórias de um imigrante vegetal**. Porto Alegre, JÁ Editores, 2006.127 p.

HEIDRICH, A. L. **Fundamentos da Formação do Território Moderno**. Boletim Gaúcho de Geografia, nº 23, AGB - Seção Porto Alegre, 1998

\_\_\_\_\_. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

HEINSDIJK, D. **Forest Inventory: Report to the Government of Brazil**. Rome: FAO, 1966. 24 p. IBDF. carta de Brasília (Documento Básico do Instituto Brasileiro de Economia Florestal). Anuário Brasileiro de Economia Florestal (ABEF/INP), Rio de Janeiro, v. 19, p. 18-36, 1968.

HIGGINS, B. and Savoie, D. J. **Regional Development: Theories and Their Application**. Transaction Publishers, 1995.

HILGEMBERG, E. M. ; BACHA, C. J. C. **A evolução da indústria brasileira de celulose e sua atuação no mercado mundial**. Análise econômica, Porto Alegre, v. 19, n.36, 2001. p.145-164.

\_\_\_\_\_. **A indústria brasileira de celulose de mercado e as pressões ambientais**. Estudos econômicos, v. 33, n. 1, 2003. p. 143-180.

HERRLEIN JR. Ronaldo, CARVALHO, Vera R.F. **O Vale do Taquari (Rio Grande do Sul) durante o período colonilbrasileiro, 1500-1822**. In: Anales Segundas Jornadas de História Econômica. Montevideo, 1999).

\_\_\_\_\_. **Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional**. Tese de Doutorado UNICAMP. Campinas, 2000.

HOFF, D.N. **Uma análise das perspectivas de desintegração vertical da produção florestal de uma empresa de papel e celulose: o caso da Klabin**. 2000. Disponível em: <<http://www.abimci.com.br/port/03Dados/0306EstSet2003/0306Quadro.html>>. Acesso em nov. 2007.

ILHA, A.S., ALVES, F.D., SARAIVA, L.H.B. **Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul: O Caso da Metade Sul**. 1º Encontro de Economia Gaúcha PUCRS/ FEE. Porto Alegre, 2002.

IPEA- **Relatório sobre a situação dos projetos da Lei 5.106**. Brasília, Convênio FFAP/PFP,1979.

JARDIM, Maria de Lourdes Teixeira; BANDEIRA, Marilene Dias. **Um século de população no Rio Grande do Sul 1900-2000**. Porto Alegre. FEE, 2000.

KECK, Margaret e SIKKIINK, kathryn. **Activists Beyond Borders**. ITHACA. Cornell University Press, 1998.

KERLINGER, Fred, N. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo. EPU, 1980.

KLIEMANN, L.H.S. **RS: terra e poder – história da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 176 p.

KOERTEN, D.C., **When corporations rule de world**. West Hartford: Kumarian Press, 1995.

LAGEMANN, Eugênio. **Imigração e industrialização**. In DACANAL, J. H. E GONZAGAS, S.. RS: imigração e colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

\_\_\_\_\_. **O Banco Pelotense e o Sistema Financeiro Regional**. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1985.

LARGURA, A. **A vida econômica e financeira do Instituto Nacional do Pinho**. Anuário Brasileiro de Economia Florestal (ABEF/INP), Rio de Janeiro, v. 11, p. 7-24, 1959.

LAZZARI, Beatriz. **Imigração e Ideologia; reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração**. Porto Alegre, EST/UCS, 1980.

LEONE, José Carlos e Associados. **Relatório da Pesquisa sobre a Estrutura Brasileira de Produção e Consumo da Celulose e Papel**. Rio de Janeiro, 1982

LESSA, Carlos. **Quinze anos de Política Econômica**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

LÜBECK, E., SCHNEIDER, F. M. (Orgs.). **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul**. Santa Maria: Pallotti, 2003.

MACHADO, Mônica Sampaio. **Geografia e Epistemologia : um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade.** Revista GEOUERJ, Rio de Janeiro, ano I, nº 1 , janeiro 1997.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia: Princípios de micro e macroeconomia.** Rio de Janeiro: Campus, 2005.

\_\_\_\_\_. **Introdução à economia.** Tradução: Allan Vidigal Hastings. São Paulo. Thomson learning, 2006.

MARQUES, Alvarino da F. **Evolução das Charqueadas Rio-Grandenses.** Porto Alegre. Martins Livreiro, 1990.

MARTINEZ Alier, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração.** São Paulo. Contexto, 2007.

MARTINS, J. de S. **A questão agrária brasileira e o papel do MST.** In: STÉDILE, J. P. (org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEDEIROS, V. X.; FONTES, R. M. O. **Competitividade das exportações brasileiras de celulose no mercado internacional.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 32, n. 2, p. 105-121, 1994.

MEDEIROS, Laudelino T. **Formação DA Sociedade Rio-Grandense.** Porto Alegre. UFRGS, 1975.

MENDES GALVÃO, A. P. **A Estrutura Institucional do Setor Florestal Brasileiro.** Revista Celulose e Papel. São Paulo, Ano I, Nº 3, nov/dez 1985.

MONASTERIO, L. M. **Capital social e a região sul do Rio Grande do Sul.** 2002. Tese (Doutorado em Economia) Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MONTEBELLO, A.E.S. e BACHA, C.J.C. **Estrutura de mercado e desempenho da indústria brasileira de celulose : período de 1980 a 2005 .** Pesquisa & debate , São Paulo, Volume 18, número 1 (31). 2007. p 83 -104.

MONTEIRO FILHA, Dulce C.; Modenesi, R. L. **BNDES Um Banco de Ideias: 50 anos refletindo o Brasil.** BNDES, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **A dimensão territorial das formações sociais latino-americanas.** Rev. do Deptº de Geografia da FFLCH-USP. São Paulo, nº 7, p. 81-86. 1994.

MORAES, A. & COSTA, C.R. **Meio ambiente & ciências humanas.** Ed. Hucitec. São Paulo, 1994.100p.

MOURE, Telmo. **A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha. In: RS: imigração & colonização.** Org. José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. 2ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.p.93.

**Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.** < Disponível em < www.mst.org.br> Acesso em dezembro de 2010.

NAJBERG, Sheila. **Privatização de recursos Públicos: Os Empréstimos do Sistema BNDES ao Setor Privado Nacional com Correção Parcial.** Dissertação de mestrado. PUC/Rio, 1989.

NAVARRO DE BRITTO, Luiz. **Política e espaço regional.** São Paulo. Nobel, 1986.

NAVARRO, Z.; MORAES, M.S.; MENEZES, R. **Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento.** In MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. (Org.) A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999. p 19-68.

NISBET, M. C.; BROSSARD, D.; KROEPSCH, A. **Framing science: The stem cell controversy in an age of press/politics.** The Harvard International Journal of Press/Politics, Boston, v. 8, n.2. p. 36-70, 2003.

OLIVEIRA VIANA, F. (1974). **Populações meridionais do Brasil.** vol. II, O campeador rio-grandense. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

OLSON, D. M. & DIMERSTEIN E. **THE Global 200 a representation approach to conserving the Earth's most biologically valuable ecoregions.** Conservacion Biology 12:502-515.

PEBAYLE, R. **Os difíceis encontros de duas sociedades rurais.** In: Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v.20,n.18,p.3-22,1975.

PELLANDA, Ernesto. **Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul.** In: Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, p. 44.

PESAVENTO, Sandra (1982). **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto. (2ª edição).

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto. (3ª edição).

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul**. 8.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul**. 22. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PILLAR, V. D. P. et al. **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da Biodiversidade**. Editores –Brasília: MMA, 2009.

PORTES, A. **Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea**. Sociologia: problemas e práticas. Lisboa: CIES, n. 33, p. 133-158, set. 2000

\_\_\_\_\_. **The Two Meanings of Social Capital**. *Sociological Fórum*. Hoboken: Wiley-Blackwell, v. 15, n. 1, p. 1-12, 2000

PRADO, Antônio C. **Uma avaliação dos Incentivos Fiscais do Fiset-Florestamento/Reflorestamento**. São Paulo, 1986.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 31.ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.

PRIEB, Sergio. **Coletivos na luta e no trabalho: o caso do assentamento de Nova Ramada em Julio de Castilhos-RS**. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade de Campina Grande, Paraíba, 1994.

PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS – PNF. Brasília: **MMA/SBF/Diflor**, 2000.)

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília. França. São Paulo: Ática, 1993.

REZENDE, J. L.; NEVES, A. R. **Evolução e contribuição do setor florestal para a economia brasileira**. In: SIMPÓSIO BILATERAL BRASIL-FINLÂNDIA SOBRE ATUALIDADES FLORESTAIS, 1988, Curitiba. Anais... Curitiba: UFPR/IBDF, 1988. p. 214-265

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. Cia das Letras, 1995.

RIEDL, M.; NAVARRO, Z. S. **Reforma agrária na Região Sul**. In: SCHMIDT, B. V. et al (Org.) Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: Ed. UNB, 1998. p. 221-233.

ROCHA, J. M. **As raízes da crise da – “Metade Sul” – uma análise da exploração pecuária na formação econômica do RS**. Dissertação de Mestrado, Santa Cruz do Sul: UNISC, 1999.

ROCHE, J. A. **Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

\_\_\_\_\_. p. 82. In SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional, 1977.

RÜCKERT, Aldomar A. **A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro norte do Rio Grande do Sul: 1827/1931**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

QUEVEDO DOS SANTOS, J. R. **As missões: crise e redefinição**. São Paulo: Ática, 1993.

QUEVEDO DOS SANTOS, J. R., TAMANGUEVIS SANTOS, J. **Rio Grande do Sul: aspectos da história**. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

SACK, Robert David. **The meaning of territoriality**. In: SACK, Robert David. Human territoriality: Its theory and history. New York: Cambridge University Press, 1986, p.5-27.

SANTANA, Mario Rubens Costa. **Caráter territorial urbano das redes**. **Diálogos & Ciência**, revista da rede de ensino FTC. Ano v, n. 11, set. 2006.

SANTOS, Corcino M. **Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul: Século XVIII**. São Paulo, Ed. Nacional, Brasília, INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 54, p. 35-59, jun. 1977.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 (Coleção Ciências Sociais).

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p. (Coleção espaços).

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec. 1994.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis : Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo : Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**, São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Espaço & método.** São Paulo: Nobel. 1998.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo, razão e Emoção.** São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2002.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana.** In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAUER, Carl O. 1931. **Cultural geography.** *Encyclopaedia of the social sciences*, vol. VI. New York, Macmillan Company, 621-623.

SAUER, C. O. **Geografia Cultural, 1931.** In Rosendahl, Z; CORREA, R. L. Paisagem, Tempo e Cultura. Ed. UERJ, Rio de Janeiro. 2000. p. 16-98.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo, Loyola, 1993.

SCHERER, F. M. & ROSS, D. **Industrial market structure and economic performance.** 3.ed. Boston: Houghton Mifflin, 1990. 713 p.

SCHMITTER, P. C. **Interest conflict and change in Brazil.** Califórnia, Stanford University Press, 1971.

SCHNADELBACH, Carla Villanova. **O Pampa em Disputa: A Biodiversidade Ameaçada pela Expansão da Monocultura de Árvores.** Núcleo Amigos da terra. (sn) 2007. Disponível em < [http://www.natbrasil.org.br/ Docs/monoculturas/Cartilha\\_pampa\\_sustentabilidade.pdf](http://www.natbrasil.org.br/Docs/monoculturas/Cartilha_pampa_sustentabilidade.pdf)>. Acesso em 20 de março de 2008..

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M.A.V. **Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul.** Teoria e Evidência Econômica. v.8, n.15, p.117-149, 2000.

SCP/DEPLAN – Disponível em < [www.scp.rs.gov.br/Atlas](http://www.scp.rs.gov.br/Atlas)> Acesso em dezembro 2010.

SEHN, P.S. 1999. **O atraso da Metade Sul do Rio Grande do Sul em relação à Metade Norte: uma análise dos aspectos históricos e da estrutura fundiária.** Economia e Desenvolvimento, v. 10, p.1-10.

\_\_\_\_\_. **Aspectos Históricos da Ocupação e Evolução da Estrutura fundiária no Rio Grande do Sul no período de 1940 a 1996.** In: Economia e Desenvolvimento, Santa Maria, n.12. p.101-118, nov.2000.

HARMA, S.; HENRIQUES, I; **Stakerholder influences on sustainability practices in the Canadian forest product industry** . Strategic Management Journal. Inglaterra n° 26, p. 159-180, 2005.

SILVA JUNIOR, Roberto França. **Geografia de redes e da logística no transporte rodoviário de cargas: fluxos e mobilidade geográfica do capital.** UNESP/Presidente Prudente: FAPESP, 2004 (Dissertação de mestrado)

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. **As Missões Orientais e seus Antigos Domínios.** Porto Alegre, Ed. Universal, 1909.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana.** São Paulo. Ed. Nacional, 1974.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife.** São Paulo, Nacional, 377 p., 1977.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Décadence Avec Élegance(uma crítica ao discursos da Metade Sul do Rio Grande do Sul)** In: Agora, Santa Cruz do Sul: Unisc,1996

SONNENFELD, A. D. **Social movements, environment, and technology in Indonesia's pulp and paper industry.** Asia Pacific Viewpoint, Oxford, v. 39, n° 1, p. 95-110, 1998 a.

SOTO, B. F. A. **Da indústria do papel ao complexo florestal no Brasil: o caminho do corporativismo tradicional ao neocorporativismo.** Campinas, 1992. Tese (Doutorado) – UNICAMP.

SOUZA, M. L. **O território: sobre o espaço, poder, autonomia e desenvolvimento.** CASTRO et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Elías de; COSTA, Paulo César da; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77-116.

SOUZA, Paulo R. **Um Modelo primário Exportador Regional: el caso del Rio Grande do Sul, Brasil.** Santiago do Chile. Universidade del Chile, 1973.

STÈDILE, João Pedro. **A luta pela reforma agrária e o MST.** STÈDILE, João Pedro (org). A reforma agrária e a luta do MST. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.



STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

SUERTEGARAY, Dirce. M. A; BASSO, Luís A; VERDUM, Roberto (org) **Ambiente e lugar no urbano - A grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

SUZIGAN, W. e BONELLI, R. **Crescimento Industrial no Brasil. Rio de Janeiro**, IPEA/INPES. Relatório de Pesquisa N° 26, 1974.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Indústria brasileira: origens e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, Ed.da Unicamp, 2000. 421p.

TORRONTÉGUY, Teófilo Otoni Vasconcelos. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Abeto, 1994.

TREZZI, Humberto. **Poucos pioneiros restam em assentamento de 40 anos**. Zero Hora, Porto Alegre, 26 Janeiro, 2003.

VAN GORP, B.; **The constructionist approach to framing bringing culture back**. Journal of Communication. New York, v.57, p.60-78, 2007.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: conceitos básicos**. Tradução Maria José Cyhlar Monteiro e Ricardo Doninelli. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VIA CAMPESINA. **Movimento Campesino Internacional**. Disponível em <[www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org)> Acesso em dezembro de 2010.

VIEIRA, Roberto F. **Comunicação Organizacional: Gestão de Relações Públicas**". RJ: Mauad, 2004.

VIEZZER, M. **Depende de nós – Atores Sociais que interferem no Ambiente e qualidade de Vida, Escola Parque** – Parque Nacional do Iguaçu, IBAMA, 2005.

VIOLA, Eduardo e VIEIRA, Paulo. **‘Da Preservação à Natureza e de Controle da Poluição ao Desenvolvimento Sustentável: Um Desafio Ideológico e Organizacional ao Movimento Ambientalista no Brasil’** In: Revista de Administração Pública 26(4):81-104, out/dez. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

VIOLA, Eduardo e LEIS, Hector. “**A Evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multisetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável**”. In: HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo. (orgs) Dilemas Sócioambientais e Desenvolvimento Sustentável. Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

VIOLA, Eduardo e NICKEL, James. “**integrando a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente**”. In: Novos estudos Cebrap nº 40. São Paulo, Cebrasp, 1994.

VILLELA, A. V. e SUZIGAN, W. **Política de Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945**. Rio de Janeiro. IPEA/INPES. Série monográfica 10, 1973.

WAIBEL, Leo. **Geografia tropical do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979

WIEDERSPAHN, Oscar H. **A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, EST/Instituto Cultural português, 1979.

ZAEYEN, Adriane. **Estrutura e Desempenho da Indústria de Papel e Celulose no Brasil**. Dissertação de Mestrado, IEI/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1986.

ZARTH Paulo Afonso – **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920** – Ed. Unijui. Ijuí. 1997

\_\_\_\_\_. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário no século XIX**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ESTSLB/ ICP, 1979.

WORSTER, D. **Nature's economy: a history of ecological ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. 404 p.